

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Interfaces da vida loka
Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo

Paulo Artur Malvasi

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Saúde Pública para obtenção do título de
Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração:
Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade
Orientador:
Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno

São Paulo
2012

Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo

Paulo Artur Malvasi

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração:
Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade

Orientador:
Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno

São Paulo
2012

Para minha família

AGRADECIMENTOS

Agradecer às pessoas, aos grupos e às instituições que fizeram parte da construção de minha tese é tarefa delicada e fina, que redonda parcial; circunstâncias e interações de caráter afetivo tanto quanto os de cognitivo influenciaram meu estudo, conduzindo-me ao desafio de reconhecer em poucas linhas o rico universo humano constitutivo do texto finalizado.

Inicialmente agradeço aos que de livre e espontânea vontade aceitaram participar de minha pesquisa. Às pessoas que, além de serem por mim entrevistadas, acolheram-me nos lares e nos espaços de seu lazer e trabalho, respeitando o pesquisador que com eles interagiu em diferentes contextos. Gratidão especial a “Thurma” e a “Riso”, pela disponibilidade incondicional para conversar e refletir sobre as “tramas” colhidas em campo. Suas lutas inspiraram a essência de minha tese.

Agradeço à CAPES pela concessão da *Bolsa Sanduiche* que proporcionou o estágio orientador do arcabouço teórico-metodológico deste trabalho.

Agradeço ao Professor Rubens de Camargo Ferreira Adorno. Nesta nossa relação orientador-orientando, seu incentivo motivou minha passagem do estudante para o pesquisador. Ao intelectual agradeço pelas ideias e referências; ao homem, pelo companheirismo e respeito.

Agradeço à minha orientadora em Lisboa, Prof^a Chiara Gemma Pussetti e a toda equipe do Projeto Políticas Públicas, Vulnerabilidade e Risco (CAPES/FCT).

Agradeço aos Professores *da pré-banca* pelas perspicazes contribuições sugeridas ao texto final, Prof^o Antônio Rafael Barbosa, Prof^o Gabriel de Santis Feltran, Prof^o Pedro Paulo Pereira e Prof^o Vagner Gonçalves da Silva.

Agradeço aos pesquisadores, aos professores e aos alunos do Programa de Mestrado Profissional *Adolescente em Conflito com a Lei*. Interlocutores fundamentais nos últimos anos, ajudaram-me a pensar a complexidade do contexto que tangencia esta tese.

Agradeço a todos os pesquisadores – e, ainda mais, parceiros e referências – do Grupo de Estudos de Sociabilidade Urbana do CEBRAP e do LIESP/Faculdade de Saúde Pública.

Agradeço a meus amigos, dos diferentes cantos – Busca, Terra, Bosque –, pelos momentos compartilhados. Talvez eles não saibam, mas todas as experiências dos últimos anos foram indispensáveis para a minha concentração.

Agradeço especialmente ao Ailton Camilo e ao Paulo Cesar Dias pelas leituras e comentários tão sugestivos.

Agradeço o amor, a compreensão e o apoio dos meus familiares. Aos meus pais, Rizzeri e Clarice, pela sabedoria de perguntar, ouvir e deixar voar.

Gabriela e Manuella, pela paciência, bom humor e graça. Sem vocês, a divinal beleza da vida não teria o mesmo brilho e a disciplina cotidiana para escrever seria muito mais difícil.

“Assim como Deus – coincidência de contrários (isto é: encruzilhada, intersecção de linhas, bifurcação de trajetórias, plataforma ou terreno baldio onde se cruzam todos os transeuntes) – pôde ser patafisicamente definido como “ponto tangente do zero e do infinito”, encontra-se entre os inúmeros fatos que constituem nosso universo certa espécie de nós ou pontos críticos que poderíamos geometricamente representar como lugares onde o homem tangencia o mundo e a si mesmo.”

Michel Leiris

RESUMO

O *tráfico de drogas* é reconhecido pela Saúde Pública como um dos principais fatores de risco e de vulnerabilidade a que os jovens brasileiros são expostos desde, pelo menos, a década de 1980. Este estudo objetiva descrever e analisar a vida cotidiana de jovens (de 15 a 29 anos) moradores de bairros periféricos de São Paulo, em que há a coincidência entre o comércio varejista de drogas feito em suas ruas, relações comuns de vizinhança e ações combinadas e intensivas das forças de repressão, aliadas às de assistência e às de atenção governamentais. Um bairro na cidade de São Paulo e outro no entorno da capital paulista foram assim identificados e escolhidos para que o estudo fosse realizado. Ao todo vinte e sete jovens participaram do estudo baseado no método etnográfico; o pesquisador permaneceu durante dois anos (2009 e 2010) acompanhando o cotidiano dos jovens nos dois bairros por meio da observação participante e da realização de entrevistas em profundidade. Na pesquisa de campo, o entorno do *tráfico de drogas* se caracterizou pela justaposição de três instâncias de *saber* e *poder*: uma dimensão territorial, simbólica e existencial – a *quebrada*; um ambiente de mercado – o *tráfico de drogas* – disparador de práticas e, também, inserido em um “marco discursivo” – o “mundo do crime”; e um sistema político-estatal voltado para atender adolescentes “em conflito com a lei”, organizador de discursos e de tecnologias sobre crime e drogas – o *socioeducativo*. O trabalho observa as manifestações do poder na ação de uma diversidade de jovens, no agir reiterado e na linguagem que delineiam os modos de vida constituídos nas dobraduras do tráfico de drogas. Estes jovens da periferia navegam em uma dinâmica social complexa, fluida e porosa e, no anonimato do espaço político que ocupam, eles se relacionam com diferentes modos de regulação da vida cotidiana. A *vida loka* surge no *dialeto das quebradas* como uma noção capaz de unificar a diversidade de experiências dos jovens, demarcando o campo da comunicação e ação cotidiana entre eles – *dialeto* que baliza as interpretações sobre a vida. Nas *zonas de contato* entre a *quebrada*, o *crime* e o *socioeducativo* desenrolam-se relações e dinâmicas, intersticiais, que atuam nos processos de construção da subjetividade dos jovens e incidem nos problemas de “vida” e “morte” que eles enfrentam.

Palavras-chave: tráfico de drogas, jovens, violência, periferia, São Paulo, sistema socioeducativo, etnografia.

ABSTRACT

Drug trafficking is recognized by the Public Health as one of the main factors of risk and vulnerability that young Brazilians are exposed to, at least since the 1980s. This study aims to describe and analyze the daily lives of young people (15-29 years) living in the urban periphery – the poor neighborhoods – of Sao Paulo City, where there is coincidence between the retail trade of illicit drugs on their streets next to neighborhood relations, and on the other hand the intensive forces of repression combined with care and attention of the government. A neighborhood in Sao Paulo City and another in a city surrounding the metropolis were thus identified and chosen in order that the study was conducted. Altogether twenty-seven young persons participated in the study based on ethnographic method. The researcher stayed for two years (2009 and 2010) following the daily lives of young people in two poor neighborhoods conducting in-depth interviews with study participants. In the field research, the environment of drug trafficking was characterized by the juxtaposition of three levels of knowledge and power: a territorial dimension, symbolic and existential – a *'quebrada'* (urban ghetto); a market environment – *drug trafficking* – that practices trigger and also inserted in a 'discursive parameter' – the *'criminal world'*, and a political system designed to meet adolescents 'offenders', organizer of discourses and technologies of crime and drugs – the *social-educational system*. The paper aims the manifestations of power in the action of a diversity of young people, in the reiterated action and in the language that outline ways of life made in the *'dobraduras'* (folds) of the drug trafficking. These 'youths from the periphery' navigate in a complex social dynamic, fluid and porous and, in the anonymity of the (non) political space they occupy, they relate themselves to 'laws' variety – from state, from *crime*, from *streets*. The *'vida loka'* (crazy life) comes from the 'dialect from *quebradas'* (urban ghettos) as a concept capable of unifying the different experiences of young people, demarcating the field of everyday communication and action between them – 'it' targets interpretations of their lives. In areas of contact between the *'quebrada'* (urban ghetto), the crime and socio-educational unfold relationships and dynamics, interstitials, which act in the process of construction of the subjectivity of young people and focus on the problems of 'life' and 'death' that permeates drug trafficking.

Keywords: drug trafficking, youth, violence, urban periphery, poor neighborhoods, social-educational system, ethnography, Sao Paulo (City), Sao Paulo (State).

ÍNDICE

PARTE I – INTRODUÇÃO	9
Vida e poder nas dobraduras do tráfico de drogas	10
Organização do texto	22
Relações econômicas e políticas de uma geração	25
Perspectiva: vulnerabilidade, crime e violência de outros pontos	31
Etnografia: ética, interlocutores e pesquisa de campo	40
Tramas etnográficas	53
PARTE II – TRÁFICO, PCC E <i>QUEBRADA</i> : INTERSECÇÃO DE LINHAS	57
Cap. 1. Tráfico e consumo de drogas – encruzilhadas para a saúde pública	58
O “problema das drogas” como uma questão emergente	59
Cotidiano, intensidades e o <i>dispositivo das drogas</i>	66
Crime, economia e saúde: (inter)dependências	70
Cap. 2. O trabalho no tráfico – nó do <i>crime na quebrada</i>	78
Flexibilidade, empreendedorismo e violência nas <i>lojinhas</i>	79
Tráfico: inteligência, atributo capital; violência, ferramenta de trabalho	91
PCC é <i>sintonia</i> : a <i>mente criminal</i> em comunicação	98
Capítulo 3. A lei das ruas e o crime – encontro de trajetórias	112
Jovens das <i>quebradas</i> – junto e misturado	114
A interdição do assassinato como convergência	131
O <i>dialeto da vida loka</i> e a <i>lei das ruas</i>	138
Da <i>vida loka</i> : sofrimento e além infortúnio	148

PARTE III – SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E A MENTE DE JOVENS TRAFICANTES: COINCIDÊNCIA DE CONTRÁRIOS	157
Capítulo 4. A gestão do sistema socioeducativo: versões da fronteira	158
<i>Sistema Socioeducativo: “vulnerabilidade” e gestão de “risco”</i>	159
Controle e cuidado sob a égide da participação	163
Versões femininas sobre o cumprimento de <i>medidas socioeducativas</i>	168
Fechado e aberto: meios de interação dos adolescentes com o <i>socioeducativo</i>	180
Violência e participação – a higiene do <i>socioeducativo</i>	184
Capítulo 5. A frieza do cálculo e a vida loka: margens do sistema	193
Frieza do cálculo e sofrimento: a <i>vida loka</i> de Zezinho	194
Da <i>intervenção socioeducativa</i> a suspeito <i>empreendedor</i> de si	207
Capítulo 6. Choque de mentes: controle e autocontrole da vida loka	217
O <i>domínio do mental</i> nas táticas de controle do <i>socioeducativo</i>	219
O parecer psicossocial de Ivan	225
A mente de Ivan – para não abalar o psicológico	228
Controle e autocontrole da <i>vida loka</i>	233
PARTE IV – NOTAS FINAIS	242
O <i>dispositivo das drogas</i> nas <i>quebradas</i>	244
Nas <i>interfaces: “biopolíticas”</i>	252
O <i>domínio do mental</i> e a disputa do humano	265
Referências bibliográficas	277

Parte I

introdução

VIDA E PODER NAS DOBRADURAS DO TRÁFICO DE DROGAS

Esta tese empreende uma análise das *interfaces* que aproximam e tensionam *teorias e práticas* mobilizadas na vida cotidiana de jovens (de 15 a 29 anos)¹, moradores de localidades onde há intenso comércio varejista de substâncias psicoativas ilegais². Realizada com jovens moradores de bairros periféricos da região metropolitana de São Paulo, esta etnografia se localiza nas *zonas de contato* entre: uma dimensão territorial, simbólica e existencial – a *quebrada*; um ambiente de mercado – o *crime*, particularmente estudado o *tráfico de drogas* – disparador de práticas e, também, inserido em um “marco discursivo” – o “*mundo do crime*”; e um sistema político-estatal voltado para atender adolescentes “infratores”, organizador de discursos e de tecnologias sobre “crime” e “drogas” – o *socioeducativo*. Um bairro na cidade de São Paulo e outro no entorno da capital paulista foram assim identificados e escolhidos para que neles o presente trabalho fosse realizado. Simultâneas ao comércio varejista de drogas feito em suas ruas, nos dois bairros há relações comuns de vizinhança e – conseqüentemente – há também ações combinadas e intensivas das forças de repressão, enquanto se aliam as de assistência e as de atenção governamentais. Nos contextos estudados, procuram-se identificar as formas de conhecimento, os modos de regulação e as práticas de intervenção de diferentes agentes sobre a vida destas coletividades; adotando Foucault como principal provocador, a relevância final da dissertação está em atualizar – a partir de uma etnografia – a discussão sobre a crescente importância da vida nos mecanismos de poder³.

¹ Diferentes organismos internacionais e nacionais estipulam a fase considerada como de juventude. A juventude é considerada pela Secretaria Nacional de Juventude que integra a Secretaria-Geral da Presidência da República como a faixa etária situada entre 15 e 29 anos. Quando tomamos os dados do *Mapa da Violência* sobre os homicídios juvenis, por exemplo, a faixa etária considerada é de 15 a 24 anos porque a referência é a da OMS – Organização Mundial da Saúde – órgão da ONU, Organização das Nações Unidas. Não existe, portanto, consenso na delimitação desta faixa etária.

² Chamarei simplesmente de *drogas* as substâncias negociadas nos pontos de venda dos bairros etnografados por mim. Amplio entretanto minha abordagem do “problema das drogas”, discutindo esta problematização da vida social no capítulo 1. Corrente em grande parte das sociedades contemporâneas, tal “problema” será lido nesta tese como um *dispositivo das drogas* – uma abordagem que se utiliza da “caixa de ferramentas” conceituais e analíticas de Paul-Michel Foucault (1926-1984).

³ A noção de biopolítica ganhou importância na teoria social e no pensamento contemporâneo a partir da obra de Michel Foucault. A noção de biopolítica nasce da pressuposição de que uma característica fundamental do mundo moderno foi a ascensão da vida pelo poder: o poder passou a ter o homem enquanto ser vivo como cerne

Convém primeiro precisar por que me ocupo do termo “*interfaces*” e definir a discussão sobre a concepção de poder abordada na tese. Por entendê-los também oportunos, seguem esclarecimentos introdutórios sobre os principais termos analisados nesta fundamentação: *tráfico de drogas, crime, quebrada e socioeducativo*.

A pesquisa de campo voltou-se às dobraduras do comércio de drogas em contextos específicos. Por "dobraduras do tráfico de drogas" nomeio os “varejões” que se instalam predominantemente em áreas pobres das cidades paulistas, empregam milhares de adolescentes, de jovens de baixa renda, colocando-os em pontos estratégicos onde tanto o consumidor quanto a repressão policial a eles têm acesso, a qualquer hora do dia. Nestas dobraduras, além do comércio varejista de drogas feito em suas ruas, há relações comuns de vizinhança e ações combinadas e intensivas das forças de repressão, aliadas às de assistência e às de atenção governamentais. Não me refiro, portanto, às complexas redes de negócios desterritorializados que envolvem o comércio de algumas substâncias psicoativas pelo mundo. Ocorrida sob abordagem seletiva, a pesquisa ficou localizada em dois bairros do estado de São Paulo, embora – fato notório – a comercialização de drogas ocorra na maioria dos bairros das cidades paulistas e circule em todas as classes sociais. A ênfase do “problema social” se volta para as populações de baixa renda, sobretudo para os jovens moradores de bairros identificados como “periferias” ou “favelas”: por intermédio de estudos de inspiração epidemiológica (Waiselfisz 2011; UNICEF 2009), esses jovens são identificados como as maiores vítimas e os autores de violências⁴. Quando se trata do “problema social” do tráfico de drogas a referência costuma ser o comércio varejista em bairros de baixa renda – ordinariamente identificados em São Paulo como “periferia”. Nesse imaginário social, o “crime” habita as periferias.

(Foucault 2005). O conjunto de processos que passaram a avaliar a vida humana – de natalidade, de mortalidade, de longevidade – constituiu a biopolítica, uma tecnologia de poder voltada para um novo corpo – a população. A síntese dessa tecnologia do poder é o “fazer viver”, um poder contínuo, científico, de gestão calculista da vida, técnicas diversas e numerosas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações (Foucault 2001, p.131). “Podemos usar o termo ‘biopolítica’ para abarcar todas as estratégias específicas e contestações sobre da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes” (Rabinow e Rose 2006, p.28).

⁴ Diversos autores já mostraram a falácia da simples associação entre pobreza e violência (Misse 2006; Zaluar 2004; entre outros).

A proposta foi evitar definições de “crime” e, antes, elaborar uma questão para o campo de pesquisa: qual é a descrição que pode ser feita da multiplicidade de acontecimentos e da diversidade de práticas que, na pesquisa de campo, se pautaram pela crença na existência e no poder de influência do *crime*? Acompanho em minha trajetória profissional⁵ jovens que são educadores sociais, outros que são rappers, traficantes, trabalhadores formais e informais que compartilham múltiplos significados em território existenciais comuns – festas, jogos de futebol, composição e gravação de raps; situações em que fluxos de relações se desenrolam – incluindo eventualmente *o crime*.

A palavra *crime* será usada, portanto, em sentidos polissêmicos: tanto em seu caráter prosaico (tomada como sinônimo de um *ambiente de mercado* baseado em atividades ilícitas – particularmente o *tráfico de drogas*), quanto em seus significados em termos de um campo de poder. Neste sentido, o conceito de refere a uma ética e a uma conduta prescrita aos “ladrões” (Biondi 2010), um modo particular de existir (Marques 2009), uma maneira de “sobreviver na adversidade” (Hirata 2006; 2010). O termo indica, ainda, um universo simbólico compartilhado por pessoas que participam destas atividades e por outras que com elas se relacionam. Como destaca Gabriel Feltran (2008a, 2008b), o “crime” refere-se tanto a um ambiente criminal quanto a espaços de sociabilidade e produção simbólica. Ele se constitui em um marco discursivo que tem se expandido para além das relações entre praticantes de atos ilícitos, o “mundo do crime”. O sentido amplo e diverso dado à noção de *crime* permite que ela seja tomada como um ponto de observação para diversos segmentos jovens dos territórios estudados. Sigo os caminhos percorridos por esses

⁵ Durante a graduação em ciências sociais (USP), fiz iniciação científica com o Prof^o Rubens Adorno, no Departamento de Saúde Materno Infantil, Faculdade de Saúde Pública/USP, entre os anos de 1996 e 2000: (1) *Crianças e Jovens em Trânsito para a Rua: concepções, vivências e perspectivas* – FAPESP/processo 95/06881(1995/96); (2) *Caracterização de Famílias de Internos da FEBEM* (Ministério da Justiça) – bolsista da Pró-Reitoria de Extensão/USP, processo 97.1.26510.1.2; FAPESP/processo 95/06881 (1997/98); (3) *Prevenção do Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua* (Ministério da Saúde) – bolsista CNPQ/processo 112167/98-5 (1998/99); *Ações Culturais e mecanismos de prevenção* - bolsista CNPQ/ processo 112167/98-5 (1999/00). Nos anos 2000 e 2001 passei a integrar equipes de educadores sociais em projetos de ONGs e governamentais; desde então desenvolvo atividades profissionais de intervenção, além das atividades de pesquisa. De 2001 a 2004 desenvolvi a dissertação de mestrado Meninos do Morumbi: eficácia simbólica e eficácia simbólica de uma ong, sob a orientação do Prof^o Vagner Gonçalves da Silva, do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP. Em 2004, trabalhei como gestor de políticas sociais, em especial para a juventude, em um município paulista. Em 2007, ingressei no grupo de pesquisadores que elaborou o programa de Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei - UNIBAN. Em 2008 iniciei o doutoramento em Saúde Pública, junto ao Departamento de Saúde Materno Infantil; área de concentração Saúde, ciclos de vida e sociedade.

antropólogos que, nos últimos anos, inventaram uma “antropologia do crime” em São Paulo, e procuro trazer minha contribuição ao debate, como parte dessa coletividade⁶.

Ao incluir na análise não só a perspectiva daqueles que se relacionam *diretamente* com o tráfico de drogas, mas também a de uma diversidade de jovens que convivem com os traficantes e *indiretamente* se relacionam com o “mundo do crime” – via relações afetivas, profissionais e/ou comunitárias – esta etnografia trata de práticas e teorias nativas no plural. Não se recorta nesta dissertação um grupo, caracterizando-o como do “crime”, seccionando-o, *a priori*, dentro de um conjunto de relações mais amplas e complexas; o *crime* nos territórios onde realizei a pesquisa de campo constitui um marco para segmentos juvenis reconhecidos em um bairro popular periférico de cidades paulistas (sobretudo as de áreas de maior concentração urbana, característica da grande São Paulo, da região de Campinas e da baixada santista); outros modos de identificação dos jovens se manifestam nos territórios estudados, tais como o hip hop, a pichação e o grafiti, os times de futebol de várzea, o associativismo civil das ONGs, o trabalho em profissões de risco como o dos motoboys. Não há uma separação estanque; a etnografia reconheceu diversos jovens que circulam por diferentes grupos juvenis dos bairros estudados.

A partir dessa abordagem, o *crime* se encontra em justaposição com uma noção nativa recorrente nos territórios por onde pesquisei: a *quebrada*. Essa noção é a maneira usada pelos meus interlocutores para referir-se aos seus bairros e às relações específicas entre os seus moradores; ela remete também a uma disposição de apresentar o bairro onde se vive para quem é de fora, caracterizando-o como um lugar arriscado, hostil e perigoso para quem não pertence a ele e não conhece suas regras (Pereira 2010). A noção de *quebrada* é utilizada em alusão à idéia de um bairro periférico, uma noção eminentemente de caráter territorial; ela é caracterizada pelos altos índices de violência e pelo cumprimento das normas de conduta. Nesta normatividade das condutas, aquelas atribuídas ao *crime* têm um papel importante;

⁶ Tenho mantido interlocução próxima e profícua com todos os pesquisadores citados. Gabriel Feltran é meu colega no Grupo de Estudos de Sociabilidade Urbana (CEM-CEBRAP); com Karina Biondi e Adalton Marques participei de Grupos de Trabalho na Reunião de Antropologia do MERCOSUL (2009) e na Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (2010); além destas atividades, mantive diversos encontros informais objetivando trocas de informações e discussões analíticas com cada um dos colegas etnógrafos.

mas o *crime* está inscrito na normatividade própria da vida na *quebrada*. Nos contextos estudados, quem é do *crime* é de uma *quebrada*, não se podendo afirmar o inverso. Ser “da *quebrada*” comumente é um atributo de quem é do *crime*, mas ser do *crime* não é um atributo para quem é da *quebrada*. Pereira (2010) observa que no hip hop, a *quebrada* aponta para uma noção universalizante que congrega os jovens, um *ethos* de periferia que remete tanto às relações pretensamente comunitárias, ou mais próximas, que a *quebrada* designa como as condições de pobreza, a violência e os riscos existentes nos bairros da periferia. Haveria um caráter afirmativo, a positividade dos laços de solidariedade peculiares à periferia, e da força que seria característica de quem convive com os riscos dessas localidades em São Paulo.

A vida é um referente central tanto no *crime* quanto na *quebrada*. O tráfico de drogas – uma atividade econômica importante nos bairros estudados – tem sido analisado em termos de seu impacto na saúde e na segurança das populações a ele vulneráveis; nas leituras correntes, no tráfico a vida é arriscada (Fefferman 2008), pois a morte é uma possibilidade concreta. Além da questão central do homicídio, outros temas que tem a noção de vida humana são comuns para descrever o tráfico: os efeitos corpóreos e mentais das substâncias psicoativas; a força física e a agilidade necessárias como habilidades importantes na profissão; além dessas características “vitais” do tráfico, o crime conexo à sigla PCC⁷ – Primeiro Comando da Capital – escolheu a vida como o epicentro da manifestação de seu poder⁸.

Na *quebrada*, a violência, a pobreza, as adversidades e ausências estruturais que impactam na qualidade de vida compõem os principais elementos que os jovens devem enfrentar e superar. Interessante notar que a caracterização de *quebrada* feita pelos “jovens da periferia” torna positivos os “fatores de risco” e a “vulnerabilidade” – que marcam fortemente as teorias e práticas governamentais junto aos jovens “em conflito com a lei”, principalmente nas áreas de assistência social e saúde pública.

⁷ Utilizo a palavra sigla no sentido de entender o PCC como a “marca” do crime no Estado de São Paulo do final dos anos 90 para cá. Mais do que uma facção, a sigla se refere à concepção contemporânea do *crime* na perspectiva dos meus interlocutores. O PCC é referido como o *todo* do *crime*, e não como uma parte (embora seja chamado de “partido”). O PCC surgiu como uma sigla com um poder capaz de abalizar as relações interpessoais, as comerciais e as comunitárias dos traficantes das *quebradas*; ele é a marca do “genérico” *crime* nos territórios em que pesquisei, onde não há menção alguma a outras facções ou a dissidências. Isso não significa que em outros contextos do estado de São Paulo e de outros estados tal apropriação da sigla seja diferente.

⁸ De acordo com recente bibliografia sobre o Primeiro Comando da Capital (Biondi 2010; Marques 2010) a principal ação do PCC foi o estabelecimento de medidas que visam a diminuir o alto índice de assassinatos entre os próprios “ladrões”, e com isso pretende-se que haja a “união do crime”.

Na busca pelo controle da criminalidade no Brasil contemporâneo as palavras “risco” e “vulnerabilidade”, em suas acepções oriundas da saúde pública e da assistência social, servem como mecanismos de delineamento das situações que impedem um equilíbrio da sociedade brasileira: a segurança do conjunto da população em relação aos seus perigos internos, gerados pela desigualdade e pelos determinantes da saúde coletiva. A noção de “vulnerabilidade” passou a ser uma “palavra-chave” para as organizações (governamentais ou não) e os profissionais das áreas de assistência e saúde utilizarem em seu repertório na busca de apoios e financiamentos. Na maior parte dos casos, a noção de “vulnerabilidade juvenil” remete à idéia de fragilidade e de dependência que se vincula à situação de jovens, principalmente os mais pobres. Diversos fatores têm sido mobilizados para a associação corrente entre juventude e vulnerabilidade. O número de mortes violentas entre jovens, os potenciais malefícios causados pelo consumo de substâncias psicoativas, os limites de instituições como a escola para promover o jovem-indivíduo-cidadão, o aumento da “informalização” e do trabalho não regulamentado, assim como das atividades ilegais (em especial o tráfico de drogas) como efetivo mercado de trabalho para estes jovens, o uso da violência física e outras formas de coação como forma de mediação na relação entre eles compõem alguns dos principais aspectos elencados para associar segmentos da juventude à noção de “vulnerabilidade” (Adorno 1998). Tais fatores enfatizam os aspectos negativos da experiência de segmentos menos favorecidos da juventude, relacionados à crescente “violência urbana”⁹, às transformações da ordem sócio-econômica no mundo contemporâneo e à falta de garantia dos direitos e oportunidades nas áreas de saúde, educação, proteção social, entre outras que asseguraram os direitos humanos dos jovens. Esta forma negativa – que é reforçada e reforça o senso comum – de pensar algumas situações a que segmentos da juventude estão expostos associa a juventude ao “risco”, caracterizando-a como problema; a utilização do termo “vulnerabilidade”

⁹ Da perspectiva aqui adotada a expressão “violência urbana” serve mais para dicotomizar a experiência social das cidades do que para esclarecer dinâmicas e mecanismos de violência. Tal expressão serve sobretudo para a segregação de grupos populares urbanos, estigmatizados como motores de uma série muito ampla e diversificada de situações de interação social. A ênfase em expressões como “violência urbana”, segundo Wacquant, “não tem tanto a ver com a evolução da delinquência “juvenil”; ao contrário, seu alvo é fortalecer o Estado penal. (Wacquant 2008, p.97).

tem como efeito uma visão do jovem como incapaz de responder às suas carências e debilidades e potencialmente perigoso (Malvasi 2008).

No caso do combate ao tráfico de drogas, uma estratégia preventiva é focalizar na adolescência. No Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, ECA – Lei nº 8069/90), o ato infracional praticado por adolescentes deve receber a aplicação de *medidas socioeducativas*, pois os menores de dezoito anos são “penalmente inimputáveis” (ECA, artigo 104)¹⁰. As *medidas socioeducativas* são operadas por um *sistema* que inicia com a abordagem das polícias, envolve o Poder Judiciário que aplica as medidas, organizações estatais especializadas na medida de privação de liberdade e poderes públicos e instituições civis responsáveis pela execução das medidas em meio aberto. O *sistema socioeducativo* constitui um campo político complexo que envolve diversos atores institucionais. Interconexões entre os programas de atendimento, o Poder Judiciário, Ministério Público e conselhos de direitos, polícias e secretarias municipais e estaduais (principalmente das áreas de saúde e assistência social), parcerias entre órgãos governamentais e não-governamentais; busca por “ações descentralizadas”, construídas de modo “participativo”, “articulação intersetorial das áreas de políticas públicas” no âmbito municipal, estadual e federal, para garantir a “universalidade” das políticas e serviços. Uma imbricada rede de interesses, perspectivas e disputas marcam o *sistema socioeducativo*. No cerne de todo este emaranhado institucional, há (idealmente) o adolescente autor de ato infracional, o “sujeito de direitos” para o qual todo o *sistema* deve convergir. O *sistema socioeducativo* tornou-se capilar nos últimos anos, espalhando-se pelos bairros de periferias de São Paulo; jovens moradores dos próprios bairros passaram a se relacionar também profissionalmente com as organizações e formaram um novo campo de atuação para jovens que cresceram nas dobraduras do tráfico de drogas.

Tomar – e relacionar – o *crime*, a *quebrada* e o *socioeducativo* como categorias de análise não significa considerá-las em um mesmo estatuto ontológico, como termos que guardam entre si uma relação “sistêmica”. Estas instâncias de *saber*

¹⁰ As *medidas socioeducativas* se dividem entre aquelas que são executadas em meio aberto (advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida) e aquelas de privação de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional).

e *poder*, produtoras de *teorias* e *práticas* nativas, se referem, neste estudo, a diferentes modos de compreensão, conceitos, técnicas de regulação, modelos de organização, códigos e linguagens que se cruzam na vida cotidiana de jovens moradores de bairros onde o tráfico varejista de drogas é um importante agente econômico e político. Identifiquei na experiência dos jovens que participaram da pesquisa: uma forte referência simbólica, comunitária-territorial, a *quebrada*, contígua à categoria “periferia”; um ambiente de mercado que influi na gestão política local – o tráfico de drogas – e um “marco discursivo em expansão” – o “mundo do crime” (Feltran 2008a); e a difusão capilar de uma política pública voltada para atuar no início da “carreira criminosa” – o *socioeducativo*. Outras instâncias poderiam ser reconhecidas, como, por exemplo, o neopentecostalismo, a polícia e as organizações não-governamentais, mas reconheci (e recriei) as três acima referidas como aquelas mais representativas das dinâmicas de interação e construção da subjetividade entre os meus interlocutores. Nas dobraduras do tráfico de drogas, estas instâncias de *saber* e *poder* constituem sistemas conceituais e modos de regulação (“leis”¹¹) que se constroem em *zonas de contato* – nas *interfaces* entre elas.

Meus interlocutores se relacionam com as dinâmicas disparadas pelo tráfico de drogas em situações concretas da vida cotidiana, quando a interação não se estabelece apenas entre pessoas, instituições, grupos, mas entre diferentes modos de se conceber e lidar com o tráfico de drogas pelos quais meus interlocutores e eu navegamos. Essa *perspectiva intersticial*, que não essencializa os personagens da etnografia, foi a motivação inicial para mobilizar a noção de *interfaces*. O recurso estético e analítico ao qual submeti a noção de *interfaces*¹² é uma estratégia para

¹¹ Durante toda a pesquisa de campo se observou a produção de diferentes modos de regulação (“leis”) que regem a vida social nas *quebradas*. As estatais desenvolvem variadas formas de gerenciamento, quando se trata do “jovem em conflito com a lei”. Existem, entretanto, outras “leis” que também atuam na vida dos jovens moradores das periferias. No *crime* já tem sido estudadas novas instâncias de reivindicação do monopólio *legítimo* – porque legitimado entre os pares – que produz *outros* sistemas de justiça (Feltran 2010). Nesta tese argumenta-se sobre a existência de um modo de regulação que se constrói na referência simbólica, territorial e comunitária sintetizada na noção de *quebrada: a lei das ruas*.

¹² A sistematização da construção teórico-metodológica da pesquisa se consolidou e ganhou delineamentos mais precisos e articulados no estágio de doutorado realizado junto ao Projeto “Políticas Públicas, Vulnerabilidades e Riscos: tecnologias de cidadania e inclusão nas sociedades contemporâneas” CAPES/FCT 316/11, desenvolvido junto ao IS CET-IUL, sob a coordenação do professor Rubens de Camargo Ferreira Adorno (USP) e da professora Chiara Gemma Pussetti (ISCTE-IUL), entre julho e novembro de 2011. O estágio teve o objetivo de aprofundar os estudos sobre políticas públicas e intervenções sociais voltadas para jovens trabalhadores de mercados ilegais (com destaque em tráfico de drogas), no intuito de comparar as políticas de assistência e a atenção direcionadas a esta população específica e aprofundar a discussão teórica da analítica do poder foucaultiana.

destacar no texto etnográfico a experiência dos meus interlocutores sem considerá-los “identidades” – “traficantes”, “trabalhadores”, “rapers”, “educadores”, “adolescentes em conflito com a lei”, “evangélicos” ou quaisquer outras – mas antes como pessoas que constroem suas subjetividades em meio a complexas relações de poder, construídas nas dobraduras do tráfico de drogas. Tais relações de poder não são tomadas apenas como formas institucionalizadas de poder, seja no ambiente do *crime*, nas políticas públicas do *sistema socioeducativo* ou naquelas manifestas na família, nas relações de vizinhança, na *quebrada*. Parte-se, nesta tese, da perspectiva foucaultiana do poder¹³. Poder disperso e cotidiano, que “está em toda parte” e “provém de todos os lugares” (Foucault 2001, p.89).

O pressuposto básico do entendimento do poder na perspectiva foucaultiana é evitar a visão da submissão dos sujeitos a um poder específico (seja governamental ou do crime, por exemplo) para jogar luz ao caráter relacional das teias do poder (Foucault 2001). Ao analisar as fontes de minha etnografia, observo as manifestações do poder na ação de uns sobre os outros, no agir reiterado em torno de *saberes* e *poderes* que delineiam os modos de ação sobre o campo de ação dos sujeitos. Mobilizar a noção de *interfaces*, nesta tese *significa* direcionar o texto – descrição, reflexão e análise – para as *zonas* em que os sujeitos são afetados pelas dinâmicas do poder; para a “estranha”, de certo modo “improvável”, “mistura de ciências e práticas sociais desenvolvidas ao redor da subjetividade” (Rabinow 2002, p.31). O poder entendido a partir dos sujeitos leva Foucault a observar dois significados para o termo: “sujeito a algum modo de controle e de dependência, e atado à sua própria identidade através de uma consciência ou autoconhecimento. Ambos os sentidos sugerem uma forma de poder que subjuga e que faz alguém sujeito a.” (Foucault

¹³ Na primeira aula do curso *Segurança, Território e População*, Foucault (2008b) sustenta que a sua análise do biopoder são indicações de opção, “nem princípios, nem regras, nem teoremas” (Foucault 2008b, p.3). Não é um teoria geral do poder, mas tomar o poder como “um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema – mesmo que não o consigam – justamente o poder” (Foucault 2008b, p.4). Segundo Foucault, tais mecanismos são parte intrínseca de diversas relações (familiares, sexuais, de produção etc), sendo efeito e causa delas e, portanto possível percorrer de uma maneira “ao mesmo tempo lógica coerente e válida o conjunto de mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado” (Foucault 2008b, p.5). A análise dos mecanismos de poder para Foucault tem “o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossas sociedades pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta” (Foucault 2008b, p.5).

apud Rabinow 2002, p.45). Na analítica foucaultiana, a distinção entre sujeito e poder perde sua eficácia explicativa.

A utilização da noção de *interfaces* visa a destacar no conjunto do texto etnográfico convergências entre a analítica do poder foucaultiana e a etnografia como prática científica. Na analítica foucaultiana, o caráter relacional do poder, presente em todas as relações humanas, não admite um núcleo do qual emana; ele é dinâmico e processual. A etnografia inclina-se na procura de situar ideias e práticas dentro de contextos históricos, levando em conta os princípios que as regem, buscando compreender como operam tais princípios num lugar determinado – localizado, descrito e analisado. Nestes lugares, invariavelmente, existem relações de poder. O olhar intersticial e microscópico da antropologia permite observar em que situações ocorre a convergência complexa de relações instáveis que permeiam o poder na vida cotidiana das pessoas. A utilização da noção de *interfaces*, portanto, tem o intuito de demarcar esta abordagem teórico-metodológica inspirada na analítica do poder foucaultiana, que desmonta a ideia de sujeitos naturalizados ao jogar luz sobre o caráter relacional do poder e ao não separá-lo dos processos de subjetivação.

Quais são as diversas maneiras de se relacionar com o tráfico de drogas – e com as questões de “vida e morte” a ele associadas – adotadas pelos jovens moradores de bairros de periferia em São Paulo? Que concepções regem esta convivência?

Na pesquisa de campo, o entorno do *tráfico de drogas* se caracterizou pela justaposição do *crime*, da *quebrada* e do *socioeducativo*. A noção de *interfaces* remete aqui à ideia de mediação entre diversas formas de comunicação e ação de uma instância de saber e poder sobre outra; mediação presente nas relações de diferentes jovens moradores das *quebradas*. Ao utilizar a *perspectiva interfacial* procuro etnografar os espaços simbólicos de intercâmbio e conflito na vida cotidiana de jovens que atuam no *crime* e aqueles que não atuam, mas que, por motivos variados (profissionais, de militância, identitários), se relacionam proximamente com os traficantes. As *interfaces (zonas de contato)* entre o *crime* e a *quebrada* na vida de jovens moradores dos bairros estudados ficaram expostas nos processos de

conhecimento da realidade social. Tais conhecimentos dialogam, comportam, tensionam com teorias científicas e políticas institucionalizadas no *sistema socioeducativo*. Neste sentido, a noção de *interfaces* é mobilizada para investigar também o intercâmbio das experiências cotidianas dos jovens com o *sistema socioeducativo* e o conjunto de intervenções por este disparadas.

Os interlocutores da pesquisa e o próprio pesquisador navegaram nas *zonas de contato* entre o *crime*, a *quebrada* e o *socioeducativo*, observando e desenvolvendo formas de conhecimento sobre discursos e práticas múltiplas, que muitas vezes conflitam, negociam e criam novas sínteses. A noção de *interfaces* é manejada para a análise no sentido de jogar luz sobre os terrenos de confrontação entre perspectivas, procedimentos e esquemas que, cotidianamente, organizam o campo de atuação de diferentes sujeitos que se relacionam com o tráfico de drogas nos bairros estudados. O texto etnográfico constrói uma narrativa sobre aquilo que denomino “*interfaces da vida loka*”: as zonas de contato entre três instâncias de *saber-poder* que atuam nos processos de construção da subjetividade dos participantes da pesquisa, incluído o pesquisador.

Aludindo a uma *encruzilhada* – no que chamo de “*interfaces da vida loka*” se encontram as teorias e práticas do *crime*, das *quebradas* e do *socioeducativo*. O “problema das drogas” se projeta na vida cotidiana dos jovens, situando uma multiplicidade de teorias e práticas que delineiam um diagrama de interações entre os jovens das *quebradas*, permeados pela expansão do “marco discursivo do crime” (Feltran 2008a), e entre estes e a “guerra às drogas” levada a cabo pelas forças de repressão, assistência, atenção governamentais. Neste cenário, desenrolam-se conflitos entre o *crime* e as forças de segurança-assistência-atenção, como aquelas mobilizadas no *sistema socioeducativo*. Frente a este conflito, alguns jovens das *quebradas* resistem com veículos linguísticos e manobras práticas. Tais conflitos são compostos por um conjunto de regimes, técnicas, táticas que elegeram a vida como cerne da ação política nos contextos estudados.

A noção de *vida loka* é uma das expressões mais recorrentes nas interações de segmentos jovens das *quebradas* com o *crime*. A noção de *vida loka* possui múltiplos significados e muitos deles não serão perseguidos neste estudo; *ela* será tomada em apenas alguns de seus sentidos variáveis nos contextos das *quebradas* paulistas, particularmente naqueles abordados pelos meus interlocutores a partir dos temas estimulados por mim. Abordo a noção de *vida loka* como uma síntese das considerações e figurações referentes a três dimensões do campo de estudo: o trabalho no tráfico de drogas; as adversidades solidárias da vida na *quebrada* – as correlações políticas no cotidiano das *quebradas*; e de dentro para fora, um conjunto de considerações sobre a vida humana coletiva. Quem faz parte do crime é *um vida loka*, mas, de forma geral, a *vida loka* é comum aos jovens moradores das *quebradas*. No *sistema socioeducativo*, a vida deve ser orientada por projetos que, estabelecidas as metas, resultem adolescentes adequados a participarem da vida em sociedade e – principalmente – que estes não *reincidam* no ato infracional¹⁴; constatação inequívoca e generalizada, porém, o cotidiano dos adolescentes é cheio de precariedades e seu futuro incerto; no cotidiano dos jovens é preciso “*ter uma mente*” e “*consciência*” para lidar com o imponderável de uma “*vida loka*”. No *campo* percorrido, as teorias e práticas sobre a vida humana se manifestaram na assunção da “*mente*” como *encruzilhada* entre as três instâncias de *saber-poder* consideradas nesta ficção etnográfica. Ao dar à noção de *vida loka* o estatuto de cerne da minha perspectivação, eu proponho analisar os sentidos das tecnologias, discursos e práticas que tomam a “*vida*” como referência nas *interfaces* entre o *crime*, a *quebrada* e o *socioeducativo*.

¹⁴ No documento norteador da política nacional de atendimento socioeducativo (SINASE, SEDH; 2005) as práticas socioeducativas devem tornar o adolescente “um cidadão autônomo e solidário, capaz de relacionar-se melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância, sem que venha a reincidir na prática de atos infracionais” (SEDH 2005, p.48); ou ainda “favorecer ao adolescente o acesso às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social” (idem).

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

A tese está organizada em quatro partes, constando por último ainda as referências bibliográficas. Abordadas na sequência, as partes incluirão as *tramas* e os *argumentos* que percorrem o conjunto da tese.

Nas páginas precedentes, delinearão-se os pressupostos teórico-metodológicos da etnografia, assim como a forma pela qual o tráfico de drogas será problematizado. Segue-se à introdução um balanço do contexto mais geral das periferias de São Paulo nas últimas décadas, segundo etnografias de referência; as políticas públicas orientadas ao “combate” da “vulnerabilidade juvenil” e, particularmente, a associação “drogas-juventude-crime” serão discutidas, propondo serem pensados sob outra perspectiva os temas da violência, do crime e da vulnerabilidade. Ainda na introdução, identificam-se os modos de realização da pesquisa e de construção do texto etnográfico, apresentando os principais interlocutores, os territórios, os impasses e dilemas éticos que compuseram a experiência de pesquisa e o recurso à elaboração de tramas para apresentar o material colhido em campo.

A segunda e a terceira partes da tese apresentam a etnografia propriamente; cada uma destas partes é composta por três capítulos.

Na segunda parte deste trabalho (Tráfico, PCC e quebrada: intersecção de linhas) são delineadas as *interfaces* entre o *crime* e a *quebrada* nas dobraduras do tráfico de drogas. Destacados nestas *zonas de contato* o espraiamento do “mundo das drogas” por diversos segmentos juvenis das *quebradas*, as dinâmicas criminais disparadas pelo tráfico e a aderência do *crime* na *quebrada*, facilitada pela indistinção entre “mundo do crime” e “mundo das drogas”. Ao estudar essas *interfaces*, foram observadas por este pesquisador as linhas de fuga encontradas pelos jovens moradores dos bairros estudados que não cedem a um dos lados do muro e se posicionam como mediadores entre o *socioeducativo* e os “*manos da quebrada*”, sejam ou não “traficantes” – eles se instalam nos próprios cruzamentos. No primeiro capítulo é contado o “mito de origem” da pesquisa, uma trama que desperta no pesquisador o interesse em conhecer as relações de amizade e vizinhança

entre jovens que trabalham no tráfico e jovens que seguiram outras “carreiras”; a experiência desses jovens é tomada como o ponto de observação de onde o “problema das drogas” pôde ser analisado; e discutida as contradições de uma economia política que, em nome de uma “guerra às drogas”, aproxima ações de repressão com discursos e ações de saúde pública, gerando impasses para esta área de conhecimento e intervenção. Foi adotado o conceito de *dispositivo da drogas* para abordar toda a diversidade de dinâmicas que a problemática das drogas promove na vida dos jovens das *quebradas* (tráfico, consumo, e para além deles, políticas, modelos de gestão da vida, modelos classificatórios da vida social). No capítulo 2, o estudo se volta ao cotidiano de relações econômicas e políticas presentes em um contexto específico de tráfico de drogas; o texto observa as atividades, os ganhos, os riscos, a violência, as tramas de relações estabelecidas em torno do comércio, na perspectiva de três trabalhadores do tráfico e de um rapper, que é também educador. Ao acompanhar o cotidiano do trabalho no tráfico por seis meses, o pesquisador discute as concepções nativas sobre as características definidoras do “bandido” e a difusão da sigla PCC como o poder orientador do *crime*. A análise se volta para a caracterização dos mecanismos e táticas que proporcionam a comunicação da “mente criminal” com os jovens das *quebradas* por meio da *sintonia do PCC*. Focaliza-se no capítulo 3 o caminho da *quebrada* ao *crime*: seguindo tramas cotidianas, são apresentadas e analisadas canções, diálogos, “debates” compostos por jovens das *quebradas* – do *crime* e não – e as performances corporais realizadas nas contexturas. As tramas descritas neste capítulo revelam tensões, negociações e transações entre as diferentes vozes e posições que compõem o espectro político em que os jovens das *quebradas* circulam; e a assunção da vida como o valor que permite a construção de pontes simbólicas e existenciais entre jovens que não querem ceder a um nem a outro dos lados do “muro” da “guerra particular” entre as forças de repressão e o chamado “crime-organizado”.

Na terceira parte da tese (*O sistema socioeducativo e a mente de jovens traficantes: coincidência de contrários*), a análise se volta para as *interfaces* entre o *crime* e o *socioeducativo*. Nos capítulos 4, 5 e 6 são descritas as trajetórias de cumprimento de *medidas socioeducativas* de quatro adolescentes dos bairros estudados; ao seguir estas trajetórias, procura-se demonstrar como a execução de

medidas socioeducativas funciona e como concretamente incide sobre os indivíduos que compõem a população alvo da política estatal. No capítulo 4 discute-se o modelo de *gestão do sistema* e como tal modelo, focado na avaliação da *reincidência*, engendra um *modus operandi* que, embora calcado em legislações e documentos norteadores, engendra novas práticas de ortopedia moral. O *socioeducativo* se revela como um sistema político-estatal direcionado ao “adolescente em conflito com a lei”, baseado em sua caracterização como “vulnerável” e – mesmo tempo – potencialmente perigoso para a sociedade. As técnicas do *socioeducativo* são detalhadamente analisadas nos capítulos 5 e 6; orientada por saberes “psi”, a *ação socioeducativa* busca decifrar o “perfil delinquente” para poder intervir. O *modus operandi* orienta a ação para o combate ao “mundo de patologias” que, segundo marco discursivo institucional, a “vulnerabilidade” dos *territórios e as famílias* de origem e, particularmente, a influência do *crime* provocam na “saúde mental”, na “vida”, dos jovens “em conflito com a lei”. No capítulo 5, ao acompanhar uma trajetória de cumprimento de *medidas*, considera-se a incorporação no cotidiano do jovem de mecanismos de gestão da sua vida e as formas de lide com tal engenharia *socioeducativa*; a experiência cotidiana do jovem “infrator”, suas relações e suas interações com os “outros” – os técnicos do *sistema*, a mãe, os amigos, os companheiros de trabalho no tráfico, o próprio pesquisador. No capítulo 6 este pesquisador expõe a tensão entre a visão normativa do diagnóstico psicológico de um adolescente e a utilização da palavra *mente* pelo próprio adolescente, como categoria, atributo e locução. A trama coloca em perspectiva o conflito latente entre o uso institucional da linguagem cognitiva e comportamental da psicologia e o recurso dos jovens à expressão “*ter uma mente*”, configurando um campo de disputas simbólicas entre o *socioeducativo* e o *crime*. Em tais disputas mantém-se eclipsada a diversidade da *quebrada* constituinte dos discursos e práticas de jovens em cumprimento de *medidas socioeducativas*.

A parte IV – Notas Finais – retoma e sistematiza os principais argumentos da tese, discutindo o quadro de relações e de dinâmicas, intersticiais, que se desenrolam nas dobraduras do tráfico de drogas nos bairros (*quebradas*) estudados – e que caracterizaram aquilo que se denomina “*interfaces da vida loka*”: as *zonas de contato*

entre três *instâncias* de *saber-poder* – a *quebrada*, o *crime* e o *socioeducativo* – que atuam nos processos de construção da subjetividade dos participantes da pesquisa.

RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DE UMA GERAÇÃO

As pessoas que participaram da pesquisa de campo tinham em 2009 (quando a iniciei) entre 15 e 28 anos de idade; elas nasceram, portanto, entre 1981 e 1994. Em 1992, ano do *massacre do Carandiru*¹⁵, alguns já estavam acompanhando o movimento do tráfico nas ruas e, sobre o famigerado evento, contrastaram informações circuladas entre vizinhos e parentes de suas *quebradas* com as veiculadas pela TV; outros ainda nem tinham nascido. Todos, a despeito da diferença de idade, passaram parte da infância e da adolescência em uma época de elevado número de homicídios em seus bairros. A década de 1990 representou o auge da violência nas periferias paulistas e o *massacre do Carandiru* foi o *evento* que simbolizou o drama dos moradores de bairros paulistas. Segundo Teresa Caldeira (2000), o *massacre* revela o caráter paradoxal da coexistência de instituições democráticas e práticas repressivas abusivas, que desrespeitam os direitos civis e violentam cidadãos brasileiros, sobretudo os jovens pobres moradores de periferias.

Com efeito, os crimes violentos aumentaram na São Paulo dos anos 80 *pari passu* com uma crise econômica devastadora. A chamada “década perdida” foi marcada por inflação, desemprego e por recessão, levando amplos setores da população a uma situação de pobreza extrema no início dos anos 90. As categorias preconceituosas e a visão dicotômica entre “bem” e “mal” foram cada vez mais reservadas aos pobres e a seus locais de moradia, especialmente os bairros e as favelas situadas nas periferias da cidade de São Paulo (Caldeira 2000). Desde a

¹⁵ Assassinato de cento e onze detentos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na Casa de Detenção de São Paulo que ficou popularizado como “massacre do Carandiru”. No dia 2 de outubro de 1992, a polícia militar entrou na casa de detenção como justificativa acalmar a rebelião, mas acabou por realizar uma verdadeira chacina no local. Sobreviventes afirmam que o número de mortos é superior ao divulgado e que a Polícia estava atirando em detentos que já haviam se rendido ou que estavam se escondendo em suas celas. O evento foi tema de uma das músicas mais conhecidas do Rap nacional (“Diário de um detento”, Racionais Mc’s), de um filme de grande repercussão baseado no livro do médico Drauzio Varella – “Carandiru”. O evento é também elencado como um dos fatores que disparou o processo de surgimento e fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC).

década de 1980 as periferias de São Paulo são alvo de inúmeras violências institucionais.

Em seu estudo sobre novas formas de segregação espacial e desigualdade social, que se originam de processos de mudança social combinados com a violência e o medo, Teresa Caldeira (2000) enfoca a reorganização simbólica promovida pelo que denomina “fala do crime”¹⁶ – ou seja, “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema” (Caldeira 2000, p.27). “A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais” (Caldeira 2000, p.27). A *fala do crime*, enquanto uma narrativa, não apenas circula interpretações sobre a violência, como legitima ações violentas, privadas e ilegais, inclusive dos agentes das “forças da ordem”.

Em 2006, meus interlocutores tinham entre 12 e 25 anos de idade. Alguns já comandavam suas próprias “biqueiras” (pontos de venda de drogas), outros estavam realizando os primeiros serviços ao tráfico – “esconder e cuidar de mercadorias ou avisar a chegada de policiais”. Neste ano, a circulação de explicações e comentários sobre os ataques a agentes e a prédios públicos – simultâneos a uma megarrebelião em 74 presídios paulistas – formou a base de legitimação, como em 1992, do assassinato em larga escala acionado pela política de segurança; só que dessa vez, o “massacre” ocorreu nas ruas e incluiu pessoas que não sofriam processo judicial. Gabriel Feltran acompanhou os “ataques do PCC”¹⁷ de 2006 durante a pesquisa de

¹⁶ A *fala do crime*, em sua face mais violenta e autoritária, articulou-se em torno de um discurso de ataque aos direitos humanos. Caldeira (2000) mostra que este discurso foi articulado na época do governo Franco Montoro (1983-1987), ou seja, ocorreu no período de transição da ditadura militar para a democracia. Neste contexto, há a sinergia entre setores ligados ao “regime” e segmentos da mídia nos anos 80. Personagens como Antônio Erasmo Dias e Afanásio Jazadji foram eleitos para a Câmara Federal, compuseram o chamado “bloco de segurança” que se opunha radicalmente aos direitos humanos e apoiava as ações violentas da polícia – assim como a pena de morte. Estes quadros ocuparam importantes espaços na mídia, difundindo medo e ódio contra àqueles identificados como “bandidos”. Houve uma transição da repressão aos “clandestinos”, “subversivos”, “comunistas”, “inimigos do regime”, para a repressão contra os “criminosos”. Ou com qualquer um que seja considerado semelhante.

¹⁷ Difundido pela imprensa como uma onda de ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), o evento ocorrido em maio de 2006 envolveu ataques contra prédios públicos e a policiais. O relatório *São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006*, maior estudo sobre o tema realizado desde então, aponta a corrupção policial contra membros do grupo o principal elemento disparador do

campo que forneceu as fontes de sua tese *Fronteiras em Tensão* (2008a). Ele acompanhou com certa proximidade (“de perto”) as reações das pessoas de Sapopemba, e também à distância (“de longe”) via noticiários. Segundo Feltran, a repercussão do *evento* amplificou a “fala do crime”: a imprensa, sobretudo a sensacionalista, deu subsídios para que a “vingança” contra os “bandidos” fosse consumada. Embora inseridos formalmente num regime político fundado sobre a universalidade dos direitos, processa-se uma disputa simbólica em que o direito universal para “bandidos” seria uma afronta à própria democracia. (Feltran 2008a, p.196). A repressão aos “ataques do PCC” caracteriza, como no caso do “massacre do Carandiru”, uma situação de extrema violência do Estado, por meio das polícias. Com um total de 493 “suspeitos” mortos, a mensagem dada pelas “forças da ordem” foi a de que a “ousadia dos bandidos” foi controlada (Feltran 2008a).

Feltran (2008a) revela como entre os jovens que nasceram e cresceram durante os anos 1990 e 2000 em periferias de São Paulo, o “mundo do crime”¹⁸ já se constituía em um *marco discursivo* em disputa por legitimidade social com outros discursos, como o do trabalho e da moral familiar operária. Atualmente, entre os jovens “essa disputa contribui para a resignificação do trabalho como ganho, dos projetos de vida a longo prazo como premência por curtir o presente e de uma religiosidade centrada na vida eterna por uma outra mais conectada às experiências-limite vividas no mundo” (Feltran 2008a, p.194). Por outro lado, “de fora para dentro”, esta figuração se confunde com a “criminalização” das periferias. A repressão policial em eventos como os “ataques do PCC” em 2006 se volta para todos aqueles que se “parecem” com “bandidos”, “todos aqueles que tem a mesma idade e cor de pele, que usam as mesmas roupas ou os mesmos acessórios daqueles identificados publicamente como criminosos, ou seja, os jovens das periferias urbanas” (Feltran 2008a, p.195). A violência policial após os ataques do PCC concentrou-se nas periferias de São Paulo. Isto é, a violência social dirigida aos

evento. Em uma semana o número de assassinatos chegou a quatrocentos e noventa e três, sendo a maioria realizada pela polícia militar do Estado de São Paulo.

¹⁸ Segundo Feltran, o “mundo do crime” é “uma representação construída, de modos distintos, tanto no senso comum brasileiro quanto entre adolescentes e jovens das periferias de São Paulo. Trata-se tanto de um ambiente criminal quanto de espaços de sociabilidade e produção simbólica, que tem se expandido para além das relações entre praticantes de atos ilícitos” (Feltran 2008a, p.13).

“bandidos” e a todos aqueles que com eles se pareciam, se coadunou com a violência política que expandiu o ódio aos moradores da periferia e a sua estigmatização no mundo público.

A tese de Feltran aponta para novas fronteiras das periferias de São Paulo com o mundo público. O debate sobre estas fronteiras tem a violência como cerne. Houve um incremento radical dos aparatos da violência nas últimas décadas. A discussão proposta por Feltran leva a uma análise complexa da violência no contexto das periferias paulistas: os jovens moradores da periferia sofrem cotidianamente tanto a *violência social* – uso da força imanente à “expansão do mundo do crime”, baseada na hierarquização praticada tanto pelos criminosos quanto pela repressão policial – quanto a de *violência política* – uso da força dirigida à locução política, voltada para silenciar indivíduos que portam conjuntos de valores, crenças ou projetos políticos contrários ao programa político oficial. Neste sentido, ambas as violências atuam para deslegitimar as periferias no mundo público.

Ao recorrerem a dois eventos emblemáticos da violência e da repressão ao crime em São Paulo, o *massacre do Carandiru* e os *ataques do PCC*, duas etnografias – *Cidade de Muros* (Caldeira 2000) e *Fronteiras em Tensão* (Feltran 2008a) – apontam para a existência de um ordenamento simbólico que situa os jovens moradores de periferias urbanas como “suspeitos”, “presidiários”, “bandidos”; como a “encarnação do mal”, “perigosos”; pessoas tidas como “naturalmente” repreensíveis. As duas etnografias desvelam um processo complexo que levou a que se identifiquem os “jovens de periferia” com a imagem do “bandido”. Essa violência brutal que fere os corpos de jovens e os silencia politicamente são transferidas para os relacionamentos cotidianos em periferias e passam a habitar a experiência daqueles que sofreram e ficaram silenciados.

Em 2000 a população jovem brasileira (de 15 a 29 anos) chegou a 47 milhões (Castro 2009). Foi o ponto máximo do movimento que ficou conhecido por estudos demográficos como a “onda jovem”. A “juventude” torna-se destaque nas políticas públicas no Brasil na década de 1990 e consolida políticas específicas para essa faixa etária nos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude. Aliado a “onda jovem” o aumento da mortalidade entre homens jovens em um contexto de mortalidade declinante chamou a atenção do estado para a juventude como uma tema

de destaque no campo das políticas públicas (IPEA 2009). A noção de juventude no campo das políticas públicas emerge, portanto, como um problema; até a assunção da noção de juventude, todo o campo das políticas públicas voltadas aos segmentos jovens se organizava em torno das políticas para “a infância e a adolescência”. O *sistema socioeducativo* é oriundo do paradigma do Estatuto da Criança e da Adolescência e impulsionado pelo crescente interesse em políticas voltadas para o controle da violência e da criminalidade entre os “jovens”.

Grande parte de meus interlocutores são netos ou filhos de migrantes, oriundos da zonal rural de diferentes locais do Brasil, que se alocam nas periferias pobres da cidade. As famílias herdaram, geração após geração, posições subalternas no mundo do trabalho, subestimação de suas produções e formas de participação social, criminalização de sua conduta, mecanismos de repressão e punição rigorosos – o controle de circulação pelas cidades, sua representação como perigoso ou potencialmente perigoso e, finalmente, o encarceramento da pobreza ou seu extermínio. Foi desta forma que meus interlocutores apresentaram a descrição da trajetória de suas famílias, enfatizando o caráter de superação, a força – “guerreiros” (como afirmou um jovem), “brava gente brasileira” (como afirmou sua mãe).

Nas últimas três décadas, o projeto de ascensão baseado no grupo familiar e no modelo do trabalhador estável tornou-se etéreo, e passou a concorrer com um “*anti-projeto*” (o “mundo do crime”) que propicia renda, possibilidade de consumo e status entre os pares geracionais (Feltran 2008a). A maioria dos “jovens da periferia” busca as alternativas fugazes no mercado de trabalho lícito, e não em atividade ilícitas. Entretanto, a invisibilidade pública dos jovens da periferia contribui para uma expressão brutal de violência contra jovens no Brasil contemporâneo: a repressão, encarceramento e extermínio dos “bandidos”, muitas vezes atingem quem é visto como semelhante (Feltran 2008a).

O ideal do trabalho tornou-se extremamente incerto para os mais jovens. Os jovens são os mais afetados pelas mudanças no mundo do trabalho – as consequências da reestruturação produtiva e da revolução tecnológica. Mesmo assim, como alerta Vera da Silva Telles (2007), o trabalho não deixou de ser uma dimensão estruturante para os mais jovens. Nas cidades de hoje, circuitos globais de produção e consumo marcam a experiência das novas gerações... “É também por esses circuitos

que os mais jovens fazem seus percursos, sempre descontínuos e sempre instáveis, no mercado de trabalho. E realizam uma experiência da cidade tensionada entre a brutalidade das desigualdades e a sedução encantatória do moderno mercado do consumo (...)” (Telles 2007, p.177).

Iniciei a pesquisa de campo nos primeiros meses de 2009. Os jovens que viveram a primeira década do século XXI em periferias de cidades paulistas experimentaram um processo de transformações aceleradas. Muitas *quebradas* mudaram substancialmente sua paisagem. O crescimento econômico dos mercados locais, “virações” bem sucedidas, presença de serviços diversificados – públicos e privados –, o acesso a crédito e o poder de consumo crescente tornaram muitos bairros periféricos regiões com uma economia pungente; considere-se que a ampliação da presença das ONGs e de diversos serviços públicos, que seguindo a lógica de descentralização e participação dos governos, sobretudo os petistas, incluiu nos quadros das organizações e serviços os moradores dos bairros. Completa o quadro de mudanças na experiência dos jovens das *quebradas* em que realizei a pesquisa de campo, o surgimento do PCC como força local, sua política de “paz entre os ladrões” e seu novo ideal de igualdade (Biondi 2010). Todas essas mudanças ocorreram simultaneamente a uma queda expressiva dos homicídios em diversas destas localidades¹⁹.

Ao distinguir nos contextos estudados diversas manifestações da “experiência juvenil”, procuro reconhecer como os jovens *das quebradas* transitam pelos labirínticos processos de construção das subjetividades e pelas relações de poder; para tanto, busco compreender como pensam, sentem e vivem em seus contextos particulares os jovens que veem suas vidas associadas à violência.

¹⁹ Em 1997, na cidade de São Paulo, o número de homicídios era de 56,7 para cada cem mil habitantes; esse número chegou a seu ápice em 1999 com 69,1 por cem mil habitantes; a partir de 2003 (52,4) o número de homicídio despencou, chegando em 2009 a 15,2 – uma queda acima de 80% em dez anos. Na cidade do entorno da capital em que também realizei pesquisa de campo, o ápice dos homicídios ocorreu em 2003, passando da casa dos 30 homicídios por cem mil habitantes e caiu em 2009 para perto de 20 por cem mil.

PERSPECTIVA: VULNERABILIDADE, CRIME E VIOLÊNCIA DE OUTROS PONTOS...

Os dados epidemiológicos indicam que os jovens são as maiores vítimas de homicídios no Brasil das últimas décadas. No período de 1979 a 1996, houve um aumento significativo deste índice (166%) que superou o aumento da população em geral (120%), em todas as regiões do Brasil. Entre 1996 e 2006, os homicídios na população juvenil – entre os 15 e 24 anos – passaram de 13.186 (treze mil, cento e oitenta e seis) para 17.312 (dezessete mil, trezentos e doze) representando um aumento de 31,3% (trinta e um vírgula três por cento) em uma década²⁰. Esse crescimento foi bem superior ao experimentado pelos homicídios na população total, que foi de 20% (vinte por cento) nesse período. O Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA) divulgado em julho de 2009 aponta para o fato de que metade das mortes de jovens brasileiros entre 12 e 19 anos são causadas por homicídio. E a mesma pesquisa prognostica que, seguindo os números de 2006, entre o ano citado e 2012, aproximadamente 33 mil (trinta e três mil) adolescentes morrerão por homicídio (UNICEF, 2009). O homicídio tornou-se a primeira causa de óbito na população entre 14 e 29 anos na passagem da década de 1980 para a de 1990, simultaneamente ao espraiamento do SUS. Estudos epidemiológicos sobre a “vulnerabilidade” indicavam as populações pobres urbanas, sobretudo a jovem, como o principal “grupo de risco”. O alto número de homicídios, predominantemente entre os homens jovens, se constitui na maior dificuldade para a proteção desse grupo etário – configurado como um grave problema de saúde pública (Paiva et al 2009; Reichenheim et al 2011).

O direito à vida é o principal referente da área da saúde; e a promoção é a tática basilar, anunciada nos discursos de gestores e técnicos da saúde, orientando as práticas da área. A eleição da promoção implica afirmação das relações entre saúde e condições de vida, resgatando o pensamento médico social do século XIX (Czeresnia 2003). A abordagem da violência a partir da saúde pública implica analisar os determinantes sociais; conhecer a frequência da violência, sua distribuição em grupos

²⁰ Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência. Ritle. Ministério da Saúde, Ministério da Justiça do Brasil. 2008.

populacionais, identificar “fatores de risco” (Cardia 2004). Neste contexto, a noção de “vulnerabilidade” tem se imposto no debate, na elaboração e na execução das políticas que se referenciam pela perspectiva da saúde pública, ampliando-se para assistência social, “infância e adolescência” e outros setores considerados “estratégicos”.

No ano 2000 foi elaborado em São Paulo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ/SEADE)²¹, um exemplo de como se manifesta a visão sobre a vulnerabilidade e os riscos da juventude. O documento é ambíguo ao tentar separar a noção da “vulnerabilidade” do esquadramento das condições específicas da vida dos jovens moradores de bairros de baixa renda em São Paulo. A escolha do termo “vulnerabilidade juvenil” é justificada no documento como uma tentativa de evitar a “mensagem preconceituosa” de que “só os pobres são vulneráveis”, “quando na verdade a sua maior sujeição à vulnerabilidade está na sua condição de adolescente amplamente potencializada pela sua situação de pobreza”²². Ou seja, o termo indicaria a associação entre adolescência e “*problemas/perigo*”, como decorrente de fatores de natureza biológica do período chamado de adolescência (“um período natural de turbulência” e da ampliação da “vulnerabilidade” pela situação de pobreza). O objetivo deste tipo de mapeamento seria “impedir ou minimizar escorregões para a transgressão”. Com efeito, a utilização da noção de “vulnerabilidade” para abordar o problema da juventude no início dos anos 2000 está relacionada à orientação das linhas de fomento das agências internacionais como a UNESCO, o UNICEF e a Organização Mundial de Saúde, para tolher o uso da energia e do tempo com práticas “indesejáveis”²³. A utilização da noção de “vulnerabilidade” é defendida como uma estratégia para abrir caminhos para a defesa e proteção de jovens pobres, rejeitados pela escola, sem oportunidades; ela,

²¹ Índice criado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados; estabelece medidas de vulnerabilidade juvenil dos diferentes distritos da cidade de São Paulo a partir das seguintes variáveis: taxa anual de crescimento da população, percentual de jovens de 15 a 19 anos, taxa de mortalidade dos jovens desta faixa etária, percentual de mães adolescentes entre 14 e 17 anos, renda e frequência à escola. Todos os recortes levam os bairros periféricos ao topo dos índices de vulnerabilidade.

²² Acessado em www.seade.gov.br/produtos/ivj

²³ Como exemplo desta tendência segue citação de publicação da UNESCO: “A vulnerabilidade social das populações que residem em áreas periféricas é também destacada em mapeamento da cidade de São Paulo, promovido pela Organização Mundial de Saúde, cujo interesse seria avaliar a vulnerabilidade dos jovens às drogas. Neste estudo, defende-se recorrer a atividades de lazer, cultura e esportes como forma de para inibir o uso de energia e tempo em violências e no uso de drogas” (Castro 2001, p.22)

entretanto, pode levar à estigmatização e à criminalização, comprovando a verdade que previra – a adesão ao crime a violência dos jovens mais “vulneráveis” – e municinando a repressão sobre eles. Essa é a ambiguidade inerente ao uso da noção de “vulnerabilidade”.

Uma publicação da UNESCO do início dos anos 2000 propõe “o combate da vulnerabilidade social por intermédio do capital social” (Abramovay et al 2002). A chave para a compreensão da potencialidade do “capital social” é mensuração de sua capacidade de produzir “externalidades”, “uma composição de vários elementos sociais que promovem a ação individual e coletiva (Abramovay et al 2002, p.63). A noção de externalidade é uma noção oriunda da economia – “custos e benefícios resultantes da interdependência social” - e um conceito chave para a compreensão da grade de inteligibilidade neoliberal (Foucault 2008a). A utilização da noção de “capital social” para lutar contra a “vulnerabilidade” indica um modo de se conceber as políticas sociais nas últimas décadas; uma concepção que pode ser definida como neoliberal.

Ao analisar o pensamento neoliberal em seu curso no College de France, em 1979, Foucault (2008a) identifica a noção de capital humano como elemento central na grade de análise “economicista” da atividade do indivíduo em suas relações com o mundo. O pensamento neoliberal representa uma mudança epistemológica na economia, uma mudança do referencial geral da análise econômica (Foucault 2008a, p.306). Não se trata mais da economia analisar os mecanismos relacionais entre investimento, produção, trabalho; a análise neoliberal propõe como tarefa da economia “a análise do comportamento humano e da racionalidade interna desse comportamento humano” (Foucault 2008a, p.307). Na teoria econômica clássica o indivíduo é o “parceiro da troca”; no pensamento neoliberal a entrada de cada um nas relações econômicas se dá como “empresário de si mesmo” – o indivíduo é o seu próprio capital. Distó decorre que o cerne da análise neoliberal é o comportamento humano medido em termos de capital. A análise neoliberal se volta para a formação do capital humano “espécies de competência-máquina que vão produzir renda” (Foucault 2008a, p.315). Formar capital humano é fazer “investimentos educacionais”, que podem ser pensados em termos de instrução, formação profissional etc. Mas esse não é o foco, no pensamento neoliberal os elementos que

entram na formação desse capital humano são muito mais amplos. “Esse investimento, o que vai formar uma competência-máquina, será constituído de quê?” pergunta Foucault (2008a, p.316). Os elementos que constituem esse investimento na concepção neoliberal são “o tempo que os pais consagram aos filhos”, “o nível cultural dos pais”, “o conjunto de estímulos culturais recebidos por uma criança”. “Ou seja, vai se chegar assim a toda uma análise ambiental, como dizem os americanos, da vida da criança, que vai poder ser calculada e, até certo ponto, quantificada, em todo caso, que vai poder ser medida em termos de possibilidades de investimento em capital humano” (Foucault 2008a, p.316); o capital humano é, portanto, “o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem” (Foucault 2008a, p.318).

A atribuição da “vulnerabilidade” a certos segmentos juvenis discriminam aqueles que necessitam de “cuidado”. O caminho para a superação da “vulnerabilidade”, entretanto, está obstruído, pois a própria condição de “vulnerabilidade” implica baixo “capital humano”. A teia da vulnerabilidade social, cujo enfrentamento deve ser o aumento do capital humano, é um labirinto conceptual que enreda os jovens das *quebradas*, sobretudo os que possuem relações de trabalho com mercados ilícitos.

Certos usos da noção de “vulnerabilidade” têm proporcionado um esquadrinhamento e a descrição de diversidades sociais sob um prisma homogeneizador. A definição dos lócus de “vulnerabilidade” legitima a intervenção sobre determinada população assim considerada. A violência e a drogadição são as duas problemáticas que estruturam a organização dos serviços de saúde para a juventude “vulnerável”. As diversas modalidades de crime, com destaque ao narcotráfico, são reconhecidas como o principal fator do incremento dos homicídios nas regiões metropolitanas brasileiras desde, pelo menos, a década de 1980. As “causas externas” são a principal causa de mortes entre jovens e o homicídio é a primeira, entre as causas externas. Na bibliografia da área de Saúde Pública “há conjecturas sobre uma forte associação entre homicídios, tráfico de drogas e posse ilegal de armas” (Reichenheim et al 2011, p.77). O tratamento dado aos homicídios pela área da saúde destaca o termo “causas externas” ao considerar a violência e suas consequências em termos de morbimortalidade. Os dados epidemiológicos apontam

para duas mensagens principais sobre os homicídios: “homens jovens, negros e pobres são as principais vítimas e os principais agressores em relação à violência comunitária”; “além dos determinantes socioculturais, a violência no Brasil está associada ao uso indevido de álcool e às drogas ilícitas” (Reichenheim et al 2011, p.77).

A atual política de “combate às drogas” no Brasil²⁴ está baseada em quatro características principais. Uma é o delineamento de determinados segmentos jovens como “públicos vulneráveis” que devem receber as ações prioritárias de prevenção, repressão e atenção. A segunda diz respeito a integração das áreas de saúde, segurança, educação e assistência em torno de um consenso moral sobre o “problema das drogas”. A terceira diz respeito aos indicadores de saúde que são utilizados como principal argumentação para a intervenção estatal. A quarta é a aproximação do uso de drogas com as práticas de crimes. Os estudos da violência como ‘causas externas’ associam violência e juventude, descrevendo o acento de homicídios, e outras formas de violência que geram “agravos à saúde”, na faixa etária dos 15 aos 29 anos. Ao associar juventude e violência, mesmo com o intuito de proteger jovens contra “fatores de risco”, estes estudos tendem a estigmatizá-los. O termo ‘causas externas’ revela uma visão de externalidade ao corpo, à voz, à experiência dos sujeitos, o que leva a análises com ênfase descritiva no estudo dos homicídios. Se não há o reconhecimento das situações e estilos de vida que envolvem a experiência de “jovens da periferia” não se desconstrói a associação juventude e violência – e o resultado disso é a ambiguidade com que eles são tratados pelos agentes públicos, entre a criminalização, a assistência, a patologização e a repressão violenta (Trassi e Malvasi 2010).

²⁴ As políticas de “combate às drogas” no Brasil se intensificaram nos últimos anos com a criação de programas federais. Em 2009, o programa “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência” foi criado para ser “uma resposta aos desafios impostos pela associação de drogas, violência e juventude”. O enfoque deste programa é “o tratamento e reinserção social, visando à redução da criminalidade associada ao uso indevido de álcool e outras drogas, o fortalecimento da rede social e de saúde e o melhor acesso aos serviços disponíveis”. Em 20 de maio de 2010 a Presidência da República, por meio do decreto nº 7.179, Instituiu o “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”, objetivando estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção ao uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis – entre outros, crianças, adolescentes e população em situação de rua; estruturar, ampliar e fortalecer as redes de atenção à saúde e de assistência social para usuários de crack e outras drogas, por meio da articulação das ações do Sistema Único de Saúde – SUS – com as ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Embora o varejo das drogas, o comércio de carros e outros bens roubados e outros ilícitos continuem a empregar muitos jovens, o número de homicídios caiu substancialmente no Estado de São Paulo. Se o *crime* não parece arrefecer em seu potencial mercadológico e de geração de renda para jovens, é possível pensarmos que os homicídios diminuam também no interior das atividades criminosas? Esta tese procura reconstituir agenciamentos presentes na vida cotidiana de jovens que se relacionam (direta ou indiretamente) com o tráfico de drogas. Nestes contextos estudados, a diminuição dos homicídios é patente. As leituras correntes sobre o tema apontam para diferentes hipóteses para tal diminuição: redução relativa da população jovem, diminuição do estoque e posse de armas de fogo, mudança na gestão de segurança e informatização dos dados, aumento do encarceramento (Khan 2009). Todas as versões se baseiam em dados estatísticos, exceto a de monopolização do tráfico e outras atividades criminais pelo PCC que tem sido elencada como uma das possíveis causas da diminuição dos homicídios em estudos etnográficos (Feltran 2010; Malvasi 2011). De qualquer forma, ainda são escassas as análises que considerem a experiência cotidiana dos jovens das *quebradas* como uma fonte de conhecimento sobre os processos que levam à diminuição dos homicídios no estado de São Paulo.

A pesquisa antropológica no campo da saúde permite uma perspectiva complementar à visão biomédica e epidemiológica. A proximidade permite um olhar sobre o microcosmo de relações humanas e outro tipo de análise sobre os sistemas sociais. Por meio de descrições detalhistas e pormenorizadas a etnografia procura revelar um universo particular e como neste a experiência da alteridade é reatualizada e como determinadas visões cristalizadas – como a associação de jovens da periferia com a violência – podem ser problematizadas e revistas. A simples descrição das “causas externas” que impactam na saúde não revela as complexas teias de significados construídas em torno da violência e, assim, dificultam a compreensão das experiências humanas em que a violência ocorre.

Ao se interrogar sobre a transparência dos atos de violência, Veena Das (1998) propõe outro caminho para a compreensão do fenômeno, para além da simples constatação e descrição:

Como se pode expressar a relação entre a possibilidade e a ocorrência, e mais ainda, entre o factual e o eventual, se a violência, quando acontece de modo dramático, encerra uma relação com o que está acontecendo de forma repetida e não-melodramática, como dizê-lo, não numa narrativa única, mas na forma de um texto que é constantemente revisado, revisto e acrescido de comentários. Pode-se, então, pensar no texto não como algo acabado, mas em processo de produção. Além da imagem do texto, podemos também falar do envolvimento no dia-a-dia como um envolvimento com a criação de fronteiras em diversas regiões do self e da sociabilidade (Das 1998, p.31-32)

A compreensão da violência nesta chave não se limita ao paradigma biotecnocientífico que predomina no âmbito das ciências e práticas de saúde oriundas do campo dos saberes médicos, biológicos e epidemiológicos. Como ensina Veena Das (2006), na antropologia não se identifica um padrão de escala independente da perspectiva. Para o antropólogo a questão é estabelecer um horizonte em que ele pode localizar os interlocutores em suas relações e interações com o outro. O horizonte que estabeleço nesta tese se desenhou em anos de contato profissional e afetivo com alguns bairros periféricos na cidade de São Paulo e em cidades do seu entorno; e também na minha atuação profissional no *sistema socioeducativo*. De onde vejo, existe um ponto de observação da violência elaborado nas *quebradas*, outro no *crime*, e um terceiro no *socioeducativo*. Três pontos que não se excluem. Ao contrário: *se entrecruzam*, criam *as interfaces*.

A noção nativa de *quebrada* ressignifica condições e situações de vida que são enquadradas na definição de “vulnerabilidade”; cria novas interpretações sobre uma conjuntura analisada nos discursos tecnicocientíficos da “vulnerabilidade” como geradora de violência; a noção de *quebrada* é, nesta perspectiva, uma releitura da “vulnerabilidade” das periferias, que enfatiza uma visão da violência estrutural²⁵. A

²⁵ Entende-se como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (Minayo 1994).

noção de *quebrada*, segundo Pereira (2010) incorpora a dimensão do risco, transformando os elementos de “vulnerabilidade” de seus territórios, em pontos de delineamento do pertencimento comum, e que se expandem para a periferia da região metropolitana de São Paulo como um todo.

“No circuito das diferentes práticas ligadas ao *hip hop*, pertencer a uma periferia da Região Metropolitana de São Paulo aponta para uma noção universalizante que congrega os jovens, pois uma grande parte reconhece-se como de alguma *quebrada* da cidade. E, por isso, sustentam um *ethos* de periferia que remete tanto às relações pretensamente comunitárias, ou mais próximas, que a *quebrada* designa, como às condições de pobreza, à violência e aos riscos existentes nos bairros da periferia. Neste sentido, pertencer à periferia é também uma condição importante para se obter reconhecimento. Dessa forma, a noção de *quebrada* incorpora também a dimensão do risco, pois aqueles que nela residem correriam mais riscos e enfrentariam maiores adversidades, sendo, portanto, mais fortes” (Pereira 2010, p.45).

Grupo influente e atuante nos contextos estudados, os jovens do movimento hip hop consideram-se fortes ao reconhecerem que “as situações de risco” estão em seu contexto. Jovens que trabalham no tráfico compartilham tal visão com os *hiphoppers*; ambos são da *quebrada*, como os educadores sociais e oficinairos que trabalham nas ONGs; todos que se autoidentificam como “da *quebrada*” possuem pontos de conexão na vida cotidiana e zonas de articulação de suas leituras da realidade que estão sintetizadas na noção de *quebrada*.

A noção de “vulnerabilidade” tem sido usada pelos gestores e técnicos do *sistema socioeducativo* como um “guarda-chuva” para a sistematização das informações do adolescente autor de ato infracional. No contexto do *sistema socioeducativo* em São Paulo, o “problema das drogas” tornou-se um tema central²⁶.

²⁶ Em 2006, do total de adolescentes do sexo masculino internados, 17% o eram pelo crime de tráfico de drogas; em 2008 esse número havia saltado para 32%, um aumento de quase 100% em dois anos. De 2009 30%; 2010 – 33,5%. No caso das meninas: 2006 – 32%, 2007 – 41%; 2008 – 47%; 2009 – 45%, 2010 46,5%. 2 - Por outro lado, segundo o discurso corrente no sistema socioeducativo há um contingente significativo dos que cometeram

Do diagnóstico de quebra de vínculos sociais do jovem com a família, a escola, a igreja e com as demais instituições responsáveis pelo controle social do adolescente, à análise da influência de grupos de jovens sobre o comportamento do infrator, os técnicos utilizam a noção de “vulnerabilidade” para caracterizar o “perfil do adolescente”. A família é eleita como a instituição capaz de exercer maior controle (estabelecimento de regras, horários, punições e recompensas) sobre o jovem; por isso, o contexto familiar é tido como o principal “fator de risco” ou de “proteção” para a infração. Aos “fatores de risco”, delineados nas condições de vida, a “vulnerabilidade” é associada no discurso corrente no *socioeducativo* aos mecanismos internos do indivíduo: tanto nos seus aspectos biológicos quanto nos psicológicos. Desta forma, no delineamento de relatórios de acompanhamento individual de adolescentes se especula sobre aspectos biológicos hereditários como fatores importantes no tocante ao desenvolvimento cognitivo e aprendizagem, podendo predispor o indivíduo à infração; a “personalidade” também é fundamental para a compreensão da delinquência. O ciclo se fecha novamente com as condições de vida, pois a personalidade é tida como consequência da intersecção das influências do meio com a bagagem genética individual.

Considero a perspectiva dos jovens como um caminho privilegiado para a compreensão do *sistema socioeducativo*, desde sua *margem* – assumo uma abordagem teórica e política do sistema. Sigo a perspectiva de Das e Poole (2008), ao tomar as *margens* como elos que constituem as condições necessárias para se pensar etnograficamente o Estado como objeto teórico e político. Ao tomar uma política pública, como o *sistema socioeducativo*, desde suas margens, não retrato apenas dinâmicas territoriais específicas, nem segmentos populacionais considerados excluídos ou marginalizados. Procuro antes mapear sítios de práticas em que (certas) leis e outros mecanismos de poder e alteridade são acionados (Das e Poole 2008). No caso pesquisado, refiro-me às intervenções governamentais junto a pessoas consideradas insuficientemente socializadas segundo o marco normativo do Estado –

infrações sob o efeito do uso de drogas. Segundo pesquisa recente feita em todo o território nacional (Zamora 2008), os dados apontam para um amplo uso de maconha (67,1%), seguido pelo álcool (32,4%), e um número significativo que alegou ter cometido o ilícito sob efeito do crack (31,3%).

os adolescentes, e, ainda, “em conflito com a lei”. A ação do Estado junto a *jovens “das periferias”* não se refere apenas à repressão sobre territórios, mas, também, às intervenções do Estado, como as *medidas socioeducativas*, em que se criam maneiras de legislar e governar.

Presentes em diversas cidades e regiões do Brasil, as ações estatais em São Paulo – criadas para lidar com a população jovem das periferias – se efetuam por um discurso do “impacto” destas ações para a melhoria da “qualidade de vida” desta população jovem. Adotar as *margens* do Estado implicou observar as ações governamentais como processos que tomam forma e fragilizam, modelam e são modelados, se fazem evidentes, se ocultam ou naturalizam, são vividos, corporificados, resistidos e simbolizados pelo conjunto social para a qual se destinam; explorar os territórios considerados vulneráveis é ingressar ali onde as “patologias do poder” e as “perversões da economia” (Epele 2010) produzem seus labirintos mais intrincados. A pesquisa de campo ocorreu em dois bairros da cidade de São Paulo e em seu entorno; bairros periféricos / *quebradas* que foram pontos – privilegiados – para se pensar a vulnerabilidade, o crime e a violência.

ETNOGRAFIA: ÉTICA, INTERLOCUTORES E PESQUISA DE CAMPO

A máxima de que a etnografia se caracteriza como a abordagem das experiências humanas que se constrói a partir de uma experiência pessoal constitui possivelmente para os “não-iniciados” um dos pontos mais intrigantes da pesquisa antropológica. Realizei a pesquisa de campo em territórios nos quais minha trajetória se dá por múltiplas entradas, não estando na experiência do “pesquisador” o princípio da minha relação com os moradores das localidades por onde estive regularmente nos anos 2009 e 2010. No caso do bairro localizado em uma cidade no entorno de São Paulo (a aproximadamente 50 km da capital) me relaciono com moradores desde 2003 – participei de projetos de Ongs, do poder público municipal, desenvolvi ações

culturais com o movimento hip hop local, campanhas e eventos junto aos movimentos sociais; nos primeiros meses de pesquisa de campo, em 2009, era diretor de uma ONG localizada no bairro. Já, na *quebrada* da zona leste de São Paulo, minha entrada se deu como especialista do *sistema socioeducativo*, professor de alguns técnicos e educadores de programas de atendimento em meio aberto – *Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)* – realizado com os adolescentes do bairro.

Na pesquisa de campo, imergi no cotidiano de jovens moradores das duas *quebradas* como um “profissional” ligado a “causas sociais” e, fundamentalmente, às questões concernentes à “juventude”. Minha inserção no campo ganhou ainda maior complexidade, pois, além de realizar pesquisas no terreno dos próprios jovens, sou professor de um Programa de Mestrado – *Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei*²⁷, cujos alunos são profissionais de diversas áreas relacionadas ao trabalho junto aos adolescentes envolvidos no tráfico de drogas: psicólogos, defensores públicos, promotores, policiais, assistentes sociais, educadores. Desafiados por contradições similares às minhas, meus alunos ocupam posições institucionais em órgãos do Estado e em organizações de defesa de direitos e de execução de políticas sociais. Esta pesquisa, portanto, se realiza em terreno ambíguo no qual a violência institucional que combato é reproduzida por um campo institucional em que, de certa forma, atuo. Lembro aos meus alunos, por isto, que a antropologia não serve para “pacificar”, mas para “*manter o mundo em desequilíbrio, puxando tapetes, virando mesas e soltando rojões*”. O ofício do antropólogo é como o de um “mercador do espanto” (Geertz 2001, p.65).

A conjuntura particular em que esta etnografia ocorre revela interconexões entre a atuação militante em organizações e movimentos sociais, atividades profissionais e a pesquisa científica. Situação fronteira, etnografia nas “interfaces”. Experiências de pesquisa – como a minha – são marcadas pela múltipla entrada do pesquisador em seu campo, um misto de agente interno e, simultaneamente, externo (Agustín 2007). A ampliação do número de antropólogos em projetos sociais e

²⁷ Programa de Mestrado Profissional *Adolescente em Conflito com a Lei* – Anhanguera-UNIBAN.

políticas levadas a cabo por governos, organizações não governamentais e pelas agências multilaterais ligadas à Organização das Nações Unidas – notadamente a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – torna a posição dos antropólogos no campo um misto de parceiro das “populações atendidas”, ator político, pesquisador com interesses próprios no interior do campo – um misto de agente que possui vínculos com o grupo social em questão – que tem acesso a informações sigilosas, presumidamente alguém que entende os relacionamentos do grupo social assim como as legendas que os envolvem; e “outsider” – alguém com vínculos com a academia que orienta uma visão distanciada do cotidiano de relações face-a-face (Agustín 2007).

Esta tese é marcada também pela interface entre áreas do saber – entre o referencial teórico-metodológico da antropologia e questões emergentes da saúde pública. Ao realizar pesquisa etnográfica na área de saúde conflito com uma visão normativa da *vida* de jovens moradores de periferias urbanas, delineada em termos dos “fatores de risco” que levam aos “agravos à saúde” e à morte. Em nossa época, em que a doutrina médica almeja encontrar a “cura” definitiva para o corpo humano, transformando-o em glorioso corpo controlado pela técnica, sem doença, sem degeneração, circunspecto para ser todo “potência”, observo em meu campo de pesquisa outra face da *biopolítica* na contemporaneidade: a vida de jovens que estão no *fio da navalha*, entre a violência social e a política (Feltran 2008a). Na interface da antropologia com a saúde pública, pretendo com esta tese contribuir para a construção de um campo de pesquisa na área de saúde que permita observar os locais e as situações que revelam formas de vida e sua potência de tecer no cotidiano a resistência à anulação do humano (Das 2006).

Em uma pesquisa com estas características, a questão ética do engajamento do pesquisador se impõe na construção etnográfica. Engajamento tornou-se um dos principais temas desta pesquisa, desde a sua formulação – e não porque o projeto fosse uma etnografia autorreferenciada: objetivando situar os dados da pesquisa, problematizar minha inserção como profissional foi de fato indispensável. A atuação como professor em um programa de mestrado vinculado ao campo de aplicação e execução de *medidas socioeducativas* – uma área de intervenção estatal – impõe

dilemas éticos. A principal demanda do Estado para os profissionais desta área é o controle da criminalidade entre os mais jovens. A produção do conhecimento é vista como uma questão de objetividade para a intervenção. Minha experiência como antropólogo, entretanto, transborda os ideais de “objetividade” e “eficiência”. Ao situar minha subjetividade na realização da pesquisa, proponho destacar a responsabilidade que a mim atribuo: a de enfatizar a experiência humana envolvida na participação ou no simples convívio com o *crime* de tráfico de drogas; a missão de trazer à tona aquilo que “escapa” dos dados estatísticos, das reportagens jornalísticas e das justificativas de políticas de repressão do Estado.

Uma das marcas da experiência etnográfica é a fuga da dicotomia entre a pesquisa objetivamente construída e o posicionamento político frente a questões que absorvem os antropólogos como cidadãos (Almeida 2004). Nesta tese não quis ceder a um dos lados do “muro” que envolve as fronteiras entre a defesa de jovens que sofrem violências e a prática de atos ilícitos. Não defendo uma visão opressiva que toma estes jovens como meros “infratores” promovendo saberes que facilitem uma busca civilizatória de transformá-los a qualquer custo. A pesquisa etnográfica que empreendo não me leva à conclusão de que o jovem envolvido com o *crime* é, em sua generalidade, um “bandido” cuja liberdade desconsidera toda e qualquer alteridade. Também não admito me condenar a um relativismo tal em que a experiência de trabalhar no tráfico de drogas não seja problematizada como um entrave à cidadania e como uma situação em que a violência é crônica e, às vezes, fatal. Observar “de perto” esta realidade não implica desconsiderar as violências que ocorrem no interior das atividades criminosas. Entretanto, em uma perspectiva intersticial, pondero sobre variáveis que desconstroem a associação *jovens-periferia-crime-violência*.

Esta etnografia foi realizada em diálogo com a analítica do poder foucaultiana, engendrando um modo de se construir a descrição etnográfica – atenta para a complexidade da experiência de realizar pesquisa em meio de múltiplos agenciamentos da vida cotidiana. Envolvido em teias e táticas do poder que atuam na experiência dos indivíduos, eu estou capturado em dispositivos de saber-poder como um especialista (Foucault 2001, 2005, 2008b). A abordagem proposta observa a

interação e as formas de identificação e de diferenciação entre os diversos sujeitos da pesquisa, incluindo o pesquisador.

George Marcus (1991) propõe como um dos requisitos da etnografia contemporânea a *bifocalidade do observador*, isto é, a justaposição crítica e explicitada entre o mundo do etnógrafo e o mundo do outro como objeto, de tal modo que tais mundos não sejam vistos como separados e diferentes. A perspectiva “bifocal” parte da constatação de que a pesquisa etnográfica se desenrola em muitos locais de atividades diferentes e por muitos agentes diferentes, com finalidades diferentes (Marcus 1991); ela implica levar em conta na descrição etnográfica a cadeia de conexões e associações que une a trajetória do pesquisador com o mundo social objeto de reflexão. A bifocalidade permite a fusão de horizontes, uma “cadeia de vínculos históricos ou atuais preexistentes que liga o etnógrafo aos objetos de sua investigação” (Marcus 1991, p.211). A inserção combinada de atuação profissional em uma área de políticas para a juventude e a relação direta com territórios e grupos de jovens levou-me a reconhecer tanto os intensos impulsos integrativos e racionalizadores do estado e da economia quanto as dispersões do sujeito – pessoa ou grupo – nos fragmentos múltiplos e sobrepostos da vida cotidiana. Em pesquisas etnográficas assim construídas, o conceito de totalidade dá lugar às ideias de fragmentos, fraturas, feridas, lacunas e abismos da vida cotidiana, em meio ao poder que se exerce sobre os sujeitos no processo mesmo de viver (Das 2006). Trata-se, em suma, de negar o conceito convencional de totalidade, para dar lugar a fragmentos que se arranjam e reordenam textualmente pelo projeto do etnógrafo (Marcus 1991, Das 2006).

O projeto de pesquisa inicial – *Trabalho no tráfico de drogas: práticas sociais e representações coletivas entre jovens de periferias paulistas* – era o de conhecer e interpretar o cotidiano de jovens (adolescentes e jovens adultos entre 15 e 29 anos), moradores de periferias de cidades do Estado de São Paulo, que se ocupam com o tráfico de drogas²⁸, considerando uma questão de Saúde Pública esta

²⁸ A proposta inicial era pesquisar em pelo menos duas localidades (em um bairro de cidade localizada na região metropolitana e em outro na capital de São Paulo) para estabelecer uma perspectiva comparativa e compreender a difusão de padrões simbólicos e comportamentais entre jovens “da periferia” que se ocupavam com o tráfico de drogas. O Projeto previa o reconhecimento dos circuitos e redes sociais em que os jovens transitam e as diversas formas de pertencimento às quais aderem e com as quais se relacionam em seu cotidiano. A pesquisa deveria, ainda, observar as interconexões com as “forças da ordem”. Neste estágio, sem certezas sobre o que encontraria

participação de jovens no tráfico – e todas as implicações, enfim, na vida destes trabalhadores: a violência e os riscos associados à atividade. Iniciei a pesquisa de acordo com o que o projeto anunciava. Os jovens trabalhadores do tráfico acompanhados (e que continuo acompanhando) são amigos ou parentes de pessoas minhas conhecidas, e aceitaram participar da empreitada por causa da confiança de relações interpessoais com os meus principais interlocutores. A mediação entre jovens moradores dos bairros pesquisados e profissionais com os quais me relaciono na área do “Adolescente em Conflito com a Lei” ampliou a pesquisa e tornou-a mais complexa. Consolidaram-se dois registros empíricos: (1) as trajetórias de jovens entre 19 e 28 anos que se relacionam entre si, vivenciando (direta ou indiretamente) o tráfico de drogas em dois territórios do estado; e (2) a passagem de adolescentes (15 a 18 anos) em programas de *atendimento socioeducativo* em meio aberto nestes mesmos territórios – jovens que possuem relações de vizinhança, de amizade ou “relação profissional”²⁹ com o primeiro grupo. Neste sentido, o estudo do *sistema socioeducativo*, do *crime* e da *quebrada* adota um viés limitado; diversas perspectivas ficam de fora da análise ou são referenciadas de modo incompleto e parcial, como a dos técnicos da área psicossocial de programas de *atendimento socioeducativo* às famílias dos jovens interlocutores.

O trajeto labiríntico, característico de uma etnografia, já foi percorrido por muitos antropólogos: a experiência de campo transforma a proposta original da pesquisa; no caso desta tese a “orientação” do campo levou à redefinição do recorte empírico, à ampliação da rede de interlocutores, à elaboração de outro modo de problematizar o trabalho no tráfico de drogas, não levando em conta apenas aqueles que nele trabalham. A tentativa de conhecer as *interfaces* que aproximam e tensionam na vida cotidiana três “pontos de observação” do tráfico de drogas – a

pela frente, elaborei uma série de questões que revelam a dispersão e a incerteza com relação à pesquisa. Problematizei as relações simbólicas entre o “ser jovem” e a participação no tráfico de drogas, e especulei o “controle biopolítico” sobre os jovens criminosos. No trecho mais indeciso do projeto me perguntava se “as performances corporais dos jovens que se ocupam com o tráfico de drogas são cortadas pelos discursos e disciplinas da modernidade, fazendo deles a ‘vida matável’ preferencial na sociedade brasileira contemporânea? Ou representam uma forma de resistência por meio da construção de estilos de vida que expõem dissensos?” E concluí: “tenho a intuição de que nem uma coisa nem outra exatamente”.

²⁹ Os adolescentes que acompanhei tiveram como *educadores/oficineiros* jovens das suas próprias *quebradas*, que foram efetivamente os principais interlocutores da pesquisa.

quebrada, o *crime* e o *socioeducativo* – foi enunciada após doze meses de pesquisa de campo, em março de 2010.

A escolha por dois territórios não configurou a pesquisa em uma perspectiva comparativa convencional. Os dois bairros possuem características comuns: foram constituídos na década de 1970, em processos de ocupação irregular; em número o bairro na cidade do “interior” tem população estimada em dez mil habitantes, e passa dos cinco mil no bairro da zona leste da capital paulista; auge e declínio da violência – em ambos – no intervalo entre 1999 e 2003; a expansão da ONG e das estruturas de saúde e de assistência nos anos 2000 também coincidem. Entretanto, uma comparação “ponto por ponto” não se tornou viável porque eu não dispus de contextos similares de observação; no bairro da cidade do entorno de São Paulo observei, num primeiro momento, o funcionamento do “negócio” tráfico de drogas; no bairro da capital a entrada se deu por um interesse de educadores sociais compreenderem o PCC. O que encontrei como material de comparação foram as relações tanto interpessoais quanto políticas entre os *jovens das quebradas* que se relacionam com o tráfico de drogas – sejam como trabalhadores e empreendedores, sejam como vizinhos e amigos dos que comercializam drogas e/ou educadores sociais, trabalhadores do *campo socioeducativo* – todos “eles” podendo ser consumidores eventuais de substâncias psicoativas. Há que se considerar também que as diferentes maneiras pelas quais eu realizei o trabalho de campo etnográfico distendem a perspectiva comparativa contrastante até uma perspectiva comparativa complementar; digo com isto que o estudo de dois territórios em cidades com populações numericamente tão diferentes (150 mil habitantes de uma contrastando com os quase 11 milhões de outra), e que separados por apenas 50 km um do outro³⁰ possuem histórias similares, revelou universos simbólicos compartilhados em ambos os contextos, assim como saberes e poderes mobilizados no cotidiano dos bairros.

Na cidade do entorno da capital, a pesquisa começou quando, em novembro de 2008, pedi a quatro rappers – dois deles também educadores sociais – que me ajudassem a realizar uma pesquisa sobre o “trabalho no tráfico de drogas”. Tenho relação de trabalho e de amizade com estes jovens desde 2003, sendo que em 2009

³⁰ “Fiz a viagem de um território a outro e a distância entre eles é de 53 km” (diário de campo, 24 de junho de 2010).

tinham eles entre 25 e 28, enquanto eu tinha 32 anos de idade. Coordenei um projeto no qual os quatro trabalharam como educadores; tornaram-se, desde então, companheiros meus de trabalho e pessoas com as quais eu estabeleci relações afetivas, vínculos de amizade. Um destes jovens, que chamarei de Thurma, foi especialmente ativo na pesquisa, tornando-se meu principal interlocutor neste território. As trajetórias e tramas que compõem o texto sobre o tráfico no bairro foram construídas a partir das observações do pesquisador em campo, das conversas informais com os traficantes e das conversas mais sistemáticas com o grupo de rappers e educadores. No personagem Thurma materializei as falas e as situações vivenciadas pelos seus três amigos. De fato, a maior parte das circunstâncias foi vivenciada pelo jovem que “nucleia” o personagem Thurma.

Thurma cresceu na *quebrada* que é considerada a mais “carente” e “vulnerável” de sua cidade; ele utilizou substâncias psicoativas, cometeu pequenos furtos, pediu dinheiro em faróis junto com vizinhos até ingressar, aos treze anos, em uma ONG da qual ele é hoje um dos diretores. Morando sempre na mesma casa, porém, Thurma continuou amigo e parceiro dos seus antigos companheiros de infância – os que juntos “abalavam” a cidade: alguns morreram, muitos viraram “trabalhadores”, outros ingressaram na “carreira do *crime*”. Com o passar dos anos, Thurma tornou-se uma referência em sua *quebrada*, tanto para os jovens quanto para as organizações e o poder público. No momento em que principiei a pesquisa de campo em sua cidade, minha trajetória se cruzou com a de Thurma uma vez mais, pois ele iniciava “Oficinas da Palavra” – tanto na unidade de internação quanto no programa de *atendimento socioeducativo* em meio aberto.

A mediação de Thurma foi o fator decisivo na viabilização da pesquisa. Embora eu já conhecesse alguns dos sete jovens traficantes selecionados/convidados a participar do estudo (devido a atividades profissionais junto às suas famílias ou mesmo nas vias do bairro, em eventos diversos) foi pelo intermédio do rapper que passei a frequentar ruas, becos e *biqueiras* da *quebrada* sem causar muita estranheza ou mal-estar. Em fevereiro de 2009 fiz a primeira reunião com o grupo convidado. Argumentei à época que a ideia era conhecer a trajetória de alguns jovens que trabalhavam no tráfico para reconstituir suas redes de relações para além do tráfico; isto é, não queria estudar a atividade criminal em si, mas a vida cotidiana das pessoas

que do comércio de drogas se ocupavam. Argumentei para seduzi-los que este era um tipo de pesquisa que mostraria um “outro lado” da vida de quem trabalhava no tráfico. Eles ocupavam diferentes posições hierárquicas na firma – e entre eles diferiam também na idade, no estado civil e na condição econômica. De fevereiro a agosto acompanhei a vida cotidiana destes sete jovens; logo no início os dois com menor idade (16 anos ambos em 2009) foram para a unidade de internação e lá permaneceram por alguns meses. Em agosto, Thurma me chamou para uma conversa e pediu para que eu parasse com a pesquisa, pois a quebrada estava “moiada”³¹ (ver capítulo 2). Em outubro os dois traficantes mais graduados na hierarquia do comércio local foram presos junto com mais treze vendedores. Neste período, eu e Thurma já havíamos considerado o enfoque – *trabalho no tráfico de drogas* – limitado para retratar a complexidade da vida cotidiana no entorno do tráfico de drogas, além de potencialmente perigoso para os participantes (incluindo o pesquisador). A partir de setembro de 2009, até dezembro de 2010, a pesquisa de campo voltou-se para a sociabilidade entre jovens do movimento hip hop, jovens militantes em ONGs e jovens traficantes em redes de sociabilidade comum.

O desafio de etnografar as atividades do tráfico no bairro da zona leste da capital paulista mostrou-se então ainda mais difícil de se realizar, pois embora atuasse profissionalmente no bairro, não tinha proximidade com a “comunidade”: a desconfiança diante de pesquisa desta natureza seria maior; avaliei a empreitada arriscada. Ponderados os riscos, iniciei portanto a pesquisa de campo na zona leste de São Paulo já por uma perspectiva diferente daquela realizada na primeira etapa da pesquisa ocorrida apenas na cidade do “interior”. Se os jovens do movimento hip hop foram a minha entrada para o estudo do tráfico de drogas na cidade do “interior”, jovens educadores que realizam acompanhamento *socioeducativo* marcaram minha entrada na zona leste da capital. Um deles tornou-se meu principal interlocutor nesta *quebrada*; ele será chamado de Riso. Assim como no caso de Thurma, no personagem Riso se somaram falas, comportamentos e situações experienciadas pelos outros dois educadores.

³¹ *Moiada* – gíria usada para caracterizar o perigo de sofrer abordagem policial.

O contato com Riso surgiu de uma forma muito pouco usual. Um aluno, meu orientando, procurou-me para dizer que um colega dele do Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto queria escrever um livro sobre o “PCC”. Era junho de 2009, mesma época em que eu tentava me aproximar de programas de *atendimento socioeducativo* para realizar pesquisa de campo – desta vez em localidade na cidade de São Paulo. Meu aluno disse ainda que o rapaz gostaria de conhecer alguém que o pudesse ajudar, orientar sua redação de texto. A partir de encontro proporcionado entre mim e ele, de agosto de 2009 a dezembro de 2010 acompanhei Riso e dois colegas dele educadores sociais, em seus territórios; eu tomava parte nas visitas aos bairros em que eles realizavam *atendimento socioeducativo* aos seus adolescentes, e também presenciava seu convívio com vizinhos e amigos de infância, alguns deles traficantes.

A vida deste jovem e das pessoas de seu bairro tem passado por muitas outras mudanças, além da relacionada com a criminalidade. O rapaz de 27 anos, que vive com quatro irmãos e dois sobrinhos (a mãe morreu há 15 anos, o pai mora com outra família e ele tem mais oito irmãos vivendo em diferentes casas), é o primeiro da família a cursar ensino superior (estuda Pedagogia) e a trabalhar em uma ONG como educador social. Atua no programa de *medidas socioeducativas em meio aberto*, fazendo o acompanhamento “técnico” de adolescentes. Segundo ele, em seu bairro, a maioria dos jovens da sua geração se envolveu ou permanece envolvido com o *crime*. Riso, então, mediou encontros com os seus irmãos, vizinhos e amigos que em algum momento de suas trajetórias participaram do tráfico de drogas; e me levou também ao convívio com alguns dos adolescentes que ele acompanhava na *medida socioeducativa* de Liberdade Assistida.

Apresentei-me aos meus interlocutores (em ambos os territórios e registros empíricos) como um pesquisador preocupado em conhecer o ponto de vista deles, e apresentar uma outra visão daquela que o *Datena* veicula³². Conversa, observação e

³² José Luiz Datena imprimiu marca pessoal à frente do *Brasil Urgente*, veiculado pela TV Bandeirantes: programa conhecido pela cobertura policial, aborda a violência de forma sensacionalista, enfatizando-a. Segue a linhagem de programas de rádio e de TV surgidos na década de 1980, como o do polêmico apresentador Afanásio Jazadi e o programa intitulado “Aqui e Agora”, do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT. José Luiz Datena retornou à Rede Record em junho de 2011, para apresentar o “novo” *Cidade Alerta* – mas surpreendeu os telespectadores voltando ao Grupo Bandeirantes e à sua antiga posição em curto espaço de tempo.

redação de uma “tese” sobre o “ponto de vista” deles, assim descrevi minha atividade como pesquisador aos rapazes naquele final de verão de 2009. Apresentar a pesquisa etnográfica para os interlocutores é sempre uma tarefa delicada. Hoje penso nos dilemas éticos inerentes à forma como eu lhes apresentei a pesquisa; tive uma postura ingênua argumentando que mostraria suas vidas de acordo com os seus valores. Com efeito, a manutenção da transparência no processo de realização da pesquisa, que chegou ao ponto de eu procurar um novo foco após uma intervenção de meus interlocutores, foi o fiel da balança para que eu, como pesquisador, sinta que tive uma postura digna e ética ao merecer obter a confiança destas pessoas; eu procuro honrar esta confiança com um texto que revela a multiplicidade de experiências e de interpretações dos meus interlocutores. Espero ter conseguido me aproximar deste ideal e que o leitor possa compartilhar um pouco da experiência pessoal que eu obtive ao realizar este experimento etnográfico.

O problema da pesquisa emergiu como decorrência das circunstâncias próprias de minha inserção em campo. Ao ser conduzido por Riso e por Thurma ao contexto do tráfico de drogas em suas respectivas *quebradas*, me vi em um universo de relações que se tornou o próprio problema a ser investigado: as conexões e as dissensões entre as diversas concepções e maneiras de se relacionar com o tráfico de drogas – e com as questões de “vida e morte” a ele associadas – entre jovens moradores de bairros de periferia em São Paulo. Esta etnografia escolhe três pontos de observação e compreensão do tráfico de drogas que se encontram justapostos na experiência dos meus principais interlocutores e, a partir desta pesquisa de campo, na minha também. A estratégia que eu adotei para viabilizar a descrição e a análise das *interfaces* entre o *crime*, a *quebrada* e o *socioeducativo* foi seguir as minhas interações com os jovens que atuam no “movimento” do tráfico de drogas; estas ocorreram pela intermediação dos personagens Riso e Thurma; o resultado é um diálogo com as interpretações, realizadas por todos os meus interlocutores, das cenas, trajetórias, palavras, performances e tramas que eu também vivenciei como “observador (bifocal) participante”.

Ao todo vinte e sete jovens participaram do estudo, mas apenas doze³³ personagens foram criados e estão incorporados na descrição final. A criação dos doze se deu através da definição dos temas a serem trabalhados, como apresentarei daqui a algumas páginas. Entre fevereiro e agosto de 2009 realizei pesquisa de campo durante dois dias por semana na cidade do entorno de São Paulo; geralmente às terças e às quartas-feiras. Permanecia das 8h até as 21h em campo; passei também cinco fins de semanas inteiros hospedado no bairro, dormindo nos lares dos meus interlocutores; cheguei a passar a madrugada acordado, mas não nas áreas em que ocorria o tráfico – meus interlocutores consideravam arriscado e eles não queriam ficar assim expostos. Durante o dia, e noite até as 22h, eu ficava próximo a regiões onde as *lojinhas* estavam localizadas, em bares, quadras, na própria sede da ONG local, em visitas domiciliares aos conhecidos. A relação de muitos anos com as pessoas daquele território guiava a pesquisa, pois me sentia mais seguro reafirmando meu vínculo com as pessoas e com o local. No período participei dos eventos organizados por Thurma e por seus parceiros, assim como das ações da ONG local. Este contexto propiciou o acompanhamento do tráfico *in loco*: observei as conversas ordinárias, as brincadeiras de mão, as gozações, as paqueras, a intensa comunicação dos acontecimentos do bairro (as *biqueiras* também chegaram a ser chamadas de “FM” pelos meus interlocutores). Andei a pé entre um ponto e outro de venda de drogas e também acompanhei meus interlocutores para outros locais do bairro, em conversas privadas e em outras atividades além do tráfico – jogos de futebol, churrascos, bailes, reuniões familiares. O período inicial de pesquisa marcou-se por um detalhado acompanhamento do cotidiano das *biqueiras*, que será apresentado no capítulo 2 da tese, mas marcou-se também pela circulação dos traficantes com seus amigos não traficantes. Neste primeiro período fiz entrevistas exploratórias com meus principais interlocutores.

³³ Alemão (capítulos 3 e 6), Amendoim (capítulos 1 e 3), Danielle (capítulo 4), Elias (capítulo 2), Ivan (capítulo 6), Joflson (capítulo 2), Jota (capítulo 2), Kelli (capítulo 4), Miguel (capítulos 1 e 3), Riso (capítulos 2, 3 e 6), Thurma (capítulos 1, 2, 3 e 5) Zezinho (capítulo 5) são os doze personagens criados nas tramas etnográficas que compõem o texto final da tese. Além dos personagens baseados em meus principais interlocutores, aparecerão nas tramas outros sete personagens - Abóbora (capítulo 2), Ivone (capítulo 5), Jair (capítulo 3), Jefferson (capítulo 3), Junior (capítulo 2), Montanha (capítulo 2) e Rogério (capítulo 3) - com os quais ou apenas me deparei em momentos pontuais ou os *conheci* apenas através da menção de meus interlocutores.

Depois de agosto de 2009, de setembro deste mesmo ano a dezembro de 2010, a pesquisa no bairro voltou-se aos encontros dos jovens do movimento hip hop com seus amigos na *quebrada*; em bares, festas, eventos. A partir deste momento passei a visitar tanto os jovens de movimentos culturais e sociais quanto os “traficantes” em suas casas, mantendo desde conversas prolongadas até a realização de entrevistas em profundidade; mantive também o acompanhamento de adolescentes em cumprimento da medida de Liberdade Assistida. No total com o grupo desta *quebrada* fiz ao todo 14 entrevistas em profundidade, chegando a um total de 27 horas de gravações. Realizei algumas transcrições na íntegra, de outras fiz seleção de trechos de acordo com a organização temática da tese. Os diários de campo totalizaram, ao serem passados para o computador um total de 187 páginas (letra 12, espaço simples).

No bairro da zona leste da cidade de São Paulo, passei a realizar pesquisa de campo em outubro de 2009 até dezembro de 2010; frequentei as ruas do bairro aos sábados, toda semana, geralmente das 11h às 21h; nos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2010 realizei mais onze visitas durante a semana para acompanhar a trajetória de adolescentes em cumprimento de *medidas socioeducativas*. Permanecia das 8h até as 21h em campo; passei também três fins de semana inteiros no bairro no mês de julho de 2010, dormindo hospedado por meus interlocutores. No bairro da zona leste, tive muitas conversas em pequenos grupos de 3, 4, 5 pessoas que me davam um panorama das interações entre jovens do *crime* e da *quebrada*. Observei pouco as atividades do tráfico nas ruas, apenas incidentalmente. Participei de dois eventos patrocinados por “irmãos do PCC”. Andava a pé pelo bairro, quase todas as vezes em companhia de algum dos educadores. Realizei no bairro da zona leste doze entrevistas em profundidade, chegando a um total de 25 horas de gravações. Realizei algumas transcrições na íntegra e de outras fiz seleção de trechos, de acordo com a organização temática da tese. Os diários de campo totalizaram, no computador, 125 páginas (letra 12, espaço simples).

TRAMAS ETNOGRÁFICAS

Na presente tese são nomeadas de tramas etnográficas as estratégias narrativas por mim adotadas; cada capítulo é construído em torno de personagens – neste meio o pesquisador – envolvidos em situações e em redes de relacionamentos das quais emergem a descrição e a análise. As tramas se baseiam em situações vividas por alguns dos vinte e sete jovens participantes da pesquisa, tendo eu acessado o conjunto das informações durante o efetivo exercício do pesquisador e em minha jornada profissional difusa. A criação dos personagens obedece à escolha temática deste autor e está integralmente baseada em material empírico registrado nos diários de campo e nas transcrições das entrevistas.

Os personagens não são “cópias” de meus interlocutores. Cada personagem é construído em torno de situações vividas no campo, não sendo “eles” necessariamente sempre os sujeitos de todas as ocorrências a eles atribuídas. O critério para utilizar diferentes interlocutores em alguns personagens foi a perspectiva prática predominante (e não exclusiva) do indivíduo observado nas diferentes situações de interação. Considerei que identificar meus interlocutores e narrar fielmente as tramas, considerando a variedade de pessoas nelas envolvidas (histórias singulares) seria um modo de descrever dispersivo e confuso para o leitor. Por isto minha opção por eleger personagens, justificando sua construção baseada nos interlocutores mais próximos, e dos quais obtive a maior parte das informações coletadas. Além disto, dada a complexidade do campo de estudo e o meu envolvimento com os contextos pessoais, tal estratégia também faz parte do acordo tácito com meus principais interlocutores.

Os personagens desta tese não apresentam uma ampla complexidade humana, senão aquela orientada pela pesquisa etnográfica: eles se constroem em torno do problema da pesquisa. Assumo este texto etnográfico como uma redução das inúmeras possibilidades de interpretação fornecidas pela experiência de campo e do difícil exercício de alteridade realizado entre o antropólogo e os interlocutores (Silva 2000, p.118). O pano de fundo das tramas é a experiência do pesquisador e de seus interlocutores. Considero experiência, acompanhando Michel Foucault, a partir de

três dimensões fundamentais: “um jogo de verdade, relações de poder e formas de relação consigo mesmo e com os outros” (Foucault 2002, p.23).

Nesta etnografia o envoltório ficcional é unicamente estratégia descritiva que coordena um conjunto de informações fragmentadas e incompletas encontradas em meus próprios dados: longe a intenção de comparar o romance a construção etnográfica delineada na minha dissertação – ou a qualquer outro gênero literário diverso da etnografia; meu foco se concentra em afirmar que esta etnografia ficciona apenas a experiência de interação do pesquisador com seus interlocutores mediada por estratégias descritivas baseadas em personagens e tramas humanas.

A estratégia deste texto etnográfico é apresentar uma ficção, no sentido proposto por Rancière (2005), como coordenação de atos; este texto etnográfico é uma ficção no sentido de encadear as informações colhidas na pesquisa de campo em tramas construídas pelo autor/pesquisador. Rancière define “ficções” como “rearranjos *materiais* dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o se faz e o que se pode fazer”. Ficcional não é propor engodos, porém elaborar estruturas inteligíveis. Segundo o filósofo, a política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem basicamente “ficções”. Rancière (2005) argumenta que a idade romântica – ao declarar que o princípio da poesia não é a ficção, mas um determinado arranjo dos signos da linguagem – tornou indefinida a linha divisória que isolava a arte da jurisdição dos enunciados ou das imagens. “A revolução estética transforma radicalmente as coisas: o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido” (Rancière 2005, p.34). Argumentar a artificialidade da separação entre real e ficção não é o mesmo que dizer “*tudo é ficção*”; antes “trata-se de constatar que a ficção da idade estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção” (Rancière 2005, p.35). Seguindo este pressuposto, o texto a seguir articula “o realismo mostrando os rastros poéticos inscritos na realidade mesma e o artificialismo que monta máquinas de compreensão complexas” (Rancière 2005, p.35).

A ficção etnográfica aqui delineada acompanha Azurmendi (1998) na admiração pela literatura como compromisso com a vida; segundo ele, a vida do autor constitui uma paisagem moral de onde se elege as mais apropriadas

perspectivas para relatar as coisas. Como destaca Azurmendi, a construção do autor como paisagem moral aproxima a experiência do escritor da etnografia: “La moralidad de una vida de escritor no consiste en teorizar sobre moral sino renunciar y liberarse de las trabas y limitaciones retóricas de tribu, de tradición y de educación com vistas a abordar libre e audazmente las “trazas” propias de descripción del mundo humano (etnografía)” (Azurmendi 1998, p.156). Na literatura, assim como na etnografia, o autor busca novos olhos com que reconhecer as sutis formas de vida; em ambas as formas de texto, o exercício de distanciar de si e aproximar-se de diferentes perspectivas de onde observar a vida social, leva ao autor ver-se como artificial – uma entidade múltipla em permanente mudança (Azurmendi 1998, p.156). Assim, o autor é empurrado a descrever mais e mais tramas humanas, das quais é apenas um dos personagens.

Uma das funções capitais da ficção, segundo Antônio Candido, “é a de nos dar um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres” (Candido 2009, p.64). Na experiência de campo, marcada pela relação face a face, o conhecimento que o pesquisador tem dos “outros” – dos múltiplos e distintos interlocutores a ele vinculados – é sempre fragmentário, incompleto e insatisfatório. É na transposição da experiência de campo para o texto etnográfico que se edifica algo mais coeso, menos variante, estabelecido e dirigido racionalmente pelo autor – que se justifica por isto nomear de ficção etnográfica. Neste sentido é uma elaboração próxima da construção do personagem do romance, como definida por Candido: “Daí ela (a personagem) ser relativamente mais lógica, mais fixa do que nós. E isto não quer dizer que seja menos profunda; mas que a sua profundidade é um universo cujos dados estão todos à mostra, foram pré-estabelecidos pelo seu criador, que os selecionou e limitou em busca de lógica” (Candido 2009, p.59).

A elaboração de uma etnografia envolve a definição de modelos de inteligibilidade da palavra e da ação dos indivíduos que atribuem materialidade ao universo empírico e simbólico da pesquisa; traça uma representação do que foi observável, estabelecendo os elos de ligação entre o que é visto e o que é dito. Esta etnografia destaca o caráter “bifocal” do pesquisador que, ao adotar tal posicionamento, procura descrever e interpretar as interações entre ele e seus

interlocutores como experiências humanas que constituem o universo retratado no texto etnográfico. O texto assim inspirado é resultado da observação e das alianças que se estabelecem entre pesquisador e grupo e que possibilitam a real aproximação entre ambos (Silva 2000, p.183). O resultado final, entretanto, não revela toda a complexidade de tais alianças; a escolha de transformar meus interlocutores em personagens leva a uma impessoalidade que não condiz com a relação próxima, íntima e individual que em geral se estabeleceu entre o antropólogo e seus interlocutores em campo (Silva 2000, p.140).

Assumo o texto como autoral – e não arrego seja ele representativo da voz dos “representados” – apesar de voltado para reconhecer as interpretações de meus interlocutores nas tramas (ficções) que compõem cada um dos capítulos da tese. O ato de buscar reproduzir no texto as interpretações dos meus interlocutores não significa que eu tenha a pretensão de dar conta das complexidades envolvidas nas dobraduras do tráfico de drogas nos bairros onde o estudo se realizou. Conforme declarado antes, situo-me em campos de saber-poder acadêmicos e de políticas socioassistenciais e, ao mesmo tempo, me relaciono direta e pessoalmente com parte dos meus interlocutores – tendo eu ainda identificação militante com certos discursos sobre desigualdades sociais e violação de direitos; não posso, portanto, deixar de destacar esta posição híbrida que assumo como pesquisador. As diferentes perspectivas que surgem no texto não têm a ver com a busca de uma perspectiva dialógica, mas sim com a demonstração das relações de poder e seu caráter de sujeição³⁴. Isto implica assumir que a este texto etnográfico se insere uma tradição – a da antropologia – que mesmo em um processo constante de autocritica desenvolve novas relações de poder.

³⁴ Segundo Rabinow, a noção de sujeição em Foucault destaca aquele aspecto do poder mais distante da aplicação direta da força. “Esta dimensão das relações de poder é onde a identidade dos indivíduos e grupos está em jogo, e onde ordem num sentido amplo toma forma. Este é o espaço no qual cultura e poder estão mais proximamente interconectados. Algumas vezes Foucault chama estas relações de ‘governamentalidade’, e o termo é útil” (Rabinow 2002, p.102).

Parte II

TRÁFICO, PCC E QUEBRADA: INTERSECÇÃO DE LINHAS

Capítulo 1. Tráfico e consumo de drogas – encruzilhadas para a saúde pública

O “PROBLEMA DAS DROGAS” COMO QUESTÃO EMERGENTE

O “mito de origem” do projeto de pesquisa que resultou na presente tese está na trama etnográfica descrita no decorrer deste capítulo. Sua construção se dá tanto a partir das anotações de época quanto da minha memória, e do filtro que faço destes registros já com a pesquisa em processo de ser transformada, então, em etnografia. Digo tratar-se de um “mito de origem” por ser esta forma de contar o ponto de partida de uma “epopeia” – que de fato é movimento – sem precisar começo nem fim. Ao apresentar o mito de origem da investigação, apresentarei o “problema das drogas” como eixo e como abordagem norteadora das instâncias de saber-poder (eleitas e em certo sentido criadas nesta construção etnográfica) que atuam nas dinâmicas cotidianas de construção da subjetividade de jovens que estão situados nas dobraduras do tráfico de drogas nas periferias de São Paulo: a *quebrada*, o *crime* e o *socioeducativo*.

A exibição de *Falcão: meninos do tráfico*³⁵ no programa *Fantástico* – revista eletrônica ainda hoje veiculada pela Rede Globo de televisão – causou forte repercussão entre os profissionais com os quais me alinhava em 2006, ano em que eu coordenava projetos para a juventude em município localizado no entorno da cidade de São Paulo. Motivado pelo tema, um grupo formado por educadores, psicólogos, assistentes sociais, pessoas ligadas ao trabalho com jovens em ONGs e no poder público municipal procurou-me para conversarmos sobre o documentário; os profissionais argumentavam que estavam “perdendo” muitos jovens para o tráfico e “não sabiam o que fazer”, pois era “difícil competir”, dado o poder da oferta dos “traficantes”. Propus a realização de um ciclo de conversas sobre o tema com jovens lideranças do bairro, considerado inclusive o principal foco dos “problemas com drogas” na cidade. A primeira atividade que propus foi assistirmos a outra produção

³⁵ *Falcão: meninos do tráfico* tem a idealização de Alex Pereira Barbosa, mais conhecido como *rapper* MV Bill, e do produtor musical Celso Athayde e a produção é da Central Única das Favelas (CUFA). As gravações ocorreram entre 1998 e 2006, período em que os realizadores visitaram diversas comunidades pobres do Brasil. Dos 17 meninos entrevistados, 16 *morrem* ao longo da produção do documentário. O lançamento nacional de *Falcão* ocorreu no *Fantástico* em 19/03/2006 e teve grande repercussão em todo o país. MV Bill e Celso Athayde escreveram um livro homônimo sobre a experiência de produzir o filme. Os protagonistas de *Falcão* são os adolescentes (a maioria tinha menos de 18 anos) e jovens que atuam no tráfico noturno, chamados de “falcões”.

cuja temática era também o tráfico de drogas, mas realizado quase uma década antes – *Notícias de uma Guerra Particular*.

Lançado em 1999 - com filmagens ocorridas em 1997 e 1998 na cidade do Rio de Janeiro – *Notícias de uma Guerra Particular* é uma referência no cinema brasileiro, tanto pela repercussão social quanto pela influência exercida sobre filmes posteriores, como *Cidade de Deus* e *Quase dois irmãos* (Ramos 2007) – e também no filme *Tropa de Elite*³⁶. O documentário aborda três pontos de vista dos personagens envolvidos na “guerra particular” entre policiais e traficantes nas favelas cariocas: além dos “guerreiros” – policiais e traficantes –, o filme também destaca o ponto de vista dos moradores. A construção estética ou visual do filme também se dá por meio da intersecção constante dos três personagens³⁷ e leva, assim, o espectador para um cenário de complexidade, de diferentes razões, motivações e representações sobre o problema. A tese central do filme é que esta “guerra particular” entre polícia e traficante é uma crise sem solução aparente³⁸.

Notícias de uma Guerra Particular, para além propriamente de seu aspecto cinematográfico, contém outros “roteiros” na “vida real” que utilizei na “oficina” com o grupo. A produção do filme envolveu a aproximação de João Moreira Salles³⁹ (um dos roteiristas e produtores) com um traficante, protagonista do filme, apresentado como “Adriano” – pseudônimo usado para Marcinho VP⁴⁰. A relação

³⁶ O jovem trabalhador do tráfico de drogas aparece como protagonista em algumas das mais significativas produções cinematográficas brasileiras da última década (*Cidade de Deus*, *Tropa de Elite*, *Meu Nome não é Johnny*, *De passagem*) entre outros, em programas sensacionalistas da rede aberta de televisão, em páginas de jornais e de revistas, em músicas (especialmente RAPs e FUNKs). Podemos dizer que o personagem “traficante” tem grande circulação no imaginário social do Brasil contemporâneo. Com efeito, o narcotráfico se tornou um tema de destaque na sociedade brasileira, pois dramatiza causas emergentes e as situa no debate público.

³⁷ “Essa alternância entre a polícia, o traficante e o morador da favela está presente em todo o documentário e é seu princípio organizador. Os cineastas constroem um painel da violência no Rio de Janeiro por meio de recurso estético cinematográfico que é a montagem paralela entre esses personagens. A cada depoimento de um policial, segue-se o de um traficante. Esses, por sua vez, são entremeados pelas entrevistas realizadas com moradores da favela.” (Ramos 2007).

³⁸ “O documentário nos propõe um final em que não há solução aparente, ou melhor, ele constata que a única via parece ser a da interminável guerra particular. A imagem final resume com muita propriedade esse estado de espírito: na tela branca, que se forma sobre um táfumo, vão surgindo nomes de vítimas da violência causada pelo tráfico de drogas. São meninos de rua, traficantes, policiais, trabalhadores. A cada nome que surge a tela vai escurecendo progressivamente. No último instante, é a treva mais profunda que prevalece.” (Ramos 2007)

³⁹ João é membro da família Moreira Salles, proprietários do grupo UNIBANCO até sua fusão com o grupo Itaú. É irmão do cineasta Walter Salles, um dos mais importantes cineastas brasileiros na atualidade.

⁴⁰ Márcio VP (29 anos à época do filme) era um conhecido traficante, líder no “movimento” em um “Morro” na cidade do Rio de Janeiro, que passou mais tempo preso do que solto e que, no entanto, construiu uma relação sólida com sua comunidade local. Segundo Luis Eduardo Soares, Marcinho era “profundamente preocupado com as condições sociais e políticas que condenavam tantos jovens a reproduzir seu destino autodestrutivo” (Soares et al. 2005, p.103), e “recusa, performaticamente, estigmas, rótulos, simplificações maniqueístas e o papel do

entre o cineasta e o traficante se estreitou de tal forma, que Moreira Salles propôs a Marcinho que lhe daria uma bolsa se ele saísse do crime e escrevesse um livro autobiográfico: era um contrato lícito, em que Salles antecipava a compra dos direitos autorais da produção – e Márcio aceitou a oferta e saiu do país. Na sequência dos acontecimentos, entretanto, policiais tentaram extorquir Moreira Salles após interceptaram seu telefone; o cineasta, por sua vez, denunciou o fato ao antropólogo Luis Eduardo Soares – na época coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do estado do Rio de Janeiro – que além de se oferecer para interromper a chantagem, propôs defender o diretor publicamente, caso houvesse insinuação sobre imoralidade ou ilegalidade no ato de Salles. Durante o processo, porém, o caso tornou-se público. “Houve ponderações favoráveis, certamente, mas o viés predominante era a denúncia de cumplicidade entre o “intelectual rico e ingênuo” e o “bandido, pobre e selvagem” (Soares 2005 et al, p.106). Márcio foi preso e assassinado por seus colegas de prisão, de forma brutal.

Aquela preparação para a “dinâmica” estimulou um conjunto de reflexões mais elaboradas sobre o tráfico de drogas. O debate foi provocado por mim com a intenção de estabelecer com o grupo uma articulação de ideias, portanto não apenas sobre o filme em si, mas sobre a relação do “texto” (o filme) com o contexto de sua produção – e com discussão sobre tráfico de drogas sob forma mais abrangente. Organizei a conversa em torno de três temas principais: comparação da realidade apresentada no filme com a realidade local; caracterização do tráfico de drogas; apreciação das substâncias proibidas, dos usos e abusos reconhecidos pelos jovens. Estavam presentes onze jovens, com variação de idade entre 16 e 25 anos.

Após a exibição, abri o debate propondo que expusessem o que no filme havia chamado mais a atenção deles. Um adolescente falou do “funk da hora”, que “rolou” no início do filme⁴¹. Alguns dos participantes conheciam a música.

“outro” expiatório (Soares et al. 2005, p.104). Outro traficante, mais jovem, ganhou a mesma alcunha e foi eleito pelo discurso oficial a principal liderança do tráfico responsável pelo conflito do “Morro do Alemão” em 2010.

⁴¹ Uma das primeiras imagens do filme é a de um grupo de garotos descendo um “morro carioca”, encapuzados, com armas grandes nas mãos. Passos ágeis, atenção total, os garotos trocam olhares e se comunicam por gestos com as mãos e com as cabeças, enquanto descem as vielas dos morros por entre casas abertas, becos, crianças, idosos, mulheres e homens em trânsito. Enquanto as imagens se desenvolvem na tela uma voz ao fundo canta um rap: “no bairro do jóquei é ruim de invadir, nós com os alemão vamos nos divertir, por que lá no jóquei vou dizer como que é... mas pra subi lá no jóquei até a BOPE treme, não tem mole para civil também não tem pra PM, eu

Perguntei, então, se aquela realidade no Rio de Janeiro era igual à que eles vivenciavam em suas *quebradas*: alguns disseram que sim, outros que não. Aqueles que disseram *sim* argumentaram que a polícia estava sempre presente na *quebrada* e que os moradores sofriam junto com os “bandidos”; os que disseram *não*, embora registrassem também a presença constante da polícia e do sofrimento de todos os moradores do bairro, discordavam que os contextos fossem iguais: em suas *quebradas* não havia armas pesadas, nem uma “guerra particular” cotidiana – como na cidade do Rio de Janeiro exposta no filme.

Pedi opinião sobre o trabalho no tráfico aos jovens presentes ao debate. Amendoim, rapaz que por minhas atividades profissionais eu conhecia desde 2004, respondeu: “Para mim, eu tiro como um serviço, não tiro como um... ganhar um dinheiro fácil, porque nada é fácil nessa vida. Todo mundo tem seus riscos, tanto trabalhando quanto vendendo droga”. Outro rapaz, chamado Miguel, foi mais específico: “um comércio... é um... é um... *modo de vida*, como é que eu posso dizer... alguns escolhem trabalhar, alguns escolhem estudar, pra depois ir trabalhar, eu mesmo... eu escolhi o que escolhi”. Não perguntei naquele momento sobre sua escolha, pareceu-me inconveniente, mas aquela fala despertou atenção e me intrigou. Será mesmo possível que aquele rapaz – apresentado como uma “liderança da comunidade” – poderia ser um “traficante”? Ele foi-me apresentado como um membro do “movimento hip hop” e, de fato, como se verá (capítulo 3) ele é uma das referências mais importantes do rap em sua *quebrada*. A suposição me intrigou e *circulou* em minha cabeça durante todo o período de confecção do projeto de pesquisa: se ele é traficante e é considerado uma liderança pelos seus pares geracionais, o que podemos conhecer a partir do estudo desta realidade?

Àquela época, sob perspectiva antropológica eu conhecia o tráfico pelas lentes do trabalho de Alba Zaluar. Antes do encontro, havia lido um dos livros em que a autora afirma que a característica definidora do “ser bandido”, “interna e pessoal”, seria a “disposição para matar”, componente de um “etos da virilidade”.

dou o maior conceito pra todos bandidos choque, agora eu vou mostrar como é o bairro do jóquei: vem um de AR15, outro de 12 na mão, mais outro de pistola escoltando o camburão, esse rap maneiro eu digo pra vocês...” Ao final a imagem muda para o garoto que está cantando: apresentado como “Francisco”, 16 anos, ele está no centro de internação para “menores”, “Padre Severino”. O jovem está repleto de marcas de queimadura nos ombros e braços.

Este seria baseado na ideia de chefe e estaria relacionado “ao uso de arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente livre”. (Zaluar 2004, p.196). Nas palavras da autora, tal etos indicaria a visão do indivíduo atomizado, que se protege em bandos formados pelos seus iguais para demonstrar força bruta, tendo a guerra como um tema constante, uma realidade trágica em suas vidas (Zaluar 2004). A dinâmica da qual eu participava naquele início de outono de 2006, em uma cidade do interior cravada entre as duas maiores áreas urbanas do Estado de São Paulo, despertava a curiosidade de investigar outro contexto de trabalho no tráfico – diferente no tempo e no espaço daquele estudado nas décadas de 1980 e 1990 pela eminente antropóloga.

Direcionei a continuação do debate para as substâncias criminalizadas, seus usos e abusos reconhecidos pelo grupo. Thurma foi o primeiro a falar. Salientou que a maconha não deveria ser considerada uma “droga”, pois não era “química”: “a maconha, ela.. se você for pensar, ela não é uma droga em si, porque ela não contém química. Hoje em dia, os caras podem ficar colocando química, mas ela é uma droga em si, que não é química. Ela prejudica? Prejudica, isso é normal, mas se você for pensar bem, é uma das coisas que os índios usam, se eu não me engano... usam como cicatrizante, usam como... e os próprios caras que estudam mesmo, os cientistas sabem que aquilo ali é uma cura pro câncer, uma fita assim, entendeu? O cara que fuma maconha é diferente do cara usar uma química, química... tipo farinha (cocaína), crack, química, né? Química acaba com a pessoa”.

Miguel pediu a palavra para tratar do tema das diferenças entre as drogas: “é isso mesmo. Química destrói a pessoa, química é diretamente envolvido.. entra em choque com o sistema, então.. eu acho que tem muita diferença, sabe? Às vezes a pessoa vê e fala: Ah, porque o moleque fuma maconha, ah, o moleque é noia. Também não é assim. Ele fuma maconha porque ele gosta.. às vezes o moleque fuma a maconha dele, pô, ele trampa a semana inteira, ele fuma a maconha dele, pra ele dormir, pra tirar a neurose, pra ele poder bater uma “larica”.. é.. ah, às vezes o cara usa esse tipo de droga pra poder escapar das realidades, certo? De certas realidades”.

Perguntei, então, o que seria um “noia”. Alguns dos participantes disseram que era o usuário de crack. Amendoim pediu a palavra e fez uma distinção que separou o *noia* do usuário de crack e situou a diferença em uma chave de relações

comunitárias, do impacto do usuário na *quebrada*: “Noia é um cara que.. a partir do momento que você mantém o seu vício, você trabalha pra você manter o seu vício, você é um usuário. Você trabalha, você vai lá e pega fim de semana, três, quatro pedras pra você fumar, só... Agora, a partir do momento que o cara deixa a droga usar ele, ele deixou de ser aquele cara que trabalha..passa a roubar aqui na *quebrada*, pra poder manter o vício, pra tomar, pegar dos outros pra manter o vício no crack, já passa a ser noia. Tá ligado?”.

O chamado “problema das drogas” mobiliza a sociedade brasileira contemporânea, sobretudo a partir de duas leituras negativas: os potenciais malefícios do uso de algumas substâncias psicoativas criminalizadas e a brutalidade que envolveria o tráfico, um dos principais promotores da “violência urbana”. Diferentemente do debate público sobre a questão, norteado por uma visão fatalista, moral e totalizante, a impressão que tive ao terminar o debate foi a de que aqueles jovens tinham uma visão do tráfico e do consumo de drogas como um universo diversificado – do vício ao lazer, da violência ao trabalho. Em primeiro lugar, a contextualização da realidade local vivida por eles como moradores, vizinhos, amigos, parentes de traficantes aproximava e distanciava a versão violenta de *Notícias de uma Guerra Particular*. Em segundo lugar, a definição de que o tráfico é um comércio como qualquer outro⁴² ou, ainda, como um *modo de vida* revelou uma perspectiva ampliada da atividade para além de seu enquadramento no código penal, e do estereótipo comum às abordagens encontradas em parte significativa da imprensa. Por fim, a diferenciação entre tipos de drogas ilícitas – maconha, cocaína, “química” e “não química”, seus efeitos e consequências na vida dos usuários – completou para mim o quadro de leituras que complexificam o “problema das drogas”. Esta inversão do “problema das drogas” levada a cabo pelos jovens que participaram do debate serviu como inspiração para a abordagem proposta nesta tese. Ao não repetirem a fórmula “como resolver o problema das drogas”, os jovens que participaram do debate me inspiraram a orientar a pesquisa para a descrição e para a

⁴² O rapper Mano Brown dos racionais MC fez a mesma afirmação no programa Roda Viva em 24 de setembro de 2007. Mano Brown falava sobre criminalidade e afirmava que o “traficante” conhecia a comunidade e a protegia de quem era de “fora”. “O, entre aspas, que vocês chamam de “traficante”, eu chamo de comerciante, o cara que comercializa cocaína, vamos dizer assim já abertamente, ou a maconha, ou qualquer tipo de droga é um comerciante como qualquer outro”.

análise de como um conjunto de dinâmicas constituídas em torno do “problema das drogas” compõe um regime de relações que se formam e operam nas comunidades de baixa renda das periferias de São Paulo.

Após o debate, percebi a importância da oportunidade de realizar uma pesquisa sobre o trabalho no tráfico de drogas em São Paulo. Ponderei que uma etnografia atualizada ajudaria a construir contrapontos às visões dominantes sobre o “problema das drogas”. Inicialmente a proposta da pesquisa seria a de seguir trabalhadores do tráfico de drogas a partir da análise de contextos particulares e, ao etnografar tais personagens, colocar em perspectiva certas visões sobre o “problema das drogas” – com destaque às abordagens médica e epidemiológica. Nas discussões sobre saúde no *sistema socioeducativo* – campo de políticas públicas abordado neste estudo –, o uso e o comércio de substâncias criminalizadas costumam ser vistos como práticas essencialmente desarticuladoras e destrutivas, a despeito da diversidade de usos, práticas, valores envolvidos na amplitude de acontecimentos relacionados às drogas no cotidiano das cidades. A antropologia parte do pressuposto de que o humano só pode ser compreendido a partir de sua diversidade; as distinções elaboradas pelos jovens no debate sobre *Notícias de uma guerra particular* abriram-me a possibilidade de colocar alteridades em perspectiva.

A hipótese inicial – inspirada na obra de Foucault e recorrentemente evocada por estudiosos do tema das drogas (Vargas 2008; Rodrigues 2008) – é a de que o discurso dominante sobre o “problema das drogas” enfatiza a segurança e a saúde pública como os dois principais campos de saber-poder que devem ser mobilizados para combater o impacto negativo do tráfico de drogas na sociedade. O combate das polícias ao tráfico é a ponta da lança da atuação governamental. Os principais argumentos de mobilização da “sociedade” contra o “crime”, entretanto, são oriundos da saúde pública. A ‘violência urbana’, os ‘viciados’ da cidade, as ‘famílias destruídas’ formam o discurso do “mundo das drogas” como um campo de agravo à saúde física, psíquica e emocional de toda a população e que, por isto, deve ser combatido por todas as áreas de políticas públicas.

Se a saúde é uma encruzilhada para onde convergem todas as lesões e traumas físicos, emocionais e espirituais produzidos na sociedade (Minayo 1994), nela se arrola um poder que lida com a complexidade e com a diversidade inerente ao

humano. Segundo Minayo (1994), o não enfrentamento das questões complexas colocadas pela violência torna pouco exitoso os esforços dos profissionais e das instituições de saúde.

COTIDIANO, INTENSIDADES E O *DISPOSITIVO DAS DROGAS*

Em setembro de 2008, no primeiro ano de doutoramento, restabeleci contato com os jovens que haviam participado do debate ocorrido em maio de 2006 – tendo por intuito planejar uma estratégia de aproximação. Procurei Thurma e, além dele, pedi para encontrar também com Amendoim e com Miguel, e com outros parceiros de sua *quebrada*. Ele então me convidou para um “churrasco com pagode” na casa de um músico local – o João. Cerveja, maconha, cigarros, água e refrigerantes, carne, frango, linguiça, pão, paçoca; instrumentos de percussão para todos, ainda que improvisados com utensílios de cozinha, ali na hora. Músicas profanas e religiosas⁴³, muita conversa, risada, análise política, *sacanagens* e amores – os assuntos mais recorrentes; alimentos e drogas eram consumidos, enquanto se ouvia um repertório musical eclético – do samba raiz carioca (Candeia, Cartola, Noel Rosa) aos raps e funks contemporâneos, incluindo canções dos presentes na confraternização: Miguel, Amendoim e Thurma (ver capítulo 3). O churrasco invadiu a noite e a “balada” continuou, mais tarde em “Baile Funk”.

Ao chegar ao “baile”, deparei-me com um universo de festa, erotismo, prazer, transgressão, reciprocidades em que o consumo e o comércio de drogas eram um componente central. Na pista de dança, “lança-perfume” sendo aspirado em rodas de jovens enturmados, cantando, rindo e dançando. No banheiro masculino, um frenético entre e sai, com todos os espaços ocupados por jovens que cheiravam cocaína. Alguns de meus interlocutores confidenciaram sobre terem tomado “bala”

⁴³ Uma das canções que foram cantadas com mais entusiasmo foi um samba evangélico chamado “Como Zaqueu”, de Regis Danese: “Como Zaqueu, eu quero subir; o mais alto que eu puder, só pra te ver, olhar para ti, e chamar sua atenção para mim; eu preciso de ti, senhor; eu preciso de ti, oh, pai; sou pequeno demais, me dá tua paz, largo tudo pra te seguir; entra na minha casa, entra na minha vida; mexe com minha estrutura, sara todas as feridas, me ensina a ter santidade; quero amar somente a ti, porque meu senhor é meu bem maior, faz um milagre em mim”.

(ecstasy) naquela noite; houve momentos em que eu não distinguia quem traficava ou era usuário – tão intenso o uso e a troca de substâncias.

Em parte das sociedades contemporâneas, as festas noturnas – chamadas de “baladas” em São Paulo – compõem um campo privilegiado para a produção simbólica. Nestas manifestações experimentais, o consumo de substâncias psicoativas é um elemento recorrente. Diferentemente da obrigatoriedade típica dos rituais das sociedades tradicionais, estes “rituais contemporâneos” caracterizam-se como atividades de adesão voluntária, optativa e individual. O sujeito que usa determinada substância psicoativa ilícita o faz por meio de estímulos informais, seja de amigos, colegas ou de comerciantes. No caso das substâncias farmacológicas lícitas, há uma entrada por meio de prescrições repetidas e suplementares que se dão de maneira formal (médicos e especialistas da área). De uma forma ou de outra, as drogas chegam ao indivíduo como símbolos, cujo poder é dado tanto pelo efeito físico determinado quanto por um conjunto de significados para os que as ingerem – interação com o meio, pertencimento, alívio da dor, busca de intensidade e prazer, melhoria de relações, transcendência.

Dentro da diversidade de experiências de indivíduos em suas interações com substâncias, Eduardo Vargas (2008) sugere que o uso dos fármacos medicamentosos seguiria um princípio de extensão, isto é, de que a vida deve ser vivida tanto quanto possível; o uso de drogas sem finalidades terapêuticas, por sua vez, atualizaria outros modos de engajamento com o mundo que se pautariam por considerar a vida em intensidade (Vargas 2008, p.56). Se a busca de intensidades é característica de modos particulares de agenciamento dos sujeitos com o mundo por meio do uso de substâncias, o trabalho no tráfico também possui relações com tal busca por intensidades.

No “baile” que descrevi, em que compareci naquela noite, as *performances* apresentadas pelos jovens em turmas ocorreram por intermédio da exposição de seus corpos, pelas gestualidades, movimentos, roupas, adereços, danças, posturas que registram posições no mundo social. Esperteza, agressividade, atenção, dispersão, movimento, agilidade, força, sensualidade formam características performáticas que se inserem em um circuito das drogas ilícitas. Interessa reforçar que naquele momento eu não conseguia distinguir traficantes dos não traficantes, pois todos que

de alguma forma estavam envolvidos com substâncias, ali performavam de forma parecida: balanços corporais, olhares atentos, comunicação por sinais, interação com diversas pessoas em trocas de pacotes e cochichos. Nos circuitos das drogas ilícitas, diversas juventudes se cruzam em redes altamente complexas de relações sociais, pois muitos são os que de alguma forma participam do mercado das drogas (sendo vendedor, transportador, distribuidor ou consumidor). No baile, uma multiplicidade de encontros; “espaço-tempo reservado a micropolítica de alianças, reservado à composição do campo de afecções de cada indivíduo” (Barbosa 2006, p.131-132). As drogas fazem parte de um universo de sociabilidade marcado por prazer, transgressão, reciprocidades que não se restringem àqueles que trabalham no tráfico. A grande maioria dos jovens das *quebradas* não participa das atividades do tráfico, mas apenas performa em ocasiões de encontros – que marcam a micropolítica de alianças – com sinais linguísticos e corporais que embaralham as distinções entre “bandido” e “mano”.

A participação no comércio de drogas se configura em uma possibilidade concreta de trabalho e de geração de renda para muitos jovens, de todas as classes. O tráfico de drogas faz parte da economia global e, como aponta Vera Telles, ele opera “como outros tantos circuitos por onde a riqueza social globalizada circula e produz valor, tornando indiscerníveis as diferenças entre emprego e desemprego, entre trabalho e não-trabalho” (Telles 2006, p.174). O tráfico é uma atividade que compõe tendências atuais de consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens de todo o mundo. O risco como estilo de vida, o poder e o prestígio local, os estilos musicais como o rap e o funk – que em certas vertentes criam imagens de valorização de jovens associados ao *crime* –, a posição de força que os que comercializam drogas assumem frente a jovens de quaisquer classes e grupos sociais, assim como a posição de vulnerabilidade e risco com relação aos aparatos de repressão do Estado são fatores que se manifestam no desempenho corporal destes jovens. Tais performances revelam experiências acumuladas, seja no âmbito das relações interpessoais e institucionalizadas, seja através de informações concentradas num amplo espectro de falas e de imagens públicas veiculado pela TV ou cinema, pela imprensa ou pela literatura, e acabam por criar um conjunto de signos de identificação coletiva. Os aspectos comportamentais ocorridos nas últimas décadas,

assim como suas interconexões com mudanças culturais de fundo são, todavia, pouco considerados se comparados com a visão dominante – a *proibicionista*.

O “problema das drogas” no transcorrer do século XX não pode ser pensado fora do escopo da modernidade ocidental – mais especificamente da difusão do poder médico sobre os fármacos e de sua associação a uma *política proibicionista*. A demonização das drogas desconsidera o fato de que o uso de fármacos é amplamente estimulado pela medicina e pela indústria de medicamentos. Ocorreu no imaginário contemporâneo uma distinção entre certas drogas que fazem bem – aquelas prescritas pela terapêutica médica – e as drogas que fazem mal, aquelas proibidas em lei, com base sobretudo em argumentos da área da saúde que justificam tal proibição. Transcorrida no século XX, tal distinção somada à criminalização de algumas substâncias engendram o fenômeno da “guerra às drogas”.

O cotidiano das gerações contemporâneas é mediado pelo consumo, e no cenário globalizado em que se dá o desenvolvimento das substâncias químicas por meio dos processos industriais, assistimos à difusão de novas drogas – lícitas ou ilícitas – através de estratégias da publicidade formal ou informal. O uso de drogas (lícitas e ilícitas) tornou-se uma prática social amplamente difundida: na busca de gozo, adrenalina ou mesmo alívio da tensão individual em uma sociedade “hiperativa”, o uso de drogas tem sido estimulado mais do que reprimido. O *proibicionismo* se constitui também e, principalmente, em um difusionismo das drogas. Sobre esta ambivalência, Vargas (2008) propõe que as relações com as drogas, nas sociedades contemporâneas como a nossa, parecem configurar um *dispositivo das drogas*, no sentido que Foucault dá a dispositivo, como no caso da sexualidade – um problema de repressão e incitação ao consumo, uma criação moderna (Vargas 2008).

Adotar a hipótese de que a “questão das drogas” compõe um *dispositivo das drogas* implica considerarmos que a política de coibição se constitui em um poder de classificar, antes de ser um poder meramente repressivo (Foucault 2001); sugere que tal poder se espalha de maneira móvel e capilar, qualificando o legal e o ilegal, o saudável e o maléfico; indica uma rede de inteligibilidade para elementos

disparatados e heterogêneos de acontecimentos, fluxos e interações. O dispositivo, portanto, não é um objeto, mas antes um conjunto heterogêneo que estabelece as relações entre discursos, instituições, leis, linguagens, sujeitos. O dispositivo é um conjunto multilinear que segue direções diferentes, formando processos sempre em desequilíbrio (Deleuze 1999). Seguindo esta hipótese, as drogas, ao serem colocadas em um discurso, são submetidas a um mecanismo crescente de estímulo, a um processo de difusão de usos e tráficos diversificados; o “dispositivo das drogas” constitui-se em uma economia política das drogas – uma teia de advertências, recomendações, explicações sobre substâncias, comportamentos e perfis humanos. Neste sentido, o *dispositivo das drogas* produz o próprio fortalecimento da “droga” como modelo classificatório da vida social.

A “questão das drogas” tornou-se objeto de disputa entre as escolhas individuais e uma posição política articulada em âmbito internacional que, antes de minimizar o uso de drogas, disseminou-o em larga escala – e para amplos setores da população. Na sequência proponho um exercício analítico, visando a ampliar minha contribuição ao debate: desconstruir discursos e práticas institucionais sobre “drogas” e saúde, abordando suas interconexões com questões econômicas e políticas que permeiam o fenômeno das drogas.

DROGAS, ECONOMIA E SAÚDE: (INTER)DEPENDÊNCIAS

A “questão das drogas” emergir como um problema de saúde pública remonta a meados do século XIX, mas torna-se uma questão efetiva no século XX⁴⁴. A difusão do uso de determinadas substâncias em escalas cada vez maiores está relacionada ao desenvolvimento da civilização ocidental e suas revoluções tecnológicas e comportamentais, ocorridas nos últimos séculos. Como propõe Eduardo Vargas (2008), foi apenas no século XIX que se iniciou um processo de diferenciação das substâncias, entre àquelas que se difundiam pelas práticas médicas,

⁴⁴Embora o uso de substâncias psicoativas seja comum em todas as épocas e culturas, é bastante questionável a leitura presente em certas vertentes do conhecimento médico de que o “problema das drogas” (com destaque à dependência química e ao tráfico de drogas) seja tão velho quanto a história do homem. Afirmar que o uso e comercialização de substâncias psicoativas, extraídas de plantas e folhas, em rituais diversos é parte constitutiva da própria humanidade não implica afirmar que havia o “problema social das drogas” nos diferentes contextos de uso de psicoativos.

produtos da química de síntese que permitiram uma ampliação drástica da intervenção terapêutica, e outras presentes em práticas populares de cuidado, consideradas suspeitas ou inúteis – e cada vez mais objetos de um projeto de eliminação levada a cabo pelo saber médico.

A “invasão farmacêutica” (Vargas 2008) – o incremento espetacular de novos fármacos a serem utilizados nas terapias médicas no século XX – é um processo que acontece no mundo ocidental simultaneamente à proibição e à repressão de algumas substâncias. Tais políticas são caracterizadas pela criminalização da produção, do tráfico e do uso de substâncias com propósitos não farmacêuticos e a fundamentação científica para a repressão foi realizada por meio de saberes médico-farmacológicos (Vargas 2008).

O crescente controle da medicina sobre as populações (e não sobre os indivíduos) é uma marca da sociedade capitalista que se orientou para o controle dos corpos humanos como elementos básicos da força produtiva (Foucault 1995). Desde o advento do capitalismo, na passagem do século XVIII para o XIX, a medicalização da vida vem acompanhada de crescentes normatizações daquilo que o saber médico permite e o que ele proíbe para os seres humanos. Neste sentido, a distinção entre drogas lícitas e ilícitas merece atenção como produção mediada por conflitos de mercado, em que o saber médico vigora. Quando a substância passa pelo controle laboratorial e por testes de comprovação de sua eficiência/estabilização dos efeitos desejados, ela é “legalizada”. A intencionalidade destes testes é mostrar o que a droga tem em si, como uma entidade autônoma para além de suas interações com o sujeito e deste com o mundo. Há uma idéia de controle científico que garante o efeito e o limite do uso, referenciado pela prescrição médica (Marras 2008). As drogas ilícitas passam ao largo deste controle e, assim, independentemente da existência de conhecimentos sobre os efeitos destas substâncias, elas são consideradas em sua própria natureza como nocivas. Como consequência, observa-se no debate público que a “questão das drogas” circunscreve-se às ilícitas.

No cenário de encurralamento das drogas ilícitas, nas últimas décadas fortaleceram-se os discursos que deslegitimam qualquer visão do consumo destas substâncias como prática humana legítima, colocando na berlinda uma diversidade de manifestações humanas. A criminalização, a medicalização e a moralização

tornaram-se os únicos discursos aceitos sobre a “questão das drogas” (Fiore 2008). Entretanto, como salienta Vargas (2008), “longe de serem unívocas as relações que a maioria das sociedades contemporâneas mantêm com as drogas são ambivalentemente marcadas pela repressão e pela incitação ao consumo” (Vargas 2008, p.55). Ao elaborar notas para uma “genealogia das drogas”, Vargas (2008) chama a atenção sobre o fato de que as drogas não dizem respeito apenas àquelas substâncias que produzem algum tipo de alteração psíquica ou corporal, e cujo uso é objeto de controle ou repressão por parte do Estado; antes, pensar na “questão das drogas” envolve ponderar sobre um complexo de relações entre substâncias, agenciamentos e pessoas que inclui os fármacos e medicamentos produzidos pela indústria e também os “alimentos-drogas” – açúcar, café e chocolate (Vargas 2008, p.42).

Os tranquilizantes e sedativos desde o início da década de 1960 passaram a formar a categoria das drogas mais prescritas a cada ano no mundo ocidental, e só diminuíram na medida em que as receitas de antidepressivos, como o Prozac, aumentaram grandemente (Helman 2003). Existem poderosas indústrias – legais e ilegais – que produzem, publicizam e circulam substâncias psicoativas. O narcotráfico tornou-se o carro chefe de uma nova economia do ilícito que habita as cidades mundiais e faz parte da sustentação do sistema econômico vigente. O expansivo mercado representado pelo tráfico de drogas e pelas redes do crime organizado, globalizados e conectados aos circuitos desterritorializados do capital financeiro, faz propagar ofertas de substâncias. Neste sentido, poderíamos pensar em uma “pendência química”, uma disputa de mercado em que a conquista de consumidores de estados alterados de consciência tornou-se uma estratégia de corporações – legais e do crime negócio – ilegal.

A guerra ao “narcotráfico”, entretanto, não se volta aos grandes cartéis transnacionais, mas focaliza a horda de pobres, migrantes, minorias que habitam certos territórios das cidades ao redor do mundo. A repressão às drogas (consumo e tráfico) articulada a uma visão higienista ocorre desde as primeiras décadas do século XX nos EUA, quando se associou as minorias negras, hispânicas e asiáticas ao consumo de substâncias como cocaína, maconha e ópio. A “questão das drogas” deixou de ser um problema sanitário menor, entretanto, quando intoxicar-se deixou

de ser uma exceção em meio aos filhos da “boa sociedade” (Rodrigues 2008). Naquele momento, década de 1920, a saúde pública nos Estados Unidos da América e nos países europeus passou a considerar as “drogas” uma “epidemia” e, como um desdobramento quase imediato, um “caso de polícia” (Rodrigues 2008). A política proibicionista nasce nesse contexto inicialmente nos EUA e durante o século XX espalha-se, salvo raríssimas exceções, por todo o mundo. Tal política baseia-se em um tripé: o moralismo de setores médios associando drogas aos “perigosos”, invariavelmente pobres, imigrantes etc; a visão sanitarista e médica do consumo de drogas como um grave problema de saúde pública e, terceiro, a estratégia de segurança para reprimir a proliferação de criminosos em torno do comércio de drogas, sobretudo contra setores populares da população (Rodrigues 2008).

No Brasil, o *proibicionismo* ganha força na década de 1960, estimulado pela Convenção Única da ONU sobre Drogas (1961), que consagrou mundialmente a proibição e a repressão como formas de se tratar o “tema das drogas psicoativas”. A década de 1960 também foi marcada por movimentos juvenis e de contracultura que tiveram o consumo de drogas como uma de suas principais características. Movimentos de rápida e ampla difusão (via meios de comunicação de massa e produtos culturais de alta visibilidade como o rock), as “culturas juvenis” da década de 1960 contribuíram para o aumento do consumo de psicoativos ilícitos por todo o mundo ocidental, inclusive no Brasil.

Em *Nascimento da biopolítica* (2008a), Foucault afirma que a política de combate ao tráfico de drogas, a partir dos anos 1960, passou a se orientar pela caracterização do tráfico como um fenômeno de mercado; uma política de guerra às drogas enquadrada em uma governamentalidade neoliberal⁴⁵. Isto implica um cálculo que considera o tráfico de drogas como um gerador de externalidades negativas no âmbito da coletividade, embora possibilite ao indivíduo maximizar sua utilidade própria; isto significa que o tráfico gera prejuízos para “terceiros”, custos monetários

⁴⁵ No conjunto de aulas proferidas em 1979 no *College de France*, publicada sob o título *Nascimento da Biopolítica* (Foucault 2008a), Foucault discutiu destacadamente o que chamou de governamentalidade neoliberal. Este livro é a principal referência de Foucault no diálogo que estabeleço entre a sua obra e a minha tese. A noção de governamentalidade é um veículo usado por Foucault para tratar da conexão entre prática de governo e regime de verdade. A governamentalidade neoliberal se caracteriza pela eleição do mercado como regime de verdade: o mercado passa a ser o lugar de verificação das práticas de governo – da análise das políticas estatais até a análise da racionalidade interna dos comportamentos humanos (Foucault 2008a).

ou não-monetários resultantes da interdependência social entre diferentes sujeitos – consumidores, familiares, vizinhanças, comerciantes etc – que de alguma forma sofrem o impacto de suas ações. Tal impacto deve ser calculado e, a partir de uma racionalidade de mercado, o cálculo deve orientar as políticas. Assim sintetiza Foucault a política penal em uma governamentalidade neoliberal:

“... a política penal deve renunciar absolutamente, a título de objetivo, a supressão, a essa anulação exaustiva do crime. A política penal tem por sentido regulador uma simples intervenção no mercado do crime em relação à oferta do crime. É uma ação que limitará a oferta do crime, e a limitará tão somente por uma demanda negativa cujo custo, evidentemente, não deverá superar nunca o custo dessa criminalidade cuja oferta se quer limitar” (Foucault 2008a, p.349-350).

Nesta política não se deve extinguir o tráfico, mas a punição deve antes buscar um equilíbrio entre a oferta do crime e sua demanda negativa, seu impacto em termos de custos para a coletividade. Foucault demonstra que a partir da década de 1970 (momento de grande ampliação do consumo e da circulação de drogas pelo mundo), a repressão volta-se aos “pequenos traficantes da esquina” e não ao refino e distribuição por uma questão de cálculo econômico⁴⁶. Esta política estatal coexiste com uma complexa rede entrelaçada de práticas e significados em torno das “drogas ilícitas” e delineia um cenário de crescente conflito da polícia com pequenos traficantes varejistas, engendrando situações dramáticas de violência, como no caso dos bairros de cidades paulistas em que desenvolvi minha pesquisa.

⁴⁶ Foucault argumenta que a política de desmantelamento das redes de refino e distribuição, realizada até os anos 60, levou a um aumento do preço unitário da droga, fortaleceu o oligopólio de grandes traficantes e aumentou a criminalidade, pois o adicto paga o preço que for necessário – a demanda nesse caso é inelástica (Foucault 2008a, p.351). Tal situação aumentou os custos da criminalidade e uma reação da política anti-drogas, que voltou-se para um cálculo: aumentar o custo para os novos consumidores, cujo consumo é elástico (não estão dispostos a pagar qualquer preço), e baixar o custo para o adicto. “E a partir daí toda uma política de enforço da lei voltada para os novos consumidores, para os consumidores potenciais, para os pequenos traficantes, para esse pequeno comércio que se faz nas esquinas; política de enforço da lei que obedecesse a uma racionalidade econômica quer era a racionalidade de um mercado” (Foucault 2008a, p.353).

A década de 1970 indicava a retroalimentação entre o aumento do consumo (sobretudo de jovens das camadas médias), o crescimento do mercado ilícito e renovadas práticas de repressão. Para o antropólogo Gilberto Velho, o uso de drogas ilícitas entre classes médias no Brasil das décadas de 1960 e 1970 relacionava-se a ideais de prazer, autodescoberta, realização. A partir da associação “drogas e armas”, e o crescente controle do tráfico sobre as substâncias ilícitas, o uso de drogas foi associado à violência urbana (Velho 2008). Nesse contexto, o tráfico de drogas tornou-se a própria encarnação do mal: as mortes, os potenciais malefícios causados pelo consumo de substâncias psicoativas, a violência que se espalha para as famílias, comunidade e para a sociedade como um todo são argumentos usados para caracterizar o tráfico como um dos maiores vetores de violência e o responsável por traumas e mortes por causas externas, entre jovens. Sem desconsiderar a concretude das consequências nefastas do narcotráfico em cidades brasileiras, no tráfico de drogas encontram-se variedades de modos de vida. Tanto o uso quanto o tráfico de drogas, na atualidade, se constituem em fenômenos complexos que revelam diversidades humanas que ultrapassam os discursos médicos, jurídicos e policiais.

A proliferação de fármacos difundida hoje, tendo como lógica principal a especialização do campo médico, e sua prescrição compartimentada nas especialidades, não controlam muitas vezes efeitos cruzados e colaterais. Por outro lado, o medicamento torna-se um produto esperado do acesso à saúde, e de certa forma como um produto creditado a restaurar um “bem-estar social”. Ou seja, associa-se “bem estar” à propriedade de fármacos, questão presente no uso também de drogas ilícitas nas quais se espera a obtenção de um prazer que possibilite um “bem-estar físico, social e mental”.

Segundo Vargas (2008), as políticas de repressão hegemônicas em torno das drogas consideradas ilícitas têm um duplo fundamento: médico e jurídico.

“É por conta desse duplo fundamento que, hoje, quando as medidas de repressão pura e simples começam a ser mais intensamente criticadas, seja pela ineficácia em fazer reduzir a demanda por drogas, seja pelos efeitos perversos oriundos de sua implementação – como o crescimento inaudito do

crime organizado em torno da produção e do tráfico de drogas (máfias, cartéis etc) –, as alternativas oficiais atualmente em discussão tendem a tratar o problema nem tanto como sendo apenas da alçada jurídica, mas também da alçada da saúde pública: cadeia para os produtores e traficantes, clínicas de tratamento para os usuários”⁵ (Vargas 2008, p.54-55).

Em recente artigo publicado por um epidemiologista, lemos: “A violência no Brasil atingiu níveis tão alarmantes que a comunidade da saúde pública deveria juntar esforços com criminologistas e economistas e direcionar mais atenção às evidências importantes sobre fatores associados à redução da violência e do homicídio em outros países” (Nadanovsky 2009, p.1863). Nesta visão, a saúde pública deve compor o combate à “anomia social” que é o “crime”. Haveria assim uma complementação: a segurança com políticas de repressão aos “bandidos” e a saúde com a proteção das “vítimas”, desde pessoas que sofrem traumas físicos e psicológicos, “drogaditos” e vizinhos que vivem sob a violência do “crime”. Nesta perspectiva, os traficantes se situariam fora da alçada da defesa da vida e dos direitos referentes ao bem-estar, definidores da finalidade da área de saúde.

Na pesquisa de campo, entretanto, os traficantes não estão apartados de seus pares geracionais; eles estão “*juntos e misturados*”, e as drogas compõem a experiência comum. O poder classificatório do *dispositivo das drogas* forma uma rede de inteligibilidade para elementos disparatados e heterogêneos de acontecimentos, fluxos e interações. A política proibicionista médico-jurídico-policia (com seus bordões “o trabalho no tráfico leva à morte” ou “a droga mata”) convive com inúmeras teorias, práticas, técnicas difundidas entre jovens moradores de periferias paulistas. Adotar o *dispositivo das drogas* como ponto de partida para se pensar o tráfico de drogas, e sobre a violência atribuída a ele, implica uma inversão do problema. Não se trata de reafirmar como resolvermos o problema do tráfico, mas buscar compreender de que forma o *dispositivo das drogas* atua na difusão de redes de relações que se formam e operam em diversas *quebradas* das periferias de São Paulo.

No próximo capítulo, o estudo mergulhará no cotidiano de relações econômicas e políticas presentes em um contexto específico de tráfico de drogas; observar-se-á o trabalho, os ganhos, os riscos, a violência, as tramas de relações estabelecidas em torno do comércio; discutir-se-á concepções nativas sobre as características definidoras de um “bandido” e a difusão da sigla PCC como o poder orientador do *crime*.

Capítulo 2. O trabalho no tráfico – nó do *crime na quebrada*

FLEXIBILIDADE, EMPREENDEDORISMO E VIOLÊNCIA NAS LOJINHAS

Nos territórios estudados, os jovens moradores das *quebradas* se socializam em contato com o comércio de drogas realizado por vizinhos, amigos e parentes. O tráfico de drogas, parte da economia global, chega aos territórios como um importante componente da economia local. Nas páginas seguintes será descrita a dinâmica de trabalho no tráfico em um dos dois territórios estudados nesta etnografia: o trabalho, os ganhos, a flexibilização, o empreendedorismo, os riscos, a violência, as tramas de relações estabelecidas em torno do comércio de drogas. O território descrito aqui é o bairro da cidade que fica no entorno de São Paulo. Nesta *quebrada* existem no varejo seis pontos maiores de venda de drogas – chamados de *lojinhas* pelos trabalhadores no cotidiano de atividades ordinárias⁴⁷: dois deles são de um “irmão” apadrinhado do “patrão” da cidade⁴⁸; dois são do “patrão” – tido como membro graduado do Primeiro Comando da Capital (PCC), *controla* os negócios realizados na cidade e na região de dentro do estabelecimento prisional em que está detido; as outras duas *lojinhas* são de jovens que cresceram na comunidade e que são “primos”⁴⁹ do comando. Nestes seis pontos trabalham aproximadamente cem jovens no comércio de rua⁵⁰ chamado de “vapor”, sendo que existem mais ou menos uns trinta traficantes que revendem a mercadoria destes pontos em diversos espaços da cidade. No bairro estudado, a população jovem (com idade entre 15 e 29 anos) é estimada em três mil e quinhentas pessoas.

Acompanharemos neste texto seis meses da trajetória de três personagens, que ocupam diferentes posições hierárquicas na “firma” – Joílson (dono de uma

⁴⁷ *Lojinha* é um dos nomes dados aos pontos de venda de drogas. Como veremos, estes são chamados também de *boca* ou *biqueira* – ou ainda de *shopinho* – dependendo do contexto e do local. *Lojinha* e *shopinho* são denominações mais recentes. *Biqueira* é termo que tem sido mais usado nas conversas entre os comerciantes – e *boca* o que representa os aspectos mais violentos do “mundo do crime”.

⁴⁸ Para ser considerado membro da organização do Primeiro Comando da Capital, a reconhecida facção criminosa do Estado de São Paulo, é necessário o apadrinhamento de alguém que já seja membro do PCC, que passará a ser responsável pelos seu apadrinhado. Para ser um “irmão” é necessário passar pelo “batizado”, cujo ritual não acompanhei – nem obtive informações detalhadas sobre as etapas de realização que confirmariam, ao final, a efetiva filiação ao PCC.

⁴⁹ “Primo” é o nome dado àqueles que são considerados aliados da organização, mesmo não tendo o vínculo de “irmão” – posição na hierarquia que implica mais responsabilidades e direito a eventuais benefícios.

⁵⁰ De forma geral, as *lojinhas* operam todas num fluxo parecido: existem dois turnos de trabalho, um que começa de manhã às 7h, e permanece até as 19h; outro que começa à noite às 19h, e vai até as 7h – turnos de 12 horas de trabalho. Cada pessoa que trabalha no “pacotinho” recebe uma quantidade e quando trouxer o equivalente à venda completa, recebe outra.

lojinha), Jota (gerente) e Elias (vendedor). Outros dois personagens serão mencionados, registrando que as informações sobre estes – Abóbora (“irmão”, batizado do PCC e que no período foi o “*sintonia*” e gerente do Patrão na região) e Montanha (o próprio patrão) – advêm das pessoas com quem estive efetivamente em contato.

Naquele março de 2009, cada um dos personagens desta narrativa estava em situação que não será a mesma quase seis meses depois – em agosto do mesmo ano.

Joílson é o “dono” de uma *biqueira*. Ele tem 23 anos e é, segundo Thurma, conhecido pelo modo como conquistou sua “boca” na “luta” e pelas suas idas e vindas constantes a sistemas de privação de liberdade. Embora já tenha sido convidado, ele não se tornou “irmão” do Primeiro Comando da Capital (PCC). Diz que não interessa, sobretudo pelo preço a pagar: para ser “irmão” do PCC é necessário, segundo meus interlocutores, pagar uma taxa – aproximadamente R\$800,00 (oitocentos reais) por mês – valor no primeiro semestre de 2009. Segundo Joílson, ser “irmão” do PCC tem o “lado bom” e o “lado ruim”. O “lado bom” é que quem paga este valor tem garantia de recebimento da mercadoria, proteção dentro e fora da cadeia e o status de fazer parte do “Partido”. O “lado ruim” é que o “negócio fica amarrado”. Joílson é apenas um “primo”, um “aliado” que não ingressou no “partido”, mas que estabelece seus negócios com membros do PCC. Para se situar no *crime* é necessário estabelecer vínculos com algum membro do “comando”. Como diz Thurma, “*tá tudo dominado*”. Uma das características dos aliados é comprar as mercadorias preferencialmente com o “patrão” da região. No início, a *lojinha* de Joílson estava organizada com seis vendedores no turno do dia e quatro à noite – todos entre 14 e 19 anos de idade; outros pequenos traficantes também vendiam para ele, ou melhor, pegavam quantidades em consignação e tinham um prazo determinado (geralmente poucos dias) para efetuar o pagamento. Estes traficantes autônomos costumam ter suas próprias clientelas e pontos específicos espalhados pela cidade – não possuem compromissos diários com a *biqueira* e não precisam ser fiéis a “ela”.

Montanha está em privação de liberdade em um presídio de segurança máxima do Estado de São Paulo. Meus interlocutores dizem que ele tem a lista de todos os pontos, e segue inteirado dos fluxos dos negócios não apenas de suas

lojinhas mas também do que diz respeito à distribuição para grande parte das *biqueiras* da região. Ele tem representantes (“irmãos”, apadrinhados) que acompanham *in loco* os negócios, e que foram chamados pelos termos “disciplina” e “sintonia”; suas atividades consistem em passar nos pontos, informar-se sobre os fluxos dos negócios com gerentes e donos de pontos, encomendar novas remessas e informar sobre os fluxos das finanças e das mercadorias ao “patrão”. Além dos “representantes-irmãos”, ele, que havia saído da prisão em agosto de 2008, tem também em seus pontos particulares a figura do gerente.

Jota tem 25 anos, não tem sua *lojinha* mas, segundo Thurma, é respeitado: cresceu no *crime* – já matou – tem carro bom e casa boa, é tido como marrento (bom de briga, bom de bola) e é “ladrão”⁵¹ que ainda nunca foi preso (somente até novembro de 2009). Além disto, ele é próximo de jovens do hip hop, e, embora não cante nem participe de nenhum grupo, às vezes ajuda na redação de letras de rap ou na organização de eventos. A *lojinha* que gerenciava no mês de janeiro de 2009 era uma das mais movimentadas e com maior número de vendedores – ao todo eram dezoito, divididos em onze durante o dia, e sete à noite.

Elias tem 16 anos e vendia “pacotinhos” na mesma *biqueira* de Jota. Considerado talentoso no tráfico, diz com certo orgulho que nunca matou. Destaca-se nas vendas e pelas horas de dedicação: ele entra à noite às 19h e sai às 7h, tendo folga (optativa) a cada três dias; geralmente prefere trabalhar. Diz que não se envolve em “parada errada”, intriga e disputas pequenas com outros vendedores; um trabalhador disputado que, durante os meses de campo, foi chamado para trabalhar em diferentes *biqueiras*. Afirmar que para crescer no *crime* não pode usar muita droga; deve-se, principalmente, evitar o uso de cocaína quando se trabalha no tráfico noturno; fumar crack nem pensar; usar maconha, para ele, é “normal”. Outra recomendação é evitar brigas com a mãe ou com qualquer outro parente, e mesmo com vizinhos – para “não dar “b.o.” na “comunidade”. Afirmar que em fevereiro de 2009 ganhou R\$4.000,00 (quatro mil reais), o “melhor mês de sua vida”. Argumenta que no carnaval se vende mais: normalmente, em meses comuns, diz receber entre R\$2.5000 (dois mil e quinhentos reais) e R\$3.000 (três mil reais).

⁵¹ O termo “ladrão”, para este grupo, refere-se, genericamente, àquele que é reconhecido como envolvido com o *crime*, independentemente da modalidade de infração. O termo “bandido” costuma ter a mesma aceção.

A maior parte de meus interlocutores não sabia dizer o movimento bruto ao mês de uma *lojinha*. Aqueles que sabiam, pelo lugar que ocupavam na “firma”, não quiseram falar. Partindo das informações que obtive dos vendedores individuais, com data base de abril de 2009, chega-se a um valor aproximado do movimento das *biqueiras* através da renda destes avulsos. Os vendedores de rua em fevereiro de 2009 eram organizados em um sistema de comercialização em que cada um recebia montes de quinze “pacotinhos” – seja de cocaína (o “pino”, dez reais cada), de maconha (“trouxinha” ou “paranga”, dez reais cada) ou de crack (a “pedra”, cinco reais cada) – ficando com o valor de três para ele mesmo (vinte por cento de comissão). Partindo de renda média mensal de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para cada vendedor, uma *biqueira* com dez comerciantes, como a de Joílson, teria um faturamento bruto mensal de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais). Uma *lojinha* como a de Jota, com dezoito vendedores, faturaria R\$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) ao mês. São números especulativos, pois a média que fiz da venda mensal *por vendedor* é baseada na informação de alguns poucos negociantes.

Os nomes dados aos pontos de venda – chamados em diferentes momentos por *lojinhas*, *biqueiras* ou *bocas* – nos dão algumas pistas sobre transições no ideal de “traficante” que a descrição etnográfica delinearão nos próximos parágrafos. Perguntei por que eles têm usado a palavra *lojinha* para o ponto de venda de drogas. Jota disse que é para não dar “milho”⁵²; a palavra *lojinha* dá para usar em qualquer lugar “você pode até trocar idéia em um ônibus, que ninguém vai perceber”. E *boca*? “Ah, boca era antigamente”. Em um momento descontraído da conversa, Jota fez a comparação do “passado” com o “presente”: “imagina se antes falasse pro bandido que ele tem uma ‘lojinha’, ele ia falar – ‘ta me tirando’ tá achando que eu tô vendendo calcinha e sutiã, mano, aqui é a ‘boca’” (risos). O termo *boca*, entretanto, não deixou de ser usado: quanto mais próximo da situação de conflito aberto, da possibilidade de traição e de disputa pelos pontos de venda por meio de armas, o nome dado foi *boca*. Quanto mais relacionado ao comércio, ao cotidiano e às

⁵² Quando se dá um “mico”, quando se faz algo errado no “mundo do crime”.

questões de administração e finanças, chamou-se de *lojinha*. O mais usado continua sendo *biqueira* – que é o termo intermediário.

Na primeira metade do mês de abril de 2009, sob a alegação do “comando” de que a apreensão policial de grande quantidade de mercadoria e a diminuição das vendas geraram grande prejuízo ao “patrão”, uma série de novos procedimentos foi adotada na organização das *lojinhas*. Montanha deu ordem para que suas *biqueiras* não tivessem mais gerente, suspendeu a distribuição para os pontos de “primos” por dez dias, e trouxe dois “representantes” de fora da cidade (dizem que oriundos da capital – São Paulo). Também mudou a política de pagamento para os vendedores. De quinze “pacotinhos” para um vendedor, em que doze deveriam ser pagos para o gerente ou “dono” da *lojinha* e três ficariam para o vendedor, o “comando” mudou para quinze por dois, treze para a “firma” e dois para o “vapor”. Além disso, Montanha segurou a distribuição na área por dez dias, gerando perdas e tensões. Clientes se afastaram e os donos de pontos e gerentes passaram a pressionar via comunicação contínua para saber como as coisas caminhariam.

Jota perdeu seu posto de um dia para outro. Nesse período, comentou perplexo num encontro: “pô, o crime é podre mesmo; trabalhei direito, levantei uma grana pra firma e agora fiquei na mão”. Joílson também sofreu impacto em seu faturamento: num primeiro momento, as mercadorias deixaram de chegar e duas semanas depois voltou um fluxo de entrega, mas pouca mercadoria, já empacotada (pronta para venda). Joílson não teve dúvidas e, naquela mesma semana, negociou com outras fontes em São Paulo – melhor qualidade e maior quantidade por valor. Além disso, passou a oferecer para os *vendedores locais* a antiga comissão de vinte por cento de antes da “crise” – dobrando assim o número de vendedores de “pacotinhos”.

Elias, por exemplo, foi trabalhar com Joílson e a mesma coisa fez Jota – mas agora como simples vendedor de “pacotinho”. Joílson não tem a figura do gerente, pois ele mesmo gerencia seu comércio, mas mesmo assim abriu espaço para o Jota “levantar um dinheiro”, comentando inclusive que ele poderia faturar até mais do que como gerente – agindo com “disciplina”. Na prática, Joílson cedeu uma quantidade maior que o habitual para Jota e permitiu que ele tivesse flexibilidade de local de trabalho e de data de pagamento. “Disciplina”, neste caso, pode significar a

realização do trabalho com constância e tenacidade. Assim expressou Jota, segundo minha reconstituição: “para eu conseguir ganhar dinheiro eu tenho que fazer o trabalho direitinho... estar na hora que os consumidores mais procuram as drogas, estar disponível por várias horas do dia e da noite, não vender uma quantidade e já achar que está bom”.

Em maio de 2009, portanto, todo mercado local estava reconfigurado, especialmente pela ação de Montanha, que empreendeu uma “reengenharia de produção” (*expressão minha*). Tal situação gerou tensões: “representando” Montanha, Abóbora passou a sondar (junto com outros “irmãos” de outros locais da grande São Paulo que migraram para o bairro) as *biqueiras* dos traficantes que não eram “irmãos” – os “primos” ou “aliados”. O olhar vigilante incomodou e gerou apreensão com uma eventual “verminagem”, ou seja, com a possibilidade de os “representantes” do “patrão”, Montanha, tomarem as *bocas* dos “primos” à força. Presenciei uma conversa entre Joílson e Jota em que manifestaram desconfiança de que todas aquelas mudanças que o “comando” estava fazendo no bairro eram motivadas porque Montanha tinha a intenção de colocar todas as *bocas* sob sua administração.

Meus interlocutores contam que quando o “comando” chegou à cidade (por volta de 2003), houve o cadastro dos diversos pontos de venda. Joílson (à época com 16 anos) e outros jovens viviam em guerra permanente por espaços e pelo poder local com outros traficantes. Segundo eles, batalharam para conquistar seu espaço. Quando o “comando” chegou, eles tiveram a “oportunidade” de ficar e serem batizados pelo PCC, tornando-se, assim, “irmãos”. Alguns foram batizados, outros não, entre eles Joílson, que firmou um acordo com o “comando” regional, estabelecendo uma *sintonia* com o PCC. Ele nega que precise manter o acordo por obrigação, gosta de *contar vantagem* sobre sua independência; de qualquer forma, não deixa de manter as negociações, embora transacionando “por fora” com outros distribuidores (também “irmãos” do PCC).

No início de maio, Abóbora chegou a conversar com Joílson sobre sua *biqueira*. Joílson não me falou sobre o conteúdo, mas disse que ficou “cabreiro” com a conversa e passou a armar alguns de seus trabalhadores, sobretudo os do turno da noite. Ele não apenas defendeu seu espaço, como também aproveitou para ganhar

terreno no negócio local. Fez outra proposta para jovens insatisfeitos com a forma de pagamento feita por Montanha, aumentando substancialmente seu negócio: de dez vendedores em fevereiro, ele passou para dezenove em março – tornando seu ponto um dos mais movimentados da região. Esse foi um período bastante tenso, pois existia apreensão de que o “comando” – ou outros “ladrões” – quisessem tomar a *boca* de Joílson.

Em junho, Abóbora assumiu o posto de gerente em uma das *lojinhas* de Montanha. No final do mês fugiu após uma investida da polícia militar. O boato que se espalhou é que ele estava devendo muito e tentou fugir. Os comentários de Joílson foram jocosos, com ar de vitória na contenda. Dizia que Abóbora “bateu a nave” – expressão que quer dizer que o traficante quis ganhar espaço rápido demais, mas não conseguiu. “Irmãozinho de papelão” – disse Joílson – achincalhando-o por ser “irmão do PCC”, mas não ter “competência” para fazer o negócio prosperar. Com a queda de Abóbora, outros membros do *crime* passaram a ridicularizá-lo. Jota disse que ele era muito *gandaieiro*: “o cara que é ‘ladrão’ não pode ser muito ‘baladeiro’”. Elias disse que quem segue certo – reto – as coisas caminham bem, citando o caso do Abóbora que, segundo ele, quis passar por cima dos outros e perdeu tudo rápido.

Uma dívida sempre deve ser paga. O fato de se ter uma dívida e não ter conseguido pagá-la não significa que haverá *represália*, necessariamente: dependendo do histórico do traficante, do “corre que ele já fez pro crime”, ele recebe uma “anistia” – mesmo devendo, o traficante recebe uma quantidade de drogas para conseguir trabalhar para pagar a dívida. Alguns traficantes preferem realizar outro crime – furto, assalto – para pagar a dívida. Muitos, entretanto, não têm o “apetite” para fazer assaltos, só querem traficar; ouvi mais de uma vez a expressão “graças a deus nunca roubei ninguém”.

No início de julho, Abóbora reapareceu direto para um “debate”⁵³. Meus interlocutores contaram que ele ficou com três “irmãos” em uma casa da favela – por

⁵³ Com relação ao procedimento utilizado para mediar contendas entre membros do “mundo do crime” e conflitos comunitários, podemos ler na etnografia de Gabriel Feltran: “Com a entrada do PCC (Primeiro Comando da Capital, principal facção criminosa de São Paulo) em Sapopemba, organizando todo o tráfico de drogas e interferindo na organização de outros crimes, tornou-se mais complicado ter uma licença para matar outro ‘ladrão’. É preciso autorização superior, é preciso verificar o desdobramento gerado por ameaças, é preciso saber se outras sanções não adiantam. É preciso, em última instância, participar de um ‘debate’, ou seja, dos julgamentos extralegais e sumários operados por membros de organizações criminosas, sobretudo o PCC. Esse dispositivo, que emula um tribunal legal, com testemunhas de acusação e defesa, “juízes” e “advogados”, tem

mais de vinte e quatro horas – até conseguir falar com Montanha, para a definição final do caso. Desde então, Abóbora ficou muito mais discreto, uns dizem que trabalha em outro bairro – outros que foi “excluído”⁵⁴.

Montanha ficou fora do ar por vinte dias no mês de julho. A informação é que tiraram a comunicação dele na prisão, ficou sem “radinho”, perdeu a *sintonia*. Nesse período, traficantes da capital surgiram para cuidar dos seus negócios. Joílson continuou desconfiado, achando que queriam tomar sua *biqueira*. Nunca se sabe se o medo tem razões efetivas ou se faz parte da insegurança comum ao tráfico de drogas: em diversos momentos os traficantes falavam “o barato é louco” ou “o barato é sinistro”, quando se referiam às relações tensas e inseguras entre os membros do comércio local de drogas.

Em meados de julho, Thurma me contou a seguinte história: Joílson estava jantando na casa de um parente de Thurma. Depois, eles saíram para conversar na rua e “fumar um baseado”, “tava uma lua loka”. Joílson ficou andando e conversando, de um lado para outro com os braços para trás. Em determinado momento ele parou e falou: “eu *to* “pedalando”, irmão, igual na cadeia” – pedalar é andar sem parar, de um lado para o outro, como acontece dentro da prisão. Joílson (que saiu da prisão em julho de 2008) está a toda hora atento, olhando para todos os lados. Thurma o descreveu para mim: “ele disse que agora está muito mais esperto; na cadeia você aprende a ter disciplina, a ficar ligado o tempo todo, tem uma “*pá*” de procedimentos, tem que andar reto; não dá para ficar brincando; e quando sai para a rua aprende que é assim na rua também – que é o momento de ter disciplina pra fazer um dinheiro”.

No final de julho, de dentro de uma penitenciária, um “irmão” próximo a Montanha entrou em *sintonia* com Jota. Segundo ouviu na ligação, Montanha mandou dizer que não se esqueceu deles (referindo-se no caso a Jota e a diversos

sido utilizado de modo recorrente nas periferias de São Paulo” (Feltran 2008b, p.107). No debate, segundo Thurma, busca-se primeiramente um acerto pela conversa. Neste caso o irmão diz como deve ser resolvida a contenda ou a discórdia. Se não houver resolução possível, se a “falta” foi muito grave (delação, relação com mulher de parceiro etc.) a sentença pode ser a morte ou a exclusão. A exclusão, como uma noção nativa que se refere a formas de gestão do tráfico, significa o banimento da atividade criminosa. Quem é excluído não pode voltar a trabalhar no tráfico. Desta forma, o excluído continua na *quebrada*, mas se torna uma pessoa que fica no limbo: não se insere como trabalhador, não tem chance de voltar ao tráfico e, ainda, fica extremamente vulnerável à violência do tráfico por que é considerado um potencial delator.

⁵⁴ Uma das possíveis decisões do “debate” significa a expulsão do “mundo do crime” ou, dependendo do caso, do local de moradia. Esta sentença é chamada de “exclusão”.

outros traficantes que trabalhavam nas *lojinhas* do “comando”); ficou sabendo dos problemas que aconteceram (a não liberação das mercadorias e o consequente prejuízo) e prometeu enviar alguns quilos de maconha, e, aproximadamente, 100 gramas de cocaína e a mesma quantidade de crack – e daria 15 dias para Jota pagar.

Para Jota não existia uma dívida de fato: ele desconfiou das verdadeiras intenções de Montanha, lidando com a hipótese, talvez, de ter sido “cortado” pelo fato de Montanha ter considerado que a “gerência” estava ganhando demais – e a “história” da dívida seria apenas para *tirar* quem estava ganhando muito. Para ele, primeiro o movimento caiu e deu prejuízo – depois o “patrão” voltou atrás.

Com efeito, o movimento nas *biqueiras* de Montanha diminuiu no período. Jota não quis voltar a ser gerente, mas o Elias sim. E o movimento da polícia aumentou. Elias disse que nesse período eles tiveram que evitar ficar na rua conversando em rodas, juntos, fumando maconha – hábitos corriqueiros que tinham antes, exercidos com certa tranquilidade, pois o movimento da polícia estava intenso.

Certa noite, no início de agosto, um carro suspeito surgiu e seguiu na direção do ponto de venda de Joílson. Ele e outros interlocutores consideraram que se tratava de policiais à paisana. Um dos adolescentes, armado, deu a ideia para que o grupo não saísse correndo, que ficassem para reagir – e nesta situação de adrenalina, o garoto deu um tiro na direção do carro, de onde saiu o revide. O garoto de 16 anos que disparou a arma foi atingido na área da cintura e a bala ficou alojada em seu quadril. Outro garoto também foi atingido na perna. Dos garotos baleados, nem um nem outro procurou ajuda médica, ou buscou pronto-socorro, algum serviço público de saúde – ficaram com medo de ter que explicar como o fato ocorreu, e de serem presos ou marcados para morrer. Diferentemente de Joílson, os adolescentes não têm plano de saúde particular. Ambos só obtiveram algum atendimento dias depois, quando um agente do Programa Saúde da Família⁵⁵, chamado por uma das mães, conseguiu a realização de atendimentos no domicílio.

⁵⁵ Interessante observar que a presença do Programa Saúde da Família foi encontrado com frequência no bairro da cidade do interior, mas não no da capital, São Paulo. Segundo diretriz conceitual, as equipes de Saúde da Família devem estabelecer vínculo com a população, possibilitando o compromisso e a co-responsabilidade destes profissionais com os usuários e a comunidade (<http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php#acs>). Muitos jovens das próprias comunidades de baixa renda são contratados como agentes comunitários, movimento que também tem sido observado no sistema socioeducativo – analisado nesta tese. Para um debate sobre o tema, ver Gomes, Márcia Constância Pinto Aderne; Pinheiro, Roseni. Acolhimento e vínculo: práticas de integralidade na gestão do cuidado em saúde em grandes centros urbanos. *Interface (Botucatu)* [on-line]. 2005, vol.9, n.17, p. 287-

Joílson armou seus trabalhadores noturnos, receoso de eventuais ataques, mas ele próprio não acreditava que alguém ligado a Montanha faria isso – pois quebraria a *sintonia* do “comando”. “Não me matariam sem um ‘debate’”, afirmou; ao mesmo tempo, considerou o “barato sinistro”, “você nunca sabe se algum ‘verme’ fará uma ‘traíração’”. A tentação da arma na mão de um adolescente foi a brecha dada para a ocorrência da primeira situação de atentado à vida – e de lesões em um jovem comerciante de drogas – de que tive conhecimento durante os primeiros meses da pesquisa de campo.

Não tive na Zona Leste da cidade de São Paulo acesso ao fluxo cotidiano do trabalho no tráfico de drogas na mesma condição em que o acompanhei na cidade do “interior”. De qualquer forma, as informações colhidas no bairro da capital permitem observar similaridades e também algumas diferenças na organização do tráfico nas *biqueiras* das duas regiões, das duas *quebradas*. Nas ruas da *quebrada* da Zona Leste existem quatro *biqueiras* – pertencentes a três “donos”; duas são de um “irmão” do PCC que, estando preso, contrata pessoas para vender e gerenciar o dinheiro; as outras duas *lojinhas* são de um “irmão” e de um “primo” que apenas possuem o ponto, já que o fornecimento das drogas é feito pelo distribuidor do “comando” – o “dono” das outras duas *lojinhas*. O “patrão” tem mais de 30 anos, e os outros dois tem 27 e 29 anos. Os “donos” que, não permanecem no ponto, controlam os negócios via telefone celular e em reuniões com gerentes em outros locais – longe das *biqueiras*. Os vendedores têm entre 16 e 23 anos e os pontos em que ficam se estendem por uma quadra; todas estas características são próximas das encontradas na outra *quebrada* estudada.

Segundo Riso, as *lojinhas* mantêm uma relação de *sintonia* entre elas, não existindo conflito de territórios que, por serem demarcados por eles mesmos, são respeitados. Com esta demarcação, tornou-se improvável a possibilidade de um querer *tomar* o espaço do outro à força, “na bala”. Ao me falar do comércio de drogas em sua *quebrada*, Riso afirmou que “a rivalidade e a guerra vão contra os

princípios do Partido”. Constatou ainda que entre eles existem relações de amizade, uma vez que os envolvidos residem na região – foram criados e cresceram praticamente todos juntos.

A circulação de um vendedor pelo bairro – passando pelo território de outro – é “normal”. “Eles são todos conhecidos e não entram em ‘treta’, a maior parte cresceu junto”. Riso diz que não conhece casos de mudança de uma *biqueira* para outra, porém disse que existem parcerias entre as *lojinhas*, ocorrendo inclusive “empréstimo de mercadoria”. Esta “harmonia”, segundo meu interlocutor, acontece desde o início da década de 2000. Citou o caso de uma mulher que começou a vender sem autorização: proibiram-na de vender na rua, mas ela pôde manter clientes específicos que entram na casa dela para negociar. Riso e seus irmãos me contaram ainda que o “patrão” comprou uma de suas duas *biqueiras* de outro traficante, em vez de conquistá-la à força. Isso foi comum aos dois territórios estudados – a especulação sobre a compra e a venda de *lojinhas*.

O sistema de trabalho dos vendedores na Zona Leste de São Paulo é parecido com o que eu acompanhei na cidade do entorno de São Paulo. Os vendedores recebem vinte por cento: ao receber 20 “pacotinhos” de cada mercadoria, ficam com a venda de 4. Os turnos são diferentes: também são turnos de 12 horas, mas os vendedores não se fixam em turnos diurnos e noturnos; trabalham 12 horas e folgam 36 horas, alternando turnos de dia e à noite. A cocaína custa dez reais, seguida da maconha, a cinco reais e da pedra, também a cinco reais. Existem também traficantes que vendem em outros territórios – bares, faculdades e universidades, casas noturnas em bairros com vida noturna agitada (como Tatuapé e Vila Madalena, em São Paulo).

Diferentemente da *quebrada* do “interior”, nas *lojinhas* da Zona Leste da capital não são tão comuns as prisões por tráfico, já que a principal atividade é o roubo de carro. O bairro paulistano não é uma região que serve como amostra dos dados de prisões por tráfico – o que talvez indique a relação entre repressão policial e ambiente econômico. A região onde ela está situada tem 500.000 habitantes, e o seu distrito 150.000; o bairro em que Riso mora, segundo ele próprio⁵⁶, possui

⁵⁶ O bairro em que Riso mora não possui estatísticas específicas, pois está situado em uma localidade

aproximadamente 1.700 pessoas entre 15 e 29 anos, entre uma população geral de 5.200 habitantes. Nas quatro *biqueiras* trabalham aproximadamente 45 jovens no comércio de rua.

Segundo meus interlocutores, os momentos de maior tensão e risco de violência na *quebrada*, motivada por causa do comércio de drogas, ocorre quando há repressão policial. Eles ressaltam, porém, que algumas vezes (três vezes em 2009 e uma em 2010) ocorrem surras em *noias* ou delatores – e tais espancamentos e humilhações acontecem no meio das ruas, com “crianças, senhoras, todo mundo vendo”. Riso considera este tipo de situação muito ruim para o “comando”. O “sintonia” da *quebrada* realizou uma reunião no início de 2010 para estabelecer que se evitassem manifestações de violência a olhos vistos.

As principais substâncias vendidas são cocaína e crack, seguidos por maconha e lança-perfume – este último não oferecido na cidade localizada nas franjas da região metropolitana de São Paulo. Outras drogas consideradas de “elite” – como ecstasy e LSD – são vendidas somente por encomenda e consumidas preferencialmente em “baladas” (festas, bailes, salão, raves) e por trabalhadores do tráfico e por seus chegados. Estes padrões de venda e consumo são comuns às duas *quebradas* estudadas.

A partir de setembro de 2009 fui aconselhado pelos meus interlocutores a me afastar, pois o “clima” estava ficando “tenso”. Mesmo que mantivesse uma relação pessoal com jovens que trabalhavam no tráfico e familiares, outros, que não me conheciam, poderiam me considerar um risco em potencial. De fato, a tensão aumentou desde então, e em outubro de 2009 onze traficantes foram presos. Em novembro um policial à paisana foi assassinado: parei com as incursões nas *lojinhas* e me voltei ao trabalho junto aos adolescentes em cumprimento de *medidas socioeducativas* por tráfico de drogas, aos rapazes do movimento hip hop e aos educadores sociais. Continuei a acompanhar a trajetória de trabalhadores do tráfico,

maior. A consideração deste território específico como um “bairro” é realizada pelos moradores e os dados que Riso apresenta são estimativas feitas pela ONG na qual trabalha.

mas em outras situações de interação com a *quebrada*, que não a atividade de comercializar drogas.

TRÁFICO: INTELIGÊNCIA, ATRIBUTO CAPITAL; VIOLÊNCIA, FERRAMENTA DE TRABALHO

Entre março e setembro de 2009, os vendedores de algumas *lojinhas* da *quebrada* do “interior” de São Paulo tiveram que se adaptar a uma série de mudanças rápidas e radicais nas formas de gestão e organização do tráfico local – com impacto inclusive no pagamento pela venda das substâncias psicoativas: “pegou no bolso”, Thurma afirmou. A responsabilidade pela produtividade e pelas perdas foi compartilhada entre todos os que fazem parte do negócio, embora o ganho seja bastante desigual. Ademais, os menos beneficiados pelos lucros (os “moleques dos pacotinhos”, predominantemente adolescentes) são os mais expostos aos riscos do comércio – sendo a repressão policial o maior deles, além da apreensão de drogas e a ameaça de prisão.

O comércio varejista de drogas é dinâmico, fluido e fragmentado. O modelo de gestão financeira dos negócios está centrado na busca de maior lucratividade, e um dos mecanismos adotados foi a flexibilização do trabalho dos jovens vendedores – um modelo contemporâneo de gestão, que acompanha a tendência de tornar maleável o trabalhador comum à gestão das empresas na contemporaneidade (Sennett 2008), e que tem sido incorporado como modelo pelo tráfico de drogas. Embora esteja em consonância com a tendência do capitalismo de especialização flexível, o estudo do comércio de drogas nos dois bairros etnografados deve também levar em conta duas outras influências em seu “modelo flexível”: o trabalho ocorre em uma *quebrada*, onde existem práticas e condutas adaptáveis comuns à “viração” das classes populares em São Paulo⁵⁷; o comércio de drogas sofre as consequências de ser uma “prescrição legal”, possuindo as dinâmicas próprias das práticas ilícitas, com suas incertezas e riscos de perda, assim como seus altos – e rápidos – lucros.

⁵⁷ Para uma discussão detalhada sobre a “viração”, e as fronteiras entre o legal e o ilegal em periferias paulistas, ver Telles e Cabanes, 2006; Telles e Hirata, 2007 e Hirata, 2010.

Nas diversas descrições dos traficantes, a adrenalina, a atenção e vigília constantes, a eminente possibilidade de batida policial e da prisão; a grande circulação de dinheiro, o uso regular de maconha, as baladas e as festas organizadas pelos “irmãos”; os equipamentos de comunicação, as substâncias, suas qualidades e valores e os códigos de comunicação são os principais componentes do tráfico para aqueles que dele se ocupam. Tais características da atividade imprimem uma relação particular com o corpo. “É uma outra vida”, como afirma Thurma.

Em certa ocasião, tive uma conversa com um adolescente de 17 anos que fazia uma “oficina da palavra” (composição de raps) com Thurma. Ele queria escrever um rap sobre o “tráfico”. Questionei o tipo de informação que ele gostaria de explorar e o rapaz respondeu que escreveria sobre o “estilo de vida”. Assim justificou sua escolha:

“Eu acho loco a vida deles. É a milhão, ele (o traficante) não tá muito aí com muita coisa, a vida dele é emocionante, ele tá no dia-a-dia, o cara tem que estar atento, por que, a qualquer momento... o olhar dele é sempre... bem direto, tá sempre atento. É uma vida agitada, emocionante, eles gostam de fugir da polícia. Parece que tem gente que nasce para trabalhar no tráfico. O dia-a-dia é pesado, você não pode demonstrar medo, você tem que estar disposto até a morrer. Quem entra para o crime tem que ser apetitoso”.

Trabalhar no tráfico significa também olhar a morte sem fraquejar; estar disposto a ser preso, a perder mercadoria por apreensão; gastar uma parte substancial das “economias” com advogado. E de fato os jovens “traficantes” lidam com estas possibilidades: falam delas porque observam em diversas trajetórias de vida acontecimentos e situações cotidianas de eminente risco. Para os jovens traficantes, indo dos vendedores iniciantes no tráfico aos “patrões” que já possuem uma longa *caminhada*, o mercado em que trabalham se configura uma carreira emocionante, em que os riscos e as consequentes perdas são parte inerente; um “jogo absorvente”⁵⁸.

⁵⁸ Geertz parte da definição de “jogo profundo” (Benthan), para questionar uma visão puramente economicista de explicação da participação de tantos homens na briga de galos. Um jogo profundo seria um jogo no qual as apostas são tão altas que, do ponto de vista utilitarista, é irracional que os homens se envolvam nele. Para Benthan, tais homens são irracionais – viciados, tolos, selvagens. Para Geertz, porém, o dinheiro na briga de galos é menos uma medida de utilidade, mas antes um símbolo de importância moral, percebido ou imposto. O que está em jogo é o status. “E como (ficando com Weber) a imposição do significado na vida é o fim principal e

Trabalhar no tráfico é, além de uma atividade laboral, um *modo de vida* compartilhado; uma atividade de risco, uma aventura. O ambiente do tráfico – a ocupação das ruas, o movimento constante, as relações sociais com pessoas de “dentro” e de “fora” da *quebrada* – torna-se um espaço central de sociabilidade para os jovens comerciantes. O tráfico se constitui em uma atividade produtiva em consonância com tendências atuais de consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens do mundo todo. Nos contextos em que pesquisei, participar do tráfico local é participar de uma turma, com suas músicas, festas, adereços, *máquinas* (carros, motos, celulares). A busca por reconhecimento no tráfico possui similaridade com a participação em comunidades desterritorializadas de consumidores de estilo, como os rappers, por exemplo. O “estilo bandido” do trabalhador do tráfico é também uma referência de estilos de vida juvenis nas *quebradas* pesquisadas. Segundo Bretton (2006), a paixão moderna pelas atividades de risco nasce da profusão de sentidos que o mundo contemporâneo sufoca. “Quando os limites dados pelo sistema de sentidos e valores perdem sua legitimidade, as explorações dos extremos ganham impulso: busca de *performances*, de proeza, de velocidade, de imediatismo, de frontalidade, de aumento do risco” (Bretton 2006, p.90). Tais características são buscadas em diversas modalidades de estilo de vida – piratas, hackers, traficantes, surfistas, skatistas, usuários de drogas – experimentadas por jovens em todo o mundo.

O fato de o tráfico ser um *modo de vida* para alguns jovens das *quebradas* indica, a meu ver, a existência de mecanismos simbólicos de sujeição ao “comando”; no processo anteriormente descrito, a interiorização dos elementos simbólicos do “ser traficante” facilitou que a “reengenharia de produção” fosse acolhida pelos trabalhadores sem maiores resistências. Não houve um “debate” para se discutir as “questões trabalhistas”: só pode exigir *seus* “direitos” ao “patrão” o traficante preso durante suas atividades. Neste caso, há um consenso de que o “patrão” deve dar uma ajuda financeira à família.

Referente às mudanças anteriormente descritas, a decisão sobre a gestão dos trabalhadores do tráfico foi de “cima para baixo”; não houve nenhuma mediação, nenhuma tentativa de negociação; aqueles que não aceitaram as mudanças impostas pelo “patrão”, simplesmente fizeram um movimento individual de mudança, passando a trabalhar em uma *lojinha* concorrente: mostra de reconhecimento individual no mercado, mudando o empregador de acordo com um processo de livre concorrência. Cada traficante, independentemente do seu lugar na hierarquia da *lojinha*, é um empreendedor – alguém que faz certo número de apostas, define uma série de comportamentos econômicos, estipula investimentos para obter melhoria de seu capital pessoal dentro do negócio; uma expressão de um poder enformador da sociedade de inspiração neoliberal (Foucault 2008a⁵⁹). Mecanismos econômicos que destacam os indivíduos e os ligam à imensa máquina do tráfico internacional de drogas; a máquina que eles não dominam; o “vendedor”, o “gerente”, nem o próprio “patrão” controlam os fluxos do comércio de drogas; trata-se de uma engenharia complexa e transnacional de difícil delineamento dos seus fluxos e dos mecanismos de gestão. No negócio local, entretanto, a ação econômica de cada um dos trabalhadores do tráfico tem repercussões sistêmicas na gestão do comércio no bairro.

Durante os meses (tensos) em que acompanhei as atividades do tráfico em pesquisa etnográfica, sucederam diversos conflitos e mudanças inesperadas em torno do comércio de drogas. Disputas pelo mercado, intrigas, ocorreram desavenças, mas uma regra de conduta manteve-se presente até o final de 2009: a atitude de evitar o homicídio como forma de resolução dos conflitos. Observamos que um jovem traficante local (Joílson), que não é “irmão” do PCC, concorreu no tráfico local com uma importante liderança regional (Montanha), membro graduado do “comando”, e não sofreu nenhum ataque (embora tenha se sentido ameaçado durante todo o período). Comerciantes menores como Jota e Elias mudaram de “patrão” como parte

⁵⁹ Foucault define o escopo de uma política neoliberal como a “multiplicação da forma empresa”. Em suas palavras: “trata-se de generalizar, difundido-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas “empresa” que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional, nem tão pouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (Foucault 2008a, p.203).

de um processo de “*quem paga mais leva*”, comum ao mercado de trabalho de forma geral. Não foram ameaçados nem sofreram retaliações por terem aceitado as melhores ofertas de trabalho. Abóbora, com maiores responsabilidades com o “comando” por ser “batizado” e representante de Montanha, em determinado momento deixou a *biqueira* sem aviso prévio e fugiu. Quando resgatado passou por um “debate” tenso, mas não foi assassinado; foi para a *geladeira*, perdeu espaço, credibilidade e respeito – algo bastante grave para um traficante.

A violência esta posta como uma possibilidade, como disse Joilson é uma “ferramenta de trabalho”, mas já não é considerada a opção mais “inteligente” na maior parte dos casos. Por quê? Thurma tem uma interessante interpretação: “primeiramente, porque a mãe de quem morreu vai ficar louca e pode *caguetar*, fica uma situação ruim, *ta ligado*, você vai encontrar sempre com os familiares e aquele ódio vai crescendo; também por que chama a polícia, né!? Um chamado por homicídio faz os ‘homi’ fechar o tempo aqui e aí atrapalha tudo, porque nem o consumidor vai querer correr risco aqui. E tem outra coisa, não é bom pra ninguém mesmo. Quando acontece um assassinato aqui, ninguém consegue andar na rua porque a polícia apavora todo mundo, trabalhador ou bandido”.

A noção de *inteligência* surgiu como um atributo dominante do ideal de “bandido”, com maior intensidade do que a idéia da “força bruta”, da “disposição para matar”⁶⁰. O assassinato foi recorrentemente identificado com a idéia de “verminagem”. “Verme” é o bandido que mantém a prática de violências, matando e aterrorizando as pessoas; é também o membro da comunidade que chama a atenção por abuso de drogas e furtos em casas de vizinhos⁶¹. O termo “verminagem” é o que indica, de forma geral, os comportamentos que vão contra a *sintonia* na *quebrada*. Para grande parte dos meus interlocutores – do *crime* ou não – o “verme” atrapalha os negócios e a vida comunitária.

⁶⁰ Algumas características gerais de um “universo simbólico do crime”, definido por Alba Zaluar como etos da masculinidade, seria a hierarquia – uma mistura de cálculo racional e emoção, a ambição de ganhar muito e ganhar fácil, a masculinidade reafirmada no uso de armas, na violência, na guerra de defesa de territórios. (Zaluar 2004) Segundo a autora, “a afirmação maior de um bandido é, inclusive, sua disposição em terminar de vez com a liberdade alheia – em suas palavras, ‘disposição para matar’” (Zaluar 2004, p.64).

⁶¹ A descrição de práticas de “verminagem” está nos seguintes versos de um rap Miguel: “Noiado a noite inteira, roubando os faróis da nossa quebrada, são varias pegadinhas, são varias situações, ao invés de se atrasar faz a sua sangue bom, hã!? sangue bom não, sangue bom tem respeito, você não passa de um pé de pato traiçoeiro, fazendo o terror, colocando o revolver na cabeça de criancinha, ta tirando?! ta fazendo hora extra nessa vida aqui, você ta levando... não vai levar a lugar nenhum, só vai ser mais um que morreu como um verme”.

Para aqueles que sempre viram *no poder de fazer morrer* dos “traficantes” a base de sua força, *o que* substituiria a violência bruta como mecanismo de poder? Alguns termos e práticas foram recorrentes e despertaram a atenção do etnógrafo. É possível notar algumas indicações do sentido da *inteligência* nas falas e atividades ordinárias dos jovens traficantes. Observa-se na descrição etnográfica apresentada, a utilização da expressão “*ter uma mente*” como uma qualificação positiva – espécie de adjetivação intimamente relacionada à idéia de *inteligência*.

No contexto estudado, um dos sentidos da noção de *mente* remete a uma racionalidade instrumental para resolução de situações concretas da vida cotidiana, e para o alcance de objetivos pessoais de ordem material. Quando traficantes falam, por exemplo, sobre a atitude de agir de forma planejada e focada nos negócios (buscando maior lucratividade e rotatividade das vendas), eles falam que é necessário “*ter uma mente*”; quando é avaliado algum comportamento que pode chamar a atenção da polícia, como se envolver em “tretas” – brigas com membros da comunidade ou com competidores do *crime* – a expressão também é utilizada. “*Ter uma mente*”, neste sentido, significa não chamar tanto a atenção por motivos banais, manter-se “neutro”, como disse um interlocutor.

Outro sentido dado a expressão “*ter uma mente*” é o de qualificar positivamente aquele traficante que consegue “se levantar”, ou seja, ganhar dinheiro – comprar uma moto, construir uma casa. “*Ter uma mente*” aqui é ter um objetivo material, concreto, e conseguir alcançá-lo por meio de uma gestão adequada de seus recursos e dos riscos. Tal inteligência prática é um atributo dominante no “mundo do crime”. Neste caso, “*ter uma mente*” rima com uma inteligência prática, que combina senso de oportunidade e a arte de contornar situações difíceis, comum à “*viração*” das classes populares (Telles e Hirata 2007).

Na segunda metade dos anos 2000, a diminuição dos assassinatos implicou uma ampliação dos interessados em trabalhar no tráfico. Nos territórios onde ocorreu a pesquisa de campo, jovens que não querem pegar em armas e nem, tão pouco, têm disposição para atividades que envolvem risco de vida, passaram a ver no tráfico uma possibilidade de ganhar dinheiro em situações de dificuldade financeira. Na pesquisa de campo foi comum encontrar jovens que passaram a traficar como uma atividade complementar, entre um “bico” e outro, circulando em diversos negócios

informais e, às vezes, em negócios ilícitos. Nas dobraduras do tráfico de drogas, os jovens se socializam em contato com o comércio de drogas realizado por vizinhos, amigos e parentes; eles conhecem os riscos e as possibilidades de ganho. O tráfico mostrou-se, sobretudo aos mais jovens, uma das possibilidades dadas à “viração”, um mercado de fácil acesso, uma estrutura de oportunidades ilegais efervescente; um mercado que aceita os jovens de acordo com a especialização e características pessoais; o tráfico é um dos empregos mais acessíveis para jovens com pouca formação escolar.

O fortalecimento do tráfico como negócio e o crescimento do PCC como força política na *quebrada* caminharam juntos nos campos da pesquisa. O narcotráfico é o principal eixo da circulação maciça entre a prisão e a rua, sendo as *lojinhas*, portanto, uns dos principais lócus de difusão da *sigla* PCC, como eu discutirei adiante. O PCC passou a sintetizar na fala dos jovens o processo de expansão do “marco discursivo do crime”; segundo Gabriel Feltran (2008a), as fronteiras do “mundo do crime” passam a ser espaços de disputa pelos sentidos do que é legítimo social e publicamente e, assim, elas passam a interferir nas estratégias de gestão de territórios e populações – especialmente nas periferias urbanas.

A ação ambiental da repressão policial, muito espacializada em determinados bairros das cidades, acarreta a indistinção dos moradores destes territórios. Além disto, os circuitos de amizade e parentesco se cruzam com os circuitos do tráfico, delineando extensas redes de relações construídas antes das prisões⁶²; isto acarreta a mobilização das famílias e amigos, não apenas para visitas, mas principalmente no momento das “saidinhas”⁶³. A experiência prisional nos territórios estudados não se constituiu em algo apartado do cotidiano; é antes uma experiência conectada com ele: as histórias dos jovens nas prisões tornam-se crônicas do cotidiano e da própria

⁶² Em seu estudo sobre a relação entre prisão e bairro em Portugal, Manuela Ivone Cunha (2008) demonstrou como a prisão “banalizou-se” e “normalizou-se” em certos bairros, sobretudo os mais precarizados das áreas metropolitanas. “A estigmatização que outrora a prisão representava instituiu-se agora a montante da detenção, isto é, instituiu-se pela própria pertença a certos bairros que hoje é habitual verem-se conotados com toda a sorte de patologias” (Cunha 2008, p.116); “o bairro incorporou a prisão em seu cotidiano” (Cunha 2008, p. 118). Cunha argumenta que a fronteira simbólica entre a prisão e a rua erodiu-se; “os dois quotidianos afectam-se assim mutuamente de maneira permanente” (Cunha 2008, p.120).

⁶³ Nome dado à saída de presos em datas festivas (como Natal e Páscoa) para que passem os feriados com suas famílias.

história da *quebrada*, principalmente para os mais jovens. A *quebrada* incorpora a prisão como um de seus componentes descritivos, de autorreferência.

Para lidar com o limiar da prisão, a *mente* torna-se assim uma qualidade diferenciadora – valorizadora – dos indivíduos. Os relatos da prisão a situam como uma “experiência limite”, em que apenas o *controle mental* pode manter o sujeito *são*. As trajetórias de indivíduos que passam por esta experiência – e saem divulgando ideais de “paz entre os ladrões”, “respeito” e não violência nas relações com a “comunidade”, a interdição do assassinato e a substituição da força bruta pela capacidade de articulação e comunicação do “ladrão” – são recorrentes nas falas dos jovens quando descrevem a introdução da “disciplina” do PCC nas *quebradas*. A constante circulação de jovens da *quebrada* entre a prisão e a rua foi o fator que fortaleceu o “marco discursivo do crime” sob a marca do PCC – como veremos a seguir.

PCC É SINTONIA: A MENTE CRIMINAL EM COMUNICAÇÃO

O primeiro sentido que apreendi da palavra *sintonia* na pesquisa de campo foi a comunicação da prisão à rua, entre membros do PCC; o termo indica também, metonimicamente, o representante do “patrão” na *quebrada*, o “sintonia” (embora entre os meus interlocutores a expressão mais comum para essa posição tenha sido o “disciplina”). O “sintonia” é visto como uma espécie de “líder” regional por membros das forças de segurança e, assim, pôde ser identificado em contextos institucionais como a Fundação Casa. Para os membros do “crime” tal posição é transitória e altamente rotativa: não é a pessoa, um “líder” ou “patrão”; o “sintonia” é alguém que, temporariamente, fica responsável pela transmissão do sistema de pensamento do PCC à *quebrada*, aos “ladrões” de determinado território. É da difusão do PCC na *quebrada* que me ocuparei nas próximas páginas.

O termo *sintonia*, mais do que indicar a posição de uma pessoa no crime local, foi usado em diversas outras situações e em conversas informais que o localizam menos com uma posição em um regime de forças interno ao PCC, e mais

como expressão de condutas e procederes internos ao “mundo do crime” – e que por diversas formas de interação entre conviveres na mesma *quebrada* o extrapolam para as relações entre jovens. Para a compreensão de como a palavra *sintonia* surgiu na pesquisa de campo, citarei três situações debatidas entre mim e Thurma. A primeira situação é uma experiência de campo; a segunda é uma reportagem em um programa de TV; e a terceira é um diálogo em uma canção dos Racionais MC’s. Cada uma das cenas descritas será abordada estritamente como exemplo de *sintonia* entre a prisão e a rua.

Logo no início da pesquisa de campo, no outono de 2009, cheguei à *quebrada de Thurma* no feriado da Páscoa, quando ocorria a “saidinha” de diversos presidiários e o encontro com seus familiares e amigos. O bairro inteiro se mobilizava para receber seus entes e amigos; mulheres, filhos, irmãos, pais, sobrinhos, primos, compadres, vizinhos, amigos, ex-alunos da mesma escola ou da mesma ONG, parceiros de futebol, entre outras possibilidades relacionais. Grande parte da população das *quebradas* possui algum vínculo direto com presidiários (ou ex-presidiários). No domingo de Páscoa, fomos eu e Thurma até um bar em uma esquina na rua principal da *quebrada*. Ao chegarmos ao local, veio um rapaz em nossa direção, de longe cumprimentando. O rapper discretamente disse para mim que o rapaz está preso há dois anos: passos lentos, mãos para trás, olhar alternado entre o distante e o atento, segundo Thurma um olhar “acabrerado”. “Na cadeia, o cara preso tem que dormir atento, ficar o tempo todo sob tensão”, disse Thurma, “quando o peão sai para a rua, acha que ainda está preso”.

Quando se aproximaram, Thurma e Junior iniciaram a seguinte conversa:

Júnior – E aí?

Thurma – E aí, Beleza? Firmão?

Júnior – Faz tempo, hein. Só no rolezinho?

Thurma – É. E você só na saidinha?

Júnior – É, estou passando a semana de Páscoa aí, com minha família.

Thurma - Cê ficou sabendo que mataram o menino lá embaixo?

Júnior – É mano, a gente fez até uma oração pra ele lá.

Thurma – e como você ficou sabendo?

Júnior - passou no *radinho*, mandaram um salve para a nossa *quebrada* e fizemos uma oração pro Julinho. Chorei e o caralho. Foi foda... trairagem.

Thurma – Nem fala mano, foi covardia mesmo. Os força atiraram pelas costas.

Junior – E aí, como ficou a quebrada, irmão?

Thurma – Revoltada, né mano.

Junior - Aí vou nessa, meu pessoalzinho tá me esperando lá.

Thurma – Mas e aí, cê vai voltar ou vai tentar dar um pulo (fugir da prisão)

Júnior –se pá, eu vou voltar sim.

A história comentada por eles, do “menino lá de baixo”, tinha acontecido 19 meses antes. Um gerente de *biqueira* chamado Julinho foi assassinado. A história que circulou na *quebrada* é a de que ele foi preso, algemado, apanhou e ficou estirado no chão, de barriga para baixo, sendo humilhado e espancado. Nesta situação, conta Thurma, o rapaz falou para o policial que sabia onde ele morava – uma frase interpretada pelo policial como a ameaça de morte para ele e sua família. Como resposta, o policial disparou cinco vezes contra as costas e a cabeça do rapaz. Pessoas na rua e das frestas das janelas de suas casas assistiram a toda a cena, que foi notícia na capa de jornais da cidade; nestes o acontecimento foi descrito como “morte de traficante em troca de tiros com a polícia”. A conversa entre Junior e Thurma tratou de um evento ocorrido um ano e meio antes, mas que entrou na conversa como um evento recente, que me fez pensar que se tratava de um evento significativo para ambos; não apenas para quem era do *crime*, “colega de trabalho” de Julinho, mas para outros jovens de sua geração que conheciam sua história, sua família, seus vícios e virtudes; manos da *quebrada*. É mais significativo ainda, interpretei, é que o acontecimento proporciona a ligação dos vizinhos Thurma e Junior em uma narrativa comum à *quebrada*. Para o rapaz preso, a importância do evento foi medida pela sua comunicação via o “radinho” do PCC, por meio da tecnologia do telefone celular que também é usada na gestão de conflitos entre membros do *crime*; o “radinho” é uma comunicação do PCC via telefones celulares conectados em rede, interligados em teleconferência; a comunicação acontece simultaneamente em diversos presídios e pode, também, ser acessada por quem está fora, mas “sintonizado” no “radinho”. Pelo “radinho” são emitidos os “salves”, comunicados, recados para os diversos territórios e pessoas ligadas à organização, familiares, saudação às *quebradas*, aos “manos” e aos “irmãos”.

Em minhas primeiras conversas com Thurma sobre a prática do “debate”, ele sugeriu que eu procurasse no youtube pelo título “Tribunal do Crime”. Trata-se de uma reportagem apresentada em um programa dominical da TV Record. Nesta reportagem, foram apresentadas as gravações de um “debate” realizado via telefones celulares interligados em teleconferência. O caso, resumidamente⁶⁴, era o seguinte: um rapaz (Fabrício) havia assassinado outro (Adriano), sem nenhum motivo aparente, na rua, por causa de um bate-boca vulgar; havia duas testemunhas (a mulher e uma amiga dela) que estavam junto com o Adriano, no momento do crime; havia também outros dois rapazes com Fabrício. O irmão do rapaz morto (Agnaldo, um ex-presidiário, “traficante”) pediu justiça ao “comando” e, assim, foi convocado um “debate”. No “debate”, foram ouvidas as testemunhas, enquanto três presidiários acompanhavam e orientavam a sequência das atividades do julgamento, como em um tribunal. A decisão no processo de julgamento foi pelo assassinato de Fabrício e pela absolvição de seus dois companheiros. Tanto aqueles que pediram o “debate” quanto os réus teriam que saber, precisamente, o porquê de apenas o homicida receber a pena de morte, para evitar que se quebrasse a *sintonia*, ou seja, para evitar que uma rede de vinganças fosse acionada. A decisão pela pena de morte ao Fabrício deveria passar um sentido de justiça para que não quebrasse a “união” dos “ladrões”; ela deveria ser clara, bem argumentada, coerente, decisiva para que os “sobreviventes” (de ambos os lados do “processo judicial”) não se considerassem injustiçados e movimentassem novos conflitos.

Ao tratar da necessidade de se evitar que a rede de vingança fosse acionada, um dos presidiários falou sobre o elo que os ligam no *crime*: “Agora nós tem que dar esse xeque-mate. Nós não pode colocar nada em risco, cara, que venha amanhã ou depois, ta refletindo sobre mim, sobre o Aquário, sobre você, sobre nosso irmão, aí, o Saddam. Porque automaticamente, é igual a internet: um canal puxa todos, e tudo é um corpo só, é um elo que está envolvido, entendeu irmão?”. A sentença foi dada ao réu por meio de uma argumentação que elegeu a *vida* como um valor: “Você tem ciência do que cometeu; você tirou uma vida, certo cara? Até mesmo sem dar defesa

⁶⁴ Não descrevo detalhes do caso, encaminhando para tanto endereço eletrônico que permite acesso à reportagem: <http://br.youtube.com/watch?v=XVs9y1XfZQ>. A transcrição completa do texto também está disponível em Feltran, Gabriel “Crime e castigo na cidade: repertórios da justiça e a questão dos homicídios nas periferias de São Paulo”; *Cadernos CRH*, Salvador, vol. 23, n. 58. pp. 59-73. 2010.

pro mesmo. Então, veja bem, ô Fabrício. A gente não admite isso em lugar nenhum, entendeu cara?”. O carrasco de Fabrício, segundo a decisão dos “irmãos”, seria o próprio irmão da vítima, o Agnaldo.

Dois pontos deste “debate” interessam para a discussão: primeiramente, o problema central é a vida – ela é o que legitima a decisão e evita a quebra da *sintonia*; o segundo ponto é a própria definição dada ao PCC pela “cúpula da facção” – “igual a internet”, “um canal puxa todos”, “tudo é um corpo só”, “um elo que está envolvido”. Todas as expressões indicam a existência de um poder que os envolve, como na rede mundial de computadores, onde todos estão potencialmente conectados.

A terceira situação que eu e Thurma discutimos, como exemplo do que é a *sintonia*, foi um trecho da canção Vida Loka Parte 1, do grupo Racionais MC’s.

O início da letra é uma conversa do rapper Mano Brown, pelo telefone celular, com um amigo preso.

- e aí bandido mal como que é meu parceiro?
- e aí Abraão, irmão truta?
- firmeza total Brown... e a quebrada aí irmão?
- ta a pampa, aí fiquei sabendo do seu pai aí, lamentável truta, meu sentimento mesmo mano!
- vai vendo Brown, meu pai morreu e nem deixaram eu ir nem no enterro do meu coroa
- não irmão – isso é loco, você tava aonde na hora?
- tava batendo uma bola meu, fiquei na mó neurose irmão.
- aí foram te avisar? – é vieram me avisar, mais tá irmão brou, eu to irmão, logo mais to aí na quebrada com vocês aí
- é quente, na rua também num tá fácil não moro truta? Uns juntado inimigo, outros juntando dinheiro, sempre tem um pra testa sua fé mas, tá ligado, sempre tem um corre a mais pra fazer, aí mano liga, liga nois aí qualquer coisa lado a lado nois até o fim moro mano?
- to ligado!

No primeiro trecho do diálogo, o tema principal é a relação entre o presidiário e a sua *quebrada*, que é também a do rapper; é a *quebrada que os une*, eles estão “ligados” “qualquer coisa lado a lado nois até o fim moro mano?”. O diálogo retorna, no intervalo entre a primeira e a segunda parte da música. Neste segundo trecho, Abraão lembra ao rapper que eles estão *juntos*, “nois ta aqui dentro mais

demoro truta, liga nois irmão”. Brown contava uma suposta tentativa de homicídio contra ele, por causa da intriga de uma mulher sugerindo que ele, o rapper, teve um caso ou encontro (não fica claro na letra da canção) com ela. O namorado ou marido queria se vingar e foi atrás de Brown.

– *áí brown, nós tá aqui dentro mais demoro truta, liga nós irmão.*
– *não truta aí jamais vamo leva problema pro cêis aí, nois resolve na rua rapidinho também, mais aí nem esquenta, e aí e aquele jogo lá do final do ano que cê falo?*
– *então truta demoro, no final do ano nós vamo marca aquele jogo lá, eu você, o Blue, os cara dos Racionais, tudo aí moro meu? visita sua aqui é sagrada, safado num atravessa não moro?*

O rapper muda de assunto, não aceita a “ajuda” e pergunta sobre o jogo de futebol na prisão, onde poderão se encontrar e socializarem, mesmo cada qual de “uma lado da muralha”.

As três situações, que eu e Thurma debatemos como exemplos de *sintonia*, possuem dois pontos principais em comum: em primeiro lugar, elas apontam para uma erosão da fronteira entre a prisão e a rua; em segundo lugar, essa erosão tem como componente central o uso da telefonia celular.

Na primeira descrição, a tecnologia esteve a serviço de laços afetivos, ligando Junior ao seu território. Da perspectiva de um presidiário, a *quebrada* é o local de moradia com o qual ele estabeleceu uma relação afetiva (Biondi 2010). Quando Junior saiu da prisão na Páscoa, o primeiro tema da conversa com Thurma, amigo de infância, foi a lembrança de que de dentro da prisão ele acompanhou pelo celular os acontecimentos do *crime* na *quebrada*. O “radinho” do PCC levou até Junior o assassinato de seu amigo de sua *quebrada*; o rapaz sentiu o reconhecimento pela comunidade de presidiários de seu pequeno território e suas histórias no *crime*.

No segundo caso, o celular foi o dispositivo eletrônico para o exercício do poder sobre a vida efetuada por membros do PCC, como um “tribunal do crime”. A *sintonia* indicou uma inteligência prática de “fazer o serviço” e “evitar redes de vingança e ódio”. Nessa situação foi necessário “sintonizar a frequência”, isto é buscar a unidade dentro do coletivo. A *sintonia* entre aqueles que comandavam o “julgamento” de Fabrício foi um efeito de ajustamento em uma cadeia de força que liga todos os “envolvidos”.

Na canção dos Racionais – Vida Loka, parte 1 –, o vínculo entre o rapper e o presidiário se dá pela mediação da *quebrada*. É a *quebrada* o lócus da rede que faz com que ambos estejam “*juntos até o final*”. O sofrimento do presidiário ao perder o pai e sua impossibilidade de acompanhar o enterro, de um lado, e a potencial fatalidade que o rapper quase sofreu, de outro, foram situações compartilhadas em um campo semântico e existencial comum. Mano Brown não é “do crime”, nem sua conversa trata de “caminhadas” particulares ao mundo do crime; mas a conversa que tiveram na canção pelo telefone celular indica compartilhamento de significados em uma linguagem comum, sintonizada, e também o proceder de cada um na frequência do diálogo.

Giorgio Agamben (2007) considera o telefone celular um dispositivo, entre os vários que definem, segundo ele, a fase atual do capitalismo⁶⁵; ele chama de dispositivo “toda e qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (Agamben 2007, p.13). O telefone celular é o principal artefato utilizado no processo de erosão da fronteira entre a prisão e o bairro. Este dispositivo eletrônico é um artefato símbolo da contemporaneidade. Bauman (2001) o situa como um dos principais “objetos culturais da instantaneidade”, “inventados para o uso dos nômades que tem de estar ‘constantemente em contato’ (Bauman 2001, p.149).

O celular tornou-se em pouquíssimos anos uma ferramenta usada pela imensa maioria da população no Estado de São Paulo. No contexto das atividades registradas do tráfico, de homens de negócio (os “patrões”) aos adolescentes em cumprimento de *medida socioeducativa*, das donas de casa em comunicação com seus filhos dentro da

⁶⁵ Sobre este ponto escreve Agamben: “Não seria provavelmente errado definir a fase extrema de consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos. Certamente, desde que apareceu o *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo” (Agamben 2007, p.13). A definição de dispositivo dada por Agamben – toda e qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos – não é a que utilizo nesta tese (ver capítulo 1).

prisão aos gerentes organizando o fluxo do trabalho cotidiano nas *biqueiras*, o uso de celulares foi central nas diversas relações entre a prisão e a rua.

No caso específico do comércio de drogas nos territórios em que estudei, o celular foi usado cotidianamente na comunicação entre diferentes membros das equipes de venda durante os turnos, entre os “donos”, seus gerentes e seus vendedores. Essa transmissão via telefonia celular de informações e contatos entre membros do tráfico em outras regiões e dentro das prisões foi comumente intitulada de *sintonia*.

O telefone celular foi apropriado para reafirmar laços de lealdade, como na comunicação do Montanha com Jota, mas também em situações de vigilância, tensões e conflitos, como por exemplo, nas trocas entre Joílson e Jota sobre suas impressões das mudanças no negócio, ou no suposto “debate” feito pelo celular para julgar a fuga do Abóbora. Os celulares foram usados para o “patrão” controlar os fluxos do tráfico local, mas também para Joílson estabelecer outras redes de contato para conseguir mercadorias com qualidade e preço melhores. O celular pode ser usado para o controle, mas também para a busca de alternativas ao controle de uma liderança do tráfico. O telefone celular é usado na gestão cotidiana do tráfico, revelando dinâmicas que refletem hierarquias, e também as subvertem.

A dimensão transcendente do PCC, isto é, a autonomia da organização em relação aos seus participantes é, segundo Karina Biondi (2010), “uma forma transcendente que funciona como produtora de *disposições*⁶⁶ e é, por isso, capaz de agregar pessoas em torno de si, em *sintonia* umas às outras graças a essa forma” (Biondi 2010, p.196). A *sintonia* seria, portanto, o resultado do PCC como força externa sobre os seus membros. Mas o que é esse efeito chamado *sintonia*? Para Biondi, *sintonia* é o “regime de relações que permite que uma iniciativa, ideia, ato ou enunciado de alguém acione uma cadeia imitativa que ressoe, não sem resistências e adaptações, entre os que estão na mesma caminhada” (Biondi 2010, p.244). A *sintonia* torna possível a teorização e a prática política existentes no *Comando*, “a ressonância de vontades, em suas mais variadas expressões, por corpos que, *juntos e*

⁶⁶ Em *Junto e Misturado*, Biondi define disposição como um termo utilizado pelos prisioneiros “para indicar a intensidade e o alcance de suas vontades, em seus mais variados formatos, expressões ou manifestações” (Biondi 2010, p.181).

misturados, correm lado-a-lado, estão em sintonia” (Biondi 2010, p.193). Para a autora, essa teoria teria como uma de suas características o esforço no sentido de tentar refrear forças autoritárias. A política do PCC no interior das prisões seria “dirigir a *população* e colocar em prática os *ideais do comando* sem, no entanto, estabelecer qualquer relação hierárquica” (Biondi 2010, p.155). E, além da quebra de hierarquia, o PCC se expande, ele não se limita aos membros da organização; “o PCC pode estar presente mesmo onde ele está ausente, ou seja, onde não encontramos os seus membros” (Biondi 2010, p.52).

Em minha pesquisa de campo, fora dos presídios e no contexto específico do comércio de drogas em apenas dois territórios paulistas, a (não) hierarquia interna ao PCC é sustentada por relações entre “ladrões” de “igual para igual”, porém minimizada pelo poder econômico reafirmado nas interrelações entre traficantes em diferentes posições no comércio. No tráfico, há o “patrão”, o “gerente” e o “vendedor”. Existem distribuidores maiores que controlam fluxos e possuem suas próprias *lojinhas* nos territórios. Esse poder econômico não esteve associado a uma repressão violenta; antes, se exerceu na livre concorrência entre os comerciantes. A afluência dos negócios do tráfico possui, entretanto, mecanismos políticos e comerciais de imposição daqueles que concentram a distribuição da mercadoria. A tensão é freqüente, a violência e a “traíagem” são possibilidades; tramar situações que levem um comerciante para um “debate” com outro é uma tática em voga no *crime*.

Os traficantes estão *sintonizados* no PCC e, simultaneamente, negociando os espaços e oportunidades do mercado. Não tive menção sobre conflitos armados em torno de pontos de drogas e ouvi, durante a pesquisa, três descrições sobre propostas de compra; tem sido mais comum a compra de uma “boca” do que “tomá-la à força”. De qualquer forma, quando um traficante mais rico e, por isto mais forte, faz uma oferta, ela também pode ser visto como uma ameaça.

O modelo atual de gestão das relações no interior das atividades do tráfico foi identificado, pelos meus interlocutores, como consequência da “disciplina” do PCC. Uma das principais finalidades da instituição do “debate” é deliberar sobre o controle da vida, ou melhor, interditar ou liberar (o que tem sido menos frequente) o homicídio. O rearranjo que o PCC ocasionou em cada unidade prisional sob seu

domínio pode ser definido, segundo Marques (2010), por duas políticas: a primeira é caracterizada pelo estabelecimento de medidas que visam a diminuir o alto índice de assassinatos entre os próprios “ladrões”, e com isso pretende-se que haja a “união do crime”; a segunda por um duplo movimento de repúdio e guerra à administração prisional e à polícia. O foco da (bio)política do PCC, portanto, está em táticas de poder em torno da gestão da vida dos presidiários: “paz entre os ladrões” e luta contra o “sistema” que no discurso da instituição é responsável por violações e violências contra os presidiários. Ao serem transmitidas às ruas, estas políticas são incorporadas e adaptadas aos contextos específicos.

O PCC se revelou como um *mecanismo biopolítico*: um conjunto de regimes, práticas e táticas que elegem a vida como cerne da ação política. A avaliação da vida na gestão do negócio das drogas, incluindo a gestão da violência, foi realizada a partir da principal técnica do PCC, o “debate”, cuja principal função foi deliberar sobre o controle da vida, ou melhor, interditar ou liberar o homicídio. Esta *biopolítica* do crime, isto é, a eleição da gestão da vida como epicentro da prática política do PCC, implica também uma diminuição dos riscos econômicos do varejo das drogas. A economia é um arcabouço significativo para a elaboração das táticas do *crime*, mas evitar o aumento da repressão policial não é o único motivo para a interdição do homicídio. Ao incorporar a vida em seu discurso, o PCC ressignificou o *crime*, deslocando para sua alçada um campo de força comumente vinculado ao Estado; o PCC é, originalmente, uma organização de presidiários, de defesa dos direitos e coordenação da classe que expandiu o seu discurso para as ruas de inúmeros bairros paulistas que possuem grandes concentrações de presidiários e ex-presidiários. Nestes bairros, o *crime*, via a marca PCC, tornou-se mais um movimento a incorporar o direito à vida.

O “comando” do PCC chega às *mentes* da *quebrada* por meio da *sintonia*; o seu dispositivo é o telefone celular; e a sua prática mais eminente, para os jovens da *quebrada*, é a interdição do homicídio. Uma das formas de localizar a expressão *sintonia* nesta tese está, portanto, em reconhecer nela a operação de difusão das idéias que representam “o mundo do crime”, segundo o marco do PCC, para diferentes contextos em que a sigla tenha relevância. *Sintonia*, neste sentido, é a conformidade dos procederes dos “ladrões” de uma determinada *quebrada* com a

teoria política do Primeiro Comando da Capital, o PCC, e com a principal pauta da organização: a “união do crime”. A *sintonia* entre a prisão e a rua transcende os assuntos relativos aos negócios ilícitos; ao propor a “união do crime” e a “paz entre os ladrões” a *sintonia* do PCC se relaciona com expectativas e anseios de moradores de bairros onde há grande concentração de presidiários (e ex-presidiários).

A *sintonia* comunica os procederes que devem guiar a conduta daqueles que se identificam como “do *crime*”, mas estes procederes devem estar em consonância com os ideais e os interesses da *quebrada*. As “caminhadas” diferentes daquela do *crime*, a de “manos da periferia”, sintonizam-se também com as condutas e procedimentos comunicados pelos membros do PCC às *quebradas* na medida em que estas ajudam a pacificar e tornar mais próspera a região. O que está sendo sintonizado entre o *crime* e a *quebrada* é um modelo de racionalidade, uma “inteligência” – a *mente*; escolhas, decisões e ações voltadas a minimizar o sofrimento e aumentar as oportunidades. Esta *mente*, portanto, não é alimentada exclusivamente pela lógica interna ao *crime*.

Adalton Marques (2009) identificou em sua dissertação de mestrado o modo particular de existir – o “ladrão” – que se baseia na capacidade de “blindar a própria mente” e “entrar na mente do outro”. Segundo o autor, ser um “ladrão” tem a ver com a caracterização de um arranjo inequívoco (às considerações de outrem) de “respeito”, “conduta” e “atitude”, além de “humildade” e “cabulosidade”. “O “cabuloso” é justamente aquele que “não leva psicológico” e que, por conseguinte, é capaz de “entrar na mente do outro” (Marques 2009, p.63). O autor reconheceu um *jogo de forças*, modos de defesa da própria *mente*, envolvido em situações concretas que expõe os vínculos entre “ladrões”. Os exemplos citados por Marques revelam que há toda uma tessitura da linguagem que se desenrola nos conflitos da *mente* presente nos “debates”. Biondi (2010) também ressaltou que na relação entre dois prisioneiros existe a tentativa de “dar um psicológico” “*invadir a mente* do outro para vencer o *debate*” e, ao mesmo tempo em que se tenta invadir a mente do outro, tenta-se blindar a própria mente.

A *mente*, de modo distinto das disposições e apetites (Biondi 2010), não é a expressão de vontades; ela é o lócus do pensamento que determina a ação. A *mente* se expressa como locução em ato e as suas consequências em termos de prestígio e

poder. O *jogo de forças* da disputa de *mentes* situa, a meu ver, uma versão nativa do que seja a inteligência humana.

Qual o significado da *mente* quando se procura determinar a inteligência especial do ser humano?

Em uma palestra conferida a neurologistas alemães, Gadamer propôs uma reflexão para essa questão:

“O homem é o ser que tem a fala. Pois sem dúvida, o caráter linguístico do comportamento no mundo está estritamente ligado a nossa condição de seres dotados de mente. Quando se parte da situação de vida e do seu domínio, a dimensão do mental pode até parecer com uma outra dimensão, a mente talvez, quando não um tipo de adversário da vida, apresenta-se como expressão de uma deterioração da vida por ela mesma, que não segue mais, sem questionar, os seus caminhos habituais e ‘imagina’, a partir de si mesmo, um mundo de seu próprio entendimento, um mundo linguisticamente interpretado. Nele a vida vê-se cercada de possibilidades, entre as quais tem de escolher. Poder-se-ia interpretar a capacidade de escolher como um meio apropriado e necessário para um objetivo traçado, o da autopreservação, o bem-estar do ser humano, e a naturalidade da linguagem parece atestar o mesmo: ela é o mais mental de todos os meios de entendimento. Nesse sentido, a inteligência também seria um ‘meio’ desse tipo, que permite aos seres humanos prolongar as suas vidas” (Gadamer 2002, p.64-65).

A *mente* não é acionada nos “debates” das *quebradas* nos mesmos termos pelos quais os neurocientistas têm investigado – não a mente como algo dotado de uma existência biofísica, como desempenho cerebral; nos contextos estudados, ela é subjetiva, fenomenal e empregada de acordo com as situações concretas em que as ações se efetuam. A inteligência do traficante se refere a percepções da realidade, autocontrole das emoções, concepções e manipulação racional – que são trabalhadas nas relações cotidianas; ela é escolha, decisão e ação. Atitude, proceder, conduta são

expressões de quem possui uma *mente forte, blindada*. A dor de levar um “tapa na cara”, o medo de morrer (e o de matar também), a demonstração da prova em um “debate”, cada um dos processos envolvidos no exercício da *mente criminal* indica que há um conhecimento nativo que envolve os sentidos, o emocional e o cognitivo. Por meio do desempenho de uma fusão de racionalidade prática de gestão da vida cotidiana com a coordenação da palavra e a capacidade de ação, a *mente criminal* se fixa nas *quebradas* como um exemplo de realização no mundo, como um *modo de vida*.

Nas atividades do tráfico a “caminhada” dos personagens se caracterizou por uma ênfase na *inteligência*. Esta noção, geralmente sintetizada na expressão “ter uma mente”, contesta a visão dominante (preconceituosa) sobre a periferia – como lócus da exclusão e da ignorância que levam à fronteira do humano, à miséria e à violência. O recurso à *mente* marca de forma precisa a característica diferenciadora do “ladrão considerado”. A palavra do “ladrão”, calada pela violência política, é o instrumento mais importante da gestão de suas relações cotidianas. O que revela a inteligência é principalmente uma capacidade de articulação da fala, de mediação pela retórica e da habilidade de fazer o interlocutor cair em contradição. São estes os principais mecanismos utilizados por um “bandido” que faz a “disciplina” em um “debate” do PCC.

A *inteligência*, a capacidade *mental*, recupera na vida cotidiana das periferias paulistas uma visão humanizada do criminoso. Esta *inteligência* é caracterizada pela eleição da vida como centro da ação política. A tática de poder do PCC fortaleceu nos anos 2000 um vocabulário particular do *crime*: *proceder, sintonia, debate, disciplina, mente, “ter uma mente” – junto e misturado* – passam a compor a linguagem ordinária de jovens das *quebradas*, e os seus sentidos são compartilhados e constantemente ressignificados por eles. A utilização da palavra nos “debates” como um mecanismo de se evitar a morte cria um sentido político da ação criminosa, a preservação da vida. A *inteligência* da marca PCC foi desenvolver uma técnica, o “debate”, para o exercício da *mente*: lidar com uma vida incerta e saber escolher em um universo em que as leis públicas possuem legitimidade precária, abrindo espaço para a construção de um “poder paralelo” que advoga o direito à vida.

As escolhas no “mundo do crime” seguem, como em toda parte de nosso mundo, lógicas racionais quanto aos fins – se a palavra garante os fins almejados então ela é validada. Se não... A violência é uma ferramenta quando a palavra falha. Tal falha é possível. A violência se exacerba quando o poder de negociação, no interior do “mundo dos ladrões” e em sua relação com o público (mediado pelas polícias e sistema penitenciário), se enfraquece. A diminuição dos homicídios no interior das atividades criminosas não é um caminho inequívoco. A interdição do assassinato é situacional, sugere um texto em construção, precário e arriscado, mas que contém o germe do novo.

A *sintonia* do PCC é recebida e, de certa forma, incorporada nas *quebradas* por jovens que não atuam no tráfico, pois ela é antes um *encontro de mentes*: a incidência de perspectivas a partir das quais emergem estruturas de significado compartilhadas entre jovens da *quebrada*, do *crime* ou não. Intencionalidades compartilhadas entre jovens de uma mesma geração e que cresceram no mesmo contexto. As conquistas referentes à pacificação das *quebrada* podem ser frágeis e transitórias – entretanto são resultado de processos de negociação e de trocas entre pessoas de diferentes segmentos da micropolítica local e, por isto, estão amparadas não apenas na “lei do crime”; existe nas *quebradas* outro modo de regulação da vida social – a *lei das ruas* – que também sustenta a interdição do homicídio. As “leis”, do “crime” e das “ruas”, não são iguais, mas estão sobrepostas. A *lei das ruas* é um saber incorporado de um modo de regulação da vida cotidiana de jovens moradores das *quebradas*; um saber voltado para a lide com a normatividade das condutas daqueles que estão no *fio da navalha* das dobraduras do tráfico de drogas.

No próximo capítulo procuro inverter o trajeto: focalizar o caminho da *quebrada* ao *crime* para chegar a outras *interfaces* entre a *sintonia* do PCC e a *atitude* e a *consciência* das *quebradas* – a *lei das ruas* e o *dialeto da vida loka*.

Capítulo 3. *A lei das ruas e o crime* – encontro de trajetórias

(Ae irmão..)

Sou da favela, "tou" aqui, Sabotage
tem certos lugar, ligeiro, criminalidade
eu to de pé, bum! não arrisco o pescoço, é
da desgosto, porque aqui não tem socorro
é impressionante, é tipo pirituba na mirante,
não sou chinês, as vezes fumei, sou fumante.
Um câncer da sul, humildade é minha lei,
aqui Sabotage, não é viagem o que sei
então, vai, faz, sei que Jesus é a luz
a humildade é que conduz, para que o rap reproduz
o crime que não é creme, eu faço parte também
cada lugar um lugar, cada lugar uma lei, ok?
só não dever para ninguém porém eu sei
Respeito é pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem...
é sempre assim na humildade
respeito é pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem...
meus truta curte rap é o som
respeito é pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem...
escuta pois Deus dá o tom
respeito é pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem...
tem que ser pra vencer merecer, guerreiro de verdade
Quero ao menos entender, tentar viver a vida
estrela da periferia, brilha a luz divina
não me safei, perdão, talvez não creio, ok?
não sou a bola da vez
mais vo fala que sim, já dei uns doizim
to devagar, to satisfeito, trombei meus parceiros
de manhã cedo lá na rua, na intenção de um beck com a seda
mas nessa fita já paguei mó perrei
nem me viu, atento com tudo e com o nada
é óbvio: nós é nós pode crer, favela
sem da guela favela
Ou, mais se representar, respeitar tudo bem,
respeito é pra quem tem humildade também,
é daquele jeito, faça com fé, faça bem feito
Hei, vou depender do seu respeito,
bem atento rap tormento,
acorda a mídia a fúria do titã que risca,
só louco na pista, DBS e tal,
domingo normal,
vejo a fumaça subir vou na moral,
mas capaz de lutar sou também...

Sabotage

JOVENS DAS *QUEBRADAS* – JUNTO E MISTURADO

Nas primeiras incursões em campo com intenção de realizar uma etnografia sobre o tráfico de drogas, Thurma procurava me situar demarcando um campo de possibilidades disponíveis para a pesquisa. O primeiro conselho que ele me ofereceu foi o de ser “suave” e “inteligente” na relação com os “moleques do movimento”, para não ter problemas – como intimidação ou desconfiança. Quando perguntei como deveria agir, ele cantou o verso seguinte, gesticulando com as mãos e balançando o corpo: *andar sempre ligado no movimento da área, não fale nada que te meta em parada errada, ficar sempre esperto no que acontece, quando um cagueta é marcado só em treta se mete, ser sangue bom, mano rocha, ter idéia quente, sempre tomar atitudes certas e conscientes, andar sempre maquinado é necessário, nunca se sabe o que te espera, esteja preparado, não ser malandro demais, entrar na paz, na sua, e mais um beck na mente essa é a lei das ruas.*

Nas diversas conversas informais mantidas com Thurma, a chamada “lei das ruas” foi o tema. Dizia-me que, na *quebrada*, você deve andar “ligeiro”, “esperto”, tem que ter “atitude”, existe um “proceder”, é necessário “manter o respeito” e “mais um *beck* na mente”⁶⁷. Não por acaso, a última *lei das ruas* elencada por Thurma foi “mais um *beck* na mente”. Entre as substâncias psicoativas usadas por vários de meus interlocutores, a maconha exerceu o papel de mediadora da geração em seus modelos de reverberação do *dispositivo das drogas*. Nem a cocaína (símbolo de poder e energia em situações específicas, mas vista como potencial prejuízo ao trabalho, às relações familiares e ao “bolso”), nem as drogas sintéticas (“elitizadas”, usadas ainda por parte menor dos jovens), muito menos o crack (simbolicamente uma droga discriminada pelas pessoas que participaram da pesquisa) conseguem agregar tanta diversidade de jovens como a maconha. O uso da “erva” está inserido no cotidiano de consumo e de relações de amizade e geracionais, tanto quanto beber

⁶⁷ *Beck* – maconha – é componente muito importante da sociabilidade de parte significativa destes jovens: das 27 pessoas cujas trajetórias foram acompanhadas no período, 21 fumavam maconha com frequência – encontrando-se o termo *beck* presente tanto na canção recitada por Thurma quanto na do rapper Sabotage (epígrafe do capítulo). Em diversos grafites, fotos, imagens em que a expressão *Vida Loka* é mobilizada, encontra-se o desenho da “folha da maconha” junto à inscrição.

uma “cervejinha”. O que marca diferença para algumas famílias de meus interlocutores é o fato de a maconha ser ilícita. O problema maior é que, ao usarem maconha, os jovens moradores das *quebradas* (territórios privilegiados pela “guerra às drogas”) se posicionam nas tênues fronteiras – construídas pelas políticas de repressão e pelo debate público sobre o “problema das drogas” – entre “mundo do crime” e “mundo das drogas”. A *lei das ruas* rege essas e outras fronteiras “movediças” experimentadas pelos jovens da periferia.

A *lei das ruas* revelou-se como um saber incorporado de um modo de regulação da vida cotidiana de jovens moradores das *quebradas* – saber que os posiciona em diálogo com as dinâmicas do *crime*. Veremos nas próximas páginas como canções, diálogos, “debates” compostos por jovens da *quebrada* – do *crime* e *não* – manifestaram, além da corporificação de condutas e regras que compõe o que eles chamam de *lei das ruas*, um dispositivo linguístico – por mim nomeado *dialeto da vida loka* – que discorre sobre uma variedade de considerações sobre a vida coletiva nas *quebradas*: o sofrimento como força, a caracterização do “guerreiro” que sobrevive na adversidade, a afirmação da *vida loka* – como a vida de um jovem da periferia – que marca oposição às imagens ilusórias, falsas, publicizadas pelo sistema, *via* telenovelas por exemplo. A corporificação da *lei das ruas* e a utilização do *dialeto da vida loka* posicionam a perspectiva dos jovens da periferia no debate público que os enreda.

Nas ruas existe o *crime* – e necessário é também saber lidar com ele. Segundo o rapper e educador, Thurma, quando acontece alguma “treta” no movimento (tráfico) a resolução se dá por meio do que eles chamam de “debate”. O “debate” pode se estender do *crime* para a *quebrada*; se algum “irmão” é acionado para mediar uma situação de desentendimento – uma briga por causa de relações afetivas ou econômicas, alguma ação geradora de prejuízo moral, físico ou psicológico para outrem – os comerciantes locais de drogas chamam ou são chamados para um “debate” que extrapola o *crime*. Desta forma a *lei das ruas* pode e frequentemente tem dialogado com a “lei do crime” na gestão cotidiana das *quebradas*.

Thurma é rapper muito ativo em sua *quebrada*. A gravação de CDs com outros músicos locais é uma de suas inserções mais fortes na “comunidade”. Os CDs são hits no bairro, diversas vezes ouvi as canções tocando alto em bares, nas quadras

e nos campos de futebol, nas casas, sobretudo nos fins de semana. As performances, falas e composições de Thurma, e de seus amigos rappers, Miguel e Amendoim, lançam mão de práticas e linguagens intercambiáveis em contextos locais (o “marco discursivo do crime” e o *dialeto da vida loka*) que os ligam a uma diversidade de juventudes nos contextos das periferias paulistas. Eles corporificam nos olhares, balanços de corpo, estilos de roupa e acessórios, *atitudes* em “debates” e debates. Eles desempenham *atitudes* e *procederes* e mobilizam a *mente* e a *consciência*. Discutirei estas noções adiante, neste capítulo. Antes, porém, apresentarei personagens e tramas etnográficas experimentadas por mim na pesquisa de campo.

Miguel e Amendoim são dois dos principais parceiros de Thurma: os três vizinhos, amigos de infância, frequentavam a mesma escola e a mesma entidade assistencial na adolescência, seguindo cada um, porém, trajetória de vida diferente⁶⁸. A de Thurma já conhecemos, a de Amendoim e a de Miguel apresento nas linhas que seguem.

Conheci Amendoim em 2004, quando ele trabalhava em um projeto de reciclagem, na ONG com a qual eu estabelecera parceria para desenvolver trabalho com os jovens. Amendoim frequentou as atividades da organização durante sua adolescência inteira, até ser contratado pela mesma entidade para trabalhar na produção de reciclados. Ele, Thurma e outros jovens que cresceram juntos – no bairro, na escola e na entidade – haviam formado um grupo de Rap chamado “Expressão da Periferia”. A banda, que terminou em 2006, chegou a compor um vídeo-documentário premiado no festival de cinema da cidade, além de ter realizado inúmeros shows em eventos públicos patrocinados pela Prefeitura.

Amendoim nasceu na sua *quebrada* em 1983 e mora ali – na mesma casa – desde então. Migrantes oriundos do norte do estado de Minas Gerais e do oeste do estado do Paraná, seus pais se separaram quando ele tinha 4 anos de idade: “Não sei, nem quero saber do meu pai” – respondeu quando perguntado. Aos doze anos

⁶⁸ Amendoim, Miguel e Thurma nasceram entre os anos de 1981 e 1984.

começou a vender balas nos faróis, até que um educador o encaminhou para a sede da referida ONG; sua mãe foi então conscientizada de que o Conselho Tutelar seria comunicado se ele fosse pego trabalhando. Por meio da lei do Aprendiz, no entanto, Amendoim conseguiu aos 14 anos iniciar atividades laborais, podendo legalmente ajudar sua família. Especializou-se em mecânica automotiva e, entre idas e vindas em trabalhos temporários, fixou-se em uma oficina mecânica em 2007, em bairro intermediário entre a periferia e o centro; o momento em que restabelecemos contato, e eu o convidei a participar da pesquisa de campo, foi quando ele perdeu esse emprego – exatamente em agosto de 2009.

Amendoim identifica dois acontecimentos que o levaram a perder o emprego. O primeiro ocorreu na avenida principal de seu bairro, em uma batida policial. A polícia estava parando grande parte das motos que passavam por lá:

“Eu tava descendo do trampo. Era o quê?. Umas dez horas da noite.. eu trabalhava na mecânica. Não foi nem a primeira. Eles me pararam uma vez. Me pararam duas vezes. Me pararam três vezes. Né, vindo do trampo pra cá. E na terceira vez eu sofri agressão. Um me deu tapa, outro me deu uma coronhada, outro me deu uma bicuda, me deu um soco.

Paulo: E te abordavam como?

Ah.. sempre do mesmo jeito.. é.. mão na cabeça..respeito mínimo, sabe, é.. Me chamavam de tudo quanto é nome.. de ladrão, de traficante, de vários nomes.. vários, vários.. aí fica meio pensando.. fala..pô, de que que vale a minha luta? A gente é trabalhador..e toma tapa na cara.. aí, nesse hora tinha um cara que trabalhava lá na oficina comigo, e viu eu sendo abordado daquela forma e contou pro patrão.. Saio de manhã cedo pra ir trabalhar, saio de noite do serviço, me esforço, trabalho duro pra vencer. Pra quê? pra tomar tapa na cara? Já fica meio pensando naquilo, né. Fica meio revoltado... E não sei como é que o verme contou pro patrão”.

Amendoim acredita que seu patrão desconfiou de envolvimento com o *crime* por causa da batida policial. Duas semanas depois, ele faltou ao trabalho, sem justificativa. Ele tinha ido atrás de um advogado para o irmão, que acabara de ser preso. A história de prisão de seu irmão contarei logo adiante. O que importa agora é a demissão: no dia seguinte, ao voltar ao trabalho, pediram-lhe exame médico ou justificativa para a falta; ele não tinha, estava atordoado – decidiu contar a verdade: o irmão havia sido preso por tráfico e, apesar de ter sido engano, ele teve que procurar advogado. Duas semanas depois, foi demitido.

Em junho de 2010, quando ocorreu a entrevista, Amendoim então com 26 anos cuidava do bar do avô em uma das poucas ruas de terra ainda existentes no bairro rodeado de construções precárias. O bar de seu avô é um ponto importante de encontro dos homens do bairro: de senhores que trabalham como catadores de lixo aos adolescentes que vendem drogas nas *biqueiras*; dos trabalhadores que se encontram para tomar cerveja no final da tarde e aos fins de semana, aos jovens ligados aos movimentos culturais (principalmente o hip hop) e “baladeiros”, passando pelo cruzamento entre esta diversidade de pessoas, que muitas vezes possuem relações familiares, de vizinhança ou de compadrio.

Amendoim não quer cuidar do bar do avô, acha que fica muito preso à “comunidade”. Perdeu o emprego e após oito meses ainda não havia sido contratado em outro. “Aqui eu fico muito perto do *crime*, a ocasião faz o ladrão” – diz ele, com olhar irônico. Durante a pesquisa de campo, jamais ocorreu menção sobre envolvimento de Amendoim com atividades ilícitas, embora ele tenha amigos próximos engajados no tráfico. Quando perguntei sobre o tráfico de drogas em sua *quebrada*, ele respondeu a partir da questão do trabalho para ele e seus vizinhos:

“É uma coisa que eu falei pra você, do cara que vai procurar um serviço, só porque é morador de favela, ele não acha. Às vezes um cara... eu conheço pessoas que têm curso no Senai, tem isso, tem aquilo, é diplomado e tudo, tal.. e hoje é traficante. Por quê? Vai lá procurar um serviço, quando os cara não exige demais, exige isso, exige experiência de três anos, experiência disso, daquilo. Quando exige uma formação, o cara tem formação, mas é morador de favela, aí a turma já fecha as portas. Aí o moleque pega volta pra quebrada nervoso, faltando comida na casa. Às vezes o cara que tem filho, o filho não tem o que comer..entendeu? Aí passa ai nas biqueiras, vê o moleque de Nike Shox, e fala pô, vê o moleque contando dinheiro.. trezentos a quatrocentos pau por dia, hoje quem ganha isso? Ninguém ganha isso. Aí o moleque pensa: minha salvação vai ser essa, aí o cara entra no tráfico: ah não, é só pra mim me levantar, quando eu me levantar eu saio fora.. mas não é isso que acontece...”

A *banda* de que Amendoim faz parte, *Antecedente Criminal*, inclui dois colegas ex-presidiários – daí o nome; meu entrevistado se refere aos parceiros musicais como pessoas sofridas, que deram a volta por cima, sofrimento este referente às prisões e às situações de privação, de dor e aflição que passaram dentro da cadeia. O tema principal das letras da banda – segundo os componentes – é a *opressão* que a criatura sofre ao ser identificada como “do *crime*”.

“A gente é estilo Facção⁶⁹, nós canta rasgando o verbo mesmo”, assim foi definido o estilo da banda. Amigo mais próximo de Thurma, “das antigas”, Amendoim é também muito amigo de Miguel – parceiro da *quebrada* e do rap.

Miguel nasceu em São Paulo, no bairro do Tucuruvi, zona norte da capital, e seus pais são migrantes do estado da Bahia e do norte do estado de Minas Gerais; descreve sua família como rígida: a mãe trabalhou até se aposentar como merendeira de escola e o pai, eletricitista, morreu quando ele tinha doze anos. Estudou até a 8.^a série (último ano do ensino fundamental, hoje 9.^o ano) e casou-se aos 16 anos, quando nasceu sua primeira filha. Quando isto ocorreu, em 1998, Miguel era “aprendiz” em uma fábrica de tecidos e ganhava 1/3 do salário mínimo. Era “baladeiro”, como diz, e já tinha “conhecimento” com o pessoal do “movimento”. O tráfico surgiu com uma “oportunidade”, em suas palavras:

“Doze⁷⁰ mesmo, eu comecei cedo. Logo com dezessete mesmo, quando eu me casei, foi uma opção de vida... eu não posso dizer pra você se era uma necessidade ou não, porque graças a Deus eu tenho saúde, sempre tive minhas duas pernas, meus dois braços, força de vontade de trabalhar... Falar pra você.. necessidade é um pouco também, mas eu vejo mais como uma oportunidade. Porque, já logo com dezessete anos, com dezesseis eu já era pai, eu tinha que dar uma força pra criança, com o dinheiro de um salário mínimo não daria e eu ganhava bem menos ainda.. se eu não me engano ganhava trinta por cento do salário mínimo. Então, não tinha como sustentar uma família. Aí peguei o ritmo, peguei o ritmo da favela... a maioria dos moleque que eu conhecia, vendia drogas. Daquela época alguns morreram, outros tá preso, e poucos tão vivão, na rua”.

Miguel cresceu no tráfico (entre 1998 e 2002) em um período de muita tensão, com mortes e disputa constante pelos pontos de venda. Estabeleceu uma *biqueira* em 2002, momento que coincidiu com um processo de pacificação na *quebrada* – do qual ele foi um dos personagens. Em 2003 foi preso pela primeira vez, aos vinte e dois anos de idade, ficando preso de 2003 a 2005. Compôs uma série de músicas na prisão, de onde conseguiu se comunicar com o Dexter⁷¹ que foi, segundo ele, seu grande motivador. Dois “parceiros leais” mantiveram a *biqueira* de

⁶⁹ Grupo de rap paulistano, formado no ano de 1989; é da geração dos anos 90 do rap de São Paulo e se caracteriza pelo forte conteúdo de suas letras – agressivas, violentas e, ao mesmo tempo, buscando demonstrar consciência dos problemas sociais. É considerado por Amendoim, entre outros interlocutores, como um grupo que “manteve as suas origens”.

⁷⁰ Doze é o número do artigo referente ao crime de tráfico de drogas no Código Penal Brasileiro. A utilização da palavra doze significa trabalhar com tráfico de drogas.

⁷¹ Marcos Fernandes de Omena, raper brasileiro conhecido como Dexter, que iniciou sua carreira enquanto estava encarcerado.

Miguel em ação mas, vinte e três meses depois – separado da primeira mulher – ao ser libertado precisava começar de novo: tinha gasto todo o dinheiro com advogados e com responsabilidades com a filha. Depois de seis meses na rua ele gravou um CD com suas canções – “Estilo Radical” a primeira delas – composta logo que saiu da primeira prisão, no final de 2005.

“A banca da quebrada⁷² tá chegando sem massagem, falando da guerrilha que acontece aqui, contra a miséria e a pobreza, gera muita tristeza, faz muito pai de família entrar no crime de cabeça, muitos acham que eu queria estar falando disso aqui, como é que eu falo de paz se eu vejo os irmãos se destruir, com a pedra, farinha, já virou freguesia, segue desse jeito, não segue aos 25 anos de vida, então, pare e me escute, só idéia de um outro, a maldade anda lado ao lado, vê se me escuta, o que eu estou te falando, vai entrar aqui, sair ali?, vi vários cabeça gorda se matar, se destruir; eu cansei de falar o que acontece, pessoas de todas as classes vem buscar o crack, me desculpa das minhas palavras, sentimento com rancor, quantas vezes tive que ganhar o dinheiro no vapor, se pá vários na biqueira dá o balão, perdeu o pescoço, o crime é podre e não admite falha, humildade e transparência melhor mostrar essa jogada, aha... veja bem, não sou mais que ninguém, vi várias pegadinhas, que não desejo para vocês, uma pá de cobra cega querendo cruzar meu caminho, Só que Deus é mais, e eu não tô sozinho, sou apenas mais um, na correria do pão, do dia do passarinho... Xiu! nem me liga, É só atira a primeira pedra quem me viu com pecuinha, eu sou mais eu mesmo, você me escuta se quiser, não precisa ser todo pã, Só porque bate em mulher, Jão não vejo nada, só um tremendo de um babaca, Hã?! andam falando que pra mim ta embaçado, hã?! quando tomei o bote dos policia, arrombado. Jão, só que eu voltei, to na ativa e tô firmão, enquanto você ao invés, tá trancado como um tremendo de um “cuzao”, mó toca de linguça, só sabe matar, não passa de um parasita; matou um rapaz por um copo de bebida, hã?! Deus é mais e ele está nos vendo; pé de pato, traçoeiro, quê? Ta achando o quê? pensando o quê? Que quando eu te ver vou ficar em choque com você? Não! Milho grave entrou na mixa, perdeu o respeito, tá tirando?! Se moscar na minha é daquele jeito, eu tô nem vendo, no sangue puro veneno, cobra cega pega a gente pelas costas, só para ver meu esqueleto. Hã?! Esses bicos que já teve seu lugar, não entende que perdeu, agora quer me atrasar, eu tô onde tô porque guerrilhei, conquistei confiança, a banca é forte, difícil de quebrar essa aliança. Jão! pode acredita a banca é forte, difícil de quebrar a aliança”.

A canção “Estilo Radical” descreve a *quebrada* e o *crime* do ponto de vista de Miguel, enfatizando suas interrelações com o consumo das drogas e a eminência da violência fatal que vivenciou até ser preso em 2003⁷³. O compositor se pergunta como ele pode “falar de paz” se vê os “irmão se destruir”, morrendo jovens (“aos vinte e cinco anos de vida”) com drogas químicas (“pedra”, “farinha”).

⁷² Nos raps que serão descritos neste capítulo, todo nome de bairro citado será substituído pelo termo *quebrada*, como parte das estratégias de descrição e da privacidade deste estudo.

⁷³ Neste capítulo as interpretações das músicas são feitas de forma exclusiva pelo pesquisador, passando pela exposição da letra, propriamente; as considerações estão baseadas nas diversas informações colhidas na pesquisa de campo e expostas no conjunto desta etnografia.

Simultaneamente ele cita que “já virou freguesia”, isto é, alimentam o mercado em que ele trabalha. A “maldade” e a “destruição”, tanto pelo abuso de drogas quanto pela violência está “aqui”, na *quebrada*, onde vai gente de todas as classes “buscar o crack”. Tal situação descrita na letra, “sentimento com rancor”, compõe sua experiência de trabalho: “quantas vezes tive que ganhar o dinheiro no vapor” (como vendedor). Nas “biqueiras” vários “dão o balão” – tentam roubar do tráfico – e “perdeu o pescoço” – morreram, pois o “crime é podre e não admite falha”. Miguel está nos interstícios do contexto do tráfico em sua *quebrada*, e propõe “humildade e transparência melhor mostrar esta jogada”. A partir deste trecho, Miguel, que “não é mais do que ninguém”, ou seja um “igual”, se concentra em suas relações com outros – “pá de cobra cega”, “toca de linguíça”, “pé-de-pato”, “traíçoeiro”- demarcando as fronteiras internas em que se diferencia o “ladrão” que faz estilo “bandidão”, “pé de pato, traíçoeiro” dele – que está “só na correria do pão”, “do dia do passarinho”, “apenas mais um”, “que não está sozinho”, pois “Deus é mais”. Em entrevista, Miguel descreve alguns dos pontos do conteúdo que ele trabalha nesta letra de rap: a relação com a opção pelo comércio de drogas, as dimensões sociais e políticas do contexto da mudança de paradigma no *crime*, com a consolidação do PCC no sistema prisional:

“A música Estilo Radical... eu falo porque que muitos entram pra essa vida. Eu vou falar pra você, eu não me vejo ficar pegando papelão pela rua aí, ficar pegando latinha, tá ligado? Jamais, eu... falar pra você, escravo do sistema, escravo de tudo aí, o que o sistema quer, o governo quer é isso mesmo, quer ver nego mais burro, catando papelão pra rua. Eu não faço apologia, acho que não é vitória pra ninguém tá nessa vida... mas eu peguei uma época em que ladrão matava ladrão, matava por dinheiro, entendeu? Matava até por droga, entendeu? Por coisa braba, quando você entrava na cadeia, de uma oposição, dos verme mesmo, que tranca nós mesmo, sem atitude dentro da cadeia, o próprio ladrão ficava extorquindo ladrão... Na primeira vez que eu fui preso passei por tudo isso aí, até chegar na P5, lá em Hortolândia. Hoje tá implantando quase no sistema penitenciário todo, do estado de São Paulo, é.. e tá implantado no Brasil todo, assim fala que.. a polícia, a política,. fala que conseguiram diminuir a matança; eu só sei dizer pra você que diminuiu na cadeia. A matança mesmo, parou bem, cara. Aqui era um caldeirão de sangue, era uma quebrada, era uma quebrada sem lei. Entendeu? Hoje pra tudo existe uma regra, cara. Vida se paga com vida, entendeu? Então não pode matar. Hoje não existe isso, hoje, tá ligado, hoje tem que ser, tudo conversado.... É.. entendeu um cara desse daí, bem desse tipo assim mesmo, assim, que nem eu falo na música, um pé de pato traíçoeiro mesmo, hoje não tem espaço”.

No mesmo ano de composição de “Estilo Radical”, um salve sobre a conquista da paz foi enviado a todas as unidades prisionais favoráveis; assim lemos na etnografia “Junto e Misturado” de Karina Biondi (2010: 108): “Hoje, através da paz (no crime, cárcere), as facas se transformaram em gancho para a fuga, o crack foi expressamente proibido nos presídios, os presos “malandrões” que cometiam os assaltos, extorsões, estupros e conflitos foram assassinados e outros foram mandados para cadeia de seguro e estão fora do crime que corre pelo certo (jurados de morte). Essa foi uma de nossas primeiras revoluções no crime e em prol de todos. Por isso a importância da paz e seu significado no sistema penitenciário”. Miguel estava preso em Hortolândia, quando este salve foi emitido.

Miguel tornou-se uma importante liderança local entre 2005 e 2007; consta na versão que ele canta em “Estilo Radical”: “estou onde estou porque guerrilhei”, “conquistei confiança”. Neste período, ele foi o responsável pelo time de futebol, ganhador do campeonato municipal de várzea; lançou um CD (500 cópias) com seus próprios recursos, que foi distribuído pela “comunidade”, sendo tocado em diversas casas e bares, sobretudo nos fins de semana. “A banca é forte, difícil de quebrar esta aliança”. Ele foi preso novamente em 2007 e saiu dois anos depois no início de 2009. Depois desta prisão, Miguel disse que não queria mais ficar sem ver suas filhas e afirmou que, por causa disso, não voltou mais a traficar. Vendeu a sua *biqueira* para o “patrão”, pegou o dinheiro e investiu na revenda de roupas e de salgadinhos com a sua *nova* mulher. Outros interlocutores afirmaram que ele também abriu uma *lojinha* em outra cidade, menor e mais longe de São Paulo, e mantinha lá um gerente. Não conversei sobre este tópico com Miguel, considerei desnecessário: o que mais me interessava no momento em que estabelecemos contato – ao ele aceitar participar da pesquisa – era etnografar as relações entre jovens que são do *crime* e aqueles que não o são.

Acompanhei as trajetórias de Amendoim e Miguel a partir de setembro de 2009, mantendo com ambos contato regular até julho de 2010 – época em que o primeiro conseguia emprego enquanto o outro era informado pelo advogado de que “tinha caído um processo antigo” e, portanto, a qualquer momento Miguel seria abordado pela polícia e preso novamente. Ele tinha se tornado um dos 152.000 (cento e cinquenta e dois mil) foragidos no Estado de São Paulo, onde existem 158.000

(cento e cinquenta e oito mil) presos para uma estrutura que comporta 93.000 (noventa e três mil) pessoas. Se todos os decretos de prisão fossem cumpridos, seria necessário triplicar a capacidade do sistema prisional paulista⁷⁴.

Em dezembro de 2009, com a presença de autoridades, de políticos e representantes de ONGs, ocorreu um evento na *quebrada* em que se apresentaram crianças e adolescentes de uma entidade convidada tocando percussão – e em seguida houve a exibição do movimento hip hop local. No evento organizado por Thurma, o palco foi armado perto de área muito precária, ao lado de uma estação de reciclagem de lixo, cercada de casas pré-construídas. Dezenas de jovens chegaram ao cair da noite, no momento em que as apresentações de rap começavam: uma delas foi a do grupo de Amendoim – *Antecedente Criminal* – de estilo “Gangster Rap”, com visual de banda norte-americana, caracterizado por blusas largas de moletom, bonés, correntes nos pescoços, entre outros adereços. A música de abertura foi o clássico dos Racionais Mc’s Vida Loka, parte II (ver capítulo 5), e a segunda foi uma composição própria da banda, com título homônimo – *Antecedente Criminal*:

“Direto da *quebrada* para o mundo inteiro ouvir, pra quem desacreditou, maluco, nós *tamo* aqui. Com mais sangue no olho, do que você possa imaginar, com muita ideia engatilhada, pronta pra descarregar. Antes criticava, duas vezes você não pensou, agora segura a bomba que em você estourou. Falando a verdade, cem por cento é só maldade, som de terrorista, que boy, ouve e passa mal, nós tamos na cena, *Antecedente Criminal*. Mostrando tudo aquilo, que a Globo não mostrou, a voz do mais sofrido que o sistema censurou. Venho de um lugar, que o vida loka faz a cena, você de BMW, diz que não é seu problema”.

“Direto da *quebrada* para o mundo”, a banda de Amendoim se definiu como “som de terrorista”, que mostra “tudo aquilo que a globo não mostrou” – “a voz do mais sofrido que o sistema censurou”, um lugar em que “o vida loka faz a cena”. Marca-se na letra da música uma oposição entre a *quebrada* e o “sistema”. Em entrevista, Amendoim comentou a letra desta canção:

“A gente fala boy, mas o boy que a gente fala mesmo é isso daí mesmo, é o governo, é o sistema. O boy é o próprio sistema mesmo. Aí a turma fala

⁷⁴ Dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, referentes ao último dia de 2010, apresentados na reportagem “Foragidos em SP são 152 mil” – publicada no dia 17 de janeiro de 2011, no *Jornal da Tarde*.

assim: “ah, o sistema ajuda todo mundo”. Não, não ajuda todo mundo, ajuda quem? Os mais favorecidos. O cara que têm, os caras que têm Mercedes, os caras que têm Audi, entendeu? Ajuda os cara que têm dinheiro. Agora o favelado o sistema não ajuda não, ai os cara cata, os cara toma, os cara que sofreu enchente aí, taca num barraco de lata lá, dá trezentos reais por mês ali pra pessoa, como é que a pessoa vai sobreviver com trezentos reais por mês?

Outra apresentação de rap da noite, a de encerramento, foi a de um dueto recém formado por Thurma e Miguel. A primeira canção foi feita em parceria. “Dialeto” marcava, segundo Miguel, um novo estilo dele compor. “Agora que saí da cadeia pela segunda vez, não quero mais falar só de violência e crime. Igual eu falo pra você, o sofrimento foi uma vitória, eu aprendi bastante com a cadeia, tá ligado? Então eu saí falando mais o que, cara? Quando eu saí, eu falei um pouco mais de felicidade, da liberdade”.

Miguel entrou primeiro tomando a frente do palco, camisa do Flamengo, boné preto, uma corrente dourada. Com energia violenta, voz aguda e rouca, gesticulando com veemência, cantou:

Não sou um mano esperto e sim um mano correto, estas palavras cê vai entender meu **dialeto**, chego na humilde “quebrada sul” pode colar, a paz e harmonia também está neste lugar, venho com os parceiros chega aqui, tira um barato, “quebrada leste” também tem vários aliados, não trago a dor comigo, ódio, matança, vim falar de um mundo novo que tá cheio de esperança, várias molecadinha que joga bola na quadrinha, dá hora é ver o céu colorido pelos pipas, não quero para meu filho tudo que eu sofri, o possível e o impossível quero dar vida de rei, branco magrelo mas com sangue de negro, de zumbi a Mandela, eu sou afro brasileiro; vem, vem, vem com nós, batendo na palma da mão, junto e misturado aqui só tem sangue bom; não, não diga que tá chateado, por quê? a tristeza aqui não tem espaço, mano linha de frente com os ladrão a mais de mil, não deixo a bola cair rimo samba com rap.

A posição no palco muda, Thurma dá um salto e assume a “linha de frente”, bermuda larga, camisa larga do *Los Angeles Lakers*, voz mais grave, menos violenta, seguindo o ritmo do colega:

No compasso, no balanço, no cortiço, no encanto, na favela, no barraco salve, salve geral. Bate, bate coração, vivão para vivenciar, o pretinho aqui tá engatilhado pra cantar, de favela pra favela na balada eu escutei, e aí irmão canta aquele som que eu sei, de chinelo de bermuda bombeta cordão e blusa, samba rock samba rap bola e brake; somos os excluídos que a política esqueceu, na batida contra o tempo nosso aliado é Deus, enquanto tiver criança nas vielas da favelas haverá um odiado cantando as canções mais belas; e se no olhar de um guerreiro a tristeza ainda mora, no aperto de mão

encontraremos a vitória; na favela é assim vivendo e sobrevivendo, falta comida na panela mais o samba ta fervendo, pode tentar se quiser, mas só consegue quem é **periferia**, a **vida é loka**, diferente da novela; latino-americano do fundão da favela descendente africano, samba rap de verdade; e aí finalizando favela do coração, pega a taça e o vinho cola com nós sangue bom.

A música “*Dialeto*” foi uma novidade para mim, acostumado com as letras mais pesadas de Miguel, geralmente descrevendo o “mundo do crime”, e as músicas mais “suaves” de Thurma, tratando da “*atitude hip hop*, da *vida loka* das *quebradas*”. A música “dialeto” é um documento interessante para pensar nas *zonas de contato* entre a *quebrada* e o *crime*. Miguel inicia diferenciando o “esperto” do “correto”. Atualmente na linguagem compartilhada pela sintonia do PCC, o “malandrão” não “corre pelo certo”. Diferenciar o “esperto” do “correto” são as primeiras palavras para “entender o dialeto”, a segunda é chegar na humildade nas *quebradas*. Na música *Estilo Radical*, anteriormente citada, Miguel se desculpa pelo “sentimento com rancor” de suas palavras. Em “*Dialeto*”, Miguel muda o tom: “não trago a dor comigo, ódio, matança, vim falar de um mundo novo que está cheio de esperança”. A afirmação da paternidade é uma marca de sua transformação, ao falar da expectativa de dar uma vida melhor ao filho em um “mundo novo”, “um céu colorido de pipas”. Ele, um “afro brasileiro”, “branquelo, mas com sangue de negro”, está “junto e misturado” em um local (“aqui”) que só tem “sangue bom”. Ele, um “mano linha de frente”, está com “os ladrão a mais de mil”, a aliança com o *crime* está mantida. Não deixando a “bola cair”, rimando “samba com rap”, Miguel anuncia o seu parceiro, Thurma, que não é do *crime*, o que não quer dizer que não divida o mesmo “dialeto”.

Thurma inicia seus versos chamando o “salve”, “salve geral” – termo consagrado como comunicação do PCC via “radinho”, e quando associado à palavra “geral” indica um tipo específico de “salve”, de grande amplitude e relevância – por exemplo, o “salve” que deflagrou os chamados “ataques do PCC” em 2006, que virou título de filme⁷⁵. O rapper chama o seu “salve”, porém, no contexto da “favela”, caracterizando para onde o “salve é enviado: do “cortiço”, do “barraco” – referências à *quebrada* –, e no contexto do “compasso”, do “balanço” – referências à música, ao rap. Termos que remetem a associações ao *crime*, à *quebrada* e ao *hip hop* formam o universo de seus interlocutores – “somos os excluídos que a política

⁷⁵ *Salve Geral*, filme dirigido por Sergio Rezende, lançado em 2009.

esqueceu”. Marca-se a visão do debate da “periferia” com o mundo público. O verso “na batida contra o tempo nosso aliado é Deus” chama para uma noção de “justiça divina”, recorrente para afirmar como a “vida é loka”⁷⁶. Um “odiado” – que pode ser um “excluído”, um jovem morador da *quebrada* ou um traficante – cantará as “canções mais belas”, “enquanto tiver crianças nas vielas das favelas”. A noção de “guerreiro” é eleita para falar de quem vive neste contexto, de “tristeza”, e o “aperto de mão” – parceria, cumplicidade, reciprocidade, sintonia, conexão – é onde encontrarão a “vitória”. Thurma especifica de quem está tratando, ao provocar: “pode tentar se quiser, mas só consegue quem é periferia”. Periferia, palavra que marca uma posição do rap e de outras expressões juvenis da *quebrada* no mundo público. Território existencial em que “a vida é loka”, “diferente da novela”; a expressão *vida loka* volta a ser usada – como na canção do *Antecedente Criminal* – para marcar a oposição às imagens ilusórias, falsas, publicizadas pelo sistema, via telenovelas. Da mesma forma que Mano Brown – “sou apenas um rapaz latino-americano, apoiado por mais de cinquenta mil manos”⁷⁷, Thurma se filia a um contexto global, como um “latino-americano do fundão da favela, descendente africano”, e se despede da “favela do coração”, chamando os “sangue bom” para celebrar com vinho.

Ao final da apresentação, Miguel, Thurma e eu sentamos em um bar e ficamos conversando sobre um CD que eles planejavam gravar. A música “Dialeto” seria a música de entrada, depois de uma introdução com um diálogo entre os dois, com a música *Vida Loka*, parte II, dos Racionais Mc’s ao fundo. Nessa conversa de bar entre os dois – que eu presenciava – surgiu a idéia do nome. Eles partiram da consideração dos manos e das minas para quem a produção se destinaria, o público do dueto. Thurma soltou a frase “só quem é!”. Miguel emendou “um cara de respeito”; Thurma complementou “que tem o próprio respeito” e deu sequência: “é um cara de atitude”, no que Miguel devolveu: “só os fortes sobrevivem”. Meses depois, durante a entrevista (junho de 2010) Miguel lembrou aquele momento: “é até *da hora* falar esse nome aí, veio até de improviso, rápido, porque a gente fez um bagulho de explosão. Só quem é!”.

⁷⁶ Na canção *Vida Loka*, parte 2 (ver capítulo 5), os racionais elaboram a idéia de *Vida Loka* em torno do personagem “Dimas”, relacionando-a ao “bandido” que foi crucificado ao lado de Jesus e salvo por ele no momento mesmo da crucificação.

⁷⁷ Versículo 4, capítulo 3, do CD *Sobrevivendo no Inferno* – Racionais Mc’s, 1997.

Enquanto eu os importunava com perguntas para saber mais da expressão “*só quem é*” – tentando associar o processo de criação ao universo simbólico que compartilhavam – chegou Amendoim que, ao sentar-se conosco à mesa, dirigiu-se a Miguel: “Você tá sabendo o que aconteceu com meu irmão?”. O irmão de Amendoim havia sido preso na semana anterior. A seguir, o diálogo que acompanhei e que depois, na mesma noite, reproduzi em meu diário de campo:

Amendoim relatou a história de seu irmão, Jair, mais ou menos assim: “meu irmão “rodou” como “laranja”, foi um “tontão”; ele estava trabalhando em um parque de diversões, que ficara no bairro por dois meses, ele ajudou a montar o parque e ficou amigo dos trabalhadores do parque e passava parte de seus dias lá, embora não recebesse nada”. O dia em que ele “rodou” era o último dia do parque. Ele não ia mais ver os amigos que fizera. “Aí meu irmão, meu irmão foi... Nessas que meu irmão foi, tava dando uma volta no parque... Aí tinha um indivíduo, do “movimento”, que correu porque os “homi” estavam atrás dele; e meu irmão tava com quatro ou cinco meninas aqui da quebrada; as menina falou assim que queria ir no banheiro; o banheiro mais próximo era de um posto de conveniência lá; aí meu irmão foi com as meninas. Aí esse.. cara.. chegou correndo e falou para o Jair: “pelo amor de Deus, segura porque se os polícia vai me pegá, os polícia vai me judiar, os polícia já tem raiva de mim, não sei o que tem”, aí meu irmão por boa fé, segurou a mercadoria”. Segundo a reconstituição minuciosa de Amendoim, seu irmão colocou os “pinos” no bolso e entrou no banheiro. No momento em que ele saiu, os policiais estavam o aguardando e o prenderam. “Cataram meu irmão, algemaram meu irmão, colocaram dentro da viatura e levou embora. Quer dizer.. Meu irmão segurou uma coisa que não era dele, entendeu? Só que tipo assim, né, Miguel, se fosse o caso contrário, a gente teria atitude, estaria ali ó, dando uma assistência, ô, precisa de um pacote de cigarro, ô, precisa disso, precisa de dinheiro? Agora o cara disse que não foi ele e não vai auxiliar em nada o meu irmão”. Miguel interpelou Amendoim, questionando se ele havia conversado com o rapaz do “movimento” sobre o ocorrido. Minha impressão é a de que ele queria ter objetivamente todo o proceder do Amendoim para decidir se pediriam o “debate” ou não. Segundo Amendoim, o rapaz negou o ocorrido, disse que a mercadoria não era dele. Amendoim passou a falar com mais indignação, para convencer Miguel : “tranquilo, beleza, de boa, meu irmão tá preso, mas não tá morto, não”. Miguel perguntou onde estava Jair e se ele estava bem. Amendoim disse que ele estava em Hortolândia, que ele “caiu” no sistema (penitenciário) com um “conceito bom”, pois havia segurado o “B.O.”, não caguetou. Mas Amendoim enfatizou que Jair e toda a família estão “num sofrimento danado”. “Tá aquele sofrimento, cê sabe. E pra mim que tô aqui fora também tá complicado. O cara (irmão) me chega essa semana e fala: “porque eu preciso de um pacote de cigarro”, aí eu pego e levo pra ele. O moleque que “moiou” nem assistência dá. Minha família contava com o trampo do meu irmão, também, e a gente não tá recebendo nenhuma assistência. Troquei ideia duas vezes com ele; o “verme” negou até a morte. Falei: não, beleza, quando meu irmão sair, a gente conversa, meu irmão passa um perrengue lá dentro, mas quando ele sair, a gente conversa. Entende, Miguel? Por isso, eu decidi tomar uma atitude” (diário de campo, 18 de dezembro de 2009).

Na entrevista, Amendoim tratou deste acontecimento e de suas consequências para a vida familiar.

“Minha mãe ficou louca, ela não sabia o que fazer. Se eu não saio na correria, ajudar minha mãe aí, coitada dela. E eu fui demitido por causa disso, tá ligado? É *foda*. Não é nada, sabe, eu corro atrás. Mas a minha mãe... ela não tá podendo trabalhar porque, ela não tem sossego. Direto, vira e mexe, você tá lá dentro da cadeia, pensando lá dentro lá, pô, entendeu? E a minha mãe, toda vez que chega lá, fica na incerteza, não sabe se vai encontrar meu irmão vivo, não sabe se meu irmão vai estar lá dentro, entendeu? A gente ouve umas histórias, de cara que morreu porque tinha gilete na comida, às vezes vem bicho morto, é tuberculose, é AIDS, é leptospirose. Então, você nunca tem uma certeza, sabe, você nunca tem uma certeza. Minha mãe ta vivendo num sofrimento lascado, vive um sofrimento nervoso. E a gente, hoje, aqui fora, quem dá assistência pra minha mãe sou eu. Sou eu que corro atrás, eu batalho, entendeu? Eu tava tramando aí, como mecânico, eu tive que sair do trampo pra poder pagar advogado, pagamo a advogada, a advogada só pisou na bola, tivemos que correr atrás de outro advogado, já desembolsamos uma merreca pro outro advogado, então a gente fica na correria até hoje”.

Miguel se prontificou a conversar com o rapaz e com o seu “patrão”, que não é “irmão”, é apenas “primo”, como ele próprio. Chamou um “debate” para tratar do assunto e convocou Amendoim para participar, como “denunciante”. Esta situação é exemplar do acionamento do “debate do PCC” para resolução de conflitos relacionados a questões do tráfico de drogas; tal “debate”, entretanto, extrapola o ambiente do tráfico, pois os envolvidos – a família de Amendoim – não participam do negócio, são pessoas da *quebrada* que foram envolvidas pelo fluxo arriscado do tráfico que, com frequência, interfere no cotidiano do bairro.

O pedido de Amendoim era que os responsáveis pelo negócio ajudassem a pagar o advogado, que mantivessem algumas das necessidades básicas e alguma ajuda para a sua mãe; incluía também o pedido de punição ao adolescente. Observei em Amendoim e em sua mãe um desejo de vingança, afinal o ocorrido foi considerado uma grande injustiça.

Amendoim pediu a Miguel para chamar um “debate”. Assim, ele acionou uma instância de decisão local, que é identificada de maneira geral com o PCC. O ato não era um pedido de ajuda apenas, mas um pedido de justiça. Pelo fato de Amendoim ter passado por violência policial e por discriminação no trabalho, ele próprio não cria na possibilidade de acionar o poder judiciário, muito menos

conversar com a polícia para esclarecer – temia a humilhação e a fadiga. Conversar com o amigo Miguel foi a saída mais viável para resolver objetivamente um problema prático e concreto. Além disso, tratava-se de um interlocutor com o qual ele poderia expressar seu ponto de vista, com sua linguagem, seus valores e visão de mundo, compartilhavam nesta situação um mesmo “dialeto”. Sabiam que o fato de Jair não ter denunciado, ter “segurado o b.o.”, estava com um “conceito bom” dentro da prisão. Ao pedir a convocação de um “debate”, Amendoim conhecia melhor as possibilidades de intervenção, pois a conversa se daria de igual para igual, mesmo sendo seus interlocutores traficantes e ele não. Não importa; todos conhecem as “atitudes” e “procederes” necessário para participação de um “debate” na *quebrada*. Como destaca Feltran (2010), o “debate” é um evento performativo no qual se põe à prova o “proceder”; estabelece-se no universo da *quebrada* a fronteira do juízo do *crime*, baseado numa regra comum de conduta e na performance perante ela, desconsiderando as características diacríticas dos indivíduos que para as forças da ordem são marcas discricionárias.

Uma particularidade da trama descrita é que nem Miguel nem o “patrão” são “irmãos” do PCC, membros batizados do “partido”. São apenas “primos”. Como foi possível neste caso concreto que um procedimento atribuído ao PCC fosse acionado sem a participação de ninguém que é da organização? Como vimos no capítulo 2, diversos aspectos da dinâmica do PCC desembocam em um enunciado que é recorrentemente proferido não só por “irmãos”, mas também por “primos”, parentes de presidiários e por outras pessoas que de alguma forma, somam com eles, pessoas que estão “juntos e misturados” (Biondi 2010, p.199).

Pedi para Miguel me contar como tinha sido o “debate”; ele inicialmente desconversou, com um pouco da minha insistência ele falou sobre os seus argumentos e a conduta que defendeu. Um dos argumentos fortes que Miguel usou junto ao “patrão” da *biqueira* foi a de que Jair, ao ser preso, teria demonstrado “proceder”: ele não delatou, “segurou o b.o.” e por isso merecia proteção e apoio do “comando” dentro do sistema carcerário, suporte material e, se possível, financeiro – estendido à família. A ênfase foi o reconhecimento por quem é do *crime* do “proceder” de alguém que, embora não seja praticante de ilícitos, “correu pelo certo”. Miguel pediu também punição ao adolescente que passou o “b.o.” para o irmão de

Amendoim; neste aspecto, seu argumento foi o do risco que o próprio negócio sofreria ao gerar para as famílias da *quebrada* transtornos e desgostos, por causa de uma responsabilidade que é do *crime*. Miguel argumentou que se não fosse dado o exemplo, fatos como esse poderiam se repetir, enfraquecendo o vínculo do *crime* com a *quebrada*. “Falei pro cara, tá ligado, hoje o crime tem que procurar a sociedade, trazer um pouco pra perto, por causa disso aí mesmo: pra que ela não ache que o cara que tá ali, na rua vendendo, conquistando o dinheiro, não é o inimigo, não tá deixando roubar na quebrada, nem nada. E mostrar o quê? Que quem devia de tá dando a proteção, tá prendendo, humilhando. Agora se a gente, que é do crime, não correr pelo certo, aí a sociedade se volta contra nós” (entrevista com Miguel).

A sentença relatada pelos meus interlocutores (Thurma e Amendoim) foi a seguinte: o dono da *biqueira* exigiu que o jovem pagasse com o seu trabalho os custos com advogado e apoio para o irmão de Amendoim. Ele seria descontado de suas vendas. Como se pôde observar no capítulo 2, é recorrente que os custos dos riscos sejam assumidos pelo “vendedor”, afinal ele próprio escolheu uma ação e tal ação teve uma consequência. Não é o caso de violentá-lo, não haveria motivo. Sua ação implicou um risco, escapou da lei do Estado, mas não da “lei do crime” que, neste caso, respondeu a uma demanda de moradores da *quebrada*; a “lei” que foi acionada no “debate”. Em suma, ele deve desenvolver a *mente* para lidar com os riscos do tráfico, com as incertezas desta “*vida*” do *crime*, ele tem que segurar o seu “b.o.”. O assassinato do rapaz não foi mencionado como possibilidade, nem tortura ou espancamento. Ele simplesmente teve que pagar a conta: mostrar-se um *empreendedor de si mesmo*, correr os riscos inerentes à *vida loka* do trabalho no comércio varejista de drogas, responsabilizar-se pelos riscos, as perdas e as benesses de suas escolhas.

A INTERDIÇÃO DO ASSASSINATO COMO CONVERGÊNCIA

No extremo leste da cidade de São Paulo, segundo meus interlocutores, a violência generalizada entre ladrões – incluindo assassinatos que passaram ao largo da instituição do “debate” como *procedimento do crime* – ocorreu apenas até o ano de 2002. Da mesma forma que na *quebrada* de Miguel, Amendoim e Thurma, o *proceder* que chegou com o “comando” a partir de 2003 modificou toda a dinâmica criminal e, conseqüentemente, implicou mudanças na vida rotineira da *quebrada*. O declínio da “violência sem limites” (expressão de Riso) proporcionou a diminuição de um ciclo de mágoas e desejos de vingança que, aos moradores, parecia não ter fim. Riso e seus irmãos contam que no bairro, de 1997 a 2002, existiu uma disputa sangrenta entre a gangue da Rua Brasil e a gangue da Rua Colômbia (nomes fictícios). Eles contam que, além das duas gangues, existiam outras que disputavam o território – mas que a rixa mais forte era entre estas duas. De tempos em tempos, um grupo tentava tomar o ponto de venda de drogas do outro; este processo se dava por meio de ataques-surpresa, de chacinas em que se eliminava parte significativa dos membros do grupo rival. Nesta época – conta Riso – era frequente o desrespeito generalizado na *quebrada*; ocorria até violência sexual contra as meninas, atitude sempre tida como indigna pelos próprios criminosos.

Riso relatou uma situação de alto risco que ele próprio sofrera aos quinze anos de idade. Em 1998, ele estava em uma quermesse quando chegou uma liderança da gangue da Rua Brasil, entregou uma sacola e pediu para que ele guardasse. Quando Riso olhou dentro da bolsa, ela estava com armas. Conta que ficou em “pânico”, “tremia”, ficou do lado da bolsa em um quarto trancado; um quarto dividido com outros três irmãos. Depois de aproximadamente uma hora, os “bandidos” voltaram para pegar as armas e foram para a Rua Colômbia guerrear com os rivais. O resultado foi a morte de onze pessoas, entre elas uma menina de nove anos.

Segundo Riso, a partir daí os remanescentes daquele período precisariam ficar atentos se tivessem algum “pezinho”⁷⁸. Por outro lado, pessoas que participaram do

⁷⁸ *Pezinho* significa ter alguma “dívida”, seja financeira, política ou moral. Significa ter algo que pode ser usado contra ele em um eventual debate.

universo de violência daqueles anos 90 – das chacinas – tornaram-se “irmãos” do PCC nos últimos anos e seguem a *sintonia* do “comando”, mudando seu padrão comportamental. Para Riso, isso depõe contra o “comando”. “Eles dizem que a caminhada tem que ser transparente, mas tem um monte de irmão que tem uma caminhada mais suja que o lixão. Sem contar que vários deles não têm atitude... o pessoal aqui chama de ‘irmão pé de barro’”. Embora haja a presença de “ladrões” que praticaram diversos homicídios no passado, na *quebrada* de Riso durante o período em que realizei pesquisa de campo não houve assassinato levado a cabo por “bandidos”. Segundo Riso, “para não falar que nunca mais teve, há uns dois anos atrás (em 2008) mataram um estuprador e ano passado saiu um cara da cadeia que era ‘pedido’”⁷⁹.

Riso tem satisfação em dizer que sua *quebrada* está pacificada; este é um dos principais temas de *seu blog*. Riso me procurou para eu ajudá-lo a escrever a história do PCC. As avaliações dele sobre a posição do “comando” na *quebrada* são positivas: suas falas sobre o recuo da violência foram recorrentes – mais especificamente sobre a diminuição dos homicídios – e foram usadas para legitimar sua posição. Além disso, Riso também compartilha o *dialeto* das *quebradas*, também comum aos traficantes. Alemão, um de seus melhores amigos – como ele diz “*um irmão*” – é gerente de uma *biqueira* e um “ladrão” considerado na *quebrada*. Está preso, mas ajuda a manter a paz mesmo dentro da prisão. Alemão foi preso em abril de 2010, mas antes tive a oportunidade de manter contato com ele (ver também capítulo 6).

Encontrei-me com Riso para fazer avaliação de nosso processo de pesquisa que tem como território a sua *quebrada*. Naquele dezembro de 2009 – já em pesquisa de campo há seis meses – eu havia passado quinze dias inteiros no bairro, realizado algumas entrevistas e conversado muito com Riso. Nesta conversa de final de ano, ele enunciou uma história surpreendente para mim.

Conversávamos sobre o livro que ele pretende escrever (ver introdução). Ele dizia que estava “confuso”, não sabia exatamente sobre o quê escrever. “Vou contar uma coisa que nunca contei”, disse, em tom grave. A expressão de seu rosto me

⁷⁹ *Pedido* significa “jurado de morte”.

inspirou atenção e acuidade: tratava-se de algo significativo. Contou que em 2006 ele decidiu escrever um trabalho sobre a relação entre a “comunidade” e a polícia. A idéia era mostrar uma “relação possível” entre a polícia e a *quebrada*; para Riso um relação difícil de imaginar, mas que ele gostaria que acontecesse para a “paz” e o “fim do sofrimento”. Mas em junho de 2006 “mataram meu sobrinho assassinado... foi quando eu deixei de lado essa questão... tinham dois fatores que me desestimularam bastante: eu já trabalhava com adolescente em conflito com a lei, e com a morte do meu sobrinho eu fiquei... eu me senti impotente; eu trabalhava com tantos garotos e não consegui evitar que acontecesse na minha própria família”. A outra é que, segundo a versão do jovem educador e de sua família, o garoto foi assassinado pela polícia.

O assassinato do sobrinho de Riso ocorreu apenas um mês após os “ataques do PCC”. Ele assim descreveu os acontecimentos do dia da morte:

“Ele já tinha *envolvimento* (com o *crime*), cumpria L.A. (medida socioeducativa de liberdade assistida) e foi algo muito sinistro... minha família é toda muito religiosa, evangélica... eu não sou, mas se tiver que seguir alguma religião, serei evangélico. Isso foi em uma quinta-feira, minha cunhada falou para meu sobrinho: “sonhei com você esta noite, sonhei que tinha saído de casa pela manhã e não tinha voltado”. Ela falou isso para ele às 6h da manhã, antes dela ir ao trabalho. Ela insistiu e disse “não apronta nada, filho”. Meu sobrinho arrumou sua casa e às 11h ele foi para a minha casa, falar com meu irmão. Falou assim: tio, vende o carro pra mim, o som, porque eu, a partir de hoje, não vou fazer mais nada de errado” Meu irmão também atuava no mundo do crime e poderia ajudá-lo a vender os bens no mercado de carros daqui. Mais tarde ele foi aprontar... ele tinha acabado de falar que não ia, mas foi. Encontrou dois, três parceiros e foram roubar... foram em três, dois morreram e um voltou... O que voltou contou a história. Eles pararam no semáforo, aí uma viatura apareceu atrás deles... uma viatura da Rota... eles falaram que o carro era roubado. Aí a polícia levou os dois para o Parque do Carmo e executaram os dois. Um vizinho falou que viu os meninos sendo abordados lá no Aricanduva... os policiais levaram para o meio do mato no Parque... Aí a gente foi, a família toda, minha cunhada, meu irmão, eu meu outro irmão, fomos para os hospitais, passamos por dois hospitais e nada. Descobrimos que eles estavam no hospital São Mateus, aí fomos pra lá (...) Ele morreu aos 16... eu não gosto de contar essa história porque ela mexe com meu íntimo... por que eu convivi mais com meu sobrinho do que com

meus irmãos, nós brincávamos juntos. Era uma questão pessoal e de *status* profissional... eu que, assim, trabalho com L.A., ajudo a prevenir os outros e um membro da minha família passou...” (diário de campo, 22 de dezembro de 2010).

Estabeleci então um nexos entre o ocorrido e a vontade despertada em Riso de escrever. Ao perguntar-lhe, porém, sua resposta foi menos afirmativa e linear do que o meu pensamento:

“Desde muito cedo eu tive vontade de escrever.... a vontade de escrever... por mais que a vida na periferia seja ruim ela é muito rica.... o mundo tem que saber... igual diz aquela música... ela tem suas leis⁸⁰ o Estado fecha os olhos...”

A fala de Riso passava da experiência familiar para a profissional, permeando a relação com os jovens de sua geração envolvidos com o *crime*. Um deles era seu sobrinho. Perguntei, então, sobre o que aconteceu após a morte de seu sobrinho.

“Minha cunhada ficou bastante abalada... ela mesma falou para o Wellington (irmão gêmeo do rapaz assassinado) se for para dar trabalho, para viver assim no crime, que é melhor a vida levar embora, como levou seu irmão... Eu fiquei revoltado com a minha cunhada, mas sabe aquela questão... eles prometem largar o crime por causa da mãe... ‘eu vou parar de fazer minha mãe sofrer’” .

Curioso, insisti na pergunta sobre os desdobramentos, se tinham procurado algum advogado, alguma organização de defesa de direitos, alguma instância pública para denunciar o assassinato.

⁸⁰ A música citada é um “funk-proibidão” que Riso me enviou pela internet, afirmando no e-mail que ela falava o que era a “lei do crime”: “Na faixa de gaza é só homem bomba na guerra é tudo ou nada, várias titani no pente, colete a prova de bala, nos desce pra pista pra fazer o assalto, mas tá fechadão no doze (*tráfico*), se eu to de rolê, se senta colado, perfume importado, pistola no ponto. Mulher ouro e poder, lutando que se conquista Nós não precisa de crédito, nós paga tudo à vista. É Eco, La coste, peça da Oklay, várias camisa de time ... Quem ta de fora até pensa que é mole viver do crime. Nós planta humildade pra colher poder, a recompensa vem logo após. Não somos fora da lei, porque a lei quem faz é nós. Nós é o certo pelo certo, não aceita covardia Não é qualquer um que chega e ganha moral de cria Consideração se tem pra quem age na pureza pra quem ta mandado o papo é reto, bota as peças na mesa... Quantos amigos eu vi ir morar com Deus no céu Sem tempo de se despedir, mas fazendo o seu papel... por isso eu vou mandar, por isso eu vou mandar assim: Comando vermelho RL até o fim, é vermelhão desde pequenininho... só menor bolado na favela do manguinho” (Funk Vermelhão, Mc Orelha).

“Não teve sequência, cada um continuou a sua vida...”

Neste momento da pesquisa de campo, eu acompanhava um drama em que Riso atuava. Era uma história relacionada à sua experiência de trabalho. Ele estava mediando uma situação tensa, uma questão de “vida e morte”, com jovens que haviam passado por *medidas socioeducativas* com ele e agora eram “de maior”. Riso manteve contato com esses adolescentes e se envolveu em uma trama de relações – amizade, traição e a “lei do crime”.

“olha o que houve.... quatro jovens foram roubar em Guarulhos, e tem uma categoria de roubo – que não pega nem o carro na rua, nem aborda uma pessoa – que é abrir a garagem e pegar o carro⁸¹. Após o furto, enquanto se retiravam do local com o carro, o alarme disparou. Os moleques ficaram desesperados, tentavam desligar o alarme quando apareceu uma viatura, e sem dar voz de prisão, iniciou vários disparos contra os “moleque”. Somente um foi pego pela polícia, os outros dispersaram... O “avião” (veículo usado para o roubo) ficou sozinho na rua. Eles ligaram para a comunidade dizendo o ocorrido e contaram que estavam escondidos no mato... e que não sabiam o que tinha acontecido com o Rogério, mas achavam que ele tinha sido preso... nessa hora mesmo o Rogério ligou falando que estava no carro (o “avião”) e que eles poderiam ir até lá para voltarem para casa. Encaminharam-se, então, ao local onde estava o veículo usado para cometer o ato ilícito. Por segurança, apenas um (Jefferson) foi até o carro... Quando chegou teve uma surpresa haviam policiais escondidos dentro do carro... Foi um arrastão (um levou o outro para a cadeia), *ta* ligado?... os policiais o abordaram e lhe quebram na pancada. O Jefferson falou que apanhou da meia noite até as sete da manhã, com pedaços de madeiras, socos e spray de pimenta. Ele desmaiou e acordou no hospital, sob cadeiras de rodas e tomando soro, ficando dois dias sem andar, sem alimentação e sem água. Os força (polícia) torturaram ele para entregar os outros dois integrantes do roubo. Aí mano, eles dois ficaram na mesma cela na cadeia. Foi treta: o Jefferson acusou Rogério de caguetagem”.

⁸¹ Caracteriza-se como “furto” pois o “produto” é retirado de dentro da garagem; o uso desta modalidade de assalto é considerada interessante porque minimiza o risco do assalto, o risco de haver homicídio... é crime que implica pena substancialmente menor. Além de não colocar a vida dos “furtadores” em risco.

Após a liberação, Rogério procurou Riso para contar o que havia ocorrido e disse que quando ligou os policiais não estavam com ele. A partir de então, Riso passou a mediar a contenda entre Rogério e Jefferson. Primeiro foi conversar com o Jefferson. Ele estava revoltado e queria vingança. Riso disse que ouviu os dois, mas que chegou em um ponto em que ele não conseguia mais mediar. Riso decidiu, então, conversar com Alemão; pediu para o amigo conversar com os rapazes e evitar que o “pior” acontecesse. Alemão foi incisivo com Jefferson: “se você matar o Rogério, você vira réu em um ‘debate’”. O que Jefferson poderia fazer era pedir, ele, um “debate” para argumentar sua posição e pedir justiça.

Riso relatou a sequência da contenda em um diário de campo que ele próprio começou a escrever:

“Segundo a ‘lei do crime’, o Rogério deveria ser interditado de cometer qualquer tipo de ato ilícito ou até mesmo ter sido assassinado. Para isso acontecer, o principal prejudicado, Jefferson, deveria acionar os ‘irmãos’ da quebrada. Alemão conversou com Jefferson. Disse que mais uma morte ou violência não ia resolver, mas que o certo, é que Rogério tomasse uma lição para não dar mais milho. Alemão argumentou que matar o Rogério ia puxar toda uma rede de vingança. Jefferson decidiu não ‘puxar o bonde’ (comunicar os irmãos). Com isso, Rogério não foi assassinado nem sofreu uma surra, mas já não é considerado como antes e está proibido de seguir no corre com os ‘irmão’ da quebrada. Antes do fato, Rogério e Jefferson eram parceiros, roubavam, bebiam e curtiam baladas juntos. Atualmente não se falam, em virtude da caguetagem, que é inadmissível no mundo do crime” (diário de campo de Riso, 15/01/2010).

Riso mudou o mote de sua pesquisa no transcorrer de 2010. Ele quer discutir “o PCC em sua *quebrada*”. O educador social diz que o PCC perdeu o “foco”. Em suas palavras, ficou claro que virou só “negócio”, pois recentemente tornaram-se “irmãos” “bandidos que não tem uma caminhada certa”. Segundo ele, o PCC “está perdendo o controle”: quem paga a taxa, uma espécie de “franquia”, é aceito como “irmão” e basta isso, “está perdendo a ética”. Para ele há uma sobreposição de poderes entre diferentes “irmãos”. Quanto mais “irmãos”, maiores são as divergências e as possibilidades de conflito. Ele acha que se o PCC perder o controle

a violência fatal volta, talvez não como antes, por que “muitas coisas mudaram na quebrada”. Perguntei o que ele e outros jovens de sua geração e de seu território podem fazer para evitar os homicídios: Riso parou, pensou, balançou a cabeça e encolheu os ombros. Insisti com ele – e no seu trabalho como educador? “Eu falo assim *pros moleque*: vocês não concordam, querem fazer alguma coisa, então estudem – entrem para um partido, ganhem eleições – e abram as portas da cadeia”.

A narrativa de Riso sobre a desistência de escrever sobre as possibilidades não violentas da polícia se relacionar com jovens de periferia registra a incorporação do ceticismo com relação à atuação das “forças da ordem”. Segundo o rapaz, o assassinato de seu sobrinho e a impotência de não conseguir evitá-lo foram os fatores que o levaram à descrença na “paz” entre a polícia e os jovens envolvidos no *crime*. A eleição da proibição do homicídio pelo PCC como principal tema do livro almejado assim como sua intervenção no caso de Rogério e Jefferson revelam sua descrença nas forças de segurança. Isso não significa, porém, o abandono do trabalho cotidiano de participar de processos que diminuam a violência em sua *quebrada*; entre eles a sua atuação profissional no *sistema socioeducativo*, que aciona recursos, estruturas e agentes governamentais e não-governamentais de diferentes áreas de políticas públicas. Mais do que isso: Riso extrapola suas atividades profissionais, ele tece em suas relações cotidianas na *quebrada* formas variadas de resistência ao manter relações com amigos de infância e vizinhos que estão no *crime*, desde que mediadas pela pacificação.

A manifestação de Riso ao querer escrever sobre o PCC, com o decorrer da pesquisa, clarificou-se como um desejo de dar voz à sua *quebrada*, especialmente aos jovens de sua geração. Suas narrativas, no caso do sobrinho e no caso do “furto mal sucedido”, apontam para uma leitura de que a ação policial desrespeita os direitos e os corpos dos jovens, que são assassinados e violentados sem direito à defesa. Riso se sente impotente para agir contra a violência policial, mas pode atuar junto aos adolescentes e jovens – com quem trabalha e convive. Ele parece transferir o sentimento de impotência com relação à morte do sobrinho para o trabalho cotidiano de relacionamento com os jovens que atende nas *medidas socioeducativas* de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC).

Riso é próximo tanto de jovens que praticam atos ilícitos como das ONGs locais, vivendo em um universo de relações e de práticas em que estes dois campos não são necessariamente opostos ou excludentes. Ele, como outros jovens participantes desta pesquisa, não reproduzem uma visão dicotômica das relações sociais locais (“bandido” x “trabalhador”, “crime” x “comunidade”). Estes jovens da periferia navegam em uma dinâmica social complexa, fluida e porosa, e no anonimato do (não)espaço político que ocupam, eles se relacionam com “leis” diversas – a do estado, a do crime, a das ruas. O dilema destes jovens paulistas é viverem no *fio da navalha*: de um lado, eles estão expostos a situações-limite, de vida e morte, de privação de liberdade e tortura, pelo simples fato de “parecerem” com os “bandidos”; de outro, ao estarem próximos de jovens que praticam ilícitos, compartilham o “marco discursivo do crime” (Feltran 2008a), não se opõem de maneira maniqueísta contra aqueles com os quais estão ligados por laços geracionais e de solidariedade local.

O DIALETO DA VIDA LOKA E A LEI DAS RUAS

Os anos 2000 coincidem com a ampliação do espaço nas *quebradas* da geração que nasceu e cresceu nos anos oitenta e noventa; no *crime*, nas associações, em projetos sociais, no movimento hip hop, essa geração acompanhou a consolidação de novos discursos e práticas nas periferias paulistas. O que a experiência desses jovens pode nos esclarecer sobre a consolidação da vida como um valor central na gestão do cotidiano das *quebradas*? O foco analítico que proponho está ancorado nas *zonas de contato* que proporcionam pontos de convergência e, também, pontos contraditórios da intersecção entre o *crime* e a *quebrada*.

Alguns aspectos foram recorrentes nas trajetórias, nas músicas e nas tramas descritas neste capítulo: (1) a existência de uma *lei das ruas* – junto a outras como a estatal e a “do crime” – regendo a vida social das *quebradas* e a sua corporificação em *atitude e proceder* por jovens que não são do *crime*, mas também por aqueles que são; (2) a linguagem que delineia um campo semântico comum aos jovens que são da

quebrada, para o qual usarei (inspirado no título da canção de Thurma e Miguel) o termo *dialeto da vida loka*; (3) a *sintonia* do PCC como maneira de lidar com alguns conflitos emergentes nos territórios, um repertório da justiça (Feltran 2010) mobilizado para busca de resolução de problemas cotidianos; (4) uma série de formulações sobre a vida a partir da perspectiva da *quebrada* – considerações sobre a vida humana que enfatizam os aspectos marcantes da condição de existência comum a todos; tais formulações são sintetizadas na expressão *vida loka*. Estes aspectos justapõem *crime* e *quebrada* na experiência de meus interlocutores; tal aproximação, entretanto, não significa indiferenciação nem ausência de contradições. Nas dinâmicas do *crime* na *quebrada* há uma tensão latente que é minimizada por acordos mútuos de pacificação que têm prevalecido nos últimos anos em determinados territórios. Para reconhecer as múltiplas passagens entre a *quebrada* e o *crime* procurarei nas próximas páginas seguir os sentidos da *lei das ruas* e do *dialeto da vida loka* comum aos jovens rappers e educadores (Amendoim, Thurma e Riso) e também aos jovens do *crime* (Alemão e Miguel).

Realizadas nos últimos anos em São Paulo, uma série de etnografias levantou um vocabulário das *quebradas* ou da periferia (Hirata 2006, 2010; Pereira 2005, 2010; Pardue, 2008; Feltran 2008a, 2008b, 2010), do hip hop (Pardue 2008) e do *crime* (Feltran 2008a, 2008b, 2010; Biondi 2010; Marques 2009, 2010). Diversos termos elencados pelos etnógrafos também surgiram em minha pesquisa de campo. Destacarei aqui apenas algumas das noções recorrentes entre os meus interlocutores – aquelas que ganharam interpretações adicionais ao serem discutidas por mim.

Todos os personagens das tramas descritas são filhos de migrantes, suas famílias fizeram parte da ocupação dos territórios (as *quebradas*), possuindo vínculos entre si de procedência, relações de vizinhança, enfrentamento coletivo de adversidades. A expressão *vida loka*, da maneira cunhada pelo grupo de rap Racionais Mc's, identifica o drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar entre a vida e a morte (Hirata 2010); o ponto inicial das narrativas dos Racionais Mc's seria a percepção da vida como guerra – “confrontos reais”, “batalhas que fazem parte da vida cotidiana” de quem é da periferia, “relação social permanente” (Hirata 2010) vivida pelos jovens pobres. Tal percepção aparece no rap “Dialeto”, de Miguel e Thurma. Na canção está subentendida uma pretensa

existência de “pontos de união e conexão” entre “manos”, que se amplia para – além das *quebradas* específicas – todos que são da “periferia”. Em um trecho do rap pode-se ler: “se no olhar do guerreiro a tristeza ainda mora”, “no aperto de mão encontraremos a vitória” - “na favela é assim vivendo e sobrevivendo, falta comida na panela mais o samba ta fervendo, pode tentar se quiser, mas só consegue quem é **periferia**, a **vida é loka**, diferente da novela”. Desta formulação da “vida loka” três perguntas conjunturais emergem: Quem é o guerreiro? Aperto de mão entre quem? Vitória sobre o quê?

Thurma e Miguel haviam autoidentificado o coletivo ao qual pertencem como: “os excluídos que a política esqueceu”; “somos” da “favela”. Favela termo mais geral ainda que a periferia, idealização da mestiçagem brasileira. O advento do *hip-hop* na cidade de São Paulo parece ter um papel de destaque na valorização da música como forma de contestação, atuação e transformação entre jovens moradores da periferia da cidade. Como sugere Maria Eduarda Araújo Guimarães (Guimarães 1999): “O *rap* transformou a periferia em referência para a cultura, assim como o samba já havia definido o morro como idealização de um Brasil mulato (...)” (Guimarães 1999, p.47). Quem é o guerreiro anunciado na canção “Dialeto”? Ele é, a princípio, um morador da periferia; mas não necessariamente todos os moradores das *quebradas*.

O nome do CD de Thurma e Miguel, “Só quem é”, dá uma indicação, não de quem é o guerreiro, mas de quais são os atributos de alguém que se torna um guerreiro “da periferia”. A primeira resposta dada por Miguel, quando pensaram no nome, sugere ainda mais: “um cara de atitude”. Interessante que no título do CD o sujeito não é declarado, pois “só quem é” sabe – é desnecessário especificar; ser um “cara de atitude” é um saber incorporado. Na cultura hip hop, a “atitude” se manifesta tanto nas palavras quanto nas corporificações – postura, gesto, movimento (como as observadas nas apresentações públicas de Amendoim, Miguel e Thurma). O antropólogo Derek Pardue sugere que a base do comportamento de “atitude” é a avaliação de “informação emergente da relação entre interlocutores” (Pardue 2008, p.530); ela envolve uma tensão entre a opinião, o comportamento e o juízo. A *atitude* relaciona-se com o conhecimento vivencial que permite aos rappers criarem uma “representação nua e crua da realidade” ao enunciarem a “periferia” – a reunião das

quebradas – como a “realidade”; diferente da novela, um mundo inventado para alienar e manipular. Cria-se uma visão alternativa da periferia a partir da “atitude”; “um feito de força e conhecimento” (Pardue 2008, p.521). A visão da periferia como espaço de abandono, miséria, violência é contestada, segundo Pardue, pelos jovens do hip hop. A periferia para esses jovens não é apenas o espaço funcional de residência ou de socialização, mas principalmente, o espaço de interações afetivas e simbólicas, carregadas de sentidos (Pardue 2008). A periferia constitui, na versão dos hip hoppers e de outros jovens das *quebradas*, uma “epistemologia”⁸².

O “guerreiro” é aquele jovem morador de um bairro periférico imbuído de um “saber-poder” nativo, que é comunicado pelo termo *atitude*, mas também pelo *proceder*. O “aperto de mão” anunciado no rap “Dialeto” ocorre entre “caras de atitude” e “caras de proceder”. Os termos *atitude* e *proceder* podem ser intercambiáveis na linguagem cotidiana das *quebradas* e são usados pelos jovens de forma geral; entretanto, o termo *atitude* é mais acentuado no hip hop e em outros movimentos sociais e culturais das *quebradas*. Embora o termo *proceder* seja parte de um repertório mais amplo de certos grupos ligados à periferia (Pereira 2005; Hirata 2006), ele é marcante entre aqueles que participam de ilícitos ou de negócios que, de alguma forma, estão situados nas fronteiras do legal com o ilegal (Telles e Cabanne 2006). O *proceder* se refere a um conjunto de práticas que concernem ao modo como se processam os negócios ilícitos, mas que “também circundam o que perueiros, comerciantes locais, camelôs e trabalhadores fazem para se virar no mundo” (Hirata 2006, p.277). Além de manifesto no discurso, observa-se nas interações entre os jovens a corporificação das noções de *atitude* e do *proceder*; nos olhares, balanços de corpo, estilos de roupa e acessórios, atitudes em “debates” e debates. A palavra é ação combinada com o “domínio do sensorial”, a corporificação de um modo de regulação da vida cotidiana de jovens das *quebradas* - a *lei das ruas*.

Embora contíguos, os termos *atitude* e *proceder* marcam alguns distanciamentos. O ajuizamento das *leis das ruas* que marca o uso do termo *atitude*

⁸² “É a coerência da ‘marginalidade’ com que os *hip hoppers* expressam sua ‘insurgência’ que tem provocado milhares de jovens e, por extensão, sua família e amigos a redefinirem vis-à-vis a cidade e, em particular, o poder da periferia... Por isso, quanto mais um grupo sociocultural, tal como os *hip hoppers* paulistanos, conseguem mudar ou re-situar o discurso de ‘conhecimento’ para incluir as coisas como eles sabem, o sentido de valor e razão conseqüentemente se ajustam. Isso é uma mudança epistemológica e, portanto, paradigmática” (Pardue 2008, p.525-526).

entre os rappers não se define por um conjunto de regras ou comportamentos. Diferentemente da *atitude*, o *proceder* refere-se a “normas de procedimento”. Ao delinear diferentes compreensões do *proceder* entre presidiários e ex-presidiários, Adalton Marques destaca que o termo indica “algumas junções singulares de regras e instruções sobre condutas” – modos de agir e comportamentos orientados por requisitos delineados na convivência entre presos (Marques 2009); no interior das prisões, o *proceder* “é uma enunciação que orienta parte significativa das experiências cotidianas” (Marques 2010, p.315). Segundo Marques, o *proceder* “distingue”, “diferencia”, “alicerça”, “estabelece”, ou seja, ele é normativo. Mesmo quando observado em outros segmentos juvenis das *quebradas*, como entre os pixadores, a noção de *proceder* remete a “uma conjunto muito particular de regras de comportamento”, “um repertório próprio de modos de agir” (Pereira 2005, p.95). Um ponto interessante da definição dada por Pereira é situar estas “normas de procedimento” em “noções de procedência social”. Desta forma, tais normas são orientadas pela experiência comum aos moradores das *quebradas*; aquilo que Hirata (2006) nomeou de “sobreviver na adversidade”. A pista dada pela noção de *proceder* pode levar a um programa de pesquisa que observe de que modo a *quebrada* absorve os jovens que se identificam como do *crime*. Considerando que a tese por mim ora apresentada apenas esboça o caminho, apontando para a penetração da *quebrada* como um “ponto de observação da vida coletiva” dos jovens que vivem em ambientes locais onde o tráfico de drogas é um elemento importante das dinâmicas sociais.

Em minha interpretação, os termos *atitude* e *proceder* se aproximam quando atribuem *valores* que adjetivam sujeitos – “*caras de atitude*”, “*caras de proceder*” – que se comportam de modo a demonstrar “respeito”, “lealdade”, “humildade”, “inteligência”, em suma, os valores eleitos pelos jovens das *quebradas*. As pessoas são respeitadas nas *quebradas* pelos valores que elas encarnam em suas relações cotidianas com os demais. Tanto faz se o indivíduo pratica atos ilícitos ou não, os termos *proceder* e *atitude* localizam aqueles que conquistam confiança pelo exemplo de sua conduta reiterada no cotidiano de relações entre os moradores das *quebradas*. Os dois termos se distanciam, entretanto, em sua forma substantiva – o “*proceder*”, a “*atitude*” – na medida em que um (o *proceder*) é, em si, normativo e o outro (a

atitude) não possui a normatividade de uma regra, apenas é normativo na medida em que está encaixado em contextos de comunicação particulares; a vida nas *quebradas* possui sua própria normatividade, não é a noção de *atitude* que impõe qualquer regra. A normatividade intrínseca à noção de *proceder* revela um ponto que marca a especificidade do *crime* como um modo de regulação das condutas – a “lei do *crime*” – que muitas vezes, nos territórios, está justaposto outro modo de regulação – a *lei das ruas* – que orienta a conduta de jovens das *quebradas*.

O *crime* via práticas, como o “debate”, impõe regras e determina modos de agir à dinâmica fluida da vida nas *quebradas*, enquanto a *atitude* dos rappers e educadores sociais indicam apenas maneiras de lidar com o fluxo das interações, sem colocar regras de conduta que devam ser cumpridas. Os jovens da *quebrada* não se submetem ao *crime*, apenas aderem parcialmente à expansão de seu “marco discursivo” e às suas *técnicas e táticas biopolíticas*, particularmente àquelas que contribuem para a pacificação dos territórios.

Dois outros termos comuns ao *dialeto da vida loka* ajudam na compreensão das aproximações e das tensões do *crime* e da *quebrada* antevistas no *proceder* e na *atitude*. Enquanto no *crime* é necessário ter “*uma mente*”, entre os hip hoppers é preciso ter *consciência*. Ambas as palavras evocam o âmbito do mental, da inteligência humana, da capacidade de reconhecer, interpretar e agir, de discernimento. Observado está no capítulo 2 que a *mente* – fusão de racionalidade prática de gestão da vida cotidiana com a coordenação da palavra e a capacidade de ação de um traficante – se fixa nas *quebradas* como um exemplo de realização no mundo. A *mente* demonstra o potencial social do traficante na vida comunitária. Ela não é exclusiva do “mundo do crime”, entretanto; a *consciência* da realidade que marca a “atitude hip hop” só é possível a partir da existência de uma *mente*.

A *consciência* no hip hop é tomada a partir da lide com as adversidades da *vida loka* das *quebradas*; a *consciência* hip hop se refere a um atributo daquele que é capaz de reconhecer e interpretar a realidade, daquele que não é “manipulado pelo sistema” (Amendoim). O rapper é aquele que viu a “realidade” e a transmutou em linguagem capaz de se expandir; a periferia é o real – cotidiano de dificuldades e incertezas frente ao qual é necessário se posicionar *conscientemente*. A “novela” está fora desta “realidade consciente”. O rapper apropria-se do “real” pela palavra, torna-

o consciente e transforma-o em difusão. Assim, o rap se torna uma das principais fontes criadoras do *dialeto da vida loka*, a linguagem compartilhada entre muitos jovens da geração que vive hoje nas *quebradas*.

Todos os “manos da *quebrada*” dotados de *mente* são potencialmente portadores de *consciência*. Thurma é um rapper e educador social, que forma uma dupla com um (ex)traficante; Miguel, por sua vez, conjugou (por determinado momento de sua trajetória) a expressão artística através do rap, a geração de renda através do tráfico e a liderança comunitária por meio da gestão do time de futebol. Riso é um educador – orientador de *medidas socioeducativas* em meio aberto – que mora, desde a infância, entre irmãos, parentes e amigos com diferentes entradas no *crime*; Amendoim, Alemão e tantos outros jovens das *quebradas* experimentam a lide com um *vida loka*. A vitória dos guerreiros, aqueles que transpõem a separação entre *crime* e *quebrada*, é ter uma *mente* e torná-la *consciente*; desta forma, é possível manter a sanidade e a força para enfrentar a batalha da vida cheia de infortúnios. Mesmo “faltando comida na panela”, o “samba ferve”. Esta capacidade de “viração”, de “sobreviver na adversidade”, é um atributo de um “guerreiro” que é da periferia. Ele deve tornar *consciente* a *vida loka* – ter a percepção da realidade externa - e incorporar, pensar e agir de acordo com a dinâmica cotidiana das *quebradas*.

Para ser um “guerreiro”, morador de um bairro da periferia, não é preciso ser um criminoso; nem, tão pouco, não sê-lo. O “guerreiro” é um “cara de *atitude*”/um “cara de *proceder*”; ser um “guerreiro” é ser alguém que possui uma “*mente*”/tem “*consciência*” para lidar com a *vida loka*. “*Atitude*”, “*proceder*”, “*mente*”, “*consciência*”, “*vida loka*”, “*humildade*”, “*quebrada*”, “*sintonia*”, “*periferia*” são alguns dos termos que compõem o *dialeto* comum aos jovens moradores de bairros de baixa renda de cidades paulistas, sejam do *crime* ou não; um *dialeto da vida loka*.

O *dialeto da vida loka* é composto pelos veículos linguísticos que proporcionam a ligação entre a *quebrada* e o *crime*, permitindo a interação entre eles. Um olhar antropológico contemporâneo sobre as *quebradas* paulistas revela que nelas se falam em muitas vozes. A presente etnografia consegue alcançar apenas algumas vozes das *quebradas* – de alguns jovens, “traficantes”, “rappers”, “educadores sociais”; muitas outras ficam de fora do quadro aqui desenhado. De

qualquer forma, o *dialeto* está acessível a todos os jovens dos territórios periféricos. O *dialeto da vida loka* é uma subversão da linguagem “oficial” – do “sistema” ou da “sociedade”, para ficar com as expressões mobilizadas pelos meus interlocutores – por meio da qual é possível a união de “inteligências das *quebradas*”; o *dialeto* é a linguagem que exprime a *lei das ruas*.

O *dialeto* é o dispositivo que permite a coordenação de perspectivas a partir das quais emergem estruturas mentais compartilhadas. A *perspectiva interfacial* de jovens das *quebradas* – o encontro da mente criminal com a consciência da periferia – se constitui em um modo de regulação das condutas – que denomino genericamente de *lei das ruas* – que tem mudado a face das periferias paulistas; *muitas quebradas estão pacificadas*. Esta pacificação pode ser uma conquista frágil e – talvez – transitória, pois ela depende de negociações e transações entre as diferentes vozes e posições que compõem o espectro político em que os jovens das *quebradas* circulam. Estabelece-se pela *lei das ruas* um circuito que permite a interligação na *quebrada* entre o *crime* e outras posições políticas juvenis – movimento hip hop, educação social, ONGs. A utilização do *dialeto da vida loka* permite: a transferência do *proceder* e da *mente* “criminal” para a *quebrada* – a transferência de *atitude* e *consciência* para o *crime*. A *lei das ruas* difundida por meio do *dialeto da vida loka* se baseia no reconhecimento de uma experiência comum – a luta cotidiana da vida de jovens que moram nas periferias de São Paulo.

A *sintonia* – a operação de difusão das idéias que representam o *crime*, segundo o marco do PCC – é o mecanismo que influi, atualmente, no *crime* nas *quebradas*; a *sintonia* não se dá exclusivamente segundo o “marco discursivo do crime”, é feita em diálogo com o *dialeto* comum – o da *vida loka* - e assim ela é capaz de intercambiar o *crime* e a *quebrada*. A *sintonia* torna-se uma tecnologia do *crime* para lidar com a *vida loka* na *quebrada*. O recurso à *mente* e a sua aplicação cotidiana em *atitude* e *proceder* pode fazer de um traficante alguém respeitado. Ao dialogar com o *dialeto da vida loka*, a *sintonia* do PCC chega a um jovem que jamais cometeu atividades ilícitas, mas que compreende e compartilha os enunciados dos vizinhos que “correm” com o *crime*. Este mecanismo torna possível, então, uma justaposição do *crime* com a *quebrada*. A diminuição dos homicídios aproximou o *crime* das outras posições políticas dos jovens da *quebrada*. Hip hoppers, educadores,

oficineiros, artistas, blogueiros, ravers, skatistas, pixadores estão em *sintonia* com a pacificação, com a interdição do homicídio. E podem também lançar mão das possibilidades de mediação dos conflitos locais que os “debates” oferecem.

No caso do “debate” do irmão de Amendoim, o procedimento foi acionado por pessoas que não seguem a “lei do crime” e que não possuem relação direta com o PCC, uma vez que, independentemente dele, havia uma situação que chamava o *proceder* para além da sigla. A situação da família de Amendoim após a prisão de Jair – o irmão – é uma conjuntura compartilhada por muitas outras famílias de tantos outros moradores da *quebrada*; a requisição de reparo ao problema econômico gerado pela ação do *crime* e o direito de reconhecimento da inocência de Jair são considerados justos para a maior parte dos moradores da *quebrada*, inclusive para os traficantes. São problemas que, com alguma frequência, ocorrem com muitos moradores das *quebradas* onde existe a coincidência entre comércio ilícito, relações de vizinhança e repressão das forças de segurança. Os argumentos de Amendoim para o pedido de “justiça” se basearam na demonstração da *atitude* e do *proceder* de seu irmão no caso; ele teve a *atitude* de não esmorecer, avaliando a situação, agindo com o *proceder* – não “caguetou” o verdadeiro “dono” das drogas encontradas com ele pela polícia. Amendoim, representando a família, demonstrou *ter uma mente* ao enfrentar esta difícil situação: ele acionou a *sintonia* do *crime* para encaminhar o procedimento do “debate”, com o intuito de minimizar os prejuízos de seu irmão e de sua família. O *crime* pôde ser um interlocutor nesse caso, pois foi também o próprio campo de origem do problema e, possivelmente, o único recurso para encaminhamento de respostas a este problema específico⁸³.

A prisão de Jair e a ação de Amendoim para minimizar as perdas familiares é um exemplo de como os jovens moradores de *quebradas* são capturados no *dispositivo das drogas*, ficando entre as forças de segurança e o *crime*. O problema da família originou-se como um efeito das atividades do tráfico de drogas. A família passou a se inserir nas políticas estatais de “combate às drogas” e pouco pôde fazer junto às instituições públicas. A família do rapaz preso acionou o “debate do PCC”

⁸³ Como demonstra Gabriel Feltran (2010) moradores das periferias de São Paulo podem recorrer a diferentes instâncias de autoridade em busca de justiça: justiça do trabalho, justiça civil, justiça do crime e, também, em casos onde o problema decorre das ações que envolve o crime, a justiça pode ser requerida junto a uma autoridade do “mundo do crime” local.

para resolução do conflito e essa ação implicou, segundo minha análise, a ampliação do ambiente do tráfico na *quebrada* – moradores do bairro foram envolvidos pelo fluxo arriscado do tráfico que, com frequência, interfere no cotidiano da *quebrada*. A política de repressão, neste caso, acaba por gerar o efeito inverso do esperado: alargam-se as fronteiras do *crime* e multiplicam-se as estratégias entre os moradores para lidar com as consequências da difusão do “problema das drogas”. O alargamento do *crime* é facilitado pela indistinção deste com o “mundo das drogas” – que envolve sociabilidades, estilos, práticas muito variadas entre os jovens. O consumo e a sociabilidade de jovens das *quebradas* em torno das drogas os situam “juntos e misturados”.

A capilaridade do PCC na *quebrada* não foi notada nos territórios em que a pesquisa se desenvolveu como o “terror da lei do crime” imposto sobre a “comunidade”; o *proceder* e a *mente* difundidos por meio de *salves* para os presidiários e deles para as suas redes de relações familiares e comunitárias permitiu a construção de um modo de resolução privada de conflitos sem a ênfase no homicídio – como ocorria, por exemplo, com os justiceiros da década de 1980⁸⁴. O respeito pela *lei das ruas*, o uso do *dialeto da vida loka*, o exercício do *proceder*, a difusão da *atitude*, o recurso à *mente* nos atos do *crime* e a ampliação da *consciência* nas *quebradas* compõem, segundo minha análise, o contexto geracional que levou os meus interlocutores a participarem de um processo de pacificação de seus territórios.

Riso observa que o *crime* – identificado por ele como o Primeiro Comando da Capital (PCC) – tem um poder mais imediato de resolução de situações que podem levar ao homicídio. Entretanto o próprio educador navega em uma ambivalência: no espaço de seis meses mudou sua percepção com relação ao PCC, não porque tenha se tornado um defensor da lógica de “guerra ao crime”, onipresente nos discursos das áreas de políticas públicas (saúde, segurança, educação, assistência) das quais ele é um operador na “ponta”, como orientador de *medidas socioeducativas*; mas antes porque ele observa que a “lei do crime” é incerta e perigosa e que os homicídios

⁸⁴ Como destaca Teresa Caldeira (2000), a resolução privada dos conflitos com a “bandagem” nos anos 80 se dava por meio de “justiceros” que eram, com frequência mobilizados por atores – empresários, moradores, dos próprios bairros. O repertório de justiça privada não é uma novidade, mas os próprios “criminosos” como atores da resolução sem a força bruta do recurso ao homicídio é uma novidade, observada nesta pesquisa particularmente no estado de São Paulo.

podem voltar a crescer. Alguns jovens das *quebradas*, como Riso, identificaram indivíduos que não são respeitados pelo *proceder* e, mesmo assim, tornaram-se “irmãos”. Este fato não encerra a *sintonia* do PCC. O que importa é que o indivíduo, em sua relação contemporânea com a *quebrada*, mantenha a prática do conjunto de mecanismos que permitem a pacificação das *quebradas*. Na opinião de Riso, é difícil que os homicídios voltem aos padrões anteriores porque “a *quebrada* mudou muito”.

DA VIDA LOKA: SOFRIMENTO E ALÉM INFORTÚNIO

A *vida loka* surge nas *quebradas* como uma noção capaz de unificar a diversidade de experiências dos jovens, demarcando o campo da comunicação e ação cotidiana entre eles; ela baliza as interpretações sobre a vida. A noção de *vida loka* delimita o conhecimento disponível sobre as várias circunstâncias socio-históricas que definem a experiência de jovens moradores de periferias urbanas paulistas nos anos 2000. O uso desta noção entre os jovens marca a visão da vida cotidiana nas “periferias” como incerta e precária; como “uma experiência social das incertezas da guerra” (Hirata 2010, p.327).

Nesta tese não se pergunta *o que é a vida loka*; procura-se antes seguir os sentidos dados à expressão pelos meus interlocutores. Nas tramas etnográficas descritas na primeira parte da tese, foi possível identificar pelo menos três níveis em que a noção de *vida loka* é mobilizada; do mais específico para o mais geral: (1) como situações de vida daqueles que trabalham no tráfico de drogas (o *vida loka*, um sujeito) e a relatividade dos juízos morais sobre este modo de ganhar a vida; (2) como expressão das dificuldades da vida cotidiana – como uma síntese da imponderabilidade da vida, de um modo geral, para todos moradores de uma *quebrada*; (3) como um conjunto de considerações mais gerais sobre a vida humana, a partir da perspectiva da *periferia*.

Nas atividades do tráfico de drogas, a noção de *vida loka* surge para descrever a conjuntura de limite de vida e morte que, simbolicamente, permeia o trabalho. A imponderabilidade, a incerteza do amanhã, a possibilidade da prisão, de perder tudo

em uma apreensão, e depois “se levantar”. Ser um vida loka é ser um “bandido”, sujeito às experiências mais insanas, como aquela da vida de “Pedro” descrita por Gabriel Feltran em sua tese (2008a, pp 94-97): estar preso em um dia, sair no outro, ser convidado para uma “nova fita” (crime), ser abordado pela polícia, fugir, ser preso, estar de volta à internação... “nada como a expressão *vida loka* para nomear essa experiência” (Feltran 2008a, p.97). O cotidiano das atividades do tráfico descrito no capítulo 2 também oferece um parâmetro das experiências da *vida loka* para quem é do *crime*.

A *vida loka*, entretanto, não é exclusiva da experiência dos “ladrões”. Todos os moradores da *quebrada* experimentam (potencialmente) uma *vida loka*. Um depoimento de Amendoim é bastante ilustrativo do posicionamento interfacial de um jovem da *quebrada* que não fez a opção pelo *crime*. Amendoim falava sobre suas predileções no rap e estabeleceu um enunciado em que diversos pontos de encontro entre a *quebrada* e o *crime* se articulam, em torno de considerações sobre a vida cotidiana em um bairro de periferia em São Paulo.

“Hoje o rap é muito discriminado por causa disso: não gostam de ouvir a realidade. Vai assistir uma novela da Globo, vai assistir Malhação, chega lá.. mostrou.. não sei onde.. eu tava assistindo um pedacinho de uma novela, que passou um dia atrás aí.. a turma mostrando a favela. Pô, o cara de gorro dentro da favela, onde já se viu isso? Não existe isso. O cara vivendo bem numa favela? Não existe isso.. Porque eles não filmam uma favela de verdade? Pra ver *qualé* que é do bagulho. É *cabuloso*. Não, eles vai maquiagem, vai falar que o pobre hoje vive bem; tem pobre que vive hoje abaixo da pobreza.. abaixo da pobreza, aqui mesmo na quebrada. Então, **tem que ser mais louco que a vida ainda. Tem que ser, sei lá, vida loka ou vai ser.. vida sinistra.** É que nem eu falo pra você, Paulo: eu tenho um molecão de nove anos hoje, entendeu? E eu não me envolvo no crime pelo fato de que quando ele tiver doze, treze, quatorze.. quinze anos.. ele fala: pô, meu pai era do tráfico, meu pai era bandido. Então.. por que que eu não posso ser? Porque eu não quero ser cobrado nesse sentido de coisa. Nada contra, se um dia eu encontrar ele vendendo droga.. não sei *qualé* que é, entendeu? Se ele quiser ir pra vida fácil... fácil em termos, né, porque correr de polícia.. toma tiro de polícia, ficar na cabreiragem com todo mundo.. também não é fácil não. O caminho é esse. Se você seguir, seu destino é esse, entendeu? Você sabe que seu caminho, vai chegar lá na frente, você vai acabar rico, nem nada; você vai tomar pancada. Então, eu quero que o meu filho entenda isso”.

O trecho acima revela pontos de aproximação e pontos de distanciamento de Amendoim, um jovem morador da *quebrada*, com o *crime*. Entre os jovens das *quebradas* há tanto uma dinâmica de diferenciação – estar no corre do *crime* ou não,

quanto uma de combinação – todos passando pelas mesmas situações de adversidades. A “favela” é um lugar “cabuloso”, onde há miséria, violência, toda sorte de adversidades; a “novela”, o “sistema” apresenta uma visão deturpada da “realidade”. Todos os jovens das *quebradas* têm que ser “mais loco ainda que a vida”, pois eles identificam entre si experiências compartilhadas, sintonias, afinidades eletivas inerentes à vida cotidiana. Amendoim se diferencia ao convocar uma visão moral familiar, em que ele quer “dar um exemplo” para o seu filho. Em sua fala, procura deixar claro que ele não julga quem trabalha no tráfico; ele quer apenas proteger seu filho do risco da violência e da morte. A *vida é loka* para todos da *quebrada*, para quem é do *crime* ela é ainda mais incerta e perigosa, ainda mais *loka* é a “guerra” daqueles que são do *crime*.

No limite do sentido atribuído pelos meus interlocutores, a noção de *vida loka* remete a um conjunto de interpretações sobre a vida a partir da perspectiva de um jovem da periferia. Tudo o que existe, toda a experiência de viver na *quebrada*, de sobreviver na adversidade, de estar em um sistema social desigual. Para o jovem morador das *quebradas* a *vida loka* é a condição que marca um campo de possibilidades em sua vida – o desemprego, a prisão, a morte, assim como o aumento da renda, a liberdade e o bem-estar. Estar ou não no *crime* não é garantia de que, no jogo da vida, qualquer das possibilidades dadas ao vivente possa ocorrer. Para fora das *quebradas*, os jovens, sendo do *crime* ou não, se tornam “um latino-americano do fundão da favela”, como canta Thurma no rap “Dialeto”. Para dentro existem divisões, entre aqueles que têm *apetite* (Biondi 2010) para ser do *crime* e aqueles que não o tem.

Riso e Thurma vivem dilemas ao realizarem *oficinas* em *programas socioeducativos* (no caso do segundo) e o *acompanhamento socioeducativo* (no caso do primeiro) junto a adolescentes moradores de seus bairros e, ao mesmo tempo, manterem relações sociais com pessoas envolvidas com o *crime* a que eles, como operadores do *sistema socioeducativo*, deveriam – em tese – contrapor-se. Eles procuram se equilibrar no *fio da navalha* que marca suas experiências, como se

observará na segunda parte da tese (capítulos 5 e 6). Os *saberes* das *quebradas* são acionados nas próprias relações de Riso e Thurma; eles aprenderam uma linguagem (o *dialeto da vida loka*), que torna possível a difusão de um modo de regulação da vida social (a *lei das ruas*) na difícil fronteira do *crime* com a *quebrada*; racionalidades e estratégias corporificadas (a *mente*, a *consciência*; a *atitude* e o *proceder*) são acionadas na lide de situações concretas da vida cotidiana que se desenvolveram em certos contextos, fortemente marcados por incertezas, violências e adversidades. Nos raps, diálogos, cartas, em suma, nos documentos coletados na etnografia, a noção de *vida loka* remete a um conjunto de interpretações sobre a vida a partir da perspectiva de um jovem da *quebrada*.

Eu estou muito próximo de Thurma e Riso em diversos pontos de vista. Navegamos em uma situação ambígua, pois reconhecemos a diversidade da experiência dos jovens envolvidos no *crime* e defendemos a *vida* como um valor. Este valor se constitui no termo-chave de um *campo*⁸⁵ profissional compartilhado. Universidades, ONGs, órgãos públicos que executam políticas sociais operam em um *campo* de disputas onde a *vida* é o principal referente para quantificação do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH)⁸⁶.

O tratamento dado aos homicídios pela área da saúde destaca a expressão “causas externas” ao considerar a violência e suas consequências em termos de morbimortalidade. A expressão ‘causas externas’ revela uma visão de externalidade ao corpo, à voz, à experiência dos sujeitos, o que leva a análises com ênfase descritiva no estudo dos homicídios. Os estudos da violência como ‘causas externas’ associam violência e juventude, descrevendo o acento de homicídios, e outras formas de violência que geram “agravos à saúde”, na faixa etária dos 15 aos 29 anos. Ao associar juventude, pobreza e violência, mesmo com o intuito de proteger jovens

⁸⁵ Em Bourdieu, a ação social explica-se em termos de uma interação socialmente estruturada. Os indivíduos agem orientados por disposições duráveis internalizadas que conformam e condicionam as possibilidades de apreensão do mundo – o *habitus*. A partir desta orientação, os indivíduos não são meros executores de normas ou reprodutores de estruturas. A ação social acontece em *campos* em que as posições dos sujeitos já estão objetivamente estruturadas, embora tais posições sejam o resultado de um jogo dinâmico que depende dos objetos de disputa de cada campo. Portanto, a noção de *campo* procura comportar a dinâmica das interações sociais e a estrutura das relações de poder. Partir da idéia de *campo* de Bourdieu implica observar a existência de atores estruturados que estão competindo (Bourdieu 1983).

⁸⁶ Este índice é utilizado pela Organização das Nações Unidas e pelos governos como um ranking em que são comparados estados e cidades. A melhoria no IDH de um município define subsídios e apoios de diferentes esferas governamentais, agências internacionais e empresas.

contra “fatores de risco”, estes estudos tendem a estigmatizá-los. Se não há o reconhecimento das situações e estilos de vida que envolvem a experiência de “jovens da periferia” não se desconstrói tal associação – e o resultado disso é a ambiguidade com que eles são tratados pelos agentes públicos, entre a criminalização, a assistência, a patologização e a repressão violenta.

Há uma geração que nasceu e cresceu em um período (década de 1990) em que a violência fatal no estado de São Paulo (efetivada e simbolizada no *Massacre do Carandiru*) foi altíssima. Esta é a geração dos jovens personagens Amendoim e Alemão, Miguel, Riso e Thurma. A descrença no Estado e a desconfiança com relação a “lei do crime” não significam o abandono do trabalho cotidiano. Eles (e milhares de jovens) estão no “fogo cruzado” da disputa pelo poder entre o crime e o Estado. Revela-se um cenário imprevisto de sofrimento e de possibilidades humanas nas jovens gerações das periferias paulistas. Se a *vida é loka* – incerta e imponderável – é preciso “*ter uma mente*” para lidar com ela, essa é a forma de continuar a “caminhada”, “vivão e vivendo” (título de canção dos Racionais Mc’s – CD *Nada como um dia após o outro dia*, 2002).

A interdição do homicídio pela “lei do crime” provoca-nos o pensar na difusão cada vez mais capilar do poder ascendente na era moderna – o qual Foucault denominou de biopoder: poder voltado a garantir, sustentar, reforçar a vida e pô-la em ordem; poder de administração dos corpos e gestão calculista da vida (Foucault 2001). O sentido da ação dos traficantes não deve se confundir com uma moral universal humanista, como a visão da vida segundo os direitos humanos. Tal juízo se relaciona com as experiências de vida em suas *quebradas* e, particularmente, nos anos 2000. A vida como valor que aparece nesta narrativa etnográfica deve, portanto, ser circunscrita a este contexto. “Não somos fora da lei, porque a lei quem é faz é nós”, cantam os jovens traficantes, afirmando um “poder soberano”, que determina e cumpre a “lei do crime”. Sob a égide contemporânea dos mecanismos biopolíticos, o poder exercido pelo crime, no estado de São Paulo, passou a ver a pena capital como o limite do exercício da força; o homicídio deixou de ser a regra, pois revela a própria fraqueza do poder do crime em uma era em que o poder se caracteriza por *causar a vida e devolver a morte* (Foucault 2001).

A vida tornou-se o principal termo da disputa em que o *crime* se emparelha ao Estado. Mas a vida também compõe a gramática que torna possível a construção de pontes simbólicas e existenciais entre jovens que não querem ceder a um nem a outro dos lados do “muro” da “guerra particular” entre as forças de repressão e o chamado “crime-organizado”. Os jovens das *quebradas* atuam no centro do principal conflito social brasileiro. O não afastamento de seus amigos que estão no *crime* é um posicionamento político de Riso e de Thurma. A mediação de conflito que Riso realizou é uma ação política. A militância de Riso, em certo sentido, originou-se dos assassinatos levados a cabo pela polícia após os “ataques do PCC” (2006). Nos interstícios desta etnografia vislumbram-se as conexões da vida cotidiana com um complexo cenário político.

Em minha interpretação, a leitura *da vida* realizada pelos meus interlocutores está longe da visão normativa da área de saúde em sua leitura elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em que ela é definida como o “completo bem-estar físico, emocional e social”. Ela está mais de acordo com a perspectiva apresentada por Canguilhem (2010)⁸⁷: a vida tida como uma inteligência engenhosa e flexível do mundo, e a razão (mente/consciência) um mecanismo do vivente que deve se adaptar a um ambiente e agir usando conceitos e instrumentos que estão disponíveis para ele. Como destaca Rabinow (2002, p.129) ao analisar a obra de Canguilhem: “Razão e vida não se opõem: estão interconectadas, mas nenhuma controla a outra”.

Ao lado da ação política os “jovens mediadores” realizam um exercício de compreensão. Como nos ensina Hannah Arendt (2002), “o resultado da compreensão é o significado que produzimos em nosso próprio processo de vida, à medida que tentamos nos reconciliar com o que fazemos e com o que sofremos” (Arendt 2002, p.40). Embora tenham dificuldades de difundir suas idéias e de ocuparem um espaço político, meus principais interlocutores tecem em suas relações cotidianas formas de resistência. Riso quer escrever sobre o PCC quando a sua marca está associada à diminuição dos assassinatos. Thurma e Amendoim escrevem músicas com outros compositores, que são também criminosos e, assim, derrubam em sua prática a

⁸⁷ Originalmente publicado em 1966, Presses Universitaires de France.

separação do “bandido”, o abandono de uma vida socialmente indesejada. Eles têm uma *mente* para lidar com a *lei das ruas* e com a “lei do crime”; aprendem também a compreender “o lado certo do errado”. Em certo sentido, dividem a situação de estar de passagem pela vida e simultaneamente ter que lidar com a constante ameaça da violência estrutural que permeia a experiência de jovens moradores das periferias paulistas; experimentam a *vida loka*.

O reconhecimento da experiência cotidiana de jovens das *quebradas* permite observar a distribuição de uma “microfísica do poder” – “mecanismos miniaturizados, focos moleculares que se exercem no detalhe ou no infinitamente pequeno, singularidades de um “diagrama” abstrato, coextensivo a todo o campo social” (Deleuze e Guatarri 2008, p.96)⁸⁸ – em que a vida tornou-se um valor central e a sua gestão uma questão de definir quais são os mecanismos e táticas de poder, capilares e intersticiais, que estão em interação.

A incorporação da vida como um valor central no “marco discursivo” do *crime* é uma provocação instigante para os cientistas, gestores e técnicos que pensam e atuam na área da saúde. A vida é um valor central para a saúde; assim como a área de conhecimento e a de políticas públicas, a área da saúde baseia-se em leis e políticas, normatizadas, sobretudo após o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A vida como um valor no *crime*, por sua vez, baseia-se em costumes, condutas e procedimentos desenvolvidos em territórios marcados pela omissão do poder público e pelo silenciamento político. Neste sentido, a tese aqui em desenvolvimento aponta para o reconhecimento de que a “lei do crime” não é uma simples expressão despótica de um poder econômico e social impositivo, ela dialoga com dinâmicas sociais reiteradas na relação entre a periferia e o público no estado de São Paulo.

A tensão gerada pela ação do Estado e pelo poder do *crime* é fonte de um intenso sofrimento na vida dos “bandidos”, mas também de seus amigos, vizinhos e parentes. As últimas décadas (re)situaram as fronteiras das cidades brasileiras, nas quais as periferias representam o limite a uma parcela da sociedade da vida política de fato (Feltran 2008a). Talvez, ao realizar esta etnografia eu articule e confirme a

⁸⁸ Deleuze e Guatarri discutem neste trecho – extraído de uma nota de rodapé – a definição de microfísica do poder elaborada por Foucault em *Vigiar e Punir*.

compreensão preliminar do estado da periferia na vida política de São Paulo atualmente. A compreensão, o “outro lado da ação política”, mais do que nos dar a resposta para os nossos dilemas, permite-nos, no final das contas, “aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe”. (Arendt 2002, p.52).

Podem-se reconhecer diversos fatores que atuaram na tendência de diminuição dos homicídios em São Paulo, como a redução relativa da população jovem, a melhoria da renda, a ampliação dos serviços públicos, a diminuição do estoque e da posse de armas de fogo; entretanto, não se pode desconsiderar o fato de que uma diminuição tão acentuada em tão pouco tempo só foi possível com a adesão dos jovens que representam o maior foco de homicídios. A interdição do homicídio é resultado de um esforço regular – mas apenas parcialmente exitoso – de resistência à morte (física e/ou simbólica), de autorregulação das relações sociais nas diversas interfaces internas e externas da vida nos contextos estudados. A autorregulação dos homicídios pelas *quebradas* não é vista pelos meus interlocutores como o resultado de um mecanismo – o “debate do PCC” – que controla a todos; os *saberes* e os *poderes* são acionados nas próprias relações, pelos indivíduos que respeitam uma “lei” – modo de regulação – mais geral das *quebradas* (a *lei das ruas*) e que se comunicam por meio de uma linguagem (o *dialeto da vida loka*), que torna possível modelos de reciprocidade (como, por exemplo, a *sintonia* do PCC) na difícil fronteira do *crime* na *quebrada*; racionalidades e estratégias (a *mente*, a *consciência*; a *atitude* e o *proceder*) foram desenvolvidas na lide de situações concretas da vida cotidiana que se desenvolveram em certos contextos, fortemente marcados por incertezas, violências e adversidades (sintetizados na noção de *vida loka*).

Na terceira parte da tese, observar-se-ão as *zonas de contato* estabelecidas no encontro dos discursos e práticas do *sistema socioeducativo* com as perspectivas de adolescentes que, em cumprimento de *medidas socioeducativas*, moram em *quebradas* e aderem ao *crime*. Discutir-se-á o modelo de *gestão* do *sistema* e como tal modelo, focado nos cálculos da *reincidência*, engendra um *modus operandi*,

orientado por saberes “psi” na busca de decifrar o “perfil delinquente”. O estudo procurará delinear as técnicas e táticas *socioeducativas* voltadas para o combate do “mundo de patologias” que, segundo marco discursivo institucional, a “vulnerabilidade” das *quebradas* e, particularmente, a influência do *crime* provocam na “saúde mental”, na “vida”, dos jovens “em conflito com a lei”.

Parte III

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E A *MENTE* DE JOVENS TRAFICANTES
– COINCIDÊNCIA DE CONTRÁRIOS

Capítulo 4. A gestão do *sistema socioeducativo*: versões da fronteira

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: “VULNERABILIDADE” e GESTÃO DE “RISCO”

O *sistema socioeducativo* constitui-se em um campo político complexo e que envolve diversos atores institucionais. Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos de Direitos; polícias e secretarias municipais e estaduais – principalmente áreas da saúde, assistência social e educação –, parcerias entre órgãos governamentais e não-governamentais. No discurso institucional da política pública, esta se caracteriza pela busca por “ações descentralizadas” construídas de modo “participativo” e “articulação intersetorial das áreas de políticas públicas” no âmbito municipal, estadual e federal compõem interfaces entre os programas de atendimento para garantir a “universalidade” das políticas e dos serviços. Uma imbricada rede de interesses e perspectivas, de disputas, marcam a gestão do *sistema*. No cerne de todo este emaranhado institucional, há (idealmente) o adolescente autor de ato infracional – o “sujeito de direitos” para o qual todo o sistema deve convergir.

Propondo discuti-los, problematizo nas próximas páginas determinados aspectos dos processos sociais, históricos e políticos que construíram um sistema político-estatal direcionado ao “adolescente em conflito com a lei”, baseado em sua caracterização como “vulnerável” e – mesmo tempo – potencialmente perigoso para a sociedade.

A noção do adolescente como sujeito de direitos é *novidade* em uma longa história de singularização da faixa etária da infância e da adolescência como objeto de intervenção estatal no Brasil. A preocupação em formalizar um corpo de leis e de políticas específicas voltado para os “menores” inaugurou-se, no Brasil, com o Código datado de 1927. Estas normas voltavam-se para setores da população infanto-juvenil que precisavam ser “purificados”: os “menores”, invariavelmente pobres. Era uma época em que a noção de higiene estava no centro da ação estatal. Desde o início da República – final do século XIX – políticas de saúde pública e intervenção social sobre determinados grupos sociais visavam a selecionar aqueles que dificultavam a limpeza física e moral do espaço público necessária para a construção do “projeto nacional” (Mota 2003; Rizini 2008). O código de 1927 procurava

delinear os mecanismos de punição aos “menores” que contribuía para o atraso do país.

A conotação punitiva do Código de 1927 foi mantida em 1979 – no “Código de Menores”. A história do Brasil durante o século XX revela uma preocupação perene em intervir sobre infâncias, adolescências e famílias que possam de alguma forma representar perigo à sociedade. A perspectiva “menorista” foi alvo de uma luta social marcante no processo de redemocratização nos anos 80: surgiria uma nova concepção da infância, mais afinada com a concepção de crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos especiais” (Vianna 2002). A produção intelectual e militante dos anos 80⁸⁹ constituiu uma mobilização que levou à elaboração e à promulgação de uma nova legislação específica para crianças e adolescentes. Baseado na doutrina da proteção integral, lei nº 8069/90, o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) representa um esforço de superação da política instituída para o “menor” pelas legislações anteriores, e pelo organismo responsável pela execução da lei – a Fundação Nacional de Amparo e Bem-Estar do Menor (Funabem).

A luta concreta para a substituição de uma política baseada no paradigma da “situação irregular” por outra baseada no paradigma da “proteção integral” implica tanto a mudança normativa quanto a de valores. As crianças e os adolescentes não seriam mais vistos como “irregulares”, “abandonados”, “desviantes” – mas antes como *sujeitos* cujos direitos estão ameaçados ou violados e que, por conseguinte, devem ser restaurados. A ação estatal se deslocaria, teoricamente, da repressão para a proteção especial (Feltran 2008a: 206). A transição da ditadura militar (1964-1985)

⁸⁹ Desde a segunda metade da década de 1970, diversos estudos se voltaram para a situação de adolescentes tidos como “marginais” e as estratégias do Estado para ajustar sua conduta. Iniciava-se um processo de desconstrução da perspectiva “menorista”. O comportamento dos “menores marginalizados” foi pensado como parte de um posicionamento frente ao sistema sócio-político e econômico de que participam (Schneider 1982), uma forma de adaptação aos valores sociais dominantes e de desenvolvimento de “estratégias de sobrevivência” (Ferreira 1980). A abordagem da ação do Estado nestes trabalhos implicaria uma atitude de denúncia, visando diminuir o poder institucional de punir arbitrariamente (*idem*), ou em um posicionamento crítico frente a uma sociedade desigual e excludente (Schneider 1982). A Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM) foi identificada como uma instituição com uma visão estigmatizada dos adolescentes. Os temas da “reintegração” (ou “reeducação” ou “ressocialização”) foram discutidos em sua ambiguidade: ao colocar para o adolescente uma identidade idealizada a ser adquirida, a intervenção da FEBEM produzia os efeitos contrários àqueles a que se propunha, aproximando o jovem de seus pares (“grupo de iguais”) e o distanciando dos valores da “integridade social” do mundo adulto (Violante 1982).

para a democracia, entretanto, tem se mostrado um processo complexo de mudanças e de continuidades na sociedade brasileira⁹⁰.

Na área do adolescente autor de ato infracional, o ECA representou um avanço ao instituir o direito ao devido processo legal, o direito à defesa e a ênfase na ideia de que as *medidas* deveriam privilegiar o caráter *socioeducativo*⁹¹. Estas são mudanças de fundo e que produziram nos últimos vinte anos transformações (nem sempre exitosas) no atendimento ao adolescente. Entretanto, manteve-se a ambiguidade entre a garantia de direitos e a tutela. Os movimentos sociais que geraram e mantêm o discurso do adolescente como “sujeito de direitos” e “prioridade absoluta” mobilizam apoio político em bases amplas e eficazes, mas, ao mesmo tempo, tendem a reificar o grupo alvo de preocupações. O paradigma da “infância e adolescência” produz uma particularidade bastante diferente daquele que o antecedeu – o do “menor” – porém ambas as concepções possuem caráter discricionário, demarcando um grupo social que precisa de “cuidados especiais” – concepção que facilmente se torna *tutela* nas práticas cotidianas de profissionais que atuam no campo da infância e adolescência.

O *socioeducativo* é um dos diversos sistemas surgidos nos últimos anos, conseqüente da execução de políticas norteadas pela constituição de 1988, pelo ECA mais especificamente. O Estatuto da Criança e do Adolescente compôs um movimento mais amplo de formulação acelerada de legislações específicas destinadas a regulamentar diversos campos da vida social e política. A vida humana está no cerne deste movimento do Estado brasileiro, onde se enfatizam três “setores estratégicos”: (1) a infância e adolescência; (2) a saúde; (3) a assistência social.

Quase simultaneamente à promulgação do ECA, institui-se, mediante a Lei Federal 8080/90, o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS serviu como modelo organizativo, na forma de sistemas, de todas as políticas voltadas para as “áreas estratégicas”. O Sistema Único de Saúde foi o primeiro sistema a seguir o modelo de gestão das políticas públicas no Brasil pós-constituente: “universal”,

⁹⁰ Para discussões detalhadas sobre os paradoxos da democracia brasileira ver Peralva (2000) e Caldeira (2000).

⁹¹ Segundo o Artigo 113º, “na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”.

“descentralizado” e “participativo”; ele foi o percussor modelar de todos os outros sistemas, como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

A partir dos anos 90, todas as legislações específicas colocaram em movimento uma nova concepção de política na sociedade brasileira, em que os índices de aferição dos direitos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passaram a ser almejados. O artigo 3.º da Constituição enfatiza que “os níveis de saúde da população expressam a organização econômica e social do país”. Os fatores determinantes e condicionantes de saúde são – entre outros – alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais. As ações de saúde devem resultar, neste marco normativo, de uma abordagem econômica e social. A disciplina que estuda os determinantes e a distribuição dos agravos à saúde, levando em conta os aspectos econômicos e sociais, é a epidemiologia. Essa disciplina foi um dos campos científicos que elevaram a categoria “populações vulneráveis” como foco das políticas públicas.

A partir dos anos 90, nos processos desencadeados na gestão pública brasileira, a saúde, a assistência e a área da infância e adolescência se consolidaram como os setores estratégicos das políticas sociais; as três áreas são aquelas em que se luta para reverter as “vulnerabilidades”. Este é o discurso que, mediante a edição de portarias e de medidas governamentais, desenha as políticas sociais no Brasil contemporâneo. Elas delinham os “grupos especiais da população”, entre eles os “adolescentes vulneráveis” – aqueles que estão mais propensos a ceder à criminalidade e à violência. O discurso corrente no *sistema socioeducativo* é o de que os “adolescentes em conflito com a lei” são duplamente “vulneráveis” – porque são adolescentes e porque vivem em contextos determinantes e condicionantes negativos para a saúde e para a inserção social. Em síntese, os “determinantes de saúde” localizam e interrelacionam condições de vida, localidades e grupos populacionais.

A demarcação dos jovens pobres moradores de determinados territórios como o público mais “vulnerável” delineou o encontro da saúde com a segurança pública. O combate ao tráfico de drogas foi uma das estratégias governamentais para minimizar os determinantes dos agravos à saúde dos adolescentes “vulneráveis” nos últimos vinte anos. Em um artigo intitulado “Por uma política efetiva de atenção

integral ao adolescente em conflito com a lei privado de liberdade” (Boas et al 2010), autores da área biomédica sentenciam: “Hoje a violência não é exclusividade da segurança pública. É chegada a hora, portanto, da saúde se apropriar de sua quota de responsabilidade nas discussões mais aprofundadas do fenômeno da violência” (Boas et al 2010, p.231). Segundo os autores, nesse cenário “nota-se uma trama que se constitui da interrelação entre os âmbitos biológico, subjetivo e social” (Boas et al 2010, p.231). A área de políticas públicas de saúde ganhou grande espaço no sistema socioeducativo, como se verá nos capítulos (4, 5 e 6) – parte II da tese.

CONTROLE E CUIDADO SOB A ÉGIDE DA PARTICIPAÇÃO

O *sistema socioeducativo* é o modelo organizativo do Estado brasileiro para adolescentes “vulneráveis”. A caracterização do “adolescente em conflito com a lei” tem como um de seus elementos basilares a análise do território de onde ele vem. O *sistema socioeducativo* não é universal; ele atinge segmentos particulares da população juvenil considerada problemática ou indesejável. O discurso militante da área da “infância e adolescência” mantém – entretanto – o ideal de “universalidade”, assim como a luta pelo caráter “educativo” do sistema.

A promulgação do Estatuto em 1990 representou para os militantes a possibilidade de abertura para novos modelos de ação junto ao adolescente “autor de ato infracional”, ancorada em um esforço pedagógico em torno de *práticas socioeducativas*. Destaca-se nesse campo a produção de Antônio Carlos Gomes da Costa. A partir da sistematização de uma reconhecida experiência como diretor de uma unidade da FEBEM⁹², o autor tornou-se o principal difusor de *práticas socioeducativas*. Costa (2001) apresenta a proposta de uma “pedagogia da presença” para o reconhecimento da “imensa vontade de ser aceito, de viver e libertar-se” do adolescente. A obra do pedagogo coloca em perspectiva o tema da socialização. O comportamento ajustado, a adaptação total às leis e normas que presidem o

⁹² Gomes da Costa foi diretor da Escola – FEBEM Barão Camargos em Ouro Preto/Minas Gerais, no final da década de 1970 e início da década de 1980.

funcionamento da sociedade, em suma, a renúncia aos atos delituosos e às condutas perturbadoras da convivência coletiva é, para o autor, um modelo de socialização equivocado. Segundo Costa, a “verdadeira socialização não é uma aceitação dócil, um compromisso de exigências, ou uma assimilação sem grandeza, ela é uma possibilidade humana que se desenvolve na direção da pessoa equilibrada e do cidadão pleno” (Costa 2001, p.71). Nela, o jovem “terá a liberdade (o direito) de exprimir, quando isto corresponde à sua vontade ou ao seu entendimento, a indignação salutar que induz à denúncia e ao combate da injustiça e da opressão que povoam a vida dos homens em uma sociedade como a nossa” (Costa 2001, p.71). Como o próprio autor enfatiza, tal pedagogia está longe de compor o sistema de atendimento ao “adolescente autor de ato infracional”⁹³.

A construção do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SEDH 2005) representa na primeira década do século XXI uma alternativa no discurso institucional de transformação das práticas de atendimento na execução das *medidas socioeducativas*. Neste documento destacam-se as dificuldades de alteração das práticas, pois é “longa a tradição assistencial-repressiva em relação àqueles que, de alguma forma, transgrediram ou apresentam características de algum risco ou vulnerabilidade social” (SEDH 2005, p.14). O quadro apresentado sobre a “realidade institucional do atendimento socioeducativo” aponta as “grandes mudanças necessárias” para que as *medidas* possam ser “*educativas*”, ou seja, que agenciem uma transformação no sujeito. A chave para alcançar a mudança de paradigma das intervenções sobre adolescentes é a *gestão*. A ação racional e planejada a partir de um sistema não evita, entretanto, que as intervenções construam formas normativas de cidadania, fundadas em assumpções morais culturalmente específicas e/ou de cariz etnocêntrico recorrentes na sociedade brasileira.

A ideia de *gestão* praticada no *sistema socioeducativo* se expressa publicamente como gerir – “administrar, dirigir, gerenciar” (Houaiss e Vilar 2001, p.1447) – mantendo eclipsada (mas latente) sua dimensão tutelar. Gestão também se

⁹³ Antônio Carlos Gomes da Costa situa a *pedagogia da presença* como parte de um esforço que “vê o sistema atual como uma massa falida em todos os níveis e aspectos” (Costa 2001, p.73), do panorama legal, passando pelo ordenamento político-institucional, até as formas de atenção ao adolescente – que “assumiram contornos de ineficácia e de degradação tão evidentes que tornou-se uma realidade praticamente impossível de ser revestida sem a desconstrução total do sistema” (Costa 2001, p.73).

origina do verbo gestar – “formar e sustentar um filho no próprio ventre” (Houaiss e Vilar 2001, p.1449), que remete à ideia de cuidado e proteção. Tal concepção compatibiliza bem com políticas discricionárias para “os personagens sociais que mais facilmente podem ser tomados como ‘naturalmente’ tutelados ou tuteláveis”: a infância e a adolescência (Vianna 2002, p.271). A missão pedagógica de formar, cultivar, facilmente se transforma em cuidar, tutelar; são diferenças semânticas sutis, mas que podem indicar práticas profundamente divergentes. Segundo Lima (2002), a tutela no Brasil se caracteriza pelo controle e alocação diferencial e hierarquizada de populações, para as quais se criam estatutos diferenciados e discricionários nos planos jurídico e/ou administrativo. Este é o caso das políticas públicas voltadas para “adolescentes em conflito com a lei”. No caso daqueles enquadrados como “infratores” a tutela é muitas vezes tida como uma obrigação do Estado em defesa da sociedade.

A dicotomia das intervenções sobre os “adolescentes em conflito com a lei” é reatualizada no SINASE. Segundo o documento, a função pedagógica das medidas socioeducativas deve ser o de auxiliar o adolescente, promover atitudes e conhecimentos para que, sobretudo, ele não reincida no ato infracional. Em suma, a finalidade da medida é mudar o comportamento dos adolescentes, com foco em evitar a reincidência por meio de estratégias de educação e inclusão. O SINASE salienta que é “fundamental” neste processo que tais estratégias contemplem a participação dos adolescentes na gestão dos programas. O adolescente deve “assumir conscientemente seu papel de sujeito” (SEDH 2005, p.50). No documento lê-se: “as ações socioeducativas devem propiciar concretamente a participação crítica dos adolescentes na elaboração, monitoramento e avaliação das práticas sociais desenvolvidas, possibilitando, assim, o exercício – enquanto sujeitos sociais – da responsabilidade, da liderança e da autoconfiança” (SEDH 2005, p.50).

A participação popular é um ponto central do modelo de gestão difundido pelo Brasil “pós-constituente”. O caso do SINASE é exemplar: a proposta de *gestão* dos programas de *atendimento socioeducativo* é apresentada em termos de uma “metodologia de gestão”. Salienta-se nela que o objetivo maior da gestão participativa é a constituição de uma “comunidade socioeducativa”, composta por profissionais e por adolescentes dos programas de *atendimento socioeducativo*. A

participação dos adolescentes é idealmente contemplada pois, junto aos diversos profissionais que atuam no atendimento, eles compõem a “comunidade socioeducativa”⁹⁴. Na descrição dos “dispositivos” que concretizam a “comunidade socioeducativa”, entretanto, não está clara a participação efetiva dos adolescentes. A gestão participativa – chamada de *dispositivo* no documento – é apresentada como a “participação de todos nas deliberações, na organização e nas decisões sobre o funcionamento dos programas”; se partirmos da caracterização da “comunidade socioeducativa” como sendo composta por profissionais e por adolescentes, será possível pressupor que os jovens também deliberam, organizam e decidem. A participação destes está proposta também na avaliação do desempenho da direção, assim como no da equipe, do próprio funcionário e do adolescente, de acordo com critérios constituídos pelo coletivo e pelos indicadores de qualidade; o adolescente, em tese, avaliaria o trabalho dos técnicos e gestores, embora os parâmetros de avaliação sejam técnicos.

Todas as caracterizações dos dispositivos compõem uma “metodologia de gestão” em que o adolescente aparece como “sujeito” (ou “protagonista”), mas a formulação é bastante ambígua. Colocada nos termos acima citados, a proposta de *gestão participativa* ignora a imensa diferença de poder entre diferentes profissionais do campo e, sobretudo, entre o corpo profissional e os próprios adolescentes, que são tidos, em última análise, como pessoas que precisam de tutela e de intervenção.

Em todos os dispositivos apresentados, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é aquele que mais especifica o lugar que os adolescentes e seus familiares ocupam na gestão do programa de atendimento. O PIA, entretanto, é um instrumento de gestão que fica sob a responsabilidade dos técnicos, psicólogos e assistentes sociais. O adolescente é o objeto de intervenção. Numa proposição ideal, os adolescentes e suas famílias pactuariam os passos, os possíveis obstáculos e as estratégias de ação.

⁹⁴ Nesta “comunidade”, a gestão deve ser participativa: (...) todas as operações de deliberação, planejamento, execução, monitoramento, avaliação e redirecionamento das ações devem ser compartilhadas, rotativas, solidárias, tendo como principal destinatário o coletivo em questão, contemplando as peculiaridades e singularidade dos participantes (SEDH 2005, p. 99).

Outro ponto importante a ser salientado na proposta de *gestão* de programas do SINASE é que não está clara, no documento, a relação dos programas com forças institucionais extremamente marcantes na experiência dos adolescentes que passam por *medidas socioeducativas*: as polícias e o judiciário. As polícias e o judiciário compõem o início do processo de aplicação e execução das medidas. O judiciário aparece como parte de uma “rede externa” da “comunidade socioeducativa”, e é ainda citado como necessário na criação de uma “aliança estratégica”. Para os adolescentes, as polícias e o judiciário desempenham um papel central na experiência de passar pelos programas de atendimento. A força que os adolescentes atribuem a estes atores institucionais revela um cenário bastante complexo que circunscreve a gestão de programas socioeducativos.

O *sistema socioeducativo*, segundo o discurso institucional, deve “reinsere” o “adolescente autor de ato infracional”. Como política pública, sua formulação parte de uma dicotomia: por um lado, o “público alvo” deve sofrer uma intervenção, pois constitui um risco para a sociedade não intervir sobre aqueles que são os potenciais “futuros criminosos”; por outro lado, os adolescentes são também vistos como pessoas em dificuldade, necessitados e desprotegidos, num estado permanente de “vulnerabilidade”. Nesse contexto, as medidas socioeducativas devem simultaneamente controlar “comportamentos de risco” e cuidar de “estados vulneráveis”.

O *sistema socioeducativo* segue o modelo de gestão da assistência social e da saúde pública, posicionando-se como um campo de construção de normativas de cidadania e de subjetividade, baseadas na participação dos “sujeitos de direitos”. A descrição de duas jovens sobre suas experiências contradizem normativas e documentos orientadores das políticas voltadas para “adolescentes em conflito com a lei”.

VERSÕES FEMININAS SOBRE O CUMPRIMENTO DE *MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS*

O itinerário de cumprimento de *medidas socioeducativas* de duas jovens, de acordo com suas narrativas colhidas em entrevistas individuais, expôs a violência com que os adolescentes se deparam quando participam (cumprem) *medidas socioeducativas*. As entrevistas se caracterizaram por um enfoque na situação limiar de entrada no *sistema socioeducativo*, procurando o mínimo de interferência nos relatos. O intuito dessa abordagem foi reconhecer as ênfases dos adolescentes nos pontos mais significativos da experiência de aplicação e execução das medidas.

A escolha de contar história de meninas – em universo predominantemente masculino⁹⁵ – deve-se a aspectos que tornam os relatos delas salutar para a discussão aqui esboçada. Os relatos delas se caracterizaram pelos detalhes sobre a experiência de cumprimento de medidas. As meninas, diferentemente da maior parte dos meninos, descreveram as situações enfatizando o sofrimento e a revolta de forma mais acentuada. Os garotos tendiam a tratar do processo como um componente de suas escolhas de forma fatalista, enquanto as meninas registraram maior indignação. Elas se furtaram menos que os garotos a falar sobre humilhações e violências por que passaram. Foram ambas, em suma, detalhistas na descrição.

Estas entrevistas foram os únicos registros – em toda a pesquisa – relativos a depoimentos colhidos por mim de jovens do sexo feminino. A questão de gênero não foi apreendida sistematicamente neste estudo, mas alguns pontos merecem citação, embora sejam limitados e parciais para uma discussão profícua sobre o tema. Ao acompanhar e entrevistar meninos e meninas em cumprimento de *medida socioeducativa* pelo crime de tráfico de entorpecentes, uma das questões que fiz em todas as entrevistas foi sobre a diferença de gênero neste mercado. Distingui recorrências entre meninos e meninas. As respostas foram idênticas, mas com sinal invertido: os garotos responderam que eles são mais ágeis para fugir da polícia, mais fortes para aguentar as longas horas de trabalho, menos emotivos e mais corajosos,

⁹⁵ Segundo Levantamento Nacional Socioeducativo referente ao ano de 2009, o número de meninas no sistema gira em torno de 5%.

por isso haveria uma “grande” diferença em ser homem ou mulher para trabalhar no tráfico; as meninas predominantemente responderam que não havia diferença, a não ser o fato dos garotos serem mais ágeis para fugir da polícia e mais fortes fisicamente. As meninas criticaram ainda a virilidade – as “brincadeiras de mão” e as “*tretas*” com as quais os meninos se envolviam – e que prejudicariam os negócios. Não acompanhei a experiência das meninas nas ruas, o que impossibilita portanto uma análise mais efetiva sobre a questão de gênero.

A escolha específica pelas duas histórias, em um universo de entrevistas com seis garotas, deve-se ao fato de estas duas adolescentes relatarem histórias parecidas de envolvimento com o *crime* – quase o mesmo padrão socioeconômico, idem sobre os vínculos familiares. As duas jovens passaram pela privação de liberdade e depois cumpriram *medidas em meio aberto*, entre 2008 e 2009, quando as conheci em maio, em um programa de atendimento que acolheu a pesquisa⁹⁶. Meu texto salienta três vínculos de ação estabelecidos pelas garotas: a família, os amigos do “crime” e os entes que configuram o *sistema socioeducativo*. A opção por entrevistar estas adolescentes especificamente ainda teve como critérios os fatos de ambas morarem no bairro do interior do estado de São Paulo – serem rés primárias – e terem cometido o crime de tráfico de drogas, recebendo, porém, diferentes *medidas*: uma recebeu a de privação de liberdade, e a outra de liberdade assistida. Este último aspecto permite uma perspectiva comparativa na discussão sobre as decisões judiciais.

Os relatos sobre as relações familiares e de amizade, a prisão e a internação são oriundos diretamente da fala das adolescentes colhidas em entrevistas individuais e confrontados com as informações dos técnicos que realizam o *atendimento socioeducativo*. Já a experiência em meio aberto foi acompanhada *in loco* pelo pesquisador. Os depoimentos foram livres, com questões abertas sobre a experiência de cumprimento de *medidas*. Entretanto há um delineamento importante para compreendermos as versões apresentadas pelas garotas. Fui apresentado como professor dos psicólogos que realizavam o atendimento psicossocial delas. Eu disse

⁹⁶ A pesquisa tem se desenvolvido em três programas de atendimento no estado de São Paulo, dois na região da zona leste da capital e um na cidade no entorno da capital; no programa específico frequentado pelas garotas, acompanhei as atividades de maio a dezembro de 2009, quinzenalmente. Não será aqui exposto de qual programa se trata para manter a privacidade dos interlocutores.

que a entrevista era parte de uma pesquisa para escrever uma tese, “uma espécie de livro”, sobre o “ponto de vista” dos jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas. Apresentar a pesquisa etnográfica para os interlocutores é sempre uma tarefa delicada. A minha escolha foi tentar seduzir meus interlocutores a mostrarem suas vidas de acordo com os seus valores e, pensando que faço isso, crio condições para um tipo específico de performance e discurso; estímulo uma situação em que se desenrola um *jogo de linguagem*⁹⁷.

*A versão de Danielle*⁹⁸

Danielle foi apresentada a mim pelos técnicos como uma menina de classe média, com estrutura e cuidados familiares. Ela, por sua vez, caracteriza sua família como “muito rígida”, “do tempo antigo”, e ela como uma adolescente muito “rebelde”. A garota viveu desde o nascimento com os avós e com tios, além da mãe (que também sempre morou com os avós). A mãe tem um “problema” auditivo, “ela não entende direito, ela conversa enrolado”. O pai é desconhecido. Danielle considera que sempre teve de tudo, “do bom e do melhor”. Ela e sua família moram em um bairro popular, possuindo renda aproximada de R\$ 3.000,00 (três mil reais, em 2009) para quatro adultos e a adolescente. O fato de a família possuir casa própria, “figuras masculinas positivas” de referência, o avô e um tio terem emprego com carteira registrada – o avô é metalúrgico e o tio é frentista – modela uma família considerada nos relatórios técnicos como “estruturada”.

O bairro em que ela cresceu fica na fronteira com uma favela, onde a menina constituiu sua rede de amizades durante a adolescência. Danielle diz que na escola pública ela convivia com o “geral”, com “todo tipo de gente”; o “público do crime” era uma novidade e ela foi “se envolvendo”. Aos treze anos namorava um colega de escola, e outro rapaz do bairro, chamado Anão, ameaçou dar um tiro em seu namorado, pois estava “a fim” dela. Ela aceitou ficar com Anão e começaram a

⁹⁷ O jogo de linguagem é definido por Wittgenstein de forma ampla, como “a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada” (Wittgenstein 2009, p.19). Entretanto, o uso da metáfora do jogo tem implicações mais específicas na compreensão da linguagem: não é possível explicar o que é um jogo, para a compreensão é necessário descrever os jogos. Com o método de jogo de linguagem, Wittgenstein quis mostrar que a linguagem apenas ganha sentido em situações concretas; nestas a graça do jogo se evidencia pelo compartilhamento de formas de vida entre os parceiros da comunicação em questão.

⁹⁸ Os nomes dos adolescentes, de seus familiares e dos profissionais são todos fictícios; os depoimentos são oriundos de conversas informais e de entrevistas individuais, realizadas nos dias 4 e 18 de agosto de 2009.

namorar. Ele traficava na favela vizinha e a família dela jamais aceitou o relacionamento. Danielle fumava maconha com o namorado, mas nunca gostou de cocaína. Ficava preocupada com o Anão, pois ele cheirava muito, às vezes uma parte significativa do que ganhava traficando.

Passaram-se três anos em que ela namorou o rapaz mesmo com a proibição da família. Entre uma internação e outra, ela se encontrava com ele. Durante as internações dele, ela fazia de tudo para ir visitá-lo e se correspondiam por cartas. Em uma das saídas, ela passou dois dias fora de casa. Quando voltou, um de seus tios – envolvido com o “crime”, o único que não “embaçava” com o seu namoro - recebeu-a com um “tapa na cara” e falou: “cata sua roupa e vai, sua biscate”.

Após um mês morando com Anão, ela passou a gerenciar a “biqueira” em que ele trabalhava. Este processo é descrito por ela da seguinte forma: “o Anão fazia muita balada, dava trabalho, tava cheirando muito; aí o patrão percebeu que eu era mais certa, né? Colocava ordem. Então, ele começou a deixar a droga comigo para eu soltar... soltar é que eu distribuía as drogas e recebia no final do dia, distribuía o dinheiro para os meninos que vendiam o pacotinho e dava o lucro do patrão”. No mesmo período, ela engravidou. Parou até de fumar cigarro e maconha, mas continuou trabalhando.

A prisão ocorreu quando ela estava grávida de três meses, após seis meses distante da casa dos avôs. Eram 16 horas, um carro se aproximou e as pessoas, de dentro, perguntaram se tinha farinha (cocaína). Danielle não desconfiou, pois eles pareciam estar “drogados”. Ela descreve uma série de violências no momento da prisão e revela uma forma de tratamento esperada em uma abordagem policial, mas bastante diferente do que se espera junto a um adolescente, se considerarmos a visão de um Sistema de Garantia de Direitos. Segundo o depoimento, ela foi obrigada a deitar no chão, mesmo dizendo estar grávida, foi puxada violentamente pelo braço, trancada no carro enquanto os policiais davam um “saculejo” nos meninos. Dentro do carro, ela passou mal, “o policial olhava para minha cara e falava: ‘vagabunda, vomita a droga que você engoliu, vomita’”.

Danielle diz que foi levada para a delegacia e lá permaneceu durante toda a madrugada, até ser encaminhada à “Febem”⁹⁹. Na Fundação Casa, ela afirma ter sido recebida por uma mulher da segurança – que lhe entregou uma bermuda, duas camisas, duas cuecas e um conjunto de moletom – e por um médico, para ver se não tinha sarna, micose. “Daí eles já me levaram para o curral... uma salinha que eles também chamam curral, chiqueirinho, é tipo assim, lá eram quatro paredes mesmo, no canto tinha um banheiro, você não vê o sol, você não vê nada e a porta era de ferro, só tinha um quadradinho, mas só que era fechado, aí eu fiquei direto lá, daí tava todo mundo lá no pátio assistindo um filme e eu comecei a chorar, daí eles me levaram para a psicóloga, porque até então, a psicóloga não tinha chegado, eles falam técnica, assistente social, daí ela conversou comigo tudo né, daí a hora que foi umas 16 horas da tarde, daí eu fui para a promotoria, lá pro Fórum”.

A descrição da garota do momento da prisão ao primeiro encontro com o promotor de justiça é repleta de citações a situações de desrespeito aos direitos garantidos no ECA, e o acolhimento do momento da prisão até quase 24 horas depois, quando foi conversar com o promotor, não é interpretado pela menina como “educativo”. Segundo a menina, a primeira pergunta feita pela promotora foi: o que você quer da sua vida? “Eu dizia que queria melhorar, eu quero mudar. Daí ela pegou e falou assim para mim: você não quer melhorar, não quer mudar, sua vidinha vai ser sempre esta. Você levando sacolão para o seu marido na cadeia. Daí eu pensei: putz, já tô aqui, já tô mal, tô grávida e ainda tem que ficar escutando isso dessa mulher, vou escutar o caralho”. Danielle diz que se calou e voltou para o centro de internação. Sua família, entretanto, estava amplamente presente nesta audiência e nas duas subsequentes, que ocorreram dentro do prazo de quarenta e cinco dias após sua prisão.

Dez dias após a prisão, a adolescente procurou a técnica responsável pelo seu acompanhamento, com quem ela diz ter estabelecido contato apenas uma vez no período. Queria saber se não era a data de sua audiência. A garota afirma que, neste momento, a assistente percebeu que faltava apenas um dia para o encontro com o

⁹⁹ Atualmente, a instituição responsável pela privação de liberdade de adolescentes no estado de São Paulo é a Fundação Casa, antiga FEBEM. Apesar de o nome ter mudado em 2006, grande parte da população (inclusive os jovens atendidos) chama a Fundação Casa pelo antigo nome - FEBEM - que é identificado, popularmente, como sinônimo de prisão de adolescentes “bandidos” e “perigosos”.

juiz. “A assistente social chamou uma outra mulher, que só fica lá na frente, acho que é a diretora”. Segundo Danielle, essa mulher orientou a técnica, dizendo “ué, coloca o comportamento dela, o que ela quer da vida dela”. Daí ela fez “rapidinho”, e falava “ai, o que o juiz vai pensar de mim...”.

No momento da audiência, toda a família – mãe, tios e avós – estavam de novo presentes. A menina disse que entrou olhando para o chão; não olhava nem para o lado, pois foi assim que a assistente social a orientou. Disse que, durante a audiência, respondia apenas “sim, senhor” ou “não, senhor”. Ao final, o juiz disse que daria uma oportunidade, porque era primária, estava grávida e tinha uma família “protetora”. Danielle recebeu a medida de liberdade assistida e a família assinou o termo de responsabilidade. O juiz ressaltou que se ela fosse pega traficando, de novo, cumpriria a medida duas vezes.

Danielle iniciou a liberdade assistida grávida e, durante o cumprimento, deu à luz Matheus. Sua atividade básica na liberdade assistida foi participar de encontros com a psicóloga responsável. Sempre muito pontual e participativa, ela diz “adorar” as conversas com a psicóloga. Ela conviveu pouco com os outros adolescentes. Os técnicos, por sua vez, consideram-na uma garota inteligente e comprometida.

A última vez em que a vi, em uma visita após o final da medida, ela disse que tinha mudado de bairro com a família e estava tentando convencê-los a aceitarem o Anão, “ele vai mudar de vida”. Seu projeto agora era cuidar de seu filho e de seu marido, como uma “mulher adulta”.

A versão de Kelli

Quando os técnicos do programa de atendimento em meio aberto selecionaram Kelli para participar da pesquisa, disseram que era uma menina muito inteligente e comunicativa, que tinha clareza do ato e possuía uma família “compromissada”. Como Danielle, ela relata uma experiência familiar marcada pelo cuidado, por uma proteção do “tempo antigo”. “Minha mãe sempre me prendeu muito, não sei se é pelo fato de eu ser a única filha mulher dela, né?” Kelli tem dois irmãos homens, mais velhos. Ela define sua família como uma “família humilde”.

A mãe não trabalha, mas recebe benefícios do ex-marido, o pai de Kelli, falecido quando a menina tinha apenas dois anos. Ele era funcionário de uma

indústria automobilística, deixou uma pensão, “deixou eu e minha família financeiramente bem”. A renda oriunda da pensão é de aproximadamente R\$ 2.000,00. Os irmãos trabalham, entre um “bico” e outro. “Nunca faltou nada pra mim, ou bem ou mal, sempre tive as coisas, a comida da minha mãe é gostosa e nunca faltou mistura, roupa também, é simples, né, mas nunca fui zoada para a escola”.

Kelli mora na mesma casa de quando seu pai era vivo, situada em uma rua que hoje representa a fronteira entre um bairro de classe média e uma favela. Ela conta que costuma ter mais amizades com meninos. “Eu...assim...eu tive sempre bastante amigos, mais amigos homens do que mulher, porque normalmente não tem muito menina que trafica nem que rouba nem que faça nada desse tipo no meu bairro, mais meninos e eu sempre tive muita amizade com eles e aí a gente estudava na mesma escola, morava perto e eu até namorava com um deles. Ah, na verdade “fico” até hoje com o Júnior”. Ela – Kelli – e uma amiga de escola namoravam dois garotos que traficavam juntos. Elas matavam aula e passavam o dia com eles.

Após dois anos nessa rotina, ela começou a traficar. Ela conta que o seu início no tráfico ocorreu quando o namorado começou a trabalhar à noite. Ela comprava marmitta, às vezes ela mesma fazia a comida, e levava para ele. Passou a ficar as noites na rua, fugindo de casa pela janela. “Até que um dia, ficava ele e um outro menino, até que um dia o menino não veio para trabalhar. Aí o Júnior falou assim: – Ah! Eu não gosto de trampá sozinho, não sei o quê, pô ele não veio. Ai eu falei: Ah, é foda, né?! Ai eu peguei, tava sentada lá, assim e falei: Ah, já que eu fico aqui mesmo, estou aqui sempre, o que você acha? Daí ele falou: Ah, mas não é moiado? Eu falei: Não, a gente tá sempre aqui, eu nunca tomei enquadro, nem nada, é até melhor uma mulher”.

Algumas semanas depois que ela assumiu seu posto no tráfico, o namorado foi preso e recebeu medida de internação, ele era reincidente. Kelli assumiu a gerência do ponto no lugar dele. Ela se sentiu poderosa. Em muitos casos, ao ingressar nas práticas ilícitas, o adolescente considera incluir-se socialmente. Ele adquire dinheiro, sensações de “poder” e “prestígio”. Obtém bens de consumo que deseja, muitas vezes inacessíveis em sua classe socioeconômica. Kelli assim resume sua motivação ao começar no tráfico:

Dinheiro. Foi um pouco de tudo, porque é legal. Ah! não vou mentir, é legal, é legal, você ganha, você, tipo que adquire um pouco de respeito, aí tipo você tá num lugar, assim numa balada, aí todo mundo te cumprimenta, os “irmão” (PCC) me chamavam para os churrascos, todo mundo te respeita (...) você... antes a pessoa que nunca ia nem olhar pra você (...) quando eu traficava eu tava bem onde eu tava, então eu não queria sair, e em qualquer lugar que eu chegava todo mundo me respeitava, quando eu ia pra balada eu não gastava meu dinheiro com bebida, nem com nenhuma outra coisa, nem com tipo, em ecstasy, eu não vou mentir, eu usava droga, tomava doce, bala, lança perfume e eu não gastava meu dinheiro com isso, porque a pessoa chegava... nossa, olha aí, você que é a Kelli, né!? Ó, da hora, nossa eu tenho uma bala aqui, você quer? Você curte? E ganhava convite de rave e era maravilhoso, então, eu adorava, aí até, tava tudo ótimo, se não tinha namorado, ficava com quem eu queria a hora que eu queria, eu era livre, leve e solta (...) Ah! Eu tinha só roupinha de marca, Planet, Mac, Rip Curl, Bila Bong, Rocks, sandália cara da Rocks que eu comprava, que nem tênis, Adidas, Nike, só coisa cara, tudo do bom e do melhor, perfume do Boticário, Lacqua di Fiori, maquiagem da Natura, bolsa da Carmim, sandália da Carmim, sandália da... aí um monte de marca, várias coisas da Lulú, tinha tudo que eu queria, eu via, não parava pra pensar. Eu vou comprar e pronto! Eu via e comprava, porque eu tinha dinheiro.

Embora gostasse de usar maconha, ecstasy entre outras drogas, Kelli afirma que nunca cheirou cocaína. “Não, não cheirava, nunca gostei de cheirar, porque eu penso assim, na época que eu traficava, pra você trabalhar no tráfico, pra você se dar bem no tráfico, você só pode vender, você não pode usar, porque eu tirava por experiência de pessoas próximas que eu conhecia, que às vezes morria, às vezes levava um coro, às vezes ficava *trampando* 2, 3 meses pra pagar a dívida, porque ao invés de vender tinha usado e então nunca usei, cocaína não”.

Um dia, depois de alguns meses como gerente da *biqueira*, contou que “estava na *lojinha*”, com o dinheiro todo no bolso, mas a droga guardada em outro lugar, quando a “força” (força tática, polícia militar) chegou. Ela disse aos policiais que estava de passagem, só descansando um pouco. “Eles falaram assim: essa história não convence, nós já sabe que você é o fervo, que você tá no movimento”. Ela “não tinha nada em cima”, mas os policiais entraram no terreno baldio ao lado da “biqueira” e acharam as drogas escondidas. Kelli afirma que os policiais começaram a dar risada, ironizar, “tirar com a cara” dela: “É! Vai passar uns dias lá em São Paulo, você, bonitinha desse jeito, sapatão vai adorar”. Segundo a menina, os

policiais tentaram extorqui-la, pediram R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Ela ligou para o “patrão”, mas ele só podia dar R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Não houve o acordo.

Acompanhada dos policiais, Kelli foi até sua casa, acordou sua mãe que, atônita, seguiu com a filha para a delegacia. Ao conversar com o delegado, a menina inventou uma mentira e disse que os policiais haviam tentado extorqui-la e estavam com o celular dela. “Eu falei que eles eram uns corruptos, o delegado se sentiu ofendido, me xingou, xingou minha mãe e mandou me prender, eu com a minha boca grande. Aí a gente foi pro ... aí, acho que é I.M.L. Onde faz o corpo delito?” A menina diz que os policiais encostaram em um lugar deserto, em um matagal, e bateram nela. “Porque eu tinha falado aquilo pro delegado, tudo que eu falei, bateram, bateram, bateram, bateram, bateram. Fiquei com vários hematomas no rosto, meu olho, minha cara inchada”. Kelli diz que a responsável pelo corpo de delito não acusou os ferimentos no relatório e dizia para ela que estava bem, que não tinha nada.

A garota seguiu para a Unidade de Atendimento Inicial (UAI). Uma agente a recebeu, “uma senhora muito boa”, passou álcool, cuidou das lesões. Kelli conta que na unidade só havia meninos e que ela ficava isolada, “na salinha de castigo dos meninos”. Quando chegaram os técnicos, a primeira coisa que ela disse foi da violência que tinha sofrido. Segundo Kelli, os técnicos procuraram acalmá-la, diziam que é normal. “Um psicólogo, acho, falou que eu procurei pelo que estava acontecendo. Perguntou se eu não sabia que o tráfico dá nisso”. “Eles falavam: cuida da sua vida, você é bonita. Mas não era nada que realmente me ajudasse, sabe? Não falavam: a gente vai atrás dos policiais, porque a gente vai expor a sua voz pro juiz. Era isso que eu queria. Eles não escreveram nada do que eu falei no relatório, eles colocaram o que tava no boletim de ocorrência, era o que os policiais falaram”.

No dia seguinte teve a audiência com o promotor. “Dei a minha versão pro promotor, mas como todo mundo, ele também não acreditou na verdadeira história, deu risada, ironizou e falou que eu ia tirar uns dias em São Paulo, pra mim pensar no que eu tinha feito”. A mãe da garota não foi à primeira audiência. A impressão dos técnicos do meio aberto é o de que a mãe tem depressão, pois tem muita dificuldade de agir, é “apática”. “Minha mãe não tinha condições de me visitar, de participar das audiências. Ela não consegue chegar, pegar um ônibus. Porque a minha mãe é de

Minas Gerais, interior, foi meu pai que trouxe ela pra cá, 18, 19 anos atrás. Ela quase nunca sai de casa, só no bairro mesmo”.

Após aproximadamente quarenta e cinco dias de internação provisória e duas audiências sem a presença da mãe, a menina recebeu medida de internação, embora fosse primária e o delito fosse tráfico de drogas. Para cumprir a internação, foi encaminhada para uma unidade feminina em São Paulo. Durante os três meses em que ficou, recebeu apenas uma visita da mãe, quando os irmãos foram com ela. Como a família mora no interior, o valor da passagem ficava caro para a renda familiar. “Se onde moramos, que é pequeno, já fica difícil pra ela andar, que mora há anos, imagine São Paulo que ela nunca foi? A gente só conversava por cartas e telefone, eu chorava, entrei em depressão, fiquei muito mal... Eu não gosto de falar porque... dói” (silêncio e choro). É igual eles falam, que na FEBEM é o lugar onde os filhos choram e a mãe não vê, os agentes falam muito isso lá”. Disse que a maior parte das meninas era “noia” (usuárias de crack) de São Paulo e que não fez amizades durante a internação em São Paulo. “Não é preconceito meu, mas eu não me misturava muito, eu não me misturava com os usuários de crack lá, porque não faz meu feitio, não foi a educação que eu tive e não foi o jeito que a rua me criou também, me envolver com usuário”.

Kelli conta que logo no início da internação em São Paulo recebeu um castigo, porque não quis cortar a unha. “Eu fiquei quatro dias na tranca, porque foi o tanto que eu aguentei sem água, não sem água não, eles davam um copinho de água todo dia, mas sem comida, no escuro, sem tomar banho, foi o que eu aguentei, quatro dias. Daí depois decidi: vou cortar a unha, né?! Porque se não eu vou morrer de fome, aí eu cortei a unha”. Este acontecimento deixou Kelli muito revoltada. Ela não dormia e fazia barulho à noite para incomodar, diz que sentia “depressiva”. Foi neste período que uma psicóloga, que não era quem fazia seu atendimento individual, se aproximou dela. Ela passou a receber calmantes para conseguir dormir, se tranquilizar e “ficar melhor psicologicamente”. Tomou os calmantes durante vinte dias.

A garota diz que apenas a psicóloga (a “senhora Claudia”) e uma agente de segurança, “a senhora Ilsa, que era como se fosse uma segunda mãe pra mim”, conversavam com ela durante este período. “Uma mulher muito boa, que acho que

foi a única, uma das poucas pessoas boas que eu encontrei, nessa longa caminhada”. Kelli considera que os calmantes que a Dra Claudia lhe receitou a ajudaram muito.

As conversas com a responsável pelo seu acompanhamento, uma assistente social, tiveram enfoque apenas nos seus relatórios técnicos, no rito burocrático profissional que é, ao mesmo tempo, o documento fundamental para a própria adolescente. A garota conta que a assistente social insistia que a versão dela sobre sua prisão e os desdobramentos não constava no relatório. A descrição era a do boletim de ocorrência. Nas conversas, a assistente completava o relatório, prestava outras informações sobre a medida, salientava a “mudança” comportamental de Kelli durante o cumprimento da medida de internação.

Kelli comenta que a assistente social a orientava para avaliar as escolhas, se as escolhas que havia feito até então estavam valendo a pena. “Ela dava vários conselhos pra mim, mas eu tava revoltada. O quê? Quer saber, quando eu sair daqui eu vou traficar mesmo, eu vou roubar, era o que eu pensava. Eu saí, praticamente... nossa, eu saí transtornada”.

A garota – que sabia que a internação poderia ser de seis meses a três anos – ficou surpresa quando, um pouco *antes* de seis meses, soube pela voz de sua assistente que sairia por “bom comportamento”. Kelli descreve a audiência antes da liberação como tranquila. A mãe conseguiu estar presente, compareceu acompanhada dos irmãos. Conta que o juiz conversou separadamente com o advogado e depois com a mãe. Segundo Kelli, o juiz assim falou: “e então, mocinha, a gente *tá* sendo legal com você, você vai sair da internação e vai receber uma ‘l.a.’ (liberdade assistida), quatro horas semanais durante quatro meses. Você vai cumprir sua medida e pensar no que você fez, mas a próxima vez que aparecer aqui, eu não quero saber se é porque não está indo para a escola, se é porque brigou na escola, não quero saber, se você aparecer aqui, vai ser internada de novo”.

O juiz chamou a mãe e no ato de assinar o termo de responsabilidade, disse que ela era responsável por qualquer “coisa” que a menina fizesse. “Você não vai deixar sua filha traficar mais, nem fazer nada de errado”. Kelli disse para mim: “fiquei morrendo de vergonha da minha mãe, ela não tinha nada a ver com isso, não foi culpa dela, foi uma escolha minha”.

Durante os meses de cumprimento de medida de liberdade assistida acompanhei a participação de Kelli no programa de atendimento em meio aberto. A relação dela com o psicólogo era de muito diálogo. Ela considera que as conversas com o responsável pelo atendimento têm ajudado bastante: “Tenho voltado, colocado minha mente no lugar, porque quando saí de lá estava bastante perturbada, estava pensando... ia continuar fazendo coisas erradas, mas piores do que eu fazia. É claro que eu não conto tudo, tanto assim, igual eu tô conversando aqui, mas eles abriram um pouco minha mente, aos poucos a minha mente está voltando para o lugar”. A garota me confessou que logo que saiu voltou a traficar, mas um conjunto de situações de vida e intervenções institucionais a fizeram mudar de ideia. A nova intervenção policial que a ameaçou e os assassinatos de pessoas que trabalhavam com ela – somados ao acompanhamento psicológico – contribuíram para que ela escolhesse “mudar de vida”.

Acompanhei ainda a participação de Kelli em uma oficina de fotografia: ela chegava mais cedo, conversava com diversos técnicos do programa, formou uma turma de amigos – sobretudo meninos – e após cada encontro saíam juntos, combinando onde iriam “fumar um baseado”. Este era um motivo de grande preocupação dos profissionais do programa que procuravam reprimir, por meio de conversas, este hábito do grupo. Para a adolescente e seus amigos, não havia problema algum. “A gente fica na paz”, disse Kelli para o psicólogo na minha frente. Esta turma de adolescentes efetivamente vivenciou a dinâmica proposta na oficina. Em algumas ocasiões em que saíram para fotografar bairros, ruas, museus aconteceu de sofrerem discriminação. Em uma destas atividades de campo em que eu estava presente, a polícia foi chamada por moradores para averiguação: o técnico responsável e eu conversamos com os policiais, e tentamos minimizar a humilhação daquele momento.

Kelli comentava comigo que em seu bairro estava “moiado”. Dizia que sempre era abordada quando a polícia cruzava com ela pelas ruas: sentia-se “marcada”. “Não tenho nem vontade mais de ficar na rua”. Até setembro de 2009, Kelli não tinha conseguido vaga na escola. “Como não estou estudando, porque eu não consegui vaga...” – então o juiz prolongou a medida de liberdade assistida por mais dois meses. A mãe de Kelli e a própria garota decidiram que assim que a

medida acabar, ela vai morar com uma tia em Minas Gerais, para esquecer tudo o que aconteceu.

FECHADO E ABERTO: MEIOS DE INTERAÇÃO DOS ADOLESCENTES COM O SOCIOEDUCATIVO

As versões das garotas sobre a aplicação e execução das medidas socioeducativas revelam interpretações alternativas sobre o *modelo de gestão do sistema socioeducativo*. Segundo o depoimento das meninas, há uma abordagem inicial violenta e autoritária das polícias (geralmente a militar); um tratamento indiferente da área de saúde no exame de corpo e delito; uma recepção fria e cruel na internação provisória; uma posição arrogante e autoritária do judiciário; aleatoriedade do trabalho dos técnicos (psicólogos e assistentes sociais, dos agentes, da diretoria, dos educadores/oficineiros) nos centros de internação; incerteza dos técnicos do meio aberto quanto aos encaminhamentos – à “inclusão social” na escola, a cursos profissionalizantes, a atividades culturais, aos serviços de saúde etc.; embora as atividades de formação sejam de interesse para alguns, não extrapolam os “muros” da instituição executora.

Destaca-se no SINASE que a exemplaridade é fundamental: “a forma como a entidade de atendimento programa e/ou organiza suas ações, a postura dos profissionais, construídas em bases éticas, frente a situações do dia-a-dia, contribuirá para uma atitude cidadã do adolescente” (SEDH 2005, p.50). Para as adolescentes Danielli e Kelli, o fluxo das ações não foi claro: as experiências menos negativas – e por isso mais “educativas” – deram-se pela via da afetividade (seja com um agente de segurança, com um psicólogo, assistente social ou com um educador social), e não de uma *gestão* “participativa”, “intersetorial”, “descentralizada”. O processo de aplicação e execução de medidas socioeducativas foi vivido pelas adolescentes que não conhecem a teoria da *gestão do sistema*, mas experimentam na pele os seus percalços. A perspectiva das meninas sobre a *gestão* de programas *socioeducativos* problematiza os modelos na medida em que estes tendem a ignorar - ou mascarar - suas experiências e vozes.

Os caminhos para sair da internação foram o foco das garotas; a relação com os técnicos da privação de liberdade se definiu pela expectativa de obter as informações sobre o processo da medida e o comportamento esperado para alcançar a desinternação e, quando em medida em meio aberto, a extinção da medida. Para o profissional, trata-se de uma de suas principais demandas de trabalho o cumprimento do rito técnico e burocrático, a observação do *modus operandi*. As táticas para superar ou manter as medidas socioeducativas formam o centro da relação entre as adolescentes e os profissionais responsáveis pelos relatórios. A internação para as adolescentes foi aflitiva, porque a sequência dos acontecimentos não está prevista. A internação não comporta, por lei, tempo determinado. Segundo os artigos 99 e 113 do ECA, o juiz pode a qualquer momento avaliar a necessidade de sua manutenção. As únicas referências a tempo é que o juiz deve avaliar a medida no tempo máximo de seis meses, e que o período máximo de internação é de três anos. A decisão do juiz deve ser orientada pelos pareceres técnicos dos profissionais da área “psicossocial” da instituição responsável – no caso de São Paulo, a Fundação Casa: é obrigação das instituições de internação proceder a estudo social e pessoal de cada caso (art. 94, inc. XIII), reavaliar periodicamente cada caso com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente (inc. XIV) (Brasil, 1990).

Conforme o Estatuto, a medida de internação possui caráter de excepcionalidade e de brevidade, e deve ser definida em função das necessidades pedagógicas do adolescente (arts. 100 e 113 do ECA). Segundo o defensor público Flávio Frasseto, meu colega no Programa de Mestrado – Adolescente em Conflito com a Lei – o caráter pedagógico da medida de internação é “mera ilusão de um otimismo pedagógico dos adultos”. O defensor vai além ao afirmar que a medida de internação como exposta no ECA vai de encontro a ideia de garantia penal e, assim, não representa uma política para um “sujeito de direitos”: “a indeterminação temporal da medida, a ausência de critérios objetivos para a supressão antecipada da privação de liberdade, a idéia de conversão do sentenciado por meio de intervenção imposta são mostras do quão ‘antigarantista’ é o modelo proposto” (Frasseto 2006, p.312).

“Seguem os jovens privados de liberdade submetidos a toda a sorte de avaliação psicológica, psiquiátrica e social que recomenda aplicação ou manutenção das medidas muito mais conforme as características pessoais de personalidade que tais estudos julgam detectar do que propriamente em razão da infração que cometeram” (Frasseto 2006, p.320).

Nos casos analisados, observamos o delineamento de uma forma de gestão compartilhada de seres em “condição de desenvolvimento”, entre a família e o Estado. A família e o Estado devem se corresponsabilizar pela gestão da vida do adolescente. Há uma contradição basilar entre os parâmetros para a gestão pedagógica do atendimento preconizados no SINASE e a visão dominante na sociedade, manifesta nas intervenções de promotores e dos juízes. O que realmente se espera de uma medida é que ela evite a *reincidência* do ato infracional. O *atendimento socioeducativo* é responsável pela gestão do controle sobre os adolescentes para que eles não *reincidam*. E não para a “formação de um cidadão autônomo”.

A transição da *medida de privação de liberdade* para uma *medida em meio aberto* marca a possibilidade de “mudança dos projetos de vida”. Segundo o ECA, Art. 118, a medida de *liberdade assistida* será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, de auxiliar e de orientar o adolescente. Ela é uma medida bastante comum para adolescentes que passaram pela internação, e deve promover socialmente o adolescente e sua família, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar, esforçar-se no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho (ECA, Brasil 1990).

Nos casos todos acompanhados, testemunhei que as dificuldades de se obterem os meios para alcançar estes fins são enormes, a despeito do esforço de alguns educadores e de técnicos que desenvolvem atividades educativas e buscam torná-las interessantes e engajadas – procurando incessantemente estabelecer relações com serviços públicos de formação profissional, educação, assistência e saúde. Como já salientado na introdução da tese, o recorte empírico e a delimitação dos participantes da pesquisa não contemplaram a perspectiva dos profissionais que realizam o atendimento (exceto o de jovens educadores, moradores das *quebradas*),

fato que certamente dá certo viés à análise do *sistema socioeducativo*. Neste capítulo, particularmente, procuro destacar a versão de duas garotas; apresento portanto vozes da fronteira da *gestão do sistema* como um contraponto ao discurso institucional sobre o *modelo de gestão* e a execução de seu *modus operandi*.

Atualmente, entre as várias estruturas estatais que compõem a “rede de proteção integral”, o serviço mais atuante nas parcerias com as entidades executoras das medidas socioeducativas em meio aberto – pelo menos naquelas que acompanhei em campo – são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPES)¹⁰⁰. A parceria estratégica da saúde mental com os programas de atendimento socioeducativo reforça o enredamento da vida dos adolescentes como potencialmente viciosas. A questão da drogadição extrapola os problemas diagnosticados como “dependência química” e se amplia para todos os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que fazem uso de qualquer substância psicoativa ilegal.

A entidade, ao receber o adolescente, torna-se responsável por fazer os encaminhamentos para a “rede de proteção integral” – serviços públicos (inclusive aqueles prestados por organizações não-governamentais) para atender os direitos de educação formal, saúde pública, formação para o trabalho etc. Entretanto, esta “rede” que compõe os serviços públicos não tem garantido os atendimentos¹⁰¹. Observei em campo a reiteração do processo que Gabriel Feltran (2008a) chama de “expansão da gestão”; as entidades responsáveis pelo atendimento em meio aberto assumem atividades que não são inicialmente de sua responsabilidade e, assim, o adolescente fica enredado em um universo circunscrito sem o “direito a ter direitos”. Tal enredamento contradiz o princípio de “incompletude institucional” (SEDH 2005)¹⁰².

Para Danielli e Kelli, a postura dos técnicos dos programas de atendimento em meio aberto permitiu que conversassem, compartilhassem suas perspectivas – e assim elas ouviram as orientações para uma vida “saudável”: vida esta, porém, que se

¹⁰⁰ Segundo o Ministério da Saúde, esses centros têm o objetivo de oferecer a população atendimento clínico voltado à reinserção social de seus usuários (Portaria 1101, de 12 de junho de 2002).

¹⁰¹ Como bem destaca Gabriel Feltran, ao analisar um caso de sua pesquisa de campo, há uma série de condições que permite aos serviços negar o atendimento ao adolescente. “Pois o menino não tem escolaridade suficiente para o curso de informática; seus antecedentes criminais e tatuagens impedem sua inserção no trabalho formal; ele é viciado em crack e não há tratamento disponível no sistema de saúde. Não há, portanto, na rede de proteção realmente existente, possibilidade de encaminhamento desse adolescente” (Feltran 2008a, p.333).

¹⁰² Segundo este princípio, “a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e não o seu contrário, ou seja, os programas fechados em seus próprios atendimentos e ofertas de atividades” (SEDH 2005, p.48).

tornou mais difícil para ambas após a passagem pelo *sistema socioeducativo*. A marca de receber uma medida socioeducativa torna difícil a relação com a escola, e ainda mais difícil a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. A ação das polícias tende a se intensificar após a internação, tornando o adolescente mais facilmente identificado como suspeito. Danielli mudou de bairro; Kelli mudou de cidade. A solução para a não-reincidência foi tentar fugir da “vulnerabilidade” de suas *quebradas*.

VIOLÊNCIA E PARTICIPAÇÃO – A HIGIENE DO SOCIOEDUCATIVO

A versão das meninas sobre o processo de cumprimento de *medidas socioeducativas* é bastante distante de uma experiência de autonomia e de participação em uma “comunidade socioeducativa”. As falas apontam para um sistema extremamente fragmentado. A ação dos diferentes entes estatais/sociais – a escola, as polícias, o judiciário, os programas de atendimento da medida em internação e da medida em meio aberto – não se articulam e soam como uma sequência de ausências e remendos aos olhos das adolescentes.

No *modelo de gestão* proposto pelo SINASE, o judiciário e as polícias fazem o atendimento inicial, mas não compõem a “comunidade socioeducativa”, composta apenas por membros “internos”. Para as adolescentes, entretanto, as polícias e o judiciário continuam desempenhando um papel central na experiência de cumprimento das medidas. A entrada de um adolescente no sistema se dá de uma forma em que o Estado apresenta sua face repressiva e violenta. Na rua, traficando drogas, as garotas são “criminosas” e foram tratadas como membros do “crime” na guerra particular entre “polícia” e “bandido”. Xingamentos, tapas, humilhações compõem a tônica da descrição delas e não são poucos os relatos de diferentes agentes do socioeducativo – de juizes e promotores, passando por psicólogos e assistentes sociais com quem me relaciono profissionalmente – que descrevem situações análogas. A via de entrada de um adolescente no sistema socioeducativo é a abordagem policial. A primeira coisa que ele deve fazer é levar o adolescente para o exame de corpo e delito, em uma estrutura de saúde pública. Serviços de saúde

podem parecer neutros e independentes da violência que marca a ação das forças de segurança no Brasil. A versão das meninas é a de que não o são. O exame de corpo e delito de Kelli configurou-se em um dispositivo legal que valida o desrespeito aos direitos do adolescente pego em ato infracional.

Ao realizar uma análise filosófica do poder político que engloba as histórias e os desdobramentos da experiência subjetiva da ação, no contexto do “adolescente em conflito com a lei”, Edson Teles (2010) apresenta reflexões importantes para a compreensão dos processos pelos quais os adolescentes passam ao ingressar no sistema socioeducativo. A prisão por um ato infracional lança o adolescente no mundo das instituições públicas. A partir deste momento, há uma transferência de autoridade dos pais para a figura do juiz – e dos representantes deste. Dentro do sistema, o jovem não encontra espaço para a expressão de seus sentimentos, sonhos e traumas.

O rito institucional do atendimento ao adolescente infrator tende a forçar uma unanimidade de vozes e condutas em torno da racionalização da prática profissional, priorizando significações homogêneas dos atos de violência. A contrapartida desta abordagem institucional é o ocultar dos modos divergentes com que as subjetividades sociais, tanto dos adolescentes, quanto dos profissionais, rompem com o modelo racional. O trato homogêneo do sujeito obscurece as interpretações da memória traumática e mantém o incessante embate entre dominação e resistência dentro do ordenamento. A oposição entre a razão institucional pacificadora – via repetição da violência – e as lembranças traumáticas obstrui a expressão da dor e reduz a memória às emoções, acabando por construir uma nova relação social justamente sobre a negação do passado (TELES 2010, p.20).

Por este motivo, talvez, as meninas tenham dado tanta ênfase aos momentos de sofrimento vivenciados durante o processo de aplicação e execução das medidas socioeducativas – conforme ouvi em seus relatos. Com referência a técnicos, psicólogos e assistentes sociais, por mais que manifestassem vínculos de confiança, a relação foi mediada por um *modus operandi* do projeto institucional que demanda adesão à mudança comportamental exigida pelo juiz, representação da autoridade. Eu estava na sede do programa de atendimento, mas não era um representante institucional: “foi bom, eu desabafei” era uma das expressões comuns ao final das entrevistas.

Referente à área da saúde, as descrições das meninas sugerem visões alternativas àquela preconizada pela visão sistêmica inspirada nas diretrizes do SUS. Nesta visão institucional, a realidade dos adolescentes “em conflito com a lei” é permeada por situações de “vulnerabilidade”, o que demanda o desenvolvimento da política de atendimento integrada com as diferentes áreas e uma agenda de urgências no sentido de se efetivar as políticas públicas e sociais. Os traumas, feridas e dores mencionados pelas garotas foram consequências da ação dos entes governamentais; a violência policial, a privação de liberdade e a ausência do convívio familiar agravaram debilidades físicas e emocionais das jovens durante o período de internação.

Direitos dos mais e menos humanos é um artigo seminal sobre as consequências inesperadas do Estatuto da Criança e do Adolescente – tendo sido escrito por Claudia Fonseca e Andréa Daniella Lamas Cardarello (2009) dez anos depois da promulgação do ECA e dez anos antes desta pesquisa¹⁰³. Sob a ótica da antropologia, o texto parte da premissa de que “os direitos humanos em uma forma abstrata e descontextualizada pouco significam” (Fonseca e Cardarello 2009, p.220). Pressupondo que a “frente discursiva”¹⁰⁴ em torno dos direitos da infância e da adolescência é uma *faca de dois gumes*, as autoras levantam a hipótese de que se os ativistas dos direitos humanos não mantiverem um certo distanciamento deste jogo discursivo, “correm o risco de montar programas que não apenas deixam de alcançar seus objetivos mas, pior que isto, produzem novas formas de exclusão” (Fonseca e Cardarello 2009, p.220-221).

As autoras destacam que os rearranjos semânticos disparados pelo ECA tiveram forte impacto sobre a realidade de jovens brasileiros – mas nem sempre da forma esperada: sugerem que este descompasso tem a ver com a expectativa irrealista de que pelo judiciário seja possível solucionar todos os problemas da sociedade. Tal visão de um poder da “teoria” (a lei) sobre a “prática” (a vida cotidiana) desconsidera as grandes diversidades existentes entre os adolescentes brasileiros. Pensamento e práticas institucionais assim orientadas redundam na

¹⁰³ O artigo foi publicado em 1999 em *Horizontes Antropológicos*, v.10: 83-122, 1999.

¹⁰⁴ As autoras caracterizam as “frentes discursivas” como o fruto da negociação entre diversos grupos de interesse trabalhando em torno de um mesmo tema.

normatização da conduta, corporalidade, moral e modo de vida dos jovens “em conflito com a lei”, realçando a dubiedade e a contradição presentes na lógica de proteção e correção do *sistema socioeducativo*. A persistência manifesta da pobreza conjugada com uma sociedade consumista gera um contexto em que o simples aperfeiçoamento das leis não é capaz de apagar as tensões sociais. Como as autoras destacam, há no Brasil uma “adolescência provedora”, isto é, pessoas que ao invés de experimentarem um período prolongado de dependência e escolarização, tornam-se desde cedo corresponsáveis pelo sustento da família. Neste caso, o adolescente é muitas vezes impelido pelo seu próprio contexto de vida a procurar formas de renda. Mercados criminosos operam junto a estes segmentos, pois há mão de obra barata e disponível. Apenas as mudanças em legislações não resolvem este problema.

Em uma digressão sobre a infância idealizada pelas classes altas brasileiras, Fonseca e Cardarello (2009) lembram que até pouco antes da promulgação do ECA, a diferença entre as “infâncias”, a rica e a pobre, não era problematizada, pois as etapas da vida não seriam relevantes aos pobres. As autoras exemplificam lembrando que era comum na sociedade brasileira a existência de empregadas domésticas de treze e quatorze anos em casas com adolescentes da mesma idade, vivendo a fase “despreocupada da infância” (Fonseca e Cardarello 2009, p.248). Apenas recentemente as crianças pobres passaram a integrar-se à categoria universal do “humano”, sobretudo após a promulgação do ECA.

Mas essa inclusão de um novo grupo no horizonte humanitário não deixa de engendrar paradoxos: por exemplo, quando a criança (ou adolescente) faz dezoito anos e muda subitamente de status (de criança “em perigo”, merecendo atenção especiais, para ser considerada um adulto “perigoso” contra o qual é preciso se proteger). Ou quando é preciso achar um culpado pela situação intolerável em que tantas crianças se encontram atualmente. Aí, o sacrifício que se oferece para expiar a nossa má consciência aparece na figura dos pais desnaturados. A noção de “criança rei”, irrealizável em tantos contextos, engendra seu oposto – a noção de criança martirizada – e, com esta, um novo bode expiatório: os pais algozes (Fonseca e Cardarello 2009, p.248 – grifos das autoras).

Os estudos antropológicos contribuem para a problematização das lógicas universalistas de direitos, baseado em noções de totalidade (a criança e a adolescência universal), identidade e não contradição (sujeito de direitos), confrontando-as com o (vazio de) sentido da violência e do caos. Como ouvir esses

outros – adolescentes e suas famílias que não se enquadram no modelo “ideal” – na condição de sujeito de direitos? Modelos descontextualizados de direitos humanos podem reforçar mecanismos de exclusão (colocando adolescentes e famílias dentro de categorias rígidas, como, por exemplo, a de “família desestruturada”); mas, pior ainda, tais modelos são capazes de negar toda e qualquer apreensão da alteridade (uma “criança provedora” em uma “família desestruturada” é inaceitável, não permite a infância almejada, a realização plena do Estatuto).

Afinal, as individualidades que existem na sociedade contemporânea não são tão facilmente domesticadas; nem tão pouco cabem necessariamente nos rótulos das ciências jurídicas. E, no entanto, qualquer política pública voltada para a garantia de direitos humanos há de levar em consideração a diversidade social (...) As alteridades que precisam ser enfrentadas são aquelas que menos queremos ver – a dos jovens infratores, por exemplo, ou dos pais dos “abandonados”. São “individualidades” que apontam dimensões de nossa realidade que preferíamos esquecer (Fonseca e Cardarello 2009, p.251 – grifos das autoras).

No caso desta tese, procuro localizar a perspectiva de adolescentes sobre o *sistema socioeducativo* – um sistema cujo sentido seria, segundo o discurso institucional, “assegurar aos adolescentes que infracionam a oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida” (SINASE 2005). O *sistema socioeducativo* como uma das amplas políticas públicas para adolescentes e jovens no Brasil é composta por repressão das forças de segurança conjugada pela busca de consentimento via promoção das áreas da saúde e da assistência social. A ideia é que o adolescente/jovem contribua para a melhoria dos índices da nação ao *não reincidir*. No *sistema socioeducativo*, um jovem “traficante” deve reconhecer sua própria situação de “vulnerabilidade” e aceitar mudar seu estilo de vida para ser incluído; ele deve se mostrar saudável biológica, subjetiva e socialmente, ou seja, uma inteira sujeição a uma visão de “vida saudável”. Para tanto deve distanciar-se das condições e comportamentos normativamente eleitos como de “vulnerabilidade”.

Como ensina Veena Das (2006), na antropologia não se identifica um padrão de escala independente da perspectiva. Para o antropólogo a questão é estabelecer um horizonte em que ele pode localizar os interlocutores em suas relações e interações com o outro. Essa perspectivação, no contexto estudado, leva a crítica de noções

como “projeto de vida saudável”, “protagonismo juvenil”, “empreendedorismo” entre outros, que se distanciam da experiência comum dos adolescentes; no lugar, eles revelam um sistema de fragmentos, lacunas e violências. No centro desta trama, encontros humanos singulares entre pessoas (tanto adolescentes quanto profissionais do sistema) desnudam no cotidiano a própria configuração de poder que encerra suas práticas.

Um fato que chama a atenção nos depoimentos das meninas, e que é atestado pelo histórico de medida delas, é a arbitrariedade da decisão judicial. O principal diferencial entre um e outro caso foi a ausência da mãe nas audiências. Embora a apreensão primária de uma adolescente por tráfico de drogas não seja passível de internação, segundo o ECA, o fato de a família ter se ausentado na audiência e não ter realizado visitas quando a jovem esteve internada configurou para o juiz a impossibilidade de a mãe controlar a adolescente Kelli. Neste caso, o Estado substituiu a família, executando uma medida de internação, para gestar a vida da adolescente.

A ênfase dada ao contexto familiar pelas decisões judiciais indica mais do que a garantia do direito à convivência familiar, um cálculo para a gestão de riscos: impedir situações em que o adolescente tenha autonomia para agir e *reincidir* no ato infracional. Se a família não é considerada apta para este fim, o juiz pode aplicar a medida de internação. Famílias certas e famílias erradas são delimitadas por modelos idealizados. A decisão, que define o gerenciamento da medida a ser aplicada, se baseia em hierarquias de poder. A assimetria entre a “menor” e seus responsáveis é sobreposta entre a dos pais – potencialmente incapazes de controle – e do poder judiciário. Estas assimetrias e a execução das diferenças de poder assentam-se numa preocupação mais profunda no que diz respeito a como gerir populações potencialmente perigosas (Vianna 2002; Fonseca e Canderello 2009).

No horizonte do *sistema socioeducativo* há, aparentemente, a manutenção de um discurso com ênfase no social – são as condições de vida que levam à vulnerabilidade social, portanto é possível conhecer a realidade empírica e mudá-la segundo planos de execução de políticas públicas. Mas as práticas de intervenção no sistema seguem uma abordagem instrumentalizada, tanto do ambiente (contextos de vulnerabilidade) quanto de indivíduos (comportamentos delinquentes), como uma

soma de fatores diversos acessíveis à análise dos especialistas (técnicos da área psicossocial). O aumento vertiginoso de internações por tráfico pode ser considerado uma “punição preventiva” levada a cabo pelo *sistema socioeducativo*. A prevenção é o mapeamento dos riscos medidos por fatores impessoais. “Assim, a prevenção é a vigilância, não do indivíduo, mas sim de prováveis ocorrências de doenças, anomalias, comportamentos desviantes a serem minimizados, e de comportamentos saudáveis a serem maximizados” (Rabinow 2002, p.145). A ênfase na noção de “vulnerabilidade” permite a antecipação de possíveis locais de irrupção de “conflito juvenil com a lei”, através das estatísticas dos fatores de risco – pobreza, desemprego, violência, baixa escolaridade, baixa renda.

A individualização dos riscos e a responsabilização dos indivíduos pela sua origem e pelas escolhas do que fazem com os seus corpos forma a base da *ação socioeducativa*, assim como da “nova saúde pública”. A “vulnerabilidade” não é apenas econômica e social; ela é também um dispositivo que permite a passagem do ambiente (considerado vulnerável) para o comportamento. Desta forma, o *sistema socioeducativo* classifica os corpos adaptados e saudáveis. O adolescente com “perfil de não-reincidente”, aquele que recebe relatórios positivos, deve: se comportar de acordo com as prescrições, controlar a revolta e os desejos enquanto cumprem a *medida socioeducativa*, administrar a vida íntima e emocional fortalecendo os vínculos com a família, assumir que não usará mais “drogas” e aceitar um calmante caso seja “necessário” se tranquilizar; em suma, o perfil de *não-reincidente* é definido pela sujeição em participar da “comunidade socioeducativa” para o apostolado da “vida saudável”. Para aquele que rompe com este padrão, a tendência tem sido caracterizá-lo de alguma forma – seja pela “drogadição”, pela “destrutura familiar” ou qualquer outro fator de vulnerabilidade individualizante – como alguém que deve ter algum cuidado específico referente à sua saúde mental.

Após vinte anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a “comunidade socioeducativa” proposta no SINASE é uma teoria em consonância com a “cultura participativa” estimulada em diversos mecanismos de participação democrática, como os conselhos de direitos, orçamentos participativos e conferências temáticas, sistemas universais – como o SUS, o SUAS e o SINASE –, estruturas participativas e com controle social. O estado de direito é amparado por

um sistema de participação que tem se desenvolvido no Brasil desde a Constituição de 1988. O Estatuto da Criança e do Adolescente compõe um conjunto de mecanismos democráticos que tem inovado a participação no país. Os direitos estão estabelecidos, existe um discurso de universalidade e descentralização, fóruns de participação mais numerosos e diversificados se multiplicam. O Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco destes movimentos. Infelizmente, em torno de mecanismos institucionais previstos no ECA, como a consolidação das medidas socioeducativas, observamos a reiteração da violência, do preconceito, da ausência de garantia de direitos. E, ainda, a constituição de novos campos de validação do controle sobre a vida dos adolescentes.

A “comunidade socioeducativa” redonda em uma experiência contraditória, entre um discurso idealizado de participação democrática e as condições objetivas que o Estado e a sociedade oferecem à participação do adolescente autor de ato infracional. As consequências emocionais para os adolescentes e para os profissionais variam da frustração ao niilismo, da revolta ao cinismo, do desespero à resignação. Mergulhados nas contradições do mundo social e sem os meios para suprir as deficiências da política estatal, os profissionais da área vivem tais contradições sob a forma de dramas pessoais (Fonseca e Schuch 2009).

O trato homogêneo dos adolescentes, delineado pela noção de “vulnerabilidade” obscurece as interpretações sobre a idéia de saúde e mantém o incessante embate entre dominação e resistência no interior do sistema. O campo das medidas socioeducativas se constitui em modos de *objetificação* do sujeito que combinam a mediação de disciplinas científicas (como a epidemiologia, a psicologia e a psiquiatria, por exemplo) e a prática de exclusão, geralmente num sentido espacial (confinamento ou segregação), e sempre num sentido social (Rabinow 2002, pp 27-53). Embora sejam marcadas pela coação que vitimiza e estigmatiza os adolescentes, as relações políticas entre os adolescentes e as instituições se dão por maneiras mutantes. Os adolescentes passam por relações diferenciadas em que tentam resistir ao ordenamento, dependendo do interlocutor. Eles são, com frequência, os “infratores”, “moradores de bairros vulneráveis”, “comprometidos pelo uso de drogas”; mas nas brechas do sistema, nas possibilidades de reivindicação de sua “participação” (como ocorre em certas oficinas, debates e entrevista como a

que eu realizei) eles procuram mostrar e afirmar os mecanismos que constituiriam suas escolhas e posicionamentos.

O exame crítico das intervenções psicossociais em sua composição com o aparato repressivo do Estado permite observar em ato a construção de tecnologias voltadas a reformar e redirecionar comportamentos, estilos de vida e valores morais pessoais segundo modelos normativos. Sob o regime de um “biopoder” do *sistema socioeducativo*, os adolescentes “infratores” estão submetidos a uma racionalidade normativa – tecnologias que servem para isolar anomalias e normatizá-las através de procedimento corretivos e terapêuticos. A entrada da medicina da psiquiatria e de outras ciências sociais nas deliberações legais analisadas por Foucault (2005) levou ao crescente apelo a medidas estatísticas e a julgamentos acerca do que é normal e do que não é em dada população por meio de um amplo aparato documental torna-se parte essencial das tecnologias normalizadoras; capacitam especialistas/autoridades a fixar indivíduos numa teia de codificação objetiva, produzindo uma teia totalizante ligada a crescente especificação da individualidade (Rabinow 2002).

Nos próximos dois capítulos, a descrição e análise das trajetórias de adolescentes durante intervenção *socioeducativa* revelam como a execução de medidas funciona e como concreta e simbolicamente incide sobre os indivíduos que compõem a população alvo; as trajetórias analisadas a seguir oferecem testemunhos e reflexões críticas sobre a experiência de projetos de intervenção social e as suas práticas de ortopedia moral. Orientado por saberes “psi” e acionado pela *gestão*, o *modus operandi* do *sistema socioeducativo* implica o desenvolvimento de técnicas e táticas *biopolíticas* voltadas para o combate ao “mundo de patologias” que, segundo marco discursivo institucional, a “vulnerabilidade” das *quebradas* e, particularmente, a influência do *crime* provocam na “saúde mental” dos jovens “em conflito com a lei”.

Capítulo 5. A frieza do cálculo e a *vida loka*: margens do sistema

FRIEZA DO CÁLCULO E SOFRIMENTO: A VIDA LOKA DE ZEZINHO¹⁰⁵

Neste capítulo analiso as ambiguidades na experiência de um adolescente ao passar pelo *sistema socioeducativo*; considero a incorporação no cotidiano deste adolescente de mecanismos de gestão da sua vida e as formas de lidar com tal engenharia *socioeducativa*; sua experiência, suas relações e suas interações com os “outros” – os técnicos do *sistema*, a mãe, os amigos, os companheiros de trabalho no tráfico, o próprio pesquisador. Ao acompanhar uma trajetória de cumprimento de medidas socioeducativas, procuro recuperar a voz deste personagem e descrevo de que modo os sentimentos com relação à sua passagem pelo *sistema socioeducativo* são incorporados em sua vida cotidiana (Das 2006). Parto do pressuposto de que as emoções são experiências e estratégias retóricas pelas quais as pessoas expressam, reclamam, promovem, proíbem ou justificam suas ações (Epele 2010). Esta abordagem permite a investigação das experiências individuais de sofrimento em um contexto delimitado, observando as ambiguidades das práticas institucionais voltadas para abrandar o sofrimento dos sujeitos tidos como excluídos e vulneráveis e que, paradoxalmente, resultam em sua intensificação (Kleinman; Das; Lock 1997).

A análise da experiência subjetiva de um adolescente durante seis meses de cumprimento de duas diferentes *medidas socioeducativas* revela o modo pelo qual a intervenção *socioeducativa*, visando o objetivo institucional de “reinsere” o jovem, pode situá-lo no limite das possibilidades de integração, intensificando as aflições de uma vida sob constante suspeição. A abordagem aqui adotada permite observar de que modo o jovem elabora significados sobre o *sistema socioeducativo* e como expressa por meio de palavras, gestos e movimentos suas contradições.

¹⁰⁵ Este caso foi apresentado no artigo: “Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa” publicado na Revista Saúde e Soc. São Paulo, v.20, n.1, p.156-170, 2011.

Conheço Zezinho desde que ele tinha 11 anos de idade; em 2009, quando acompanhei sua trajetória de medidas socioeducativas, ele contava 16 anos. Trabalhei com sua mãe, Dona Ivone, em um programa de geração de renda, do qual eu era “facilitador”, na cidade localizada nas franjas da região metropolitana de São Paulo. Zezinho é filho adotivo de Dona Ivone (63) e de Seu Patrício (61). Conversei com Dona Ivone em 2009, após três anos sem nos vermos. Ela me contou, então, que o filho havia “virado traficante”. Sua expressão facial demonstrava vergonha. Chegou a cometer um “ato falho”, negando ser sua mãe. Quando perguntei a ela se Zezinho era seu neto – era o que eu pensava – ela respondeu: “meus filhos... são todos honestos”.

Zezinho foi um dos meus principais interlocutores na *quebrada* da cidade do entorno de São Paulo. Sua casa é de alvenaria, tem aproximadamente 40m² e é situada em um terreno de 150m² onde há mais duas casas, de tamanho semelhante, em que moram filhos e netos de Dona Ivone e de Seu Patrício. Famílias extensas, com laços variados além da consanguinidade e uma rede de ajuda e proteção mútua que difere muito do modelo pretensamente “estruturado” da família nuclear de classe média no Brasil (Fonseca 2005). Exatamente na frente da casa de Zezinho, existe um ponto de venda de drogas: uma *lojinha*. O ponto é estratégico, pois ao lado da casa há um beco e, no final deste, um rio e um matagal para onde fugir da polícia.

Entre fevereiro e julho de 2009, Zezinho ganhou dinheiro, foi preso, recebeu *medida de internação*, saiu e esteve em cumprimento da *medida de liberdade assistida*.

No dia 20 de fevereiro, véspera de carnaval, Zezinho estava vendendo cocaína e crack em frente à sua casa. Eram mais ou menos 23 horas e ele já contabilizava cinco mil reais em vendas e mil e duzentos de lucro para si. Da frente de casa, com seu pai a aproximadamente 30 metros, ele viu a polícia chegando: “eu fiquei olhando, olhando para ver se era a força (polícia)... aí quando eu vi era mesmo e já estava perto. Aí eu joguei do lado a mercadoria e fui para perto do meu pai que

estava na porta do bar”. A polícia o abordou, perguntou de quem era a droga e o dinheiro, puxou seu braço, deu uma bronca em seu pai, que não entendia o que estava acontecendo. O pai o acompanhou até a delegacia. Durante o trajeto, uma série de xingamentos e provocações foi proferida contra ele pelos policiais. Zezinho foi encaminhado para a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fundação Casa), órgão do Estado de São Paulo responsável pela internação de adolescentes.

Tive a oportunidade de reencontrar Zezinho na Fundação Casa durante a internação. Em 2009, Thurma desenvolveu oficinas dentro da Fundação Casa, uma atividade de parceria entre a organização responsável pela gestão da unidade e a ONG em que o rapper trabalhava. Participei com Thurma em cinco oficinas, entre fevereiro e abril de 2009. O projeto tinha como “produto final” letras de rap; nas “Oficinas da Palavra” Thurma e outros “oficineiros” realizavam audições de músicas, seções de filmes e colhiam depoimentos dos jovens para levantarem ideias e palavras que servissem como matéria prima para a composição de raps. Nos encontros Thurma lembrava que a composição de letras de rap demanda pesquisa. Os primeiros esboços de letras dos internos enfatizavam a experiência de participar do *crime*, crítica virulenta ao Centro de Internação e, também, a expressão do lugar afetivo e simbólico, para o qual eles declaram fidelidade – suas *quebradas*. Tais conteúdos foram proibidos pela direção da unidade, que alegou que os conteúdos faziam “apologia ao crime”. Thurma insistiu na ideia de que eles deveriam se expressar livremente, mas se viu em uma “saia justa”: ou orientava para conteúdos mais “positivos” ou as oficinas teriam que parar. Houve uma censura da instituição, exigindo que as letras falassem da “mudança” que os adolescentes passavam na internação, do projeto de vida “positivo” elaborado a partir do cumprimento da medida; da importância da família, do trabalho, dos “valores sociais positivos” que deveriam guiar a vida dos jovens.

Zezinho foi um dos adolescentes mais participativos nas “oficinas da palavra”. Seu rap foi um dos mais elogiados pelos técnicos e direção da Unidade. A psicóloga responsável teve em seu rap um dos elementos para escrever um relatório positivo para sua saída, assim como uma carta escrita para a mãe que exponho mais abaixo. Quando Zezinho apresentou o rap, em uma das oficinas, sua psicóloga

chegou a chorar. Dizia gostar muito do Zezinho e de sua mãe, tida como um exemplo de comprometimento. A canção foi uma das “chaves” para a saída do garoto do centro de internação:

“Quando se tem tudo ao mesmo tempo não tem nada, ó minha mãe, me desculpe minha amada; não soube aproveitar tudo o que eu tinha, e hoje eu me encontro longe da minha família, os dias aqui dentro eles são todos iguais, é aí que eu me lembro dos conselhos dos meus pais; penso a cada dia e penso a cada ano, penso em sair, continuar te amando, quando eu sair vou fazer tudo ao contrario, vou arrumar um trampo pra ganhar o meu salário; poucas pessoas conseguem me entender, e quem não me entende não sabe o que é sofrer; aí guerreiro, nunca deixe de sonhar quando o sonho é verdadeiro faz as algemas quebrar, vou reconstruir minha vida no mundão, detenção eu to suave é só família sangue bom; vim de uma família toda trabalhadora guiada por 10 anjos e pela mãe protetora, deus tocou minha alma e mudou a minha vida, trouxe de volta toda a minha família, como ele é bom e trabalha com a verdade, obrigado meu deus por me livrar das maldades; pode ter certeza que eu vou mudar de vida, quero ficar ao lado de toda a minha família, não agüento mais ficar longe de ti, pois desde aquele dia eu nunca te esqueci, me desculpa mão se um dia eu te fiz sofrer, mesmo longe de ti eu nunca vou te esquecer, pode acreditar que isso tudo vai mudar, e muito orgulho eu ainda vou te dar, hoje eu me encontro aqui no sofrimento, mas pra ficar ao seu lado eu caminho contra o vento; minha força esta se esgotando, por isso eu desabafo e sigo cantando, vou me expressando da melhor maneira, pra que você me ouça e me compreenda, quando eu sair nos vamos bater um a bola, e não ficar aqui dentro contando as horas, ficar nesse lugar é muito difícil onde a saudade se torna um vício; mas eu sou mais um com uma história triste, mas homem que é homem nunca desiste, eu vou mudar de vida porque eu sei que sou capaz, e dizer pra minha mãe, mãe crime nunca mais; aí guerreiro nunca deixe de sonhar quando o sonho é verdadeiro faz as algemas quebrar, vou reconstruir minha vida no mundão, detenção eu to suave é só família sangue bom”.

Zezinho mostrou-se hábil nas relações institucionais e com os colegas de internação. Durante as oficinas observei seu papel de liderança. Ele era o “porta-voz” do grupo. Segundo Thurma, que acompanhou o garoto semanalmente e já o conhecia – são vizinhos de *quebrada*, Zezinho era um exemplo de *inteligência*: “boa conversa”, “sagacidade”, “humilde”. Zezinho é um “menor mente” – reconhecido pelos demais adolescentes internados como alguém que é “humilde”, “tranquilo”, justo e que “fortalece” os companheiros e consegue prestígio através do seu “papo” (Neri 2009, p.6). Zezinho tem o dom da palavra, me disse Thurma.

Ainda encontrei Zezinho internado em maio de 2009. Fui convidado, como diretor de uma ONG, para a cerimônia de formatura dos internos. O espaço é uma

prisão: três complexos de grades, portas e seguranças até que se chegue ao local onde os adolescentes permanecem. Quando cheguei à última grade, observei os formandos descendo para o evento: divididos em grupos de cinco, roupas iguais, cabelos raspados, cabeças baixas e mãos para trás; a cada segurança por que passavam diziam: “dá licença senhor”, “dá licença senhora”. Entrei pelo corredor, recebendo indicação da sala para onde deveria me encaminhar. Os adolescentes estavam em uma sala com seguranças, de um lado, e nós fomos para outra, onde seria o evento. Os educadores, psicólogos e outros técnicos ficaram com os convidados. Quando estávamos acomodados, trouxeram os jovens para a sala; quarenta e cinco ao todo. Antes da distribuição dos certificados do “Curso de Empreendedorismo e Turismo”, discursaram o representante do Fórum, a diretora da unidade, o psicólogo responsável, o presidente do Conselho dos Direitos da Infância e Adolescência e eu mesmo, como representante da “sociedade civil”. Dois educadores cantaram, acompanhados por violão, enquanto os adolescentes eram chamados para receberem seus certificados. Eu estava ao lado da diretora da unidade de internação e comentei com ela como os meninos tinham uma aparência boa, saudável, destaquei o quanto eram bonitos. Ela disse: “Também... aqui, eles têm dentista, médico, comida boa, aqui dormem bem, não usam drogas, ficam menos vulneráveis”.

Para encerrar o evento, alguns adolescentes apresentaram uma “dramatização”. O esquete, singelo a despeito da desenvoltura de alguns internos, consistia no seguinte: um jovem sai com o diploma da Fundação Casa (curso de turismo, empreendedorismo etc.) para procurar emprego. Ao chegar aos estabelecimentos, o jovem se apresenta e mostra o diploma. Os entrevistadores demonstram apreensão; afastam-se, mudam de assunto, evidenciando preconceito pelo fato do jovem ter passado pela internação. A visão dos jovens, apresentada na dramatização, é a do estigma de quem passou por uma situação que caracteriza a pessoa como “criminoso”. Zezinho representava um dos garotos que está procurando emprego. Em sua *performance*, entrega seu currículo em três lugares diferentes. Sem conseguir uma oportunidade, volta, ao final do dia, para seu bairro e encontra um grupo de amigos que estão trabalhando no “movimento” (tráfico de drogas). Seus amigos o convidam para voltar a trabalhar no tráfico e ele diz que não, não quer; está

procurando emprego. Seus amigos estão fumando maconha e circulam o cigarro até a mão de Zezinho. No momento em que ele segura o cigarro, a polícia chega. Os adolescentes da Casa riram bastante após a apresentação, comungando significados. A mensagem que transmitiram foi patente: independentemente do que façam, ou deixem de fazer, serão, sempre, considerados suspeitos; ao saírem da internação, sua marca será de ex-internos da “FEBEM”¹⁰⁶.

Zezinho ficou aproximadamente três meses internado. O prazo de internação não é predeterminado; depende da decisão do juiz, que costuma seguir a indicação apresentada no laudo dos técnicos da Fundação Casa. Geralmente os laudos são assinados por psicólogos. Não tive acesso ao laudo, mas Dona Ivone me mostrou uma carta de Zezinho que sensibilizou a psicóloga a ponto desta escrever um relatório recomendando a soltura de seu filho. Na carta, endereçada à mãe, Zezinho aponta uma mudança comportamental: “Aqui descobri que o crime não compensa; to no sofrimento, mãe. Me perdoa, mãe; to aprendendo uma profissão, pra lá fora enfrentar o mundão. Vou me armar com enxadas e pá; minha mão calejar. Cuidar bem da minha família, uma família firmona, mãe. Só tenha uma certeza: de que um dia seu filho vai voltar”.

No início de abril Zezinho foi solto e iniciou o cumprimento da *medida de liberdade assistida (L.A.)*. Encontrei-o na segunda semana de atividades da *L.A.*, quando foi para uma oficina de *rap com Thurma*, que já desenvolvia a dois anos as oficinas em meio aberto. Também nestas atuei como facilitador, voluntariamente. Ao final da atividade, levei-o para casa e ficamos por mais ou menos uma hora conversando. Perguntei a ele o que é a *L.A.*. “É um documento que eu assino, para o juiz ver que eu estou indo lá, estou comparecendo, estou fazendo o que ele pede... Tem Conselho, tem carro à paisana e tem polícia... Tudo de olho em mim; na guarda do juiz. Aí na escola... eu ando na rua, assim, ele sabe tudo. Ele sabe aonde eu vou, o que eu faço, da escola... Eles vão lá; perguntam como eu estou”. “Eles quem?”,

¹⁰⁶Atualmente a instituição responsável pela privação de liberdade de adolescentes no Estado de São Paulo é a Fundação Casa, antiga FEBEM. Apesar de o nome ter mudado em 2006, grande parte da população chama a Fundação Casa pelo antigo nome - FEBEM - que é identificado, popularmente, como sinônimo de prisão de adolescentes “bandidos” e “perigosos”.

perguntei. “Os policiais”. E continuou a descrição da relação que imagina ter (ou que de fato tem) com as instituições do *sistema socioeducativo*. “Só que eu não sei disso, né? A psicóloga é que me avisou. Ela falou; ‘o juiz ta na sua cola; ele ta com olho deste tamanho em você (e fez o sinal com a mão abrindo os olhos); pensa que não tem ninguém de olho em você? Mas a polícia, a diretora da escola, ta todo mundo de olho em você”. Perguntei o que ele pensava sobre isso. “Não vou falar que eu acho bom, porque fui eu que cometi este erro e tenho que pagar. Deixei vergonha na família, joguei o nome da minha família na lama”.

Ao deixá-lo em casa, conversei com Dona Ivone e pedi permissão para visitá-los uma vez por semana. Ela demonstrou satisfação. Temos uma relação de amizade; convivemos com certa intimidade durante três anos. Zezinho também pareceu gostar, talvez tenha sido apenas simpático. Voltei durante três semanas consecutivas, por volta das 11h da manhã e Zezinho estava sempre dormindo. Em um dos dias, sua mãe me disse que estava desconfiada de que Zezinho havia voltado para o “crime”. Disse que “é uma judiação” o que acontece com os jovens de hoje em dia; que muitos “meninos do tráfico” cresceram em sua casa, eles eram “bons”. Insistiu para que eu voltasse para conversar com Zezinho.

Voltei no dia combinado, 10 de junho. Zezinho estava no bar conversando com alguns homens mais velhos, um travesti e um amigo, este sentado em uma bicicleta. “É o gerente da biqueira”, disse-me a tia de Zezinho. Dona Ivone saiu ao portão no momento que cheguei e começou a gritar com Zezinho e seu colega da bicicleta. “Olha menino”, dizia se dirigindo ao rapaz de bicicleta, “eu não quero mais você aqui na porta da minha casa; que história é essa que você plantou maconha no meu jardim?”. Começaram a bater boca. Zezinho manteve distância, como se fosse absolutamente indiferente ao ocorrido. Dona Ivone chamou Zezinho: “Você acha que vai ser alguma coisa sendo traficante? Você não vai ser nada. Meus filhos são todos trabalhadores, agora você, que eu adotei e cuidei como se fosse meu filho, faz isso”. Zezinho continuava a expressar indiferença. “Você sempre foi frio e calculista”, disse Dona Ivone. Zezinho riu, talvez porque veja estas características como qualidades. Dona Ivone, até então com uma expressão severa, riu, resignada.

No dia 24 de junho, voltamos a nos encontrar. Convidei Zezinho pra ir até o centro; era aniversário da cidade. Tradicionalmente, acontece um desfile cívico de que todas as escolas e ONGs da cidade participam. Conversei com Dona Ivone enquanto aguardava o garoto, e ela falou sobre seus problemas de saúde, dando a entender que as preocupações com Zezinho deixavam-na desgostosa. Dona Ivone mudou de perspectiva repentinamente, revelando uma percepção muito pessoal sobre seu filho e os amigos dele. Lembrou dos vários meninos que hoje estão no tráfico e “cresceram” em sua casa. Ela atribui ao ganho “fácil” – e tudo o que o acompanha, como boas roupas, utensílios tecnológicos, lazer, mulheres - a grande motivação para os jovens aderirem ao tráfico. “Essa geração de hoje é muito difícil. Eles têm outra cabeça”.

Zezinho saiu de casa pronto para ir comigo ao centro da cidade. Vestindo um casaco vermelho de gola alta fechada por uma corrente dourada, tênis Nike brilhando de tão novo, bermuda larga vermelha e um boné azul e vermelho, estava animado com o passeio. Chegamos ao centro e ele caminhava com um estilo facilmente reconhecido pelos seus pares geracionais. Passos largos, cabeça erguida, gestos largos com as mãos para cumprimentar as pessoas. Percebi olhares de admiração e outros de atenção de muitos jovens que o conheciam; e não eram poucos. Paramos, então, em uma lanchonete, onde havia um grupo de amigos dele. Sentou-se e ficou conversando. Fiquei alguns minutos com o grupo, composto por alguns jovens de estilo parecido, outros não. Despedi-me do grupo, pois tinha que acompanhar o desfile da ONG à qual pertencço. Quando voltei, os garotos estavam desolados na praça em frente à lanchonete. Eles haviam sofrido uma “batida” policial na frente de centenas de pessoas que acompanhavam a festa. O dono desconfiara de que eles pudessem estar observando o local para tramar um assalto - pelo menos foi isto o que o policial argumentou, segundo a versão dos jovens. Zezinho, que estava imponente, vaidoso, agora mostrava expressão de revolta e humilhação. Ao deixá-lo em casa, no momento exato em que chegamos, a polícia passava lentamente em frente à sua casa. Os policiais olharam com agressividade para nós, como se fôssemos suspeitos.

Zezinho continuou no período que o acompanhei nas atividades da Liberdade Assistida (LA) frequentando a oficina de rap. A letra que escreveu na oficina realizada em meio aberto revela um conteúdo diverso da letra que fez na internação. Ele voltou a expressar críticas à “Fundação”, voltou a destacar o crime como uma possibilidade e ao invés da mãe, a pessoa central em sua vida passou a ser a namorada.

“Minha *quebrada*, *favela de mil grau*, barraco de madeira não tem nada a ver com a praia; ali mora um moleque com um sonho especial, fazer gol com a camisa nove de futebol; mas não tinha dinheiro nem para a chuteira, começou a roubar, dispensando a brincadeira, 157 é embaçado, arrisca muito a vida, catou uns pacotinho pra ripar lá na *lojinha*, aí moio vamo dá fuga no meio da multidão, fui preso apreendido, jogado na Fundação; tanto a liberdade, firmão tranquilidade, mas eu nem respirei, voltei pra atividade, dois meses na rua, no corre de um dinheiro, simpatia e Zé povinho têm, mas tô ligeiro, mais bem diz o ditado se conhece sangue bom, quem entra para o *crime* mente são corpo são, oportunidade pra mim no país do carnaval, só se for olhando carro, ou limpando vidro no farol, dois meses de cadeia saudades do meu amor, a guerreira princesa nunca me abandonou, sua pele macia eu até gosto de lembrar, me lembrando da sua voz me dá forças pra lutar, foi lendo uma carta dela foi aí que eu sorri outra vez, e na carta dizia que estava grávida de dois mês, agora corre atrás pra nois três, aí que eu descobri que o *crime* é ilusão, quero estar com minha família no momento de emoção”.

Nesta letra, Zezinho muda o tom, deixando mais porosas as fronteiras entre participar do *crime* e desejar uma vida familiar sem os riscos pessoais envolvidos na participação de atividades ilícitas. Da mesma forma que Amendoim (capítulo 3), que jamais “correu com o crime”, Zezinho representa a (sonhada) relação com o filho que nascerá e a futura (pretensa) mulher como elementos que fazem do *crime* uma “ilusão” – pois “quer estar com a família no momento de emoção”, isto é, não estar preso, foragido, afetado pela violência. Não há uma análise moralizante das atividades ilícitas em si, e mesmo Amendoim também não a demonstrou (capítulo 3), mas antes a identificação dos desassossegos e sofrimentos gerados pelas consequências de ser um “fora da lei”.

Na última visita à casa de Zezinho, em 29 de julho, aconteceu algo inesperado. Ele estava no bar em frente à sua casa. Ficou meio sem jeito. Percebi que

ele estava vendendo drogas. Chegou então um rapaz de, aparentemente, vinte e poucos anos, cabelo com reflexos loiros, correntes de prata, dirigindo um Vectra¹⁰⁷ azul metálico com equipamento de som de última geração, e chamou Zezinho para ir com ele comprar vinho em uma adega tradicional da cidade. Zezinho me perguntou se eu sabia onde era a tal adega. Eu sabia. Então, o rapaz me chamou para ir com eles. Entramos no automóvel e saímos em direção ao local. Carro impecável, com equipamento de som tocando *Racionais MC's*, o grupo de *rap* mais conhecido do Brasil. A caminho, descobri que o rapaz não tinha carteira de habilitação. Fiquei um pouco apreensivo, mas percebi que estava em uma situação interessante para a pesquisa e tinha que seguir adiante.

Avisei o condutor do automóvel que é costume haver “comandos” (blitzes com parada e inspeção de carros e de condutores) na entrada da cidade. Paramos de esquina em esquina, observando de longe se havia algum “comando”. Conseguimos entrar na autoestrada que contorna a cidade, antes de passarmos pela polícia. Seguimos até a última entrada e nos dirigimos à Adega. Os rapazes compraram o vinho e conversaram um pouco com o “senhor” sobre os processos de produção da bebida.

Creio que pelo gosto do risco e da aventura, o rapaz que dirigia o automóvel resolveu voltar pelo centro da cidade, mesmo estando em um veículo rebaixado, com som bem alto, tocando música *rap*, sem usar o cinto de segurança, além da falta da carteira de habilitação (o que – exceto ouvir *rap* –, no Brasil são infrações às leis de trânsito). Enquanto passávamos pelas ruas centrais, o rapaz comentou que não via o centro há uns dois anos e que saíra da cadeia há cinco semanas. Os dois observavam todas as ruas, as pessoas, os prédios do centro. Passamos, inclusive, em frente a policiais. Com o vinho aberto rodando de mão em mão, bebido a goles amplos e contundentes, os dois cantavam com fúria uma canção dos Racionais MCs, encenando com gestos, poses e expressões faciais.

“Firmeza total mais um ano se passando, graças a Deus a gente tá com saúde aí moro? Muita coletividade na *quebrada*, dinheiro no bolso, sem miséria, e é nós... Vamos brindar o dia de hoje, que o amanhã só pertence a Deus, a *vida é loka*. Deixa eu falá, pocê, tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão, logo mais

¹⁰⁷ Automóvel da marca GM.

vamos arrebentar no mundão, de cordão de elite, 18 quilate, põe no pulso, logo bright, que tal, ta bom, de lupa bausch&lomb, bombeta branca e vinho, champanhe para o ar, que é pra abrir nossos caminhos, pobre é o diabo, eu odeio ostentação, pode rir, ri, mas não desacredita não, é só questão de tempo, o fim do sofrimento, um brinde pros guerreiro, zé-povinho eu lamento, vermes que só faz peso na Terra, tira o zóio, tira o zóio, vê se me erra; eu durmo pronto pra guerra, e eu não era assim, eu tenho ódio, e sei que é mau pra mim, fazer o que se é assim, *vida loka* cabulosa, o cheiro é de pólvora, e eu prefiro rosas. e eu que...e eu que sempre quis com um lugar, gramado e limpo, assim, verde como o mar, cercas brancas, uma seringueira com balança, disbicando pipa, cercado de criança, how, how, Brown, acorda sangue bom, aqui é capão redondo,tru, não pokemon, zona sul é o invés, é stress concentrado, um coração ferido, por metro quadrado, quanto, mais tempo eu vou resistir, pior que eu já vi meu lado bom na U.T.I, meu anjo do perdão foi bom, mas tá fraco, culpa dos imundo, do espírito opaco. Eu queria ter, pra testar e vê, um malote, com glória, fama, embrulhado em pacote; se é isso que cêis quer, vem pegar, jogar num rio de merda e ver vários pular, dinheiro é foda, na mão de favelado, é mó guela, na crise, vários pedra, 90 esfarela, eu vou jogar pra ganha, o meu money, vai e vem, porém, quem tem, tem, não cresço o zóio em ninguém, o que tiver que ser, será meu, tá escrito nas estrelas, vai reclamar com Deus; imagina nós de Audi, ou de Citroen, indo aqui, indo ali, só pam, de vai e vem, no Capão, no Apurá, vô colar, na pedreira do São Bento, no fundão, no pião, sexta-feira, de teto solar, o luar representa, ouvindo Cassiano, há, os gambé não guenta; mas se não der, Nêgo, o que é que tem, o importante é nós aqui junto ano que vem e o caminho da felicidade ainda existe, é uma trilha estreita em meio a selva triste; quanto cê paga pra vê sua mãe agora, e nunca mais ver seu pivete ir embora, dá a casa, dá o carro, uma Glock e uma fal, sobe cego de joelho mil e cem degraus. quente é mil grau, o que o guerreiro diz, o promotor é só um homem, Deus é o juiz, enquanto zé-povinho apedrejava a cruz, um canalha fardado, cuspiu em Jesus, Hó aos 45 do segundo arrependido, salvo e perdoado, é Dimas o bandido, é louco o bagulho, arrepiá na hora, Dimas primeiro *vida loka* da história, eu digo, glória, sei que Deus ta aqui, e só quem é, só quem é vai sentir, e meus guerreiro de fé, quero ouvir e meus guerreiro de fé, quero ouvir, irmão: programado pra morrê nós é, certo é, certo é, crê no que der; firmeza, não é questão de luxo, não é questão de cor, é questão que fartura, alega o sofredor; não é questão de preza, nêgo, a ideia é essa, miséria traz tristeza e vice-versa, inconscientemente, vem na minha mente inteira uma loja de tênis, o olhar do parceiro feliz de poder comprar, o azul, o vermelho, o balcão, o espelho, o estoque, a modelo, não importa, dinheiro é puta e abre as portas dos castelos de areia que quiser, preto e dinheiro são palavras rivais, é, então mostra pra esses cu como é que faz, o seu enterro foi dramático como um blues antigo, mas de estilo me perdoe de bandido, tempo pá pensar, quer parar, que se quer, viver pouco como um rei, ou muito como um Zé. Às vezes eu acho que todo preto como eu, só quer um terreno no mato, só seu, sem luxo, descalço, nadar num riacho, sem fome, pegando as fruta no cacho. aí truta, é o que eu acho, quero também, mas em São Paulo Deus é uma nota de 100, *vida loka!* porque o guerreiro de fé nunca gela, não agrada o injusto, e não amarela, o Rei dos reis foi traído e sangrou nessa terra, mas morrer como um homem é o prêmio da guerra, mas Óh, conforme for, se precisar, afogar no próprio sangue, assim será, nosso espírito é imortal, sangue do meu sangue, entre o corte da espada e o perfume da rosa, sem menção honrosa, sem massagem. A *vida é loka* nêgo, e nela eu tô de

passagem. À Dimas o primeiro. Saúde guerreiro! (Vida Loka parte 2, Racionais Mc`s)¹⁰⁸.

A expressão *vida loka* é comum nas *quebradas* - publicada em adesivos, em carros, pichações em muros, síntese do imponderável na casualidade. Ela revela a imponderabilidade da experiência comum; o aparente caos que cada indivíduo deve gerenciar, mas, também, o reconhecimento de que o mistério do fluxo da vida cotidiana não é controlado por ações governamentais (como aquelas presentes no sistema socioeducativo) ou por qualquer poder humano. A complexidade da *vida loka* no interior do *crime* leva o jovem a um dilema: sair dele e procurar viver como um “Zé”, realizando trabalhos enfadonhos e mal remunerados, comuns aos moradores das periferias paulistas, sem acesso ao mundo de bens desejados, ou continuar vivendo como um “Rei”, ainda que de maneira fugaz e perigosa. No limite, trata-se de uma escolha econômica.

Descrevi situações cotidianas, em certo sentido imponderáveis, que delimitaram os contornos de uma forma de vida humana. No momento em que me disse que iria continuar traficando, Zezinho se autojustificou. Disse que sua mãe nunca teve nada e que ele nunca teria uma oportunidade. A transgressão foi explicada por um discurso que enfatiza a injustiça social no Brasil contemporâneo. Uma leitura precipitada pode indicar uma consciência racional e política nos moldes de movimentos políticos que se opõem à violência do Estado. Entretanto, a obstinação contra o “sistema” manifesta nas falas e nas *performances* estilo “bandido” de Zezinho revelam formas de resposta ao discurso dominante no *sistema socioeducativo*, contexto em que é difícil para ele responder às demandas de ajustamento exigidas. Esta impossibilidade é experimentada no cotidiano; como lidar

¹⁰⁸ Canção do álbum “Nada como um dia após outro dia”, *Racionais Mc`s Cosa Nostra*, de 2002. Diversas expressões presentes na letra da música são comuns no vocabulário de jovens moradores das periferias paulistas. Não me proponho aqui a fazer a interpretação da letra, pois o conjunto das interpretações sobre a noção de *vida loka* presente na tese dialoga com a “cosmologia” apresentada na canção, inclusive com as variações de níveis da expressão apresentadas no capítulo três da tese; considero aqui importante destacar a alusão ao personagem “Dimas”, que – sem que lhe atribuam nome próprio – é encontrada em Evangelho que compõe a Bíblia Sagrada: Dimas teria sido o bandido crucificado ao lado do Cristo, que naquele momento o “perdoou”, garantindo-lhe a vida eterna ao salvar-lhe a alma. O sentido principal que apreendo como intérprete é o de que a vida e as escolhas de um “bandido” não estão presas, para os rappers dos Racionais, a uma visão moralizante; a vida é desafio e não há julgamento que encerre as escolhas das pessoas entre o “bem” e o “mal”. A vida é “loka”, incerta, arriscada e possui, em cada determinado contexto, suas próprias demandas e adaptabilidades que escapam a juízos morais e institucionalizados.

com uma *vida loka*?

O trânsito pela rua, também por mim vivenciado, é exemplo de onde tudo é mesmo imponderável: a falta dos documentos de habilitação e do carro, o vinho sendo tomado enquanto se dirige não significam que seríamos apanhados pela polícia. Poderíamos sê-lo em qualquer outra situação, como aquela expressa no esquete durante a internação de Zezinho. O sentido transcendente reivindicado na música de os Racionais MC`s, o “promotor é só um homem, Deus é o Juiz”, revela o inusitado: a participação no mundo do consumo e a realização pelo dinheiro através da participação no tráfico de drogas é um crime, que merece punição, para os homens. E para Deus? Se existe a possibilidade de não serem julgados por Deus pelos crimes mundanos, estes jovens fogem, simbolicamente, da lógica moral da repressão ao crime; o chamamento ao divino enfatiza a ideia de um indivíduo *de passagem pela vida*, que marca a disputa simbólica presente na expansão do “marco discursivo do crime” (Feltran 2008a).

Não tive mais convívio com Zezinho. Em uma das poucas vezes em que nos encontramos nas ruas do bairro, presenciei novamente seu dilema; ele estava com outro jovem, gerente (coordenador de vendas) de uma “biqueira”, e a conversa versava sobre a fuga de Zezinho do posto de *trabalho*: ele “tomou um enquadro da polícia”¹⁰⁹ e fugiu da *lojinha*, passando uma semana sem trabalhar e, no momento em que os encontrei, eles conversavam sobre este fato: o gerente dizia que Zezinho não servia para o crime, pois se no “primeiro enquadro que você toma da polícia já some... ladrão não fica entre a cruz e a espada; ladrão é ladrão”.

¹⁰⁹ Expressão que significa que o jovem foi abordado pela polícia.

DA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA A SUSPEITO *EMPREENDEDOR DE SI*

No centro da trama até então descrita, sobressaem encontros humanos singulares entre pessoas (adolescente, seus pares, educadores e psicólogos, familiares, o próprio pesquisador) que desnudaram no cotidiano a própria configuração de poder que encerra a experiência de todos os envolvidos. A perspectiva adotada neste capítulo está na posição ocupada pelo pesquisador como profissional do *campo socioeducativo* e de sua interação com um adolescente em cumprimento de *medida socioeducativa*. Interpreto nas próximas páginas a experiência de um adolescente em seu fluxo pelo *sistema socioeducativo*: o trajeto de Zezinho aos olhos do pesquisador revela um sistema de fragmentos, lacunas e violências.

A entrada de Zezinho para o *sistema socioeducativo* (definido no discurso institucional como um campo de “proteção” e “garantia de direitos”) deu-se através da “guerra às drogas”: ações de repressão institucional que levam jovens moradores de bairros de baixa renda, como o de Zezinho, a serem constantemente tidos como suspeitos. Ao ingressar no *sistema socioeducativo*, o rapaz experimentou uma série de situações de constrangimento. A aplicação de *medida socioeducativa* (primeiro a de internação e depois a de liberdade assistida) causou uma inflexão na vida do adolescente; a intervenção institucional delineou um complexo campo de poder sobre a vida de Zezinho, e suas diversas (re)ações desenharam a incorporação deste poder em sua cotidiana vida.

A medida de internação, como a prisão dos adultos (maiores de 18 anos de idade), é executada em locais que se situam nas margens, nos limiares da vida social. Além disto, a gestão da medida de internação de Zezinho foi marcada por dispositivos de controle cada vez mais apertados e intrusivos no que se refere a jovens assistidos, os “adolescentes em conflito com a lei”. O isolamento do adolescente é combinado com um processo de mapeamento de sua vida familiar e comunitária que conjugará, no momento do retorno à *quebrada*, com a “guerra às

drogas” das forças de segurança sobre jovens considerados suspeitos em sua vizinhança. Concretiza-se assim um modelo disciplinar na internação com uma intervenção sobre o ambiente do mercado de drogas no bairro de Zezinho¹¹⁰.

As expressões de Zezinho durante a internação – olhar perdido de desamparo e, ao mesmo tempo, reflexivo e resignado – inscrevem em seu corpo a presença do delito como demonstração da sujeição a que deve se submeter para se mostrar como alguém que quer mudar de vida. A possibilidade de ter uma recaída é a marca de seu lugar social no mundo institucional – suspeito, irá reincidir ou não? Em sua relação com os representantes do *sistema socioeducativo*, Zezinho representou o comportamento esperado para ser solto. Privado de liberdade, o adolescente percebe que é por meio do “bom comportamento”, de seu “ajuste”, que se dá a possibilidade de absolvição: as expressões faciais e a gestualidade do corpo, nos momentos em que pude presenciar sua relação com os representantes institucionais, foram marcadas por elementos de uma *performance* de submissão – mãos para trás, cabeça baixa, expressões de resignação – que diferem substancialmente de sua linguagem, de seus gestos e movimentos na rua, entre seus pares. Zezinho expressa, sem o dizer, que não se submete. Ele lida com a lógica operada no *sistema socioeducativo* para se manter livre, manejando seu comportamento e narrativas de acordo com o esperado.

As *performances* de Zezinho nas ruas lançam mão de linguagens intercambiáveis em contextos locais (o “marco discursivo do crime” e o *dialeto da vida loka*) que o liga a uma grande diversidade de juventudes nos contextos comunicacionais das *quebradas*. Além da fala, observa-se nas interações entre os jovens a corporificação dos olhares, balanços de corpo, estilos de roupa e acessórios, atitudes em “debates” e debates. Esta é a *lei das ruas*: desempenhar atitudes e proceder. Nas ruas Zezinho é da *quebrada* e do *crime*; desenvolve *mente* e *consciência*, *atitude* e *proceder*, como Thurma, Miguel e Amendoim, seus manos da *quebrada* (capítulo 3). Estes jovens, alguns do *crime*, todos da *quebrada*, não

¹¹⁰ Ao analisar as leituras dos neoliberais americanos da política penal, Foucault interpretou as conseqüências do modelo de inteligibilidade deste pensamento. “É sobre o ambiente de mercado em que o indivíduo faz o seu crime e encontra uma demanda positiva ou negativa, é sobre isso que se deve agir. O que levantará o problema (...) da técnica dessa nova tecnologia ligada, creio eu, ao neoliberalismo, que é a tecnologia ambiental ou a psicologia ambiental nos Estados Unidos” (Foucault 2008a, p.354). Foucault não aprofundou a análise dessa tecnologia nas aulas e textos posteriores às aulas no College de France em 1979.

excluem o primeiro da segunda; justapõem – a interação entre eles cria *interfaces* – zonas em que mentalidades e condutas de diferentes linhas acionadas pelo *dispositivo das drogas* se cruzam nos contextos das periferias paulistas. O alargamento do *crime* é facilitado pela indistinção deste com o “mundo das drogas”; o esquete protagonizado por Zezinho durante a internação aponta para a apreensão de que eles serão punidos, sejam traficantes, sejam meros consumidores. Pelo menos veem como potencialmente possível a indeterminação entre as categorias *tráfico e consumo*. As fronteiras entre o “mundo das drogas” e o “mundo do crime” tornaram-se ambíguas. O “problema das drogas”, desta forma, se capilariza nos territórios, expandindo suas teias de ameaças, restrições e caracterizações dos jovens moradores das *quebradas*.

Na rua, Zezinho manteve a *performance* que o identifica como alguém de estilo “bandido” – do qual cantar *rap* dos Racionais é uma expressão. O “bandido”, o “traficante”, é do local, participa da gestão da vida do bairro; ele efetivamente é da *quebrada*. E também a assume como uma de suas características: um “ladrão” costuma ter uma “*quebrada* do coração”. Nos momentos em que se apresenta para o seu grupo de relações, nas “baladas” (diversões, geralmente em bares e danceterias) noturnas, em contextos nos quais pode seduzir e usar seu dinheiro, Zezinho tem posturas corporais, gestos e movimentos de força, altivez, coragem. Ele sabe que, assim, recebe a atenção de garotas e o respeito de garotos. Desempenha com desenvoltura o estilo “bandido” e parece sentir-se adequado nele. Tal estilo não é estranho aos seus amigos, sejam do “mundo crime” ou não. A mudança comportamental durante a internação não representa, contudo, necessariamente, manipulação ou falsificação de suas intenções. Sua fala sobre a “vergonha que deixou na família” indica a interiorização da culpa e a dúvida com relação a suas escolhas. A humilhação vivida por seu pai ao ir para a delegacia, e por sua mãe ao visitar o filho em um centro de internação, foi incorporada como sentimentos de dor e de culpa por Zezinho.

A mãe navega na ambivalência da situação do filho: ora defende aquela moral de valorização do trabalho e da família, mostrando-se então no limite do abandono de seu filho “bandido” (neste caso, destacado como adotivo), ora esta

mulher é capaz de expressar sensivelmente o reconhecimento da diversidade de Zezinho, incluindo amigos ou colegas dele que flertam com o “mundo do crime”. A família sofre uma investida que causa mais dor do que contribui para o fortalecimento dos laços afetivos entre os parentes, um dos objetivos propalados pelo *sistema socioeducativo*. No processo de execução das *medidas socioeducativas* a família é chamada para tratar da cidadania que falhou, por meio de encontros com psicólogos, assistentes sociais e representantes da justiça. Exposta a tais procedimentos, parece-me que Dona Ivone, mãe de Zezinho, sentiu-se impelida a reforçar o discurso institucional, embora sem desconsiderar circunstâncias muito particulares da vida de seu filho e dos amigos, cujo crescimento ela acompanhou.

A conduta da mãe foi influenciada por práticas pontuais de profissionais do *sistema socioeducativo* que revelam uma racionalidade governamental que espalha o controle de forma capilar até dentro da casa do adolescente. A ação *socioeducativa*, aplicada desta forma, interfere e influencia o papel de cada um dentro da família, levando à opressão dos adolescentes em seu próprio lar. No retrato que observei do conflito entre as gerações em meio a uma intervenção institucional “fica evidente a existência de formas narrativas, simbólicas e sociais, nas quais se tece uma violência difusa (...) no processo de sua articulação, às vezes de sua prática, a violência parece definir os contornos dentro dos quais ocorre a experiência de uma forma de vida enquanto forma de vida humana” (Das 1999, p.36). O *sistema socioeducativo*, através de suas práticas de intervenção, causou desacordos e desassossegos para Zezinho e para seus parentes.

A representação dramática de que Zezinho participou indica que a marca da privação de liberdade constitui, para os adolescentes, um estigma de segregação dificilmente superável. A “dramatização” revela a leitura que eles fazem de suas próprias experiências entre as fronteiras do consumo e do tráfico de drogas, da pobreza, do preconceito e da falta de oportunidades. De forma crescente, os adolescentes são presos por crime de tráfico; na singeleza do teatro, os jovens internados na Fundação Casa exibiram o sentimento do risco constante que sofrem: eles podem perder a liberdade por consumirem ou por venderem drogas em pequenas

quantidades.

Ao passar da *medida socioeducativa* de internação para a de liberdade assistida, Zezinho, inicialmente, a compreendeu como um ritual burocrático que deveria ser cumprido para atender à determinação do juiz. Identificou na medida um controle total, um “*big brother*” em que o juiz representa o poder central, a psicóloga a “mensageira”, e a polícia mais a escola os “tentáculos” que, em seu próprio território, o observam e o constroem. Expressar cólera e revolta no contexto do *atendimento socioeducativo* é correr o risco de ser enquadrado em alguma psicopatologia. Vistas como entidades reais e universais, as emoções são subsumidas na biomedicina e na psicologia em esquemas normativos (saúde/doença, normal/patológico) como *locus* sujeito a controle, regulação e tratamento (Epele 2010, p.224). Zezinho sabe que suas reações emocionais estão sendo permanentemente monitoradas pela psicóloga, para que ela possa *saber* a sua “verdade interna” e *intervir* para protegê-lo de seu potencial de *reincidência*.

A aflição que o adolescente sentia ao ser tido como um suspeito (na escola, nas ruas, nos espaços públicos) era por ele contida quando submetido aos encontros com a psicóloga. Ele buscou demonstrar controle emocional, embora tenha passado por uma série de acontecimentos que considerou opressores: após a “batida” policial e o conseqüente constrangimento pelo qual passou na lanchonete, justamente no dia do aniversário de sua cidade, Zezinho não construiu naquele momento uma narrativa sobre sua revolta, sua dor – ele apenas afirmou, com raiva, “Eu vou traficar mesmo!”. Algumas semanas após o acontecimento, eu voltei ao assunto com ele e, então, ele interpretou o acontecimento de forma ampliada, organizando uma exposição de aspectos mais perenes em sua vida: citou sua mãe, a dedicação da vida inteira ao trabalho de empregada doméstica e a pobreza persistente, e da avaliação da situação da mãe conjecturou sobre sua própria vida: “eu nasci aqui na favela; eles nunca vão me “dar um boi”¹¹¹”. Perguntei-lhe: – eles quem? “A sociedade”, respondeu. Zezinho realiza uma interpretação por meio do sistema de valores do qual

¹¹¹A expressão “dar um boi” significa dar uma chance, uma oportunidade.

decorre a afetividade manifesta. Ele passou por uma cena pública de depreciação, sentiu-se desvalorizado e diminuído. Mas também elaborou sua relação com o mundo a partir de uma perspectiva de confronto com o que chamou de “sociedade”. A raiva surgiu como expressão emotiva de sua relação com o mundo.

O contexto de vida de um adolescente como Zezinho é permeado por violências institucionalizadas no Estado de São Paulo. Os adolescentes em cumprimento de *medidas socioeducativas* costumam viver em territórios urbanos de baixa renda genericamente chamados de “periferias”; e por eles ungidos pela afetividade: “minha *quebrada*”, “*quebrada do coração*” (rap Dialeto, capítulo 3). O aprisionamento dos jovens moradores de zonas urbanas de baixa renda constitui atualmente política estatal: tal política é praticada por meio da “guerra às drogas” em bairros considerados de “alta vulnerabilidade”, o que sugere a prática governamental de punir a pobreza e de conter as inúmeras “patologias” a ela associadas (Wacquant 2008). Parte substantiva dos jovens que estão no *sistema socioeducativo* advém destas zonas urbanas.

A *periferia* expressa, simbolicamente, um *locus existencial* onde pessoas insuficientemente socializadas, segundo o marco normativo, podem sofrer interferências em suas vidas. Os jovens pobres, no discurso da “fala do crime”, constituem o principal grupo em risco de sucumbir ao crime, ao mal. A centralidade no *sistema socioeducativo* de jovens “da periferia” expressa a dinâmica da disputa simbólica que se dá por meio do processo de expansão do “marco discursivo do” crime, entre jovens que habitam as periferias paulistas (Feltran 2008a). A repressão policial se volta a todos que se “parecem” com “bandidos”, isto é: “que têm a mesma idade e cor de pele, que usam roupas semelhantes ou os mesmos acessórios que aqueles identificados publicamente como criminosos, ou seja, os jovens das periferias urbanas” (Feltran 2008a, p.195).

Uma série de características atribuídas ao “ladrão”, como as de adotar o risco como estilo de vida, a busca do dinheiro fácil, do poder e do prestígio locais, são elementos de *performances* corporais e de narrativas dos jovens. Estas explicitam experiências adquiridas a partir de relações interpessoais ou institucionalizadas, de

informações acumuladas numa ampla representação de falas e imagens veiculadas pelos meios de comunicação e constantemente ressignificadas na música e no cinema. Ser membro do “mundo do crime” é participar de formas de identificação coletiva valorizadas por muitos jovens. Além disto, trabalhar no tráfico é estar em uma posição de destaque na economia local. “Frieza” e “cálculo” são qualidades necessárias que combinam com uma inteligência prática, senso de oportunidade e a arte de contornar situações difíceis, comum à “viração” das classes populares brasileiras (Telles e Hirata 2007). Na rua, Zezinho percebe que está ali, na frente da sua casa, a possibilidade de conseguir, em tempos de crise, R\$ 700,00 em uma semana¹¹². A escolha por traficar é também uma escolha econômica.

Zezinho passou por uma intervenção imposta a ele como algo feito para protegê-lo dele próprio e de seu contexto de “vulnerabilidades”. Complementando a ação de repressão (a “guerra às drogas”), o modelo de *intervenção socioeducativa* é posto como um tratamento legítimo para o sofrimento e violações de direitos que o adolescente sofreu por ser de um “território de vulnerabilidades” e trabalhar no tráfico. Ao se encarregar dos adolescentes, tidos ora como vítimas ora como membros do tráfico de drogas, o *socioeducativo* instaura o controle e os cuidados, através de dispositivos jurídicos, psicológicos e assistenciais para o tratamento desta “população vulnerável”. A psicóloga que fazia o acompanhamento de Zezinho me disse certa vez que seu trabalho é tornar o adolescente consciente das próprias escolhas e suas respectivas consequências: “se ele quer trabalhar no tráfico de drogas, tem que estar consciente de que provavelmente será preso e, talvez, até morto”. Embora se manifeste como uma preocupação profissional genuína, o efeito da relação estabelecida com os técnicos, mediante execução de *medidas socioeducativas*, é eleger a decisão individual do jovem como o *fiel da balança* para a construção de um “projeto de vida” e ter uma “vida saudável”.

O processo de individualização da responsabilidade se coaduna bem a noção corrente de *empreendedorismo* que se amplia para remotas fronteiras da vida social;

¹¹²Grande parte dos adultos moradores do bairro de Zezinho ganha entre um e dois salários mínimos ao mês. O salário mínimo no Brasil, hoje (2011), é de R\$545,00.

o *empreendedorismo* é hoje uma palavra chave nas estratégias *socioeducativas*. O *sistema socioeducativo* tem hoje um objetivo principal: evitar a *reincidência*. A “socioeducação” deve ser capaz de suprimir um nível do comportamento do indivíduo. No caso dos adolescentes que trabalham no tráfico de drogas, o sentido da ação *socioeducativa* é mudar o comportamento em seu elemento econômico, a atividade de vender drogas. Os critérios psicológicos para caracterização do adolescente continuam recorrentes e atuantes: análise da memória pessoal, da trajetória de vida com o ambiente familiar, da capacidade de ver a realidade, da permanência ou não dos traços de personalidade e caráter. Essas práticas avaliam se o indivíduo tem o juízo das “corretas” intenções, crenças e valores, assim como o raciocínio normal. Acontece que o conteúdo da normalidade psicológica esperada implica necessariamente abandonar a venda de substâncias psicoativas ilegais, como se este trabalho fosse em si um sintoma, um distúrbio de ordem psicológica.

O trabalho no tráfico de drogas se revela como experiência cotidiana em que ocorre um conjunto de situações de opressão e violência. Ao dispor a linguagem e a gestualidade no “estilo bandido”, Zezinho interiorizou uma posição em um campo de relações de poder e passou pelo *fio da navalha*, entre o *crime* e o *socioeducativo*, inaceitável para toda sua rede de relações. Para os operadores do *sistema socioeducativo* ele procurou se mostrar firme, disposto a “pegar na pá e na enxada”, caso necessário, a empreender uma transformação de seu contexto de vida. Para o *crime*, “ladrão não fica entre a cruz e a espada”, ele tinha que se mostrar adequado à “firma”, vestir a camisa e arcar com as consequências. Zezinho não pode ter dúvidas, ele deve *empreender a si mesmo*, correndo os riscos inerentes à “vida loka” do trabalho no comércio varejista de drogas. Tal visão do jovem como alguém que deve explorar individualmente os riscos, as perdas e as benesses de suas escolhas constitui uma zona de confluência entre o discurso *socioeducativo* e o do *crime*. Zezinho circulou durante os meses que eu o acompanhei por múltiplos níveis em que ideias, projetos e técnicas o influenciaram para um alinhamento com uma noção geral de competência pessoal, de capacidade de governar a si mesmo. Vivendo como suspeito em seu próprio bairro, Zezinho tem que escolher os meios, os caminhos e os instrumentos para o sucesso de sua empreitada individual. Simultaneamente um

aparato governamental difuso e um modelo de gestão do comércio de drogas o acompanharam, cada qual com suas próprias estratégias e esquemas de gestão da vida do adolescente.

* * * * *

O ato infracional é definido no ECA (Brasil, 1990) como “a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (art. 103), conteúdo operativo, mecânico e vazio de sentido. Partindo da definição padrão de crime (uma infração à lei formulada) elaborada pelos reformadores do direito penal no final do século XVIII¹¹³, Foucault (2008a) observa que na análise dos neoliberais a definição é a mesma, mas o ponto de vista simplesmente muda: o crime é colocado do lado de quem comete o ato, passa-se para o sujeito individual e, assim, a infração à lei é definida como a ação que o indivíduo realiza que faz com que ele corra o risco de ser punido. O *empreendedorismo de si* mesmo pode ser visto como uma faceta da difusão de uma grade de inteligibilidade neoliberal¹¹⁴, isto é, a eleição do mercado como princípio de inteligibilidade tanto dos comportamentos individuais quanto das ações governamentais (Foucault 2008a).

No caso de Zezinho, na forma que a sua psicóloga elaborou sua intervenção, a questão é mostrar ao adolescente que a ação de traficar o faz correr o risco de receber uma medida socioeducativa (ou de ser morto, o que também seria consequência de sua escolha individual). Embora no Brasil, tanto a internação e o

¹¹³ Segundo Foucault (1996, 2008a), a questão colocada pelos reformadores era uma questão de economia política. “Filtrando assim toda a prática penal através de um cálculo de utilidade, o que os reformadores buscavam era precisamente um sistema penal cujo custo fosse o mais baixo possível” (...) “a lei é a solução mais econômica para punir devidamente as pessoas e para que essa punição seja eficaz” (Foucault 2008a, p.340-41).

¹¹⁴ Ao tratar das análises neoliberais em seu contexto geral, Foucault (2008a) revela que a economia passa a ter como tarefa, não um mecanismo relacional entre capital, investimento e produção, mas a análise do comportamento humano e de sua racionalidade interna. “O que a análise deve tentar esclarecer é qual cálculo que aliás pode ser despropositado, pode ser cego, que pode ser insuficiente, mas qual cálculo fez que, dado certos recursos raros, um indivíduo ou indivíduos tenham decidido atribuí-los a este fim e não àquele. A economia não é, portanto, a análise lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos”. (Foucault 2008a, p.307).

homicídio de adolescentes seja uma violência estrutural¹¹⁵, o discurso corrente volta à responsabilidade para o próprio autor do ato infracional. Zezinho entra nos cálculos do poder e, a partir de seu comportamento econômico (vendedor de substâncias psicoativas ilegais), passa a ser governamentalizável (Foucault 2008a, p.345).

O *sistema socioeducativo* é uma inovação do Estado brasileiro. Sua ambiguidade complexifica as relações de poder que transpassam a experiência de um jovem, como o Zezinho. Ao situar os adolescentes como sujeitos de direitos, o discurso institucional representa a possibilidade de os adolescentes mudarem o comportamento desviante e assim se incorporarem à sociedade. Desta forma, as instituições do *sistema socioeducativo* fazem a sua parte, cumprem suas funções racionais de controle da criminalidade e, ao mesmo tempo, promovem oportunidades de construção de cidadania. O Estado constrói, assim, desde a *margem*, a marca de distinção entre jovens aptos a voltarem ao convívio social e jovens reincidentes. O *sistema socioeducativo* garante ao jovem o direito de se “ressocializar”; permite que ele, por meio de sua razão individual, transponha a fronteira do “mundo do crime”. Se o jovem não a transpuser, isto indica fraqueza individual (e da família), incapacidade de empreender um comportamento econômico que não seja um crime.

¹¹⁵ O índice de homicídios de adolescentes divulgado em julho de 2009 aponta o fato de que metade das mortes de jovens brasileiros entre 12 e 18 anos é causada por homicídio. Além disto, a mesma pesquisa estima, baseada nos números de 2006, que entre o ano citado e 2012, aproximadamente 33 mil adolescentes morrerão como vítimas de homicídio (UNICEF, 2009), simultaneamente há, também, o incremento expressivo de adolescentes em privação de liberdade. Em 2007, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República divulgou dados do “Levantamento Nacional do Atendimento a Adolescentes em Conflito com a Lei”, mostrando o aumento em 363% do número de jovens internados entre 1997 e 2007, chegando hoje a dezenas de milhares em todo o país. (SEDH Secretaria Especial dos Direitos Humanos. SINASE, 2005, Documento referencial para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: SEDH).

Capítulo 6. *Choque de mentes: controle e autocontrole da vida loka*

Em fevereiro de 2010, Riso telefonou-me participando “novidades importantes relativas à pesquisa”: reiniciava ele atendimento a adolescente que chegara para cumprir medida de liberdade assistida, após meses de internação. Ivan, o garoto, recebera medida de privação de liberdade por ter sido apreendido pela segunda vez – de novo por tráfico de drogas. Em sua primeira passagem pelo *sistema socioeducativo*, na primavera de 2008, Ivan não sofreu medida de internação, mas ficou internado provisoriamente por 33 dias; após esse período, o juiz aplicou a medida de liberdade assistida – da qual Riso foi o orientador.

Para Riso o garoto tinha que participar da pesquisa porque “é crítico”: “eu atendo um menino que fez 16 anos agora, mas você não acredita, ele é um garoto que tem grande possibilidade, ele é bem crítico”; “ele não obedece no vazio, o moleque tem uma *mente*, tem opinião”. O educador apresentou o adolescente com qualidades que costumam ser valorizadas no *crime*: “manipulador”, “bom de lábia”, “sabe entrar na *mente* do outro”. Ainda salientou que o garoto era “lado a lado” com Alemão, um amigo de infância de Riso e gerente da *lojinha* onde Ivan trabalhava.

Antes de apresentar-me ao adolescente, Riso mostrou-me o relatório técnico do psicólogo do centro de internação, e nele observei que o diagnóstico diferia dos tons e da ênfase dada pelo meu interlocutor – embora influenciasse seu trabalho: “ausência de figura masculina positiva”, “sentimento de negação da realidade” e “drogadição” compunham o quadro delineado no *parecer psicológico* do adolescente. Na primeira conversa direta que tive com Ivan, questionei-o sobre sua relação com o psicólogo durante a internação: “ninguém entra na minha *mente* não, se a psicóloga vier eu é que entro na *mente* dela”.

Neste capítulo exponho a tensão entre a visão normativa do diagnóstico psicológico de um adolescente e a utilização da palavra *mente* pelo próprio adolescente, como categoria, atributo e locução. Enquanto o trabalho técnico de delinear um perfil para o “adolescente infrator” situa o jovem no limite da razão, este indivíduo procura se firmar em uma racionalidade que enfatiza os desafios concretos de sua vida cotidiana - a experiência incerta, dinâmica, arriscada da *vida loka*. O uso institucional da linguagem cognitiva e comportamental da psicologia e o recurso dos adolescentes à expressão “*ter uma mente*” configuram-se em um campo de disputas

simbólicas entre o *socioeducativo* e o *crime*, indicando a *vida* como fronteira e interface entre saberes e poderes.

O DOMÍNIO DO MENTAL NAS TÁTICAS DE CONTROLE DO SOCIOEDUCATIVO

Ao final de minha palestra, ministrada em curso de formação destinado a profissionais do *sistema socioeducativo*, uma das participantes veio conversar comigo. Era ela psicóloga técnica, da área psicossocial da Fundação CASA, responsável tanto pelo acompanhamento individual quanto pela redação de relatórios; ofereceu-me uma revista, dizendo que seria importante que eu conhecesse as abordagens de referência. Segundo a técnica, o texto revelava o quadro dos adolescentes “em conflito com a lei” e, em nossa conversa, ela enfatizou que buscava as melhores referências para realizar seu trabalho, aperfeiçoar seu conhecimento e o atendimento que prestava. Agradeceu a palestra, disse que gostou muito, mas que não concordava quando eu provocava as abordagens “psi” (citando expressão minha), predominantes na construção do “Adolescente em Conflito com a Lei”, o “outro” e ao mesmo tempo centro de identidade (“sujeito de direitos”) do *sistema socioeducativo*.

Na matéria intitulada *Adolescência em Conflito com a Lei*¹¹⁶, encontrei uma série de afirmações que são recorrentes em relatórios e conversas com técnicos sobre os adolescentes em *atendimento socioeducativo*, e exponho aqui algumas frases exemplares: “a adolescência é um período de ambivalência, contradições, contestações e críticas a limites”, “o adolescente é uma pessoa ainda em desenvolvimento, não possui valores devidamente concretizados”, “falta de estrutura familiar é um dos fatores que leva ao comportamento agressivo”, “um perfil familiar comum à vida de adolescentes envolvidos com o crime é a ausência do pai”. Um dos teóricos mais influentes na psicanálise, Winnicott, é chamado na conclusão do texto:

¹¹⁶ Revista Psique – Ciência&Vida, ano V nº 53, junho de 2010, pp. 54-59.

“(ele) vê o problema da delinquência juvenil como uma consequência decorrente da privação da vida familiar”... “A criança tem a necessidade de ser cuidada, protegida por alguém e até mesmo de ser sancionada e ter seus limites estabelecidos. A criança antissocial, que não encontrou limites devidamente direcionados pela família e pela escola, recorre à sociedade como última instância, a fim de que se estabeleçam seus primeiros limites, para que ocorra, então, os estágios de crescimento emocional. Sendo assim, pode-se enxergar ainda uma esperança na delinquência, pois essa nada mais é do que um pedido de socorro que clama o controle por pessoas protetoras e acolhedoras (**Revista Psique – Ciência&Vida**, ano V nº 53, junho de 2010, p.59).

Um dos trabalhos mais importantes do psicanalista sobre o tema, *A tendência Antissocial* (Winnicott 2000b), tornou-se referência para a leitura da “delinquência” e do trabalho daqueles que lidam com os “delinquentes”. O autor inicia o texto citando o diário de anotações de um caso clínico que ele acompanhou; ele preferiu não assumir a responsabilidade e indicou a internação institucional como intervenção para o caso. Em suas palavras, preferiu “que a sociedade continue a carregar o peso de cuidar dele” (Winnicott 2000b, p.407). Vejamos por que o autor constrói esta posição em prol da internação. A base da tendência antissocial está em uma falha ambiental, uma destituição de algum aspecto essencial em sua vida familiar. A “tendência antissocial”, assim, caracteriza o indivíduo por “um elemento que compele o ambiente a tornar-se importante” (Winnicott 2000b, p.416), ou seja, “a causa da depressão ou da desintegração é externa” (Winnicott 2000b, p.416) e “provoca a distorção da personalidade e o impele a buscar a cura numa provisão ambiental” (Winnicott 2000b, p.416). Esta busca, manifestada no “roubo”, na “compulsão por bens” ou pela “vadiagem” é um sinal de esperança, pois ao cometer o ato antissocial a pessoa está buscando suprir a “perda original”. Devido à “tendência antissocial”, a criança é considerada desajustada. Por isto o “paciente” obriga alguém a encarregar-se de cuidar dele. Se o lar deixa de funcionar em algum aspecto importante, a criança ou adolescente deve ser institucionalizado. Desta forma, o tratamento não é a psicanálise, mas “o fornecimento de um ambiente que cuida”. “A psicanálise só faz sentido quando acrescentada à internação” (Winnicott 2000b, p.416). Um trecho merece citação completa por sintetizar a conclusão do quadro clínico elaborado por Winnicott:

Na falha de todas essas medidas, o jovem adulto será considerado um psicopata e pode ser enviado pelos tribunais a um reformatório ou para a

prisão. Caso exista uma tendência constante a repetir os crimes, usamos o termo reincidência (Winnicott 2000b, p.409).

Evitar a *reincidência* tornou-se o centro da *ação socioeducativa*. Os argumentos psicológicos que permitem o delineamento de estratégias de caracterização e controle são os principais conhecimentos acionados pelos técnicos. A teoria de Winnicott é bastante influente e pode ser vista em afirmações presentes em relatórios técnicos a que tive acesso em atividade profissional – reproduzidas aqui por minhas palavras: “as condutas desviantes do adolescente são uma tentativa frustrada de lidar com as dificuldades e conflitos pessoais”; “sugerimos a manutenção da internação para analisarmos se o comportamento desajustado do adolescente tem caráter transitório ou definitivo”.

Não é apenas a teoria sobre a tendência antissocial de Winnicott que influencia os diagnósticos. Uma série de associações psicológicas é usada para delinear um perfil para o “adolescente em conflito com a lei” e a relação com o “contexto socioeconômico” é também bastante explorada, sobretudo por meio da noção de “vulnerabilidade”. O perfil de adolescentes que apresentariam maior “probabilidade de aderência a formas e modelos de comportamento criminal” seria o daqueles que vivem em ambientes mais desfavorecidos e desprotegidos. Análises inspiradas na psicologia comportamental enfatizam que o meio familiar de origem e os grupos sociais extrafamiliares de referência têm caráter modelador do comportamento. Neste caso, os grupos de pares geracionais são capazes de oferecer modelos que podem passar a ser imitados e incentivados, daí a necessidade de se considerar o grau de envolvimento com “grupos delinquentes” (Benavente 2002). Aqui o envolvimento com “más companhias” torna-se um ponto para delineamento do perfil do “infrator”: o adolescente torna-se “vulnerável” à influência de grupos com os quais passa a se identificar e nos quais busca apoio, suporte emocional.

Existem atualmente no campo da saúde mental dois manuais de referência para o diagnóstico de doenças e transtornos, com base em dados estatísticos e avaliação clínica: a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10^a. Revisão, mais conhecida como CID-10 e o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 4^a. Revisão, mais conhecido como

DSM-IV¹¹⁷. Seus enfoques têm sido levantados como abordagens novas e bastante eficazes para a compreensão do perfil “delinquente”. Tais diagnósticos divergem da abordagem psicanalítica, como a proposta por Winnicott, por enfatizarem o comportamento sintomático como uma disfunção básica interior do indivíduo, minimizando as reações ao contexto social imediato. Os fatores apontados como responsáveis pelo *transtorno de conduta* são, entretanto, em grande medida similares aos fatores elencados nas outras vertentes de delineamento do perfil: rejeição e negligência parental, temperamento difícil no bebê, práticas inconsistentes de criação dos filhos, abuso físico ou sexual, falta de supervisão, mudanças frequentes dos responsáveis pela criança, família muito numerosa, associação com um grupo de companheiros delinquentes.

Além das características citadas, ganham espaço nos manuais de referência de diagnóstico psiquiátrico “certas espécies de psicopatologia na família”. A nova fronteira para se chegar ao perfil do criminoso parece ser a genética: as codificações e práticas de vida emergentes na produção de objetos científicos e tecnológicos e seus interconectados aparatos para delineamento de perfis humanos e intervenção sobre as “indesejáveis” variáveis da vida (Rabinow 2002).

Winnicott elaborou uma “teoria da mente”, publicada em outro artigo, no ano de 1954. O destaque desta sua teoria está na afirmação de que a atividade mental é um caso especial do desenvolvimento do psicossoma (o esquema corporal, o próprio ser vivo, a criança, o adolescente). O autor propõe a superação da oposição mente e corpo. Segundo o autor, o que de fato existe é o corpo: “a palavra psique, aqui, significa elaboração imaginária dos elementos, sentimentos e funções somáticos, ou seja, da vitalidade física” (Winnicott 2000a, p.333). Assim, o funcionamento intacto ou normal do cérebro é a base para a existência a partir da psique, e também da atividade mental. A identificação psique-mente é, em sua teoria, um fenômeno

¹¹⁷ Em ambos os manuais encontram-se descrições de um quadro clínico denominado de Transtorno de Conduta, codificado como F91 pela CID-10 e como 312.8 pelo DSM-IV. O quadro descrito sob tal rubrica, anteriormente, era chamado de *Delinquência*. Ele é caracterizado com diversos elementos comportamentais, entre os quais manifestações excessivas de agressividade e de tirania; crueldade com relação a outras pessoas ou a animais; destruição dos bens de outrem; condutas incendiárias; roubos; mentiras repetidas; hábito de cabular aulas e fugir de casa; crises de birra e de desobediência anormalmente frequentes e graves.

patológico. Fortemente orientado por uma visão de um “funcionamento mental normal”, Winnicott afirma que é necessário a conversão de um ambiente suficientemente bom – “a mãe devotada comum é suficientemente boa” (Winnicott 2000a, p.335) – em um ambiente perfeito (adaptado). O ambiente perfeito é criado pela atividade mental do psicossoma, é a “compreensão do bebê” que “libera a mãe da necessidade de ser quase perfeita” (Winnicott 2000a, p.335), ou seja, “a atividade mental do bebê transforma um ambiente suficientemente bom em um ambiente perfeito” (Winnicott 2000a, p.335). Em síntese, os processos mentais são reações adaptativas do corpo vivo e da psique. Nas palavras de Winnicott, “os fenômenos mentais são complicações de importância variável na continuidade do ser do psicossoma, na medida em que contribuam para formar o eu individual” (Winnicott 2000a, p.346).

Articulando a teoria da mente de Winnicott com o seu estudo da tendência antissocial (supra citada) a conclusão lógica é a de que tal “tendência” demanda a internação, pois é o sintoma de uma falha adaptativa do psicossoma ao ambiente externo, que exige alguma forma de intervenção, requisitada pelo próprio indivíduo à sociedade através de suas atitudes antissociais. Elaborada há cinco décadas, a teoria de Winnicott é corrente em todos os discursos técnicos acompanhados por mim como formador e consultor de programas de *atendimento socioeducativo*. Ela é um saber bem incorporado ao *modus operandi* do *socioeducativo*.

A tese de não separação do corpo e da mente, isto é, de que o cérebro é o depósito de tudo o que se atribuía à mente é mais atual do que nunca nas novas tendências do conhecimento sobre a psique humana. Hoje o corpo biológico é tido como o assento de nossos problemas e o alvo de trabalhos éticos de melhoria do indivíduo. Segundo Nickolas Rose (2008), a visão de vertentes da neurobiologia e do genoma é a de que ultrapassamos o dualismo cartesiano em cima do qual a psicologia se apoiava: mente, nesta leitura, é apenas o que o cérebro faz (Rose 2008). A atualidade de Winnicott não é apenas anacronismo, sua obra é atual ao apontar o estudo do cérebro (corpo) como o caminho para o entendimento da “mente humana”.

Antes da publicação da “teoria da mente” de Winnicott, Canguilhem já havia defendido sua tese “O normal e o patológico”, em 1943. Seu estudo sinalizou uma grande mudança no pensar sobre a saúde, mas ainda hoje a busca do normal como a

regra predomina em categorias profissionais e instituições que atuam em áreas de intervenção que têm o campo da saúde como base epistemológica; esse é o caso do *socioeducativo*. De maneira geral, qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma constitui o que se entende por normativo. Para Canguilhem (2010), entretanto, esta forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas; a vida é por si própria uma atividade normativa¹¹⁸, “é a própria vida, e não o juízo médico, que faz o normal biológico um conceito de valor e não um conceito de realidade estatística (Canguilhem apud Rabinow 2002, p.128).

Qual será o próximo passo das “ciências da mente” na caracterização do perfil delinquente? E quais *estratégias biopolíticas* surgiriam para o seu controle? Para Rabinow (2002), estamos de forma gradual, mas constante, caminhando para um remodelamento da sociedade e da vida pela nova genética. A partir das intervenções filantrópicas e de higiene destinadas a moralizar e disciplinar os pobres e degenerados – modelo que ainda impera no *sistema socioeducativo* – podemos ver no horizonte formas de intervenção baseadas em fatores de risco geneticamente mapeados. Tal tecnologia de gestão das vidas ainda não está pronta, mas os campos de validação do que é mais e menos humano já estão delineados. Para Rabinow, as análises filosóficas sobre a vida, como as levadas a cabo por Canguilhem e Foucault, possuem renovada relevância em um momento em que as biociências ocupam o centro das arenas científica e pública com uma renovada conceituação da vida (Rabinow 2002). A visão de vida mais comumente proposta nas biociências contemporâneas considera o comportamento como sendo determinado e os seres humanos mais como animais. Em certo sentido, é a supremacia do psicossoma sobre a mente que está novamente em jogo.

Todos os saberes das ciências voltados à compreensão da “psique” são poderosas ferramentas usadas na definição dos perfis dos adolescentes “em conflito com a lei” e orientam as decisões judiciais e o controle sobre eles. Não está no escopo deste artigo discutir a validade ou não destas análises, não são as teorias que estão em questão. Antes, o que interessa, é discutir como elas são usadas para

¹¹⁸ (...) “a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, a vida é polaridade e, por isso mesmo, posição inconsciente de valor, a vida é, de fato, uma atividade normativa” (Canguilhem 2010, p.86).

delinear perfis normativos que situam: em primeiro lugar, a adolescência como uma fase naturalmente vulnerável; em segundo lugar, os adolescentes com determinada experiência familiar e comunitária, sobretudo os moradores de bairros considerados vulneráveis como potencialmente perigosos pelo seu próprio contexto de vida; e, em terceiro lugar, o próprio comportamento analisado no contexto de execução das medidas socioeducativas como determinante de um transtorno de conduta.

O PARECER PSICOSSOCIAL DE IVAN

O parecer psicológico do garoto Ivan, redigido por um “analista técnico-psicólogo” da Fundação de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA-SP), é marcado por dois pontos básicos: a caracterização da situação familiar e a relação dele com as drogas. A instituição seleciona aqueles aspectos que a ajudam a delinear o problema, as causas do desajuste, os elementos a serem consertados – agora baseada nas várias facetas da vida cotidiana do jovem avaliado. Sobre a tendência antissocial, o relatório psicossocial segue lógica muito próxima da teoria de Winnicott: enfoca características do desenvolvimento da personalidade, assim como do desenvolvimento moral, tendo em vista os fatores ambientais (meio familiar de origem e grupos sociais de referência) que podem contribuir para a manifestação de condutas desviantes das normas estabelecidas socialmente e passíveis de evoluírem para a psicopatologia, e para o envolvimento em situações de conflito com a lei. A finalidade é analisar se o jovem tem o perfil criminoso e se a internação é necessária – pois livre ele irá *reincidir* – ou não.

No parecer psicológico, o garoto é descrito como alguém que possui “sentimentos de negação da realidade”, embora se mantivesse durante as entrevistas com “postura adequada, espontânea e solícita”, apresentando “memória preservada, nível de inteligência adequado a sua faixa etária, orientado no tempo e no espaço”. A fronteira entre o normal e o patológico está posta. O relatório afirma que o rapaz possui um “discurso de idealização da dinâmica familiar, negando a competição e rivalização entre os irmãos, bem como a desproteção que vive por não possuir

figuras masculinas de identificação positiva”. Ao citar o padrasto – “continência de suas identificações masculinas” – a psicóloga destaca o relacionamento conflituoso “devido ao uso de substâncias etílicas”. O jovem se sente angustiado por não ter “exemplo masculino positivo”, ao que soma a “ausência de informações sobre o pai biológico”.

A mãe é caracterizada como referência positiva por ser atenciosa às orientações institucionais, “estando presente nas visitas, atendendo as nossas convocações, mantendo contatos telefônicos, acompanhando Ivan neste processo ressocializador, não medindo esforços para conseguir imprimir mudanças em sua vida”. Entretanto, o relatório questiona a capacidade da mãe de evitar a *reincidência* do filho: nele se descreve que o jovem está afastado da escola e desacata as regras familiares, o que favorece seu envolvimento em “situações delitivas, bem como com pessoas de índole duvidosa”.

A conclusão do parecer sobre as relações familiares de Ivan é que “diante do quadro e com propósito de chamar a atenção do mundo (mãe), exposto a repetidas frustrações, o jovem vem a infracionar e a transgredir regras socialmente aceitas, tendo por finalidade receber os limites à sua conduta”. O relatório impressiona pela similaridade do argumento de Winnicott: a criança antissocial, que não encontrou limites devidamente direcionados pela família, recorre à sociedade como última instância a fim de que se estabeleçam seus primeiros limites – para que ocorram, então, os estágios de crescimento emocional.

A influência da teoria de Winnicott sobre as elaborações do relatório diz respeito a uma tendência no *atendimento socioeducativo* em que teorias comportamentais enquadram as manifestações humanas, com pouca ou nenhuma contextualização crítica do caso. São consideradas situações familiares bastante comuns como comprovantes de uma teoria orientadora. A leitura institucional tornou-se um molde, um padrão de análise acabado e um *modus operandi* organizado antes mesmo do início do atendimento. Se o adolescente tem ausência da figura paterna, se está envolvido com criminalidade e reconhece o uso de alguma substância psicoativa, ele se enquadra no perfil de “desviante”, “delinquente”, “antissocial” – estando assim criada uma visão normativa que caracteriza o adolescente “em conflito com a lei”, seu perfil e seu tratamento.

O segundo ponto do relatório é sobre o pretense dilema de Ivan com as drogas. Assim é relatado o problema: “Ivan refere que, por curiosidade, iniciou uso de maconha, dando continuidade até o momento, intensificando assim que se sente estressado, não demonstrando crítica quanto aos malefícios que a mesma causa ao seu desenvolvimento”. As orientações da equipe psicossocial frente a esta questão foi o seu encaminhamento para um tratamento de drogadição: “ressaltamos que o adolescente está sendo encaminhado ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, com o intuito de trabalhar os malefícios que o uso de entorpecentes acarretam em seu desenvolvimento biopsicossocial, sendo orientado quanto à importância em dar continuidade quando de sua desinternação”.

Vejamos as últimas palavras do parecer psicológico, que defende a manutenção da medida de internação: “Ressaltamos que durante sua permanência na medida de internação sanção, daremos continuidade às orientações, sensibilizações e intervenções psicossociais, com relação aos transtornos causados pelo consumo de substâncias tóxicas a si e a sua família, à internalização de novos valores sociais e ao trabalho de autoconhecimento, previsto na psicoterapia. Salientamos que Ivan conta com respaldo familiar frágil e os vínculos afetivos necessitam de serem trabalhados para que se fortaleçam e sejam realmente referência de autoridade na vida do jovem. Desta forma, avaliamos que há necessidade de prorrogação da medida educativa ora em curso para que possamos atingir os objetivos propostos”. Embora o relatório tenha sido favorável à manutenção da medida de internação, o juiz definiu pela medida em meio aberto de liberdade assistida, pois a família compareceu à audiência e, assim, indicou que pode fazer a tutela do adolescente.

Ivan foi analisado no relatório a partir de uma avaliação de seus “estados mentais”. Segundo o documento, ele “nega a realidade”, embora do ponto de vista biofísico e cognitivo tenha se mostrado “solícito” às entrevistas, com “postura adequada” e “memória preservada”. Seu estado emocional o situa como alguém que “idealiza” o que é “na realidade” nocivo à sua saúde – a rivalidade com os irmãos, a negação do padrasto, a ausência de informações sobre o pai biológico. O relatório afirma, portanto, que Ivan vive em desequilíbrio emocional por causa da “desestrutura familiar” e do uso de “drogas”. Apesar do esforço da mãe, a família é tida como incapaz de tutelar o filho, sendo necessária a intervenção do Estado.

As *medidas socioeducativas* não se constituem apenas em uma estratégia punitiva, mas um tipo de pena que tem como foco e sentido o ajuste psicológico do adolescente. Os técnicos psicólogos têm o desafio de delinear os traços de personalidade e de caráter, as intenções e recordações pessoais no sentido de caracterizar o perfil e antecipar a possível reincidência (ou não) do ato infracional.

A MENTE DE IVAN – PARA NÃO ABALAR O PSICOLÓGICO

Ivan descreve a sua trajetória de vida com elementos que foram referenciados no relatório da fundação Casa. Em entrevista, afirmou que saiu de casa com doze anos, pois não aceitava o padrasto, um “pé de cana inútil”. Do pai ele não sabe nada, diz apenas que o pai “foi covarde”, “abandonou minha mãe”, “eu fiquei assim com uma mágoa no passado”. O discurso de Ivan comigo mostrou-se, num primeiro momento, bastante parecido com o quadro delineado pelo relatório técnico, relacionando os problemas com o pai com a entrada na criminalidade. Entretanto, há uma divergência fundamental com o relatório técnico: a entrada na criminalidade é tida pelo adolescente como uma forma de entrar no mundo adulto, de se emancipar, de ter suas próprias ideias. “Eu tava começando a querer ver como que é o mundo, começando a entrar no sistema do mundo”. Este delineamento marca o campo de conflito entre a perspectiva do adolescente e a do *socioeducativo*: uma disputa simbólica entre visões da mente, da capacidade de autorregulação do indivíduo. “Eu to fazendo o meu proceder, to correndo atrás, o que ele (o pai) não me deu quando eu era pequeno eu quero ter, 50 mil vezes o que ele não me deu eu quero ter. E se algum dia eu tiver um filho, vou honrar o meu filho e poder criar ele bem mais melhor do que eu fui criado”. As falas do adolescente se voltam para como superar o trauma da ausência paterna.

No início da entrevista, perguntei sobre as conversas que ele teve com o psicólogo durante a internação. Para Ivan, os técnicos da Fundação CASA querem ajudar. “Eles dão uma orientação, tá ligado, ensina coisas pra tirar a gente desta vida, um tipo de ajuda, mas não consegue porque as palavras que eles falam não servem

muitas vezes no nosso mundo”. Perguntei por que as palavras do psicólogo não serviriam para o seu mundo. “Ah, no crime eu aprendi a lidar com as pessoas, aprendi a ter um bom papo, aprendi a ter conhecimento, passei a ter o respeito, no nosso dia a dia é só sendo humilde, adquirindo transparência e respeito com o seu próximo”. Procurei, ainda, colocar o parecer psicológico em perspectiva com a sua versão sobre a família. Nossa conversa acabou focada na prisão de seu amigo Alemão, mais do que na proposta original. Era disso que ele queria falar. Ivan admira muito o Alemão. No período em que estive em contato com Ivan, Alemão foi preso, mas eles mantiveram contato por carta. Alemão, evidentemente, não é citado no relatório, embora o rapaz o descreva como “um irmão mais velho”. Provavelmente este jovem de 25 anos, que é uma referência para Ivan, faça parte das “pessoas de índole duvidosa” apresentadas no relatório.

Os *conhecimentos* que Ivan adquiriu são compartilhados, compõem um marco discursivo onde termos como “humildade”, “respeito” e “transparência” são recorrentes. Não se trata de uma visão idealizada: estes conceitos não têm para o adolescente um acento moral. “Você tem que ser humilde com a pessoa, certo, porque se você quiser ter respeito, tem que respeitar, se não é embaçado”. O respeito tem a ver com uma conduta prescrita no *crime*. “Morrer como um homem é o prêmio da guerra”, canta o garoto para falar da vida no “crime”, citando um *funk* carioca - “não é uma questão de coragem, mas a nossa vida loka, nela estamos de passagem”. “Porque nossa vida é cheia de surpresas, mano, certo? Quem garante que não pode ter uma viatura na esquina? Quem garante se não tem alguém na maldade atrás de você?”. “Respeito”, “humildade”, “transparência” são necessários nos jogos de vida e morte, disputados no “mundo do crime”. A “atmosfera de tensão”, descrita por Adalton Marques (2009), conceituada por seus interlocutores como “psicologia”, é a tônica neste “mundo de imponderáveis” (Marques 2009, p.110).

Ivan disse que *mente* mesmo você ganha na prisão. Pedi para ele me explicar melhor porque ele acha isso. “Na fundação, por exemplo, não precisa ter tanta mente assim, você tem um monte de atividades, tem os psicólogos, cursos profissionalizantes. Agora o cara na cadeia... se não tiver uma mente, ele fica com o psicológico abalado”.

Para Ivan, o melhor exemplo de *mente* é o Alemão. “Ele falou cada coisa, mano, tem dia certo pro cara bater uma punheta”, diverte-se o garoto ao contar as histórias do amigo na prisão. “Lá tem os caras que ficam observando, os disciplina. Lá um cigarro equivale a um real, mas não é igual a dinheiro, tá ligado, quando alguém assume uma dívida tem que pagar”. Ivan contou uma história relatada a ele pelo Alemão, que conseguiu levar 10 gramas de maconha para dentro da cadeia e que um irmão quis pagar com cigarros e ele não aceitou a oferta. Como Alemão foi ameaçado, pediu um debate lá dentro. Pediu licença para ter a palavra e “pegou todos os pezinho do cara”. Segundo Ivan, Alemão argumentou que tinha feito o “corre”, colocou até parente em risco para ter um “lazer”, e nem cigarro fuma.

Riso mantém contato com Alemão, vizinho, amigo de infância, eles se comunicam por cartas. Riso diz que o Alemão está aprendendo a se colocar. “Na cadeia, você aprende a olhar diferente”, conta o jovem educador que, embora não tenha passagem, fala como se já tivesse. “Você aprende a conviver de um jeito diferente lá no xadrez; por exemplo, em um dia de visita o peão não pode se coçar, família lá na cadeia é sagrado, se eu sentir que minha mulher tá lá e você começa a olhar ou a se coçar já é motivo para uma treta”.

No início de 2010, Riso estava em risco de perder o trabalho como educador, porque ainda não é formado e houve uma diretriz da Secretaria Municipal de Assistência Social para que só pudesse realizar o *atendimento socioeducativo* quem tivesse curso superior concluído. Com olhar de emoção, admiração e respeito pelo amigo, Riso mostrou a carta para mim e disse: “aí você vai ver o que é *ter uma mente*”.

16/02/2010

Saudações

Quero começar te desejando muita paz e saúde e espero que ao se fazer presente em suas mãos de gladiador que com seus olhos de guerreiro, você possa identificar o sentimento de amizade verdadeiro que por intermédio desta humilde porém sincera mensiva tento te demonstrar e espero que essas palavras possa te confortar nesse momento de batalha que a vida te oferece, para que você possa mais uma vez mostrar que é vencedor.

Saiba que deste outro lado da muralha me encontro em perfeita paz e armônia sem deixar nenhum problema emocional abalar o meu psicológico, pois apesar da situação ser difícil, a cadeia é longa porém não é perpétua.

Aqui moro no X5 estamos em 23 no barraco ta tumultuado e da quebrada to junto com o Gambá, no X4 mora o Paulinho (bulufa), e tem uns manos de Itaquera e da Cidade Tiradentes; pra distrair a mente eu jogo futebol e rola os campeonatos da hora; nos dias de visita os manos cantam um funk lokão; Aí meu parceiro, fiquei sabendo que a quebrada ta embassada, cada dia as coisas ficam mais difíceis, os moleques estão me dando assistência, mas eu sei que não ta fácil; eu fui de trânsito lá pra P5 em Hortolândia, fiquei uma semana lá, é que tive que ir no Fórum. Pensei que era minha audiência, mas fiquei sabendo que era a audiência dos menores, agora fiquei sabendo se pá minha audiência será em março, paciência é a chave né, truta, se Deus quiser vou sair nesta audiência, mas estou preparado para qualquer situação.

Sabe meu parceiro o que pesa mais é a saudade do meu pessoal, do meu filho, o mês passado ele fez dois aninhos e eu não pude estar com ele, mais se o destino quis assim, assim será. Vou te pedir um favor, dá para você me mandar aquela sua poesia... “dom, dom, sentido do amor, luz que contagia o meu coração”... é que não consigo lembrar ela, entendeu! Desde já agradeço sua atenção, tamo junto parceiro, a minha mina me disse que vc sempre pergunta se eu estou bem, eu falei pra ela que nossa amizade é verdadeira, e ela me disse que vc é um dos poucos que se importão, mas é isso aí, a vida é loka. Vou terminando por aqui, te deixando um forte abraço cheio de positividade e progresso, é noís que tá...

** e aí ta indo nos pião? Já é fim de ano, que Deus te abençoe guerreiro, 2010 é o ano, logo vou estar aí de Celta!*

** ta pegando umas mina aí? Manda retorno...*

Seguindo a sugestão de Riso e de Ivan, que consideram Alemão um exemplo de “*mente*”, o que esta carta revela sobre a *mente*? De que forma a *mente* do Alemão revela facetas da disputa simbólica entre a *mente* de um traficante e a *mente* do “adolescente em conflito com a lei” analisada nos relatórios e usada nas intervenções no *sistema socioeducativo*? Esboço a seguir algumas interpretações.

A carta inicia com um salve (uma saudação) para o amigo, em que se destaca a comunhão entre “guerreiros”. Na “humilde, porém sincera mensiva”, Alemão deseja “paz” e “saúde” a Riso. Alemão espera que suas “palavras” possam confortar o amigo neste “momento de batalha que a vida oferece”. A linguagem compartilhada em texto é um dispositivo em que um jovem traficante se solidariza com o amigo na lide com a dinâmica da vida, especialmente da vida de um “mano da quebrada”, alguém que como ele “sobrevive na adversidade” (Telles e Hirata 2007).

A vida oferece desequilíbrios, conflitos, batalhas, ela não é a harmonia. Esta só pode ser buscada pelo indivíduo. Desta forma, Alemão começa a falar de si na

carta, dele que se encontra “do outro lado da muralha”: “me encontro em perfeita paz e armônia sem deixar nenhum problema emocional abalar o meu psicológico”. Este é o primeiro e principal ponto da *mente*: em uma situação de controle externo, como ocorre na prisão, apenas o autocontrole pode garantir a sanidade, o não perder-se de si. A saúde e o equilíbrio emocional no contexto da prisão só podem ser conquistados por meio de uma adequação interna e de uma conformidade consigo mesmo, que é sintetizada na atitude de não deixar “abalar o psicológico”. A *mente* na prisão se manifesta pela capacidade de autocontrole. A mente, portanto, é acionada de acordo com as situações de vida.

Após a apresentação do lugar *físico e emocional* em que se encontra, Alemão trata do cotidiano: neste, ele encontra com os parceiros da rua, a *quebrada* também está lá, do lado de dentro da muralha, assim como o futebol, o *funk*, as dificuldades da vida na “comunidade”, o apoio dos parceiros do *crime*. No processo da prisão também estão presentes os mecanismos de controle de sua vida – a audiência, com a qual a *mente* é mais uma vez convocada a atuar; “paciência é a chave”, “estou preparado para qualquer situação”.

No terceiro parágrafo da carta, Alemão desenvolve considerações mais gerais sobre a vida afetiva. A saudade da família, especialmente do filho, a aceitação do destino, do caráter incontrolável de sua vida. Pede ao amigo uma poesia e agradece pela amizade, “ela (a mina/mulher) disse que vc é um dos poucos que se importão”. Assim, ele sintetiza toda a situação: “é isso aí, a *vida é loka*”. Ela é, simplesmente, incontrolável e só você pode lidar com isso. Os amigos talvez nem se importem ou talvez apenas estejam mais ocupados com os seus próprios problemas. A única possibilidade de lidar com o imponderável da vida é o autocontrole. É assim que eu interpreto o sentido da expressão *vida loka* no contexto da carta de Alemão.

A carta de Alemão foi um documento coletado na etnografia que me ajudou a interpretar o porquê de ele, Alemão, ser considerado um exemplo de *mente*, por dois jovens em situações transversais. Ivan é um adolescente em cumprimento de *medidas socioeducativas*, alguém enquadrado em um perfil de “desvio”, “transtorno de conduta”, “reincidente”. Riso é o seu orientador, um técnico do *sistema socioeducativo*, responsável por elaborar o acompanhamento e o relatório técnico que irá para o promotor. As vidas de Alemão, Riso e Ivan estão ligadas por

complexas *interfaces* entre o *crime*, a *quebrada* e o *sistema socioeducativo*. Tais *interfaces* são entrecortadas por mecanismos de poder que se revelam no que chamo de *domínio do mental*, isto é, o campo de disputa entre o discurso do *sistema socioeducativo* e o “marco discursivo do crime” (Feltran 2008a) em torno da sanidade das escolhas dos adolescentes. Meus interlocutores nomeiam a disputa de *choque de mentes*.

CONTROLE E AUTOCONTROLE DA VIDA LOKA

Riso está no *fio da navalha*. No relatório ele se vê responsabilizado por informar junto a sua supervisora, e depois para o promotor, o fato de Ivan continuar a traficar e usar maconha, assim como sobre o ódio que Ivan tem de seu padrasto. Ivan, quando se dirige à mãe pergunta, “cadê seu pai?”, em tom sarcástico. Seu padrasto é vinte anos mais velho que sua mãe. “Ele é um pudim de pinga e vem falar merda pra mim; vou acabar matando esse filha da puta”, disse o garoto. Ivan falou que Alemão o está ajudando no “psicológico” para lidar com o seu padrasto. “Eu estou criando uma *mente*”, diz Ivan, que agora conversa mais com a mãe: “Ta tudo bem? Sobrou alguma mágoa do passado?”; “Não, não sobrou”; “Não”? “Então tá bom. Tá tranquilo, meu padrasto lá e eu aqui”.

Para Ivan, outra contribuição importante de Alemão é que ele o ajudou a parar de usar cocaína e mostrou que a maconha “faz a cabeça e deixa em paz”. “Da primeira vez que eu rodei, eu tava usando muita cocaína na hora do pente (trabalho)”, confidenciou o rapaz. “Quando você passa daquela conta, assim, aí você tem que pedir mais, mais droga para o patrão. E se você usou um pouco naquela noite, pra ficar ligado no trampo: ’vou usar mais um pouco daquele outro papelote (de cocaína)’. Aí você pega e usa um pouquinho, nem que seja um pouquinho já faz diferença. Você pega: vou usar tudo e depois eu pego mais e vou pegando mais e assim por diante, pegando mais’. E aí até então quando você pegou um tanto certo, a pessoa vem e fala: ’oh, você ta devendo e tal, tal, tal, não queremos mais que você trabalhe aqui, você tem pagar, você tem tantos dias’. E aí, o que que você faz? O que

“você vai fazer pra pagar? Então, se quer usar e ser traficante... não dá para ficar usando pó”. Ivan diz que “hoje”, trabalhando para Alemão, apenas “fuma um de remédio”, parou de usar cocaína no trabalho.

No tocante ao “problema das drogas”, visto como um fator de “vulnerabilidade pessoal”, os jovens traficantes possuem diversidades que escapam dos padrões de esquadramento do *socioeducativo*. O uso de psicoativos também é uma expressão de escolhas e pode até ser um meio de demonstração de autocontrole. A relação com as drogas como parte intrínseca da *vida loka* não se refere à “loucura” como efeito farmacológico. Na *vida loka* de alguns dos jovens que acompanhei, a experimentação de estilos marginais e uso de drogas posiciona o corpo como suporte para a intervenção deliberada nos seus múltiplos aspectos (perceptivos, cognitivos, afetivos, emotivos). O corpo, por meio destas práticas, produz sensações, emoções, significados e lugares políticos. São corpos, instrumentos primários de conhecimento, tal como o antropólogo Marcel Mauss (2003) os concebeu. Assim, os jovens traficantes lembram que suas escolhas têm a ver com visões de mundo e modos de vida que expõem, dialogam ou incorporam critérios epidemiológicos e/ou psicológicos. O argumento usado por eles para explicar o uso controlado foi o próprio autocontrole.

A relação dos meus interlocutores com as substâncias psicoativas levanta questões importantes quando se pensa na saúde pública frente ao “problema das drogas”. O autocontrole é uma questão hoje para quem estuda o comportamento humano. Ao se colocar o tema do “cuidado de si” no contexto de uso de drogas, a área do conhecimento e da intervenção “Saúde Pública” se defronta com questões importantes: o que movimenta a ação? O que faz com que alguns abusem de drogas e outros não? E no caso específico de jovens que trabalham no tráfico, pode-se ainda perguntar por que indivíduos que possuem autocontrole suficiente para não usarem drogas não controlam o automovimento na direção de praticar atos ilícitos? Historicamente, a saúde pública sempre foi uma área de intervenção sobre o social, tanto que no século XVIII, como medicina social (Foucault 1995) possuía um caráter autoritário e impositivo; já no século XX, e marcadamente nas últimas décadas desse século e no começo do XXI, o discurso na saúde pública a situa como área de intervenção cortada pela construção da esfera dos direitos humanos. A própria idéia

da saúde como um direito se confunde com o direito à vida. Assim, no campo da saúde pública, hoje, coloca-se a questão do direito ao cuidado. Ao pensar o tema do cuidado e a relação com o uso de drogas, percebemos a existência de um aspecto diferencial: nem todos os indivíduos que usam alguma substância manifestam problemas ao fazê-lo. Há portanto que se destacar uma profunda diferença entre usar alguma substância e ter problemas com o uso (Malvasi e Adorno 2011).

Os adolescentes mantêm práticas sociais e veículos linguísticos que produzem disputas, mas também criam pontos de encontro com as disciplinas científicas que constituem o *socioeducativo*. Além do uso institucional da psicologia no *sistema socioeducativo*, alguns dos principais termos do vocabulário dos jovens das *quebradas* e do *crime – inteligência, mente, consciência, atitude* – também foram difundidos pela “ciência social” psicologia (Rose 2008). Observo a convergência da *mente criminal* com a abordagem “psi” do *sistema socioeducativo* na difusão de um “self empreendedor”, característico do pensamento baseado na “grade de inteligibilidade neoliberal” (Foucault 2008a). Neste sentido, a abordagem que Nicolas Rose (2008) faz da difusão da “psicologia da empresa” merece citação. O autor argumenta que, a partir dos anos 1980, uma “psicologia da empresa” de inspiração neoliberal marcou as tendências pelas quais somos governados por outros e as maneiras pelas quais devemos nos governar (Rose 2008). Nesta chave, o bem-estar das existências, sejam de entidades ou indivíduos, deve ser garantido pela capacidade de iniciativa, de ousadia e vigor, do cálculo para a vantagem e a aceitação dos riscos na busca dos objetivos. O “self empreendedor” é “para aspirar autonomia, para esforçar-se para alcançar satisfação pessoal em sua vida na Terra, para interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual, enfim, encontrar significado na existência moldando sua vida através de escolhas” (Rose 2008, p.162).

No discurso *socioeducativo*, o *domínio do mental* (ou saúde mental) é organizado, de um lado, a partir da elaboração de diagnósticos que identificam qual é o problema de natureza humana que leva o jovem a praticar atos ilícitos, e, de outro, por meio de mecanismos para conhecer e domar a “*mente criminal*”, com o intuito de demonstrar a competência da gestão das vidas e a diminuição dos custos sociais da

criminalidade. A busca por delinear perfis e compreender comportamentos humanos está no cerne da corrida para se evitar a *reincidência*.

O *sistema socioeducativo* tem hoje, portanto, um objetivo principal: evitar a *reincidência*. A “socioeducação” deve ser capaz de suprimir um nível do comportamento do indivíduo. No caso dos adolescentes que trabalham no tráfico de drogas, o sentido da ação socioeducativa é mudar o comportamento em seu elemento econômico, a atividade de vender drogas. Os critérios psicológicos para caracterização do adolescente continuam recorrentes e atuantes: análise da memória pessoal, da trajetória de vida com o ambiente familiar, da capacidade de ver a realidade, da permanência ou não dos traços de personalidade e caráter. As tecnologias psicológicas do *socioeducativo* avaliam se o indivíduo tem o juízo das corretas intenções, crenças e valores, assim como o raciocínio normal. Acontece que o conteúdo da normalidade psicológica esperada implica necessariamente em abandonar a venda de substâncias psicoativas ilegais, como se esse trabalho fosse em si um sintoma, uma manifestação de distúrbios de ordem psicológica. Como não o é, a “vulnerabilidade” do ambiente social e familiar e a “relação com as drogas” são os elementos usados para caracterizar o tráfico como uma atividade anormal.

A regulação do mercado das drogas no Brasil contemporâneo compõe um cenário global de encarceramento massivo de pessoas que não cometeram atos de violência contra indivíduos nem subtraíram patrimônio de outrem, o encarceramento centra-se em pequenos comerciantes de drogas não violentos e, invariavelmente, moradores de zonas pobres urbanas. Os adolescentes em cumprimento de *medidas socioeducativas* costumam viver em territórios estigmatizados, onde há ostensiva presença policial. O aprisionamento dos jovens moradores de zonas urbanas de baixa renda constitui atualmente política do Estado de São Paulo. É uma *ação afirmativa carcerária* – termo com que Wacquant (2008) caracteriza o estado penal estadunidense – que compõe um amplo processo de criminalização da pobreza em diversos lugares do mundo. Tal política, tanto nos Estados Unidos da América quanto aqui no Brasil, é praticada por meio da “guerra às drogas”, isto é: penalizar a pobreza e conter as inúmeras ‘patologias’ a ela associadas (Wacquant 2008). Em minha experiência de campo, a simetria entre diagnósticos de vulnerabilidade de um território e repressão policial é simbiótica.

Em *Nascimento da biopolítica* (2008a), Foucault havia indicado que desde a década de 1970, um pensamento neoliberal propunha o enquadramento do combate ao tráfico de drogas em uma racionalidade de mercado. Isso implicou uma política voltada aos pequenos traficantes, que teve como consequência uma “supressão antropológica do criminoso”¹¹⁹, e uma ação de controle de um comportamento considerado econômico (Foucault 2008a, p.353). Os traficantes (estes pequenos traficantes das esquinas, dos varejos em bairros pobres) são punidos independentemente de uma análise de periculosidade, da violência do crime, ou até mesmo das quantidades de drogas apreendidas. Em uma governamentalidade neoliberal, “a ação penal deve ser uma ação sobre o jogo de ganhos e perdas possíveis, isto é, uma ação ambiental” (Foucault 2008a, p.354). Isto significa que a intervenção governamental atua na regulação do mercado da droga por meio de uma “psicologia ambiental” (Foucault 2008a). Adotando a hipótese de que “guerra às drogas” no Brasil contemporâneo se enquadra em uma grade de inteligibilidade do mercado, pode-se inferir que a questão da *reincidência* no *sistema socioeducativo* tem menos a ver com o “perfil criminoso” do que com a preocupação da gestão governamental com os cálculos dos custos da repressão. Conter os jovens destes bairros permite uma dispersão do tráfico de drogas para outros territórios das cidades, para diferentes mercados, e é ainda uma forma de controle de populações indigestas em uma sociedade extremamente desigual, como a brasileira.

Qual seria, então, o sentido da busca pelo perfil do *reincidente* no *sistema socioeducativo*? A tecnologia ambiental anunciada por Foucault (2008a), como parte de uma governamentalidade neoliberal, não implica uma anulação das tecnologias que visam a influir no comportamento dos indivíduos. Elas continuam fortemente atuantes mas, hoje, mais do que docilizar corpos, elas servem como dispositivos de saber-poder que viabilizam a ação sobre ambientes, não apenas territoriais, mas principalmente de mercado.

¹¹⁹ Foucault assim define a supressão antropológica do criminoso: “a postulação de um elemento, de uma dimensão, de um nível do comportamento que pode ser ao menos interpretado como comportamento econômico e controlado a título de comportamento econômico” (Foucault 2008a, p.353). Em nota, Foucault define que um sujeito econômico “é um sujeito que, no sentido estrito, procura em qualquer circunstância maximizar seu lucro, otimizar a relação ganho e perda; no sentido lato: aquele cuja conduta é influenciada pelos ganhos e perdas a ela associados” (Foucault 2008a, p.353).

A consciência é, para os estudos neurológicos, um “inescrutável mistério” – “Como é possível, em um mundo totalmente físico, a existência de algo irreduzivelmente subjetivo e fenomenal como a consciência?” (Costa 2005, p.14). Ou seja, não existem mecanismos objetivos nas biociências para se trabalhar com a consciência, ela é subjetiva e fenomenológica. Ao tentar conscientizar, a resposta do *sistema socioeducativo* não é compreender a subjetividade dos adolescentes; é antes uma busca constante para decifrar o perfil do criminoso preenchendo o vazio entre o físico (o corpo ou psicossoma) e o subjetivo, com conteúdos psicológicos pré-determinados e fortemente marcados por características ambientais (meio familiar de origem, bairro, grupos de referência). Isto quer dizer que, de fato, pouco importa conhecer a vida e o ponto de vista dos adolescentes, suas experiências e visão de mundo como é preconizado na “socioeducação”

O que importa é o resultado, isto é, a *não-reincidência* - o indicador de sucesso mais perseguido pela *ação socioeducativa*. A avaliação do *sistema* se dá em duas frentes complementares: na primeira delas, a referência de sucesso é a capacidade de tirar de circulação jovens considerados perigosos ou indesejáveis, prevenindo o surgimento de “(novos) bandidos” através de diagnósticos “biopsicossociais”; na segunda, a eficácia é medida pela qualidade do mapeamento da vida social, comunitária e familiar e das formas de acompanhamento do adolescente em seu próprio contexto de vida. O objetivo, então, é chegar a alguma forma de saber-poder, a alguma tecnologia política que garanta o controle mesmo quando o jovem não está mais em cumprimento da medida, demonstrando a eficiência do *sistema* por meio das estatísticas de *reincidência*.

O “domínio do mental” é, hoje, um campo primordial para a execução de *medidas socioeducativas*; diagnosticar o uso de drogas e nele intervir e abordar traumas físicos e psicológicos – entre outras causas de transtorno de conduta – constituem as atividades centrais da *ação socioeducativa*, que deve ser desdobrada e, se possível, persistir no acompanhamento dos jovens em Centros de Acompanhamento Psicossocial (CAPS). A saúde mental ganha terreno no *campo socioeducativo*.

No outra parte da fronteira – no “mundo do crime” – a noção de *mente* possui significados específicos que se cruzam com o do *socioeducativo*. Inteligência,

sagacidade, capacidade comunicativa, astúcia, opinião, proceder, atitude, “sangue nos olhos” (coragem), objetivos concretos, palavra-ação – a noção de *mente* é a própria ação esperada de um jovem que trabalha no tráfico. A *mente* é o que permite ler a complexidade do contexto do tráfico, um negócio de alto risco econômico e pessoal. Um traficante, em qualquer posição na hierarquia do negócio, pode perder tudo de um dia para o outro, o “amanhã pertence a Deus” neste ramo profissional. Quem trabalha com o tráfico é um *vida loka*, pois seu trabalho é altamente errático e arriscado.

A *mente* é também o instrumento de elaboração de modos subjetivos de lidar com as incertezas da vida comum às experiências profissionais de diversos jovens dos territórios em que realizei pesquisa de campo. Sendo um educador social, Riso não corre os mesmos riscos que Alemão, porém, em determinado momento de sua trajetória profissional teve que “*ter uma mente*” – mudaram as regras na gestão municipal, ele perderia o emprego, mas teve que manter o autocontrole. A carta do amigo Alemão é um documento de compartilhamento de significados entre um educador social do *sistema socioeducativo* e um traficante preso. Os conteúdos de uma mente “*sã*” são compartilhados entre jovens vizinhos, de maneira intersubjetiva. Posicionar-se com uma *mente*, aqui, é sempre uma formulação pessoal, mas a elaboração da *mente* em linguagem-ação é compartilhada pelos pares geracionais de um bairro “vulnerável”. Ivan recebe este aprendizado, procura desenvolver sua *mente* e aplicá-la nas situações cotidianas de um jovem aprendiz do comércio de drogas.

O *sistema socioeducativo* não tem ferramentas para avaliar a *mente*, no sentido nativo dado pelos interlocutores da pesquisa. A *mente*, para eles, não se enquadra em um perfil médio, localizado por sintomas ou trajetórias de vida. A *mente* de meus interlocutores não pode, tampouco, ser localizada por métodos epidemiológicos. Menos ainda ser mapeável por um “cerebroscópio” – “um aparelho capaz de, escaneando exaustivamente os estados cerebrais de uma pessoa, nos dizer o que ela está sentindo, desejando e até mesmo pensando” (Costa 2005, p.14). A *mente* define-se na escolha; ela é vital, ela aciona. A *mente* diz respeito às escolhas que podem ser feitas em um terreno que possui uma fronteira social – a do tráfico como bando – e uma interface social – a do tráfico como meio para a realização material. O *domínio do mental* revela os efeitos dos conhecimentos que são acionados no

contexto de execução de *medidas socioeducativas* pelo choque da “mente criminal” com a “mente socioeducativa” e pelas táticas de poder que constituem os elementos desta peleja.

As *ações dos* diversos entes que compõem o *socioeducativo* homogeneizam e normatizam a linguagem, as práticas e os saberes dos adolescentes, identificando-os como “do *crime*”, sem levar em consideração o que eles trazem dos vínculos afetivos e existenciais destes jovens com as suas *quebradas*; desta forma o *sistema* apaga as diferenças constitutivas da formação do jovem. A *ação socioeducativa* tem procurado domesticar e subjugar o “dialeto” das *quebradas*. Como bem analisou Gabriel Feltran (2008a), as periferias se constituem como “fronteiras em tensão”; onde não apenas os jovens do *crime*, mas, de forma geral, os jovens das *quebradas* sofrem por parte das instituições públicas um estranhamento de seus rostos e corpos, de seus modos de comportamento, bem como de seus discursos. De minha perspectiva, será difícil conceber que as políticas voltadas aos adolescentes “em conflito com a lei” lhes proporcionem oportunidades de desenvolvimento e qualidade de vida, se não tiverem a disposição de neles potencializar a capacidade de negociação da linguagem e as articulações simbólicas de suas experiências.

Um dos pontos mais reveladores da *mente*, observada a partir do modo como é elaborada pelos meus interlocutores, é que esta mente implica que o traficante precise pensar; ela não é puro estado físico de ação, força bruta incontável, “mal inexorável”. Nos contextos estudados, os jovens que atuam no comércio de drogas podem e devem pensar sobre as diversas relações de sua vida (das “privadas” – de vizinhança, de amizade e familiares –, às “públicas” – geracionais, institucionais, nacional e global) e, a partir da *mente*, estabelecerem juízos sobre a situação particular de ser (segundo os marcos legislativo, jurídico, moral estabelecidos na sociedade brasileira) um “fora da lei” ou “em conflito com a lei”. Eles devem seguir a *lei das ruas* – saber incorporado de um modo de regulação, isto é, atuar socialmente de acordo com códigos éticos e simbólicos constituídos em um “ethos das *quebradas*”, que incorporam também, entre outras, elementos da “lei do crime”.

De que forma a saúde pública pode contribuir neste cenário? É possível uma contribuição qualitativa para além de mapear, epidemiologicamente, os contextos de “vulnerabilidade” que produzem “traficantes”? Não pretendo dar uma resposta cabal,

elaborar uma estratégia normativa. Na companhia singular do meu orientador neste trabalho, e com outros meus parceiros das Ciências Sociais, sigo considerando que cabe à área de conhecimento e intervenção da Saúde Pública “o desafio de constituir uma atenção que respeite a autonomia do sujeito e, ao mesmo tempo, reforce suas próprias estratégias de autocontrole, o que certamente não é tarefa simples, nem normativa, mas que exige o exercício da intersubjetividade, seja por trocas de experiências ou por sugestões de cuidado” (Malvasi e Adorno 2011, p.210).

Parte IV

notas finais

Ao longo dos capítulos, o texto etnográfico desvelou os principais argumentos em três eixos analíticos – retomados e sistematizados a seguir no desenvolvimento de minhas notas finais. A ideia é delinear o quadro de relações e dinâmicas, intersticiais, que se desenrolam nas dobraduras do tráfico de drogas nos bairros (*quebradas*) estudados – e que caracterizaram aquilo que denomino “*interfaces da vida loka*”: as *zonas de contato* entre três *instâncias de saber-poder* – a *quebrada*, o *crime* e o *socioeducativo* – que atuam nos processos de construção da subjetividade dos participantes da pesquisa, incluído (não tão jovem quanto eles) o pesquisador.

A noção de interfaces é mobilizada no sentido de enfatizar uma abordagem teórico-metodológica inspirada na analítica do poder foucaultiana, desmontando a ideia de sujeitos naturalizados (exemplo nos “traficantes”, “educadores” ou “rapers”) ao jogar luz sobre o caráter relacional do poder e ao não separá-lo dos processos de subjetivação. A expressão nativa *vida loka*, por sua vez, sintetiza um conjunto de interpretações sobre a própria normatividade da vida, a partir da perspectiva de meus principais interlocutores – assim considerada nesta ficção etnográfica.

A análise presente na tese não prosseguiu de maneira linear, como um “passo a passo” argumentativo. Antes, a tese se construiu em torno de três eixos analíticos que estiveram presentes e interrelacionados no transcorrer de todo texto etnográfico, a saber: (1) a capilarização do *dispositivo das drogas* nas *quebradas* – o modo pelo qual o *dispositivo* se projeta na vida cotidiana dos jovens, situando uma multiplicidade de teorias e práticas, que delineiam um diagrama de interações entre os jovens das *quebradas*, permeados pela expansão do “marco discursivo do crime” (Feltran 2008a), e entre estes e os aparatos de repressão, assistência, atenção governamentais; (2) o desenrolar de *disputas biopolíticas* – conflitos entre o *crime* e as forças de segurança-assistência-atenção, frente ao qual alguns jovens das *quebradas* resistem com veículos linguísticos e práticas, que compõem o conjunto de modos de regulação, técnicas, táticas que elegeram a vida como cerne da ação política nos contextos estudados; (3) a constituição de um *domínio do mental* – *zona de contato* entre teorias e práticas sobre a vida humana que elegem considerações sobre a *mente*.

Capturado no *dispositivo das drogas* como especialista, construindo uma pesquisa objetiva ao mesmo tempo imbuído de posicionamento político (sempre um limite, admito) frente a “guerra às drogas”, procuro nestas notas finais apresentar ao leitor uma síntese dos principais pontos de minhas interpretações (parciais e incompletas) sobre as dinâmicas do tráfico de drogas em periferias de São Paulo. Se nas próximas páginas marco algum distanciamento, citando-me pouco, considere-o apenas como estratégia de demonstração pois, evidentemente, em cada linha a minha própria inserção se fará presente. Espero compartilhar com vocês, leitores, o posicionamento intelectual que é cerne da tese: o de complexificar o debate público sobre a “questão das drogas” – ainda rudimentar e falsamente polarizado entre crime e sociedade, bandidos e trabalhadores, violência e paz, legal e ilegal, mal e bem (listagem a se multiplicar).

O consenso moral em torno do problema das drogas ilícitas – que alimenta a violência social e política contra jovens moradores de bairros de baixa renda – carece de questionamento. Apontei assim o que considero uma das importantes tarefas das Ciências Sociais hoje, particularmente em suas interfaces com a Saúde Pública.

1. O DISPOSITIVO DAS DROGAS NAS QUEBRADAS

*É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um **dispositivo**, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal (Deleuze).*

Esta tese partiu do pressuposto teórico-metodológico de que o “problema das drogas” se constitui em um *dispositivo das drogas* – um problema de repressão e incitação das dinâmicas de consumo e de comércio de drogas, e também de intervenções estatais. Uma economia política que mais do que apenas coibir, classifica e difunde (Foucault 2001); um conjunto heterogêneo (e não um objeto homogêneo) que estabelece as relações entre discursos, instituições, leis, linguagens, sujeitos, práticas; um “conjunto multilinear”, que segue direções diferentes, formando processos sempre em desequilíbrio (Deleuze 2001). O *dispositivo das drogas* se inscreve em complexas relações de poder. No conjunto desta narrativa

etnográfica, pode-se observar uma variedade de discursos, forças em movimento, sujeitos em determinadas posições em relação ao “problema das drogas”. Exponho a seguir os principais pontos da análise sobre a difusão do *dispositivo das drogas* nos territórios estudados.

Procurei verificar, no conjunto da tese, o modo pelo qual o *dispositivo das drogas* se projeta na vida cotidiana dos jovens, situando uma multiplicidade de práticas e delineando um diagrama de interações entre os jovens das *quebradas* e entre estes e os aparatos de repressão, assistência, atenção governamentais. Ao não repetirem a fórmula “como resolver o problema das drogas”, meus principais interlocutores me inspiraram a orientar a pesquisa para a descrição e a análise de como um conjunto de dinâmicas constituídas em torno do “problema das drogas” – repressão ao tráfico, sociabilidade juvenil e consumo de drogas, diagnósticos sobre “vulnerabilidades” (social, juvenil, pessoal, a lista se multiplica, “interdisciplinar”), gestão cotidiana do tráfico pelo modelo empresarial do “crime” – compõem um regime de relações; ao acompanhar tais dinâmicas encontrei no “problema das drogas” a ampliação e a diversificação da própria influência do tráfico e das políticas voltadas ao seu combate nos territórios estudados. Observei, primeiramente, o *dispositivo das drogas* nas relações geracionais entre jovens moradores das *quebradas* etnografadas (parte II da tese); e, em seguida, nas dinâmicas acionadas pela intervenção do sistema socioeducativo na vida do bairro, particularmente nas vidas dos adolescentes e no ambiente do tráfico (parte III da tese).

Na segunda parte da tese (“Tráfico, PCC e quebrada: intersecção de linhas”) foram delineadas as *zonas de contato* entre o *crime* e a *quebrada* nas dobraduras do tráfico de drogas; ao investigar tais *interfaces*, a etnografia observou o espraiamento do “mundo das drogas” por diversos segmentos juvenis da *quebrada*. Ao apresentar o “mito de origem” desta investigação (capítulo 1), argumentei que, diferentemente do debate público sobre a “questão das drogas”, norteado por uma visão fatalista, moral e totalizante, meus principais interlocutores tinham uma visão do tráfico e do consumo de drogas como um universo diversificado. As drogas fazem parte de um universo de sociabilidade marcado por prazer, transgressão, reciprocidades que não se restringem àqueles que trabalham no tráfico.

Nos territórios estudados, os jovens se socializam em contato com o comércio de drogas realizado por vizinhos, amigos e parentes. O tráfico de drogas, parte da economia global, chega aos territórios como um importante componente da economia local. O comércio varejista de drogas é dinâmico, fluido e fragmentado, marcado por um modelo de gestão neoliberal dos negócios, comum aos terrenos mercantis e empresariais da contemporaneidade (capítulo 2). O tráfico inclui-se em um circuito de serviços em que o modelo de gestão financeira dos negócios está centrado na busca de maior lucratividade. Ele se torna uma atraente possibilidade dada à “viração”, um mercado de fácil acesso, uma estrutura de oportunidades ilegais efervescente; um mercado que aceita os jovens de acordo com a especialização e características pessoais; o tráfico é um dos empregos mais acessíveis para jovens com pouca formação escolar. Argumentei que estes jovens inserem-se em um mercado de trabalho precário, para o qual eles devem se flexibilizar a ponto de assumirem os riscos da empresa do tráfico. Pudemos acompanhar os gerentes e vendedores que tiveram sua comissão diminuída após uma apreensão policial (capítulo 2) e o jovem “vapor” que teve que assumir a dívida junto à família de um presidiário inocente (capítulo 3).

A análise presente no conjunto da tese é a de que o *dispositivo das drogas* aciona nas *quebradas* a política de repressão e punição: o proibicionismo e sua tática basilar – a “guerra às drogas”. A história descrita no capítulo 3 (a prisão do irmão de Amendoim) é um exemplo de como os jovens são capturados no *dispositivo das drogas*, ficando entre as forças de segurança e o *crime*. A família do rapaz preso acionou o “debate do PCC” para resolução do conflito gerado pelas atividades do tráfico de drogas; tal “debate”, entretanto, extrapolou o ambiente do tráfico, pois os envolvidos – a família de Amendoim – não participam do negócio, são moradores do bairro que foram envolvidos pelo fluxo arriscado do tráfico que, com frequência, interfere no cotidiano da *quebrada*. A indistinção entre “mundo das drogas” e “mundo do crime” acaba por gerar o efeito inverso do esperado: alargam-se as fronteiras do *crime* e multiplicam-se as estratégias entre os moradores para lidar com as consequências da difusão do “problema das drogas”.

Argumentei ainda (capítulo 2) que trabalhar no tráfico é, além de uma atividade laboral, um *modo de vida* compartilhado. Para além de simples atividade

laboral, o tráfico se constitui em uma atividade produtiva em consonância com tendências atuais de consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens de todo o mundo. O *dispositivo das drogas* está no ambiente do comércio de drogas; as atividades do tráfico geram formas específicas de ocupação das ruas e de relações sociais com pessoas de “dentro” e de “fora” da *quebrada*, tornando-se, para essa geração, um elemento importante das relações comunitárias. Nos contextos em que realizei a pesquisa de campo, participar do tráfico local é participar de uma turma, com suas músicas, festas, adereços, *máquinas* (carros, motocicletas, celulares).

O “mundo das drogas” não se refere exclusivamente ao uso e comércio de psicoativos. O “estilo bandido” do trabalhador do tráfico é também uma referência de estilos de vida juvenis nas *quebradas* pesquisadas. A grande maioria dos jovens das *quebradas* não participa das atividades do tráfico, mas apenas performa em ocasiões de encontros – que marcam a micropolítica de alianças – com sinais linguísticos e corporais que embaralham as distinções entre “bandido” e “mano”. De um lado, se o *dispositivo das drogas* aciona a cadeia de repressão e punição, por outro, o mesmo *dispositivo* incita a participação em comunidades desterritorializadas de consumidores de estilo.

As tramas disparadas pelo *dispositivo das drogas*, entretanto, extrapolam a “guerra às drogas”; elas são múltiplas e submetidas a mutações de governo. Nas falas e performances dos traficantes, a adrenalina, a atenção e vigília constantes, a grande circulação de dinheiro, as baladas e as festas, os equipamentos de comunicação, as substâncias, suas qualidades e valores e os códigos de comunicação são os principais componentes do tráfico para aqueles que dele se ocupam. Uma multiplicidade de agenciamentos é disparada ao se ingressar nos circuitos do tráfico. Os enunciados de meus interlocutores não encerram o “mundo das drogas” como um “mundo de patologias”, mas – antes – distribuem as posições diferenciais dos seus elementos, enfatizando aspectos múltiplos do cotidiano dos jovens.

Para os jovens traficantes, indo dos vendedores iniciantes no tráfico aos patrões que já possuem uma longa “*caminhada*”, trabalhar no tráfico não é uma adesão baseada simplesmente em critérios economicistas, mas sim um símbolo de importância moral, percebido ou imposto. Para além das hierarquias do tráfico e das consequências para o trabalhador, participar do tráfico é lido, de certo ponto de vista,

como um “modelo inclusivo”, pelo qual os jovens obtêm bens de consumo e status simbólico – dinheiro, respeito, prazer, e uma lista ampliada de objetivos. Aqui há um importante nó do *dispositivo das drogas* a ser salientado: o fato de o tráfico ser um *modo de vida* para alguns jovens das *quebradas* indica a confluência da interiorização dos elementos simbólicos do “ser traficante” com a “reengenharia de produção neoliberal” da gestão do tráfico local. Eles devem ser “*empreendedores de si mesmos*”.

Na terceira parte da tese (capítulos, 4, 5 e 6) procurei demonstrar como o aumento vertiginoso de aplicações de *medidas socioeducativas* por tráfico (ocorrida nos últimos anos no Estado de São Paulo) é sintomática de como o *dispositivo das drogas* amplia a temática “drogas” e as intervenções relacionadas. Argumentei que o aumento da repressão e sanção de *medidas socioeducativas* pelo *delito tráfico* engendra o fenômeno de expansão do “conflito juvenil com a lei”. Os adolescentes “traficantes” são punidos independentemente de uma análise de periculosidade, da violência do crime, ou até mesmo das quantidades de drogas apreendidas. O *dispositivo das drogas* em sua vertente “guerra às drogas” efetiva-se, nos bairros estudados, como indeterminação entre as categorias *tráfico e consumo*. No discurso corrente no *socioeducativo*, a correspondência entre o “mundo das drogas” e o “mundo do crime” revelou-se como um limite à diversidade de relações que os meus interlocutores estabelecem. Nos territórios estudados, as fronteiras entre o “mundo das drogas” e o “mundo do crime” tornaram-se ambíguas. O “problema das drogas”, desta forma, se capilariza nos territórios, expandindo suas teias de ameaças, restrições e caracterizações dos jovens moradores das *quebradas*.

Os jovens que sofrem *medidas socioeducativas* interpretam seu lugar de suspeito potencial, entre as fronteiras do consumo e do tráfico de drogas, da pobreza, do preconceito e da falta de oportunidades, como foi possível observar no esquete interpretado por Zezinho e seus companheiros internos da Fundação Casa (capítulo 5). Ao isolamento do adolescente na internação, seguem *medidas socioeducativas* em meio aberto, combinando “disciplina prisional” com “controle pós-disciplinar”, fazendo a “guerra às drogas” seguir *os calcanhares* dos adolescentes (capítulos 4, 5 e 6). Argumentei que tal mecanismo de controle concretiza um modelo disciplinar na internação com uma intervenção sobre o ambiente do mercado de drogas nos bairros

estudados. A gestão do *sistema socioeducativo* está baseada no impacto da ação sobre a *reincidência*, razão por que, a decisão judicial comumente alia a aplicação de duas punições – uma em meio fechado, outra em meio aberto. Tal impacto deve ser equacionado e, a partir de uma racionalidade de mercado, o cálculo deve orientar as políticas.

A confusão entre consumo e tráfico gerou, além do aumento das prisões, outra consequência: a ampliação do diagnóstico de “dependência” para uma significativa parte dos adolescentes em cumprimento de *medidas socioeducativas*. Qualquer jovem que faça uso de alguma substância psicoativa ilegal (a grande maioria) coloca-se em uma zona tão escorregadia que, dependendo de suas experiências no transcorrer das medidas, o levará a sofrer o “enquadre” no rótulo de “drogado”. Não é por acaso que, nos programas que acompanhei, entre as várias estruturas estatais que compõem a “rede de proteção integral”, o serviço mais atuante nas parcerias com as entidades executoras das *medidas socioeducativas* em meio aberto são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPES). A parceria estratégica da saúde mental com os programas de *atendimento socioeducativo* reforça o enredamento da vida dos adolescentes como potencialmente vicioso. O “mundo das drogas” é genericamente tomado como um “mundo de patologias” que deve sofrer a *intervenção socioeducativa*. O mundo de patologias é combatido no indivíduo, particularmente na “*mente*” do indivíduo: o jovem deve mudar seus valores, seu estilo de vida, suas inclinações, ficar com a “cabeça boa”, não usar “drogas”.

Acontece que o conteúdo da normalidade psicológica esperada implica necessariamente abandonar a venda de substâncias psicoativas ilegais, como se este trabalho fosse em si um sintoma, um distúrbio de ordem psicológica e, somado ao uso de drogas, o diagnóstico “psicossocial” do adolescente destaca a desestrutura familiar. Os adolescentes assim capturados devem controlar a revolta e os desejos enquanto cumprem a *medida socioeducativa*, administrar a vida íntima e emocional fortalecendo os vínculos com a família, assumindo que não usarão mais “drogas”.

Durante o cumprimento das *medidas em meio aberto*, nas dinâmicas com seus pares geracionais os jovens revelam diferentes saberes sobre as drogas. O *dispositivo das drogas* mostra-se mais uma vez heterogêneo. Embora usem substâncias psicoativas, os jovens traficantes apresentam um sistema classificatório diverso das

“teorias *socioeducativas*”. Nas teorias e práticas dos adolescentes, o *dispositivo das drogas* se complexificou, como um regime com derivações e mutações. Em “choque” com o diagnóstico de “problema com drogas”, o adolescente Ivan descreveu sua trajetória no sentido de controlar o uso de cocaína (capítulo 6) e Kelli argumentou por que não usa cocaína (capítulo 4). Os jovens se posicionam com relação ao uso de drogas de modo a manifestar que diferenciam uso de abuso. O argumento usado por eles para explicar o uso controlado foi o próprio autocontrole. Disparados pelo *dispositivo das drogas*, conhecimentos científicos foram utilizados e ressignificados pelos jovens; assim também eles diferenciam os “componentes químicos”, efeitos, riscos de abuso (capítulo 1, capítulo 4, capítulo 6). As abordagens sobre as “drogas”, então, não possuem contornos definitivos; conceitos e informações sobre as drogas circulam como cadeias de teorias relacionadas entre si.

O *sistema socioeducativo* tornou-se capilar nos últimos anos, espalhando-se pelos bairros de periferias de São Paulo; jovens moradores dos próprios bairros passaram a se relacionar também profissionalmente com as organizações e formaram um novo campo de atuação para jovens que cresceram nas dobraduras do tráfico de drogas. Não são apenas os jovens que atuam no tráfico que veem suas vidas enredadas pelo *dispositivo das drogas*. O processo de construção das subjetividades de jovens mediadores (entre o *socioeducativo*, o *crime* e a *quebrada*) como Riso e Thurma exemplifica a complexidade da produção de subjetividade num *dispositivo*: eles não estão em um dos lados do “muro” da “guerra às drogas”; não repercutem exatamente as forças estabelecidas ou os saberes constituídos pelo *socioeducativo* em suas falas nem destacam uma posição “institucional” em suas relações cotidianas no bairro. Dentro dos programas, eles criam alianças com assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, e, em alguns casos, conseguem compartilhar mais do que apenas o *modus operandi*. Embora continuem repercutindo o modelo padrão do *atendimento socioeducativo* (nos relatórios e atividades formais), nas relações diretas com os jovens e seus familiares, meus principais interlocutores, Riso e Thurma, estabeleceram outras táticas de interação com a vida nas *quebradas*.

O que chamo de *interfaces da vida loka* é aquilo que se localiza nos meandros do *dispositivo das drogas* – o imponderável que se mescla nas fronteiras pelas quais as subjetividades afetam-se pelo *dispositivo* e sua trama de relações de poder; trama

tecida nas *zonas de contato entre o crime, a quebrada e o socioeducativo*. Do meu ponto de vista, personagens como Riso e Thurma extraem de suas experiências intersticiais novas formas de poder e de saber. Posicionam-se no *fio da navalha do dispositivo das drogas* e acabam por participar de sua difusão; fazem a mediação entre a política social e o universo simbólico, econômico e social do tráfico. Em uma direção eles circulam a existência de certas atitudes valorizadas entre os jovens, a ética de desempenhar o *proceder*, a *mente* como uma visão da inteligência, os códigos, linguagens e corporeidades que em muitos casos são comuns aos deles; em outra, difundem a idéia de “atendimento” às demandas do adolescente (documentação, cursos, auxílios ligados diretamente à execução das *medidas*), realizam oficinas, sessões de cinema, debates, utilizam as formas possíveis de *intervenção socioeducativa* e as extrapolam pela atitude que tomam na relação direta. Riso, por exemplo, usa o domínio da redação de textos para escrever um blog, diários de campo, quer escrever um livro. Além disso, na medida em que tenha relações pessoais com os envolvidos, ele intervém em situações geradas no ambiente criminal (capítulo 3).

A orientação de Thurma para minha inserção na pesquisa, performando e cantando a *lei das ruas* (capítulo 3) revela a multiplicidade das posições de um jovem da *quebrada*, na construção de sua subjetividade; em sua “fala”/“rap” (capítulo 3) anunciou alguns mecanismos e táticas, capilares e intersticiais, de que ele se utiliza e que se faziam necessários para quem quisesse chegar “mais perto”. Esta maneira de transpor a linha de forças que opõe trabalhadores do tráfico e instituições públicas (das polícias às universidades) é produção que compõe o que chamo de *dispositivo das drogas*. Não é por acaso que a última das *leis das ruas* seja “mais um beck na mente”. A maconha acaba por ocupar um lugar particular entre as psicoativas usadas por alguns de meus interlocutores: o de mediação da geração em seus modelos de reverberação do “dispositivo das drogas”. Nem a cocaína (vista como símbolo de poder e energia em situações específicas, mas potencial prejuízo ao trabalho, às relações familiares e ao “bolso”), nem as drogas sintéticas (“elitizadas”, usadas ainda por uma parte menor dos jovens), muito menos o *crack* (simbolicamente uma droga discriminada entre eles), consegue agregar tanta diversidade de jovens como a maconha. O uso da maconha, ao ser elencado entre a

lei das ruas cantada está fincado no cotidiano de consumo de psicoativos dessa geração, tanto quanto uma “cervejinha”. O que marca diferença entre as duas é o fato de a maconha ser ilícita.

No capítulo 1 argumentei que essa delimitação se realiza por meio do poder médico sobre os fármacos e de sua associação a uma *política proibicionista*. No imaginário moral há uma distinção entre certas drogas que fazem bem – aquelas prescritas pela terapêutica médica – e as drogas que fazem mal, aquelas proibidas em lei. A maconha “faz mal” do ponto de vista moralizante, legal e, sobretudo, mercadológico. Há debates acalorados sobre os efeitos no corpo biológico, mas o que predomina é o “consenso moral”: a maconha é uma “droga”, é ilícita e – por isso – “faz mal”. Para essa geração, porém, ela “já virou mato”, como dizem. Cada substância produz sensações, emoções, significados e lugares políticos diferentes. Elas se tornaram importantes elementos do jogo de alianças e distensões que ocorrem nas relações geracionais nas periferias de São Paulo.

O poder classificatório do *dispositivo das drogas* forma uma rede de inteligibilidade para elementos disparatados e heterogêneos de acontecimentos, fluxos e interações. A política proibicionista médico-jurídico-policial (com seus bordões “o trabalho no tráfico leva à morte” ou “a droga mata”) convive com inúmeros modos de regulação, teorias e práticas difundidas entre jovens moradores de periferias paulistas. Em síntese, o “problema das drogas” produz o próprio fortalecimento do fenômeno de difusão das drogas (legais e ilegais) como regime de relações e polaridades.

2. NAS INTERFACES: “BIOPOLÍTICAS”

A superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele, por conseguinte o princípio de regulação do poder sobre o indivíduo, vai ser essa espécie de grade do *homo oeconomicus*. O *homo oeconomicus* é a interface do governo e do indivíduo. E isso não quer dizer que todo indivíduo, todo sujeito, é um homem econômico. (Foucault).

Realizada com jovens moradores de bairros periféricos da região metropolitana de São Paulo, esta etnografia se localiza nas zonas de contato entre:

uma dimensão territorial, simbólica e existencial – a *quebrada*; um ambiente de mercado – o tráfico de drogas – disparador de práticas e, também, inserido em um “marco discursivo” – o “*mundo do crime*”; e um sistema político-estatal voltado para atender adolescentes “infratores”, organizador de discursos e de tecnologias sobre “crime” e “drogas” – o *socioeducativo*.

Nos contextos estudados, procurei identificar as formas de conhecimento, os regimes de autoridade e as práticas de intervenção de diferentes agentes sobre a vida dos jovens; adotando Foucault – meu principal provocador – propus discutir a crescente importância da vida nos mecanismos de poder. Analisei no conjunto do texto etnográfico os regimes, as práticas, as táticas que elegeram a vida como cerne da ação política. Um conjunto de processos na *quebrada*, no *crime* e no *socioeducativo* se volta para a avaliação da vida: controles e autocontroles do uso de drogas; gestão do negócio das drogas, da violência física e da vida de adolescentes submetidos a *medidas socioeducativas*; interdição do homicídio; “acompanhamentos” psicológicos. Cada âmbito analisado na pesquisa produziu suas próprias intervenções, mas elas estiveram na vida dos jovens em relação permanente – sendo improfícuo tomá-las separadamente. Destaquei por isto o termo “*interfaces*” ao nomear a abordagem teórico-metodológica de minha tese. Em consonância com essa abordagem, meu tipo de entrada realizada em campo modelou um lócus de observação marcado por instalar-se nas *zonas de contato* entre os três âmbitos reconhecidos na pesquisa de campo e (re)criados nesta ficção etnográfica.

Os mecanismos de orientação das condutas dos jovens participantes do estudo se caracterizaram por técnicas e táticas variadas, que retomarei nas páginas seguintes. Preliminarmente, destaco os principais *mecanismos biopolíticos* a serem sistematizados: a gestão do tráfico de drogas, por meio da tática sintonia do PCC e da técnica “debate”, expressões de governo *do crime*; a gestão das *medidas socioeducativas* e as técnicas de diagnóstico e intervenção psicossociais *do sistema*; a *lei das ruas* e o *dialeto da vida loka*, os modos de regulação da conduta entre jovens da *quebrada* – sejam eles do *crime* ou não. Tais *mecanismos biopolíticos* envolvidos nas relações entre os entes cortaram toda a análise desenvolvida no transcorrer do texto etnográfico.

No capítulo 1, especulei sobre a relação entre as crescentes normatizações daquilo que o saber médico permite e o que ele proíbe para os seres humanos e todo o aparato de segurança repressão/punição (a “guerra às drogas”), distinguindo drogas lícitas e ilícitas num conflito de mercado, em que o saber médico vigora. Conforme seção anterior destas notas finais, o *dispositivo das drogas* acionou uma sequência de dinâmicas, interações e conflitos que se encadeou mediante técnicas e táticas de governo da conduta dos jovens.

No capítulo 2, acompanhamos a gestão do trabalho no tráfico. Neste labor, os jovens trabalhadores aprendem a agir com “disciplina” – a proceder com constância e tenacidade. Cada traficante, independentemente do seu lugar na hierarquia da *lojinha*, é um empreendedor – alguém que faz certo número de apostas, define uma série de comportamentos econômicos, estipula investimentos para incrementar seu capital pessoal dentro do negócio; uma expressão de um poder enformador da sociedade de inspiração neoliberal, “multiplicação da forma empresa” no interior do corpo social (Foucault 2008a). Mecanismos econômicos que destacam os indivíduos e os submetem à imensa máquina do tráfico internacional de drogas. Os jovens traficantes veem-se em um modelo de gestão que enfatiza uma “reengenharia de produção”: com a “racionalização”, lidam com os prejuízos da “firma”, isto é, o equilíbrio financeiro do negócio baseado na precarização do trabalho e na insegurança dos trabalhadores. Ou os jovens trabalhadores “vestem a camisa” da “firma” ou fazem um movimento individual de mudança, um *empreendimento de si* a partir do capital pessoal de cada um no mercado – disputam um lugar de acordo com um processo de livre concorrência.

O trabalho no tráfico no final dos anos 2000 em São Paulo mostrou-se menos fatal aos jovens do que em épocas anteriores. Vimos no capítulo 2 que a violência está posta como uma possibilidade – “ferramenta de trabalho” – mas já não é considerada a opção mais “inteligente” na quase totalidade dos casos. A noção de *inteligência* surgiu como um atributo dominante do ideal de “bandido”, com maior intensidade do que a idéia da “força bruta”, da “disposição para matar” (Zaluar 2004). Para grande parte dos meus interlocutores – do *crime* ou não – o “verme”, o “bandido” violento e desrespeitador das regras do *crime*, atrapalha os negócios e a

vida comunitária. O negócio do tráfico, assim, participa da gestão das questões de vida e de morte que o *crime* dispara nas *quebradas*.

No capítulo 2, argumentei que o fortalecimento do tráfico como negócio e o crescimento do *Primeiro Comando da Capital* (PCC) como força política na *quebrada* caminharam juntos. As *lojinhas* se caracterizaram por serem uns dos principais lócus de difusão da *sigla* PCC – sigla que passou a sintetizar na fala dos jovens o processo de expansão do “marco discursivo do crime” (Feltran 2008a). Sob um regime de relações entre “ladrões” de “igual para igual”, desferido pela *sintonia do PCC*, a afluência dos negócios do tráfico possui, entretanto, mecanismos políticos e comerciais de imposição daqueles que concentram a distribuição da mercadoria. A gestão de um mercado – o das “drogas” – e posições políticas do *crime* encontraram na *sintonia do PCC* seu ponto de sinergia. De modo geral, a palavra *sintonia* se apresentou em campo como a comunicação estendida da prisão à rua entre membros do PCC (os “irmãos”) – e entre eles e os outros aliados (os “primos”).

O telefone celular foi o principal artefato utilizado no processo de erosão da fronteira entre a prisão e o bairro – um dispositivo tecnológico que manteve os participantes do “jogo profundo” do tráfico permanentemente modelados, contaminados ou controlados pela *sintonia do PCC*. A *sintonia* tornou possível a teorização e a prática política existentes no *comando*, “a ressonância de vontades, em suas mais variadas expressões, por corpos que, *juntos e misturados, correm lado-a-lado, estão em sintonia*” (Biondi 2010). O PCC expandiu-se, não se limitando aos membros da organização. Desta forma, o termo *sintonia*, mais do que indicar a posição de uma pessoa no crime local (versão dos representantes da política de segurança), foi usado em diversas outras situações que o relacionam menos com uma posição em um regime de forças interno ao PCC, e mais como expressão de condutas e procederes internos ao “mundo do crime” – e que por diversas formas de interação entre conviveres na mesma *quebrada* assim o extrapolam para as relações entre jovens.

Nos capítulos 2 e 3, foi possível observar como a *sintonia do PCC* se fez presente por meio de uma técnica, o “debate”, cuja principal função foi deliberar sobre o controle da vida, ou melhor, interditar ou liberar o homicídio. A utilização da palavra nos “debates” como um mecanismo de se evitar a morte cria um sentido

político da ação criminosa: a preservação da vida. No capítulo 3, ao pedir a convocação de um “debate”, o personagem Amendoim escolheu a técnica de governo do *crime* por considerá-la a melhor possibilidade de intervenção naquela situação; a conversa se daria *de igual para igual*, mesmo sendo seus interlocutores traficantes – e ele não. Entre os jovens moradores das *quebradas* todos conhecem as *atitudes e procedimentos* necessários para a participação em um “debate”. Seu irmão, preso inocentemente, foi considerado alguém que, embora não seja praticante de ilícitos, “correu pelo certo”. A decisão do “debate” foi descontar do adolescente pivô da crise os custos da ajuda dada à família de Amendoim. Observamos no conjunto da tese (capítulos 2, 3 e 5) que os custos dos riscos são assumidos pelo vendedor. Na governamentalidade neoliberal (Foucault 2008a), comum ao modelo de gestão do tráfico, o “traficante” é alguém que deve explorar individualmente os riscos, as perdas e as benesses de suas escolhas.

O foco da biopolítica do PCC está em táticas de poder em torno da gestão da vida dos presidiários. Ao serem transmitidas às ruas, as políticas do PCC – “paz entre os ladrões” e “luta contra o sistema” – são incorporadas e adaptadas aos contextos específicos. Esta *biopolítica do crime*, isto é, a eleição da gestão da vida como epicentro da prática política do PCC, implica também uma diminuição dos riscos econômicos do varejo das drogas. Entretanto, evitar os riscos econômicos do negócio não é o único motivo para a interdição do homicídio. Na parte II da tese, argumentei que ao incorporar *a vida* em seu discurso, o PCC ressignificou o *crime*, deslocando para sua alçada um campo de força ordinariamente vinculado ao Estado. Nos bairros etnografados, o *crime*, via a marca PCC, tornou-se mais um movimento a incorporar a vida como um valor. A *sintonia* entre a prisão e a rua transcende os assuntos relativos aos negócios ilícitos; ao propor a “*união do crime*” e a “*paz entre os ladrões*” a *sintonia* do PCC se relaciona às expectativas e aos anseios de moradores de bairros onde há grande concentração de presidiários (e ex-presidiários). A *sintonia* comunica os *procederes* que devem guiar a conduta daqueles que *se* identificam como “do *crime*”, mas estes *procederes* devem estar em consonância com os ideais e os interesses da *quebrada*.

A tática de poder do PCC fortaleceu nos anos 2000 um vocabulário particular do *crime*: *proceder, sintonia, debate, disciplina, mente, “ter uma mente” – junto e*

misturado – passam a compor a linguagem ordinária de jovens das *quebradas*, e os seus sentidos são compartilhados e constantemente ressignificados por eles. A *lei das ruas*, apresentada a mim por Thurma (capítulo 3) – “*andar sempre ligado no movimento da área, não ser um alcaguete, ser sangue bom, sempre tomar atitudes certas e conscientes, não ser malandro demais, entrar na paz, na sua*” – revelou-se como um *saber incorporado* entre os jovens moradores das *quebradas* – saber que os posiciona em diálogo com as dinâmicas do *crime*. Canções compostas por jovens da *quebrada* – do *crime* e não do *crime* – manifestaram um dispositivo linguístico – por mim nomeado *dialeto da vida loka* – que discorre sobre uma variedade de considerações sobre a vida dos jovens das *quebradas*: o sofrimento como força, a caracterização do “guerreiro” que sobrevive na adversidade, a afirmação da *vida loka* – como a vida de um jovem da periferia – que marca oposição às imagens ilusórias, falsas, publicizadas pelo sistema, via telenovelas por exemplo. Tal *dialeto* posiciona a perspectiva dos jovens da periferia no debate público que os enreda. Argumentei, portanto, que o *dialeto da vida loka* é um dispositivo linguístico que permite a coordenação de perspectivas a partir das quais emergem estruturas mentais compartilhadas – *o encontro da mente criminal com a consciência da periferia*. Assim compreendido, o *dialeto* não é exclusivamente oriundo do “mundo do crime”, embora seu “marco discursivo” seja um reconhecido componente deste universo.

Os jovens das *quebradas* não se submetem ao *crime*, apenas aderem parcialmente à expansão de seu “marco discursivo” e de suas *técnicas e táticas biopolíticas*, particularmente àquelas que contribuem para a pacificação dos territórios. Argumentei sobre a existência de diferenças importantes a serem notadas entre a “lei do crime” e a *lei das ruas* – o modo de regulação das condutas regras compartilhado entre *quem é* do crime e *quem não é*, nas *quebradas*. Vimos, no capítulo 3, que os termos *atitude* e *proceder* se aproximam quando atribuem valores que adjetivam sujeitos – “*caras de atitude*”, “*caras de proceder*” – que se comportam de modo a manifestar, corpórea e linguisticamente, “respeito”, “lealdade”, “humildade”, “inteligência”, em suma os valores eleitos pelos jovens das *quebradas*. Os dois termos se distanciam, entretanto, em sua forma substantiva – o “proceder”, a “atitude” – na medida em que um (o “proceder”) é, em si, normativo e o outro (a “atitude”) não possui a normatividade de uma regra – é normativo apenas na medida

em que está encaixado em contextos de comunicação particulares; a vida nas *quebradas* possui sua própria normatividade. O *proceder* impõe regras e determina modos de agir à dinâmica fluida da vida nas *quebradas*, enquanto a *atitude* dos rappers e dos educadores sociais indicam apenas maneiras de lidar com o fluxo das interações, sem estabelecer regras rígidas de conduta que devam ser cumpridas.

Argumentei (capítulo 3) que a atuação de jovens mediadores como Riso e Thurma implica um trabalho cotidiano de fortalecimento de processos que diminuem a violência em suas *quebradas*. Uma atuação que elege a vida humana como ponto nevrálgico. Eles acionam recursos, estruturas e agentes governamentais e não-governamentais de diferentes áreas de políticas públicas; mais ainda, eles extrapolam suas atividades profissionais, tecendo em suas relações cotidianas na *quebrada* formas variadas de resistência ao manterem relações com amigos de infância e com vizinhos que estão no *crime*. Durante meu prazo dedicado à realização da pesquisa de campo, eles manifestaram posições múltiplas frente ao *crime* e ao *socioeducativo*. Observaram que a “lei do crime” é incerta e perigosa e que os homicídios podem voltar a crescer; que a lei pública que aciona o *socioeducativo* é discriminatória e autoritária. O recurso destes personagens ao *dialeto da vida loka* e à *lei das ruas* implica uma participação ativa no processo de pacificação de seus territórios (parte II da tese).

Apreendidos no *dispositivo das drogas*, lidando com diversos *mecanismos biopolíticos* presentes na guerra entre o *crime* e as forças de segurança, os jovens das *quebradas* resistem à anulação do humano, ao enredamento das suas vidas no confronto entre “biopoderes”. Se de um lado o *crime* elegeu a vida como centro de sua ação política, na ação estatal, por outro, a vida humana está no cerne do movimento de criação de sistemas de gestão das áreas sociais do Estado brasileiro; tal movimento engendrou um aparato de tecnologias sociais, um sistema político-estatal, direcionado ao “adolescente em conflito com a lei”, baseado em sua caracterização como “vulnerável” e – mesmo tempo – potencialmente perigoso para a sociedade: o *sistema socioeducativo* (parte III da tese).

O *socioeducativo* é um dos diversos sistemas surgidos nos últimos anos, conseqüente da execução de políticas norteadas pela constituição de 1988. O Sistema Único de Saúde foi o primeiro sistema a seguir o modelo de gestão das políticas

públicas no Brasil pós-constituente: “universal”, “descentralizado” e “participativo”; o SUS foi o precursor modelar de todos os outros sistemas – a exemplo do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: o SINASE segue o modelo de gestão da assistência social e da saúde pública, posicionando-se como um campo de construção de normativas de cidadania e de subjetividade, caracterizando a realidade dos adolescentes “em conflito com a lei” como permeada por situações de “vulnerabilidade”, demandando o desenvolvimento da política de atendimento integrada com as diferentes áreas e uma agenda de urgências no sentido de se efetivarem as políticas públicas e sociais. A gestão seria *a chave* para tornar a mudança de paradigma das legislações (entre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente) uma realidade nas intervenções efetivas junto às “populações vulneráveis”. Na parte III da tese, vimos que a ação racional e planejada a partir da gestão de um sistema não evita, entretanto, que as intervenções construam formas normativas de cidadania fundadas em assumpções morais culturalmente específicas e/ou de cariz etnocêntrico, recorrentes na sociedade brasileira.

O *atendimento socioeducativo* é responsável pela *gestão* do controle sobre os adolescentes para que eles não *reincidam*. O *modus operandi* do *socioeducativo* se volta para uma ação paradoxal: as *medidas socioeducativas* devem simultaneamente controlar “comportamentos de risco” e cuidar de “estados vulneráveis”. As técnicas do *atendimento socioeducativo* se voltam às orientações para uma vida “saudável”. No *sistema socioeducativo*, um jovem traficante deve reconhecer sua própria situação de “vulnerabilidade” e deve aceitar mudar seu estilo de vida para ser incluído; ele deve se mostrar saudável biológica, subjetiva e socialmente, ou seja, uma inteira sujeição a uma determinada visão de “vida saudável”. Deve para tanto distanciar-se das condições e dos comportamentos normativamente eleitos como de “vulnerabilidade”. Entretanto, ser estigmatizado por receber *medidas socioeducativas*, torna difícil a relação do jovem com a escola, e ainda mais difícil a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. A ação das polícias tende a se intensificar após a internação, tornando o adolescente mais facilmente identificado como suspeito. Traumas, feridas e dores mencionados pelos adolescentes (capítulos 4, 5 e 6) foram, em grande medida, consequências da ação de entes governamentais.

A efetividade do *sistema socioeducativo* na vida dos adolescentes agrava suas “vulnerabilidades”.

A aplicação de *medidas socioeducativas* (com frequência conjugadas à de internação e depois às medidas em meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) delinea um complexo campo de poder sobre a vida dos adolescentes. A gestão das *medidas* é marcada por dispositivos de controle cada vez mais apertados e intrusivos. No capítulo 5, vimos que a família de Zezinho sofreu uma investida que causa mais dor do que contribui para o fortalecimento dos laços afetivos entre os parentes, um dos objetivos propalados pelo *sistema socioeducativo*. Os procedimentos, técnicas e táticas do *socioeducativo* revelam uma racionalidade governamental capaz de espalhar o controle de forma tão capilar a ponto de atingir a moradia, o núcleo familiar do adolescente.

As diversas (re)ações dos jovens que sofrem as medidas *desenham* a incorporação dos saberes e dos poderes que atuam em suas vidas cotidianas. Entre o *crime* e o *socioeducativo*, os jovens que sofrem *medidas socioeducativas* vivenciam um dilema: realizar os trabalhos enfadonhos e mal remunerados – disponíveis para os jovens como eles – ou continuar ganhando o dinheiro e consumindo os bens que o trabalho no tráfico lhes proporciona. No limite, trata-se de uma escolha econômica. A “socioeducação” deve ser capaz de suprimir o comportamento “desviante” do indivíduo: no caso dos adolescentes que trabalham no tráfico de drogas, a finalidade da *ação socioeducativa* é mudar o comportamento em seu componente econômico – a atividade de vender drogas. Tal visão do jovem como alguém que deve explorar individualmente os riscos, as perdas e as benesses de suas escolhas constitui uma zona de confluência entre dois discursos: o do *socioeducativo* e o do *crime*. No capítulo 5, vimos como o jovem Zezinho circulou por múltiplos níveis em que ideias, projetos e técnicas o influenciaram para um alinhamento com uma noção geral de competência pessoal, de capacidade de governar a si mesmo; o desafio de discernir meios, caminhos e instrumentos para o sucesso de sua empreitada individual, ao mesmo tempo em que ambos – aparato governamental difuso e modelo de gestão do comércio de drogas – o acompanhavam simultaneamente: duas instâncias com

estratégias próprias e esquemas articulados de gestão da vida do adolescente.

No capítulo 6, argumentei que o *modus operandi* do *sistema socioeducativo* constitui uma abordagem instrumentalizada, tanto do ambiente (contextos de vulnerabilidade) quanto de indivíduos (comportamentos delinquentes), como uma soma de fatores diversos acessíveis à análise dos especialistas (técnicos da área psicossocial). Da forte influência da teoria de Winnicott, a análises inspiradas na psicologia comportamental, passando pelos diagnósticos de “transtorno de conduta”, os saberes *psi* são usados para delinear perfis normativos que situam, em primeiro lugar, a adolescência como uma fase naturalmente “vulnerável”; em segundo lugar, os adolescentes com determinada experiência familiar e comunitária, sobretudo os moradores de bairros considerados “vulneráveis”, como sendo potencialmente perigosos pelo seu próprio contexto de vida; e, em terceiro lugar, o próprio comportamento analisado no contexto de execução das *medidas socioeducativas* como determinante de um “transtorno de conduta”. Sob o regime de um “biopoder” do *sistema socioeducativo*, os adolescentes “infratores” estão submetidos a uma racionalidade normativa – tecnologias que servem para isolar anomalias e normatizá-las através de procedimentos corretivos e terapêuticos. Meu argumento é o de que a resposta do *sistema socioeducativo* não é compreender a subjetividade dos adolescentes, mas antes buscar decifrar o perfil do criminoso preenchendo o vazio entre o físico (o corpo ou psicossoma) e o subjetivo com conteúdos psicológicos pré-determinados e fortemente marcados por características ambientais (meio familiar de origem, bairro, grupos de referência). O que importa é o resultado, isto é, a *não-reincidência*.

Examinar a gestão cotidiana da vida dos adolescentes é realizar um estudo do Estado desde as suas margens (Das e Poole 2008). Nesse sentido, argumentei que os adolescentes entram nos cálculos do poder e, a partir de seu comportamento econômico (vendedor de substâncias psicoativas ilegais), passam a ser governamentalizáveis (Foucault 2008a). O Estado constrói, assim, desde a *margem*, a marca de distinção entre jovens aptos a voltarem ao convívio social e jovens *reincidentes*. A gestão do *sistema* se volta ao cálculo para a gestão de riscos: impedir situações em que o adolescente tenha autonomia para agir e *reincidir* no ato

infracional. O aumento vertiginoso de internações por tráfico pode ser considerado uma “punição preventiva” levada a cabo pelo *sistema socioeducativo*. No conjunto da parte III da tese, argumentei que a noção de “vulnerabilidade” é também um dispositivo que permite a passagem do ambiente (considerado “vulnerável”) para o comportamento. O campo das *medidas socioeducativas* se constitui em modos de *objetificação* do sujeito que combinam a mediação de disciplinas científicas (como a epidemiologia, a psicologia e a psiquiatria) e a prática de exclusão, geralmente num sentido espacial (confinamento ou segregação). A *não-reincidência* é hoje o indicador de sucesso mais perseguido pela *ação socioeducativa*. O objetivo, então, é chegar a alguma forma de *saber-poder*, a alguma tecnologia política que garanta o controle mesmo quando o jovem não está mais em cumprimento da medida, demonstrando a eficiência do *sistema* por meio das estatísticas de *reincidência*.

Meus dois principais interlocutores, Riso e Thurma relacionaram-se nos anos de 2009 e 2010 com múltiplas teorias e práticas que envolvem o tráfico de drogas. Ambos atuaram como educadores no *sistema socioeducativo* e, no caso de Riso, como orientador de *medidas em meio aberto*; simultaneamente mantiveram o forte vínculo comunitário e geracional com os seus territórios e conviveres, inclusive relações de proximidade com jovens trabalhadores do tráfico. Mesmo nas situações em que Thurma (capítulo 5) e Riso (capítulo 6) atuaram como educadores e trouxeram para o centro da *ação socioeducativa* a linguagem e o modo de regulação das *quebradas*, o *dialeto da vida loka* e a *lei das ruas*, ambos foram boicotados pela gestão das unidades de internação e dos programas em meio aberto. A maneira de Thurma trabalhar a construção de letras de rap foi tolhida de sua liberdade criativa e redirecionada pela ação da gestão do centro de internação, para que ela se voltasse ao ideal de mudança esperada, da “vida saudável” (capítulo 5). Embora mantivesse uma relação de cumplicidade com Ivan – e fizesse parte da trama em que um traficante do bairro (Alemão) também estava envolvido, ambos sendo referência para o adolescente – Riso sentiu-se compelido a seguir o *modus operandi* e registrar no relatório a relação conflituosa do adolescente com o padrasto, assim como a continuidade no consumo da maconha (capítulo 6).

A autorregulação dos homicídios pelas *quebradas* (capítulos 2 e 3) não é vista pelos meus interlocutores como o resultado de um mecanismo – o “debate do PCC”

– que controla a todos; os *saberes* e os *poderes* são acionados nas próprias relações, pelos indivíduos que aprenderam uma linguagem (o dialeto), que torna possível um modo de regulação (a *lei das ruas*) na difícil fronteira do *crime* com a *quebrada*; racionalidades e estratégias (a *mente*, a *consciência*; a *atitude* e o *proceder*) foram desenvolvidas na lide de situações concretas da vida cotidiana que se desenvolveram em certos contextos, fortemente marcados por incertezas, violências e adversidades.

Nos raps, diálogos, cartas, em suma, nos documentos coletados na etnografia, a noção de *vida loka* remete a um conjunto de interpretações sobre a vida a partir da perspectiva de um jovem da *quebrada*. Para o jovem morador das quebradas a *vida loka* é a condição que marca um campo de possibilidades em sua vida – o desemprego, a prisão, a morte, assim como o aumento da renda, a liberdade e o bem-estar. Estar ou não no *crime* não é garantia de que, no jogo da vida, qualquer das possibilidades dadas ao vivente possa ocorrer.

No *modus operandi* do *socioeducativo* toda diversidade da linguagem, estilo e posição dos jovens das *quebradas* é facilmente caracterizada como *influência do crime*. No modelo de *gestão* e técnicas de *atendimento*, não são reconhecidas as múltiplas passagens nem as nuances entre a “lei do crime” e a *lei das ruas*, entre o “marco discursivo do crime” e o *dialeto da vida loka*. Para um adolescente em cumprimento de *medida socioeducativa*, a relação afetiva e existencial com a *quebrada* é um aspecto central da construção do *self*. Muitos valores, expressões, estilos encontrados entre os jovens que sofrem tais medidas não se referem exclusivamente ao *crime*.

Esta tese propõe que “*quebrada*” é termo utilizado por uma variedade de jovens *moradores das quebradas*, e que este termo positiva a noção de “vulnerabilidade”; ela é descrita (em raps, cartas, versos, falas) em termos de análises dos contextos de violência, sofrimento, expressão cultural e solidariedade de diversos bairros do estado de São Paulo. Os jovens das *quebradas* que trabalham no *socioeducativo* inovam e revelam o jogo de forças no interior do próprio *sistema*. A ação mediadora, entretanto, é limitada pelo modelo político de gestão da repressão preventiva ao tráfico, efetivada na vida dos jovens.

A vida humana tornou-se o principal termo da disputa em que o *crime* se emparelha ao Estado. Mas a vida também compõe a gramática que torna possível a

construção de pontes simbólicas e existenciais entre jovens que não querem ceder a um nem a outro dos lados do “muro” da “guerra particular” entre as forças de repressão e o chamado “crime-organizado”. Nos interstícios desta etnografia vislumbram-se as conexões da vida cotidiana com um complexo cenário político. O reconhecimento da experiência cotidiana de jovens das *quebradas* permite observar a distribuição de uma “microfísica do poder” em que a vida se tornou um valor central e, a sua gestão, uma questão de definir quais são os mecanismos e táticas de poder – capilares e intersticiais – que estão em interação.

Em minha interpretação, a leitura *da vida* realizada pelos meus interlocutores está longe da visão normativa da área de saúde em sua leitura elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em que ela é definida como o “completo bem-estar físico, emocional e social”. Ela está mais de acordo com a perspectiva apresentada por Canguilhem (2010): a vida tida como uma inteligência engenhosa e flexível do mundo, e a razão (mente/consciência) um mecanismo do vivente que deve se adaptar a um ambiente e agir usando conceitos e instrumentos que estão disponíveis para ele. Para lidar com uma *vida loka* é necessário “*ter uma mente*”. Eu parti, assim, da premissa de que não é possível compreender a vida fora do contexto em que ela se desenrola; para utilizar uma expressão nativa, não é possível compreender a vida dos meus interlocutores fora de “aquilo” que chamam de “*caminhada*”.

Lidando com as “*caminhadas*” de meus interlocutores, não as considerei como histórias pessoais mas, antes, seguindo uma analítica do poder foucaultiana, tomei as “*caminhadas*” a partir da perspectiva do “governo” (Foucault 2008b): a relação de meus interlocutores consigo e com os outros foram vistas por mim como objeto de toda uma variedade de esquemas mais ou menos racionalizados (*quebrada, crime, socioeducativo*), que moldaram as formas de compreender e viver a existência em nome de certos objetivos – inteligência, sucesso, comportamento correto, superação. O que denomino *domínio do mental* é a encruzilhada que encontrei nas dobraduras do tráfico de drogas. O *encontro de mentes* entre o *crime* e a *quebrada* e o *choque de mentes* entre o *socioeducativo* e as perspectivas dos jovens atendidos constituem as *zonas de contato* (o *domínio do mental*) em que se desenrolam *técnicas e táticas biopolíticas* disparadas a partir do *dispositivo das drogas*.

3. O DOMÍNIO DO MENTAL E A DISPUTA DO HUMANO

Nos movemos, erramos, nos adaptamos para sobreviver. Esta condição de ‘errar e vagar’ não é meramente acidental ou externa à vida, mas é a forma fundamental da vida. O saber, conforme esta compreensão da vida, é uma procura inquieta pela informação correta. Esta informação pode ser apenas parcialmente encontrada nos genes. Por que e como o código genético é ativado e funciona, e quais são os resultados, são questões que só podem ser colocadas ou respondidas adequadamente no contexto da vida, *Le vivant*, e da experiência, *Le vecú* (Rabinow).

A “mente humana” tem sido objeto de investigações de diversos campos científicos, da biologia à psicologia cognitiva, da sociobiologia às neurociências – campos de estudos admitidos como capazes de executar experimentos em laboratórios, e habilitados a promover tanto o desenvolvimento de instrumentos, quanto o de testes e o de drogas – uma possível “droga chave” para definir e explicar de forma objetiva a “natureza humana” e, talvez, a partir daí, exercer o seu controle. Segundo determinada visão normativa da vida, não intervir sobre os “incapacitados” ou “anormais” pode ser um perigo para a “saúde coletiva”. Dessa forma, esse tipo de controle de base “psicologizante” tem sido requisitado por setores da sociedade como algo necessário.

A centralidade dos saberes psicológicos não é aleatória. Como demonstrou Nicolas Rose (2008), a psicologia se constituiu como uma ciência social que encontrou seu espaço como uma técnica de regulamentação, um pretense conhecimento sobre as pessoas com o objetivo institucional de administrá-las, moldá-las, reformá-las. Esse é o caso em grande medida do uso que se faz da “ciência social” psicologia, aplicada no campo de execução das *medidas socioeducativas*.

Além do uso institucional, entretanto, alguns dos principais termos do vocabulário dos jovens das *quebradas* e do *crime* – *inteligência*, *mente*, *consciência*, *atitude* – também foram difundidos nas últimas décadas pela psicologia. No transcorrer de toda a tese, o *domínio do mental* – as *zonas de contato* formadas pelo *encontro de mentes* (de jovens das *quebradas* que são “do *crime*” com outros que assim não se identificam) e pelo *choque de mentes* (do *socioeducativo* com as

perspectivas dos jovens atendidos) – revelou-se como o ponto de ancoragem simbólico dos *mecanismos biopolíticos* disparadas pelo *dispositivo das drogas* nos territórios estudados. No encerramento da tese, retomarei os principais elementos da análise da *disputa do humano* presente no *domínio do mental* – os conflitos simbólicos entre teorias e práticas sobre a vida humana que elegem considerações sobre a *mente*, nas *interfaces* entre o *crime*, a *quebrada* e o *socioeducativo*.

No discurso do *socioeducativo*, o *domínio do mental* (ou saúde mental) é, de um lado, organizado a partir da elaboração de diagnósticos que procuram identificar qual é o problema de natureza humana que leva o jovem a praticar atos ilícitos e, de outro, é elaborado por meio de mecanismos para conhecer e domar a “*mente criminal*”, com o intuito de demonstrar a competência da gestão das vidas e a diminuição dos custos sociais da criminalidade. A busca por delinear perfis e compreender comportamentos humanos está no cerne da corrida para se evitar a *reincidência*.

Em outra parte da fronteira – no “mundo do crime” – a noção de *mente* possui significados específicos que se cruzam com o do *socioeducativo*. Inteligência, sagacidade, capacidade comunicativa, astúcia, opinião, proceder, “sangue nos olhos” (coragem), objetivos concretos, palavra-ação; a *mente* é o que permite ler a complexidade do contexto do tráfico, um negócio de alto risco econômico e pessoal. Por meio do desempenho de uma fusão de racionalidade prática de gestão da vida cotidiana com a coordenação da palavra e a capacidade de ação, a *mente criminal* se fixa nas *quebradas* como um exemplo de realização no mundo, como um *modo de vida*. As “caminhadas” diferentes daquela do “crime”, a de “manos da periferia”, sintonizam-se também com as condutas e procedimentos comunicados pelos membros do PCC às *quebradas* na medida em que estas ajudam a pacificar e tornar mais próspera a região. A consciência de jovens das *quebradas* e não do *crime* – educadores, rappers, orientadores de *medidas socioeducativas* – se estabelece como a inteligência de lidar com as adversidades da *vida loka* das *quebradas*, reconhecer e interpretar a realidade e, assim, ser capaz de se relacionar com as diversas “leis” (modos de regulação) – a do estado, a do crime, a das ruas – que permeiam a vida cotidiana. Em síntese, as *zonas de contato* entre o *crime*, a *quebrada* e o

socioeducativo são mediadas por conflitos que elegem o *domínio do mental* como principal foco.

No ambiente do tráfico, a expressão “*ter uma mente*” sintetizou o atributo daquele que se apresenta como um “ladrão considerado”. Nos contextos locais do tráfico, a noção de *mente* remete a, pelos menos, duas caracterizações: uma racionalidade instrumental voltada tanto para a resolução de situações concretas da vida cotidiana quanto para o alcance de objetivos pessoais de ordem material; o autocontrole emocional ao se passar por experiências liminares, como a da prisão (sistema carcerário) ou internação (*sistema socioeducativo*).

No primeiro caso, a expressão “*ter uma mente*” significa possuir um objetivo material ou social concreto, e conseguir alcançá-lo por meio de uma gestão adequada dos recursos e dos riscos. No capítulo 2, argumentei que a *mente* nas atividades do tráfico envolve uma capacidade de análise de um ambiente de mercado. A manifestação da *mente* é uma forma de racionalidade específica: um conhecimento-meio que busca obter verdades factuais sobre relações sociais e mercantis; e um conhecimento-fim, que desenvolve estratégias de realização pessoal e social, maximizando lucros e minimizando riscos por meio de condutas, ou procederes. A *mente* remete a capacidades de iniciativa de cada indivíduo, desenvolvido segundo o marco da psicologia da empresa (Rose 2008): a *mente* se coaduna bem aos saberes elaborados no marco da “psicologia da empresa” (Rose 2008); ela encoraja as pessoas a se conduzirem com ousadia e vigor, a usarem o cálculo para sua própria vantagem, para guiá-las rigorosamente e a aceitar riscos na busca dos objetivos.

No segundo sentido dado ao vocábulo *mente* entre traficantes, ele se refere a percepções da realidade, autocontrole das emoções, concepções e manipulação racional, em situações de extremo controle e pressão, particularmente no cárcere, mas também nas situações de sofrimento comuns à vida cotidiana dos moradores das *quebradas*. Para lidar com o limiar da prisão, a *mente* torna-se uma qualidade diferenciadora – valorizadora – dos indivíduos. Os relatos da prisão a situam como uma “experiência limite”, em que apenas o *controle mental* pode manter o sujeito *são*.

Vimos nos capítulos 2 e 3 que a experiência prisional nos territórios estudados não se constituiu em algo apartado do cotidiano; é antes uma experiência

conectada com ele: as histórias dos jovens nas prisões tornam-se crônicas do cotidiano e da própria história da *quebrada*, principalmente para os mais jovens. A *quebrada* incorpora a prisão como um de seus componentes descritivos, de autorreferência. A técnica do “debate” é um mecanismo do PCC para o exercício da *mente*: lidar com uma vida incerta e saber escolher em um universo em que as leis públicas possuem legitimidade precária, abrindo espaço para a construção de um “poder paralelo” que advoga o direito à vida. Argumentei nos capítulos 2 e 3 que a *mente* é subjetiva, fenomenal e empregada de acordo com as situações concretas em que as ações se efetuam.

O que revela a “inteligência” no interior da prática do “debate” é principalmente uma capacidade de articulação da fala, de mediação pela retórica e da habilidade de fazer o interlocutor cair em contradição; capacidade de “blindar a própria mente” e “entrar na mente do outro”, um *jogo de forças*, modos de defesa da própria *mente*, envolvido em situações concretas que expõe os vínculos entre “ladrões” (Marques 2009). A *mente* se expressa como locução em ato e as suas consequências em termos de prestígio e poder. O *jogo de forças* da disputa de *mentes* situa, a meu ver, uma versão nativa, no *crime* e reconhecida pelos jovens da *quebrada*, do que seja a inteligência para um trabalhador do tráfico.

Na parte II da tese, argumentei que a *sintonia* do PCC é recebida e de certa forma incorporada nas *quebradas* por jovens que não atuam no tráfico, pois ela é, antes, um *encontro de mentes*: a incidência de perspectivas a partir das quais emergem estruturas de significado compartilhadas entre jovens da *quebrada*, do *crime* ou não. Intencionalidades compartilhadas entre jovens de uma mesma geração e que cresceram no mesmo contexto. Entretanto, na interação entre jovens das *quebradas*, o *domínio do mental* possui dinâmicas tanto de diferenciação – estar no corre do *crime* ou não –, quanto uma de combinação – todos passando pelas mesmas situações de adversidades. Enquanto no *crime* é necessário “*ter uma mente*”, entre os hip hoppers e educadores sociais é preciso ter “*consciência*”. Ambas as palavras evocam o âmbito do mental, da inteligência humana, da capacidade de reconhecer, interpretar e agir, de discernir. A *mente* demonstra o potencial social do traficante na vida comunitária. Ela não é exclusiva do “mundo do crime”, entretanto; a *consciência* da realidade que marca a “atitude hip hop” só é possível a partir da

existência de uma *mente*. O rapper é aquele que viu a “realidade” e a transmutou em linguagem capaz de se expandir; a periferia é o real – cotidiano de dificuldades e incertezas frente ao qual é necessário se posicionar *conscientemente*. O rapper apropria-se do “real” pela palavra, torna-o consciente e transforma-o em difusão. Assim, o rap se torna uma das principais fontes criadoras do “dialeto” das *quebradas*, junto com o “*marco discursivo do crime*”. Nos raps de alguns de meus principais interlocutores (capítulo 3), o trabalho com a palavra envolve tornar consciente a “vida loka” – ter a percepção da realidade externa – e incorporar, pensar e agir de acordo com a dinâmica cotidiana das *quebradas*.

A importância da palavra para o exercício da *mente* e da *consciência* é conjugada com a incorporação de saberes, técnicas e táticas nas práticas cotidianas dos jovens das *quebradas*, nas dobraduras do tráfico de drogas. Além da fala, observa-se nas interações entre os jovens a corporificação da *atitude* e do *proceder*; nos olhares, balanços de corpo, estilos de roupa e acessórios, atitudes em “debates” e debates. A palavra é ação combinada com o “domínio do sensorial”, a corporificação da *lei das ruas*: o desenvolvimento e a performance de *atitude* e/ou *proceder*.

Argumentei, no capítulo 3, que a idéia de vitória (ou superação) dos “guerreiros” (jovens moradores de periferias paulistas), é ter uma *mente* e torná-la *consciente*; mantendo a sanidade e a força nas difíceis trincheiras da vida cheia de infortúnios. O *dialeto* é o dispositivo que permite a coordenação de perspectivas a partir das quais emergem estruturas mentais compartilhadas. A *perspectiva interfacial* de jovens das *quebradas* – o encontro da *mente criminal* com a *consciência da periferia* – se constitui em um fluxo de discursos e práticas que tem mudado a *face* das periferias paulistas. Estabelece-se pelo *dialeto da vida loka* e pela incorporação da *lei das ruas* um circuito que permite a interligação na *quebrada* entre o *crime* e outras posições políticas juvenis – movimento hip hop, educação social, ONGs. Todos os jovens da *quebrada* têm que ser “mais loko ainda que a vida”, pois eles identificam entre si experiências compartilhadas, sintonias, afinidades eletivas inerentes à vida cotidiana. O *dialeto* é uma subversão da linguagem “oficial” – do “sistema” ou da “sociedade” – por meio da qual é possível a união de “*inteligências das quebradas*”.

As interpretações de meus principais interlocutores sobre a diminuição da violência fatal nas *quebradas* apontam para o fato de que esta pacificação das *quebradas* pode ser frágil e transitória. Entretanto, elas estão amparadas em um complexo processo de negociação e de trocas entre pessoas de diferentes segmentos da micropolítica local e, por isto, estão amparadas não apenas na “lei do crime”; existe nas *quebradas* outro modo de regulação (*lei das ruas*) que também sustenta a interdição do homicídio. A atual posição da “*mente criminal*” – a do PCC, de interditar o homicídio – segundo minha análise não é alimentada exclusivamente pela lógica interna ao *crime*.

Revela-se um cenário imprevisto de sofrimento e de possibilidades humanas nas jovens gerações das periferias paulistas. Se a *vida é loka* – incerta e imponderável – é preciso “*ter mente e consciência*” para lidar com ela. Jovens mediadores das *quebradas*, como Riso e Thurma, desenvolvem uma *mente* para lidar com a *lei das ruas* e com as “leis do crime”; aprendem também a compreender “o lado certo do errado”, aqueles procederes considerados corretos no *crime* e, por acaso, em consonância com a ética das *quebradas*. Em certo sentido, dividem a situação de estar de passagem pela vida e simultaneamente ter que lidar com a constante ameaça da violência; experimentam uma *vida loka*.

Na parte III da tese, a análise das trajetórias dos adolescentes revelou a tensão entre a visão normativa do diagnóstico dos adolescentes e a perspectiva dos jovens que procuram se firmar na *mente* para lidar com os desafios concretos de sua vida cotidiana – a experiência incerta, dinâmica, arriscada da *vida loka*. O uso institucional da linguagem cognitiva e comportamental da psicologia e o recurso dos adolescentes à expressão “*ter uma mente*” configuram-se em um campo de disputas simbólicas entre o Estado e o *crime*, indicando a *vida* como fronteira e *interface* entre saberes e poderes. Tais disputas são enredadas na vida dos jovens, que experimentam as zonas (conflituosas) de contato entre o *crime* e *socioeducativo*, que mantêm eclipsada a *quebrada* – referência simbólica para eles. Nas “Oficinas da Palavra” elaboradas e desenvolvidas por Thurma em um Centro de Internação, visto no capítulo 5, os primeiros esboços de letras de canções dos internos enfatizavam a experiência de participar do *crime*, crítica virulenta ao Centro de Internação e, também, a expressão do lugar afetivo e simbólico para o qual declaram fidelidade –

suas *quebradas*. Tais conteúdos foram proibidos pela direção da Unidade, alegando que os conteúdos faziam “apologia ao crime”. Thurma foi embarçado no *modus operandi* do *socioeducativo*: ou orientava as oficinas para conteúdos mais “positivos” ou as oficinas teriam que parar. Houve uma censura da Instituição, exigindo que as letras falassem da “mudança” pela qual os adolescentes passavam na internação – do projeto de vida “positivo” elaborado a partir do cumprimento da *medida socioeducativa*.

A disputa entre o *crime* e o *socioeducativo* materializou-se na experiência concreta do adolescente Zezinho (capítulo 5). De passagem pelo *socioeducativo*, o adolescente percebe que é por meio do “bom comportamento”, de seu “ajuste”, que se dá a possibilidade de absolvição: as expressões faciais e a gestualidade do corpo, em sua relação com os representantes institucionais, foram marcadas por elementos de uma *performance* de submissão – mãos para trás, cabeça baixa, expressões de resignação – que diferem substancialmente de sua linguagem, de seus gestos e movimentos na rua, entre seus pares. Na rua, ele manteve a *performance* que o identifica como alguém de estilo “bandido” – como se canta no *rap* dos Racionais. Nos momentos em que se apresenta para o seu grupo de relações, nas “baladas” noturnas, em contextos nos quais pode seduzir e usar seu dinheiro, ele tem posturas corporais, gestos e movimentos de força, altivez, coragem; mas “humilde” – como ensina a *lei das ruas*, “não ser malandro demais”, “entrar na paz, na sua”. O garoto lança mão de linguagens intercambiáveis em contextos locais (o “marco discursivo do crime” e o *dialeto da vida loka*) que o liga a uma grande diversidade de juventudes nos contextos comunicacionais das periferias de São Paulo. Zezinho segue a *lei das ruas*, desempenhando *atitude e proceder*. Ele buscou demonstrar controle emocional, embora tenha passado por uma série de acontecimentos que considerou opressores.

Na experiência de tais acontecimentos, o rapaz elaborou sua relação com o mundo a partir de uma perspectiva de confronto com o que chamou de “sociedade”. Sob minha perspectiva, tal abordagem política e social específica de meus interlocutores indica a incorporação da *consciência da periferia* no discurso de trabalhador do tráfico. O sentimento de raiva surge como expressão emotiva da relação dos jovens com o mundo. A raiva associa-se a um discurso de análise das

desigualdades, preconceitos, violências sofridas por jovens, principalmente aqueles de determinados territórios das cidades paulistas – as periferias. O “guerreiro da periferia” interpreta o mundo por meio do sistema de valores do qual decorre a afetividade manifesta; ao se tornar *consciente* da “realidade social”, a revolta é uma das possibilidades de reação emocional.

A corporificação da *lei das ruas* e a utilização do *dialeto da vida loka* são identificadas no *sistema socioeducativo* comumente como expressões do *crime*, “apologia ao crime”. Nos capítulos 4, 5 e 6, vimos que manifestações emocionais nas fronteiras com o “sistema”, como a cólera e a revolta, são no contexto do *atendimento socioeducativo* enquadradas com frequência como psicopatologias. As reações emocionais dos adolescentes são monitoradas por técnicas “psi”, para que se possa *saber* a “verdade interna” e *intervir* para protegê-los de seu potencial de *reincidência*. No capítulo 6, vimos que os relatórios se voltam para o delineamento dos traços de personalidade e de caráter no sentido de caracterizar o perfil e antecipar a possível *reincidência* (ou não) do ato infracional. O cerne do relatório do garoto Ivan foi a caracterização da prática de delitos (tráfico de drogas) em sua relação com um pretenso desequilíbrio emocional causado pela “deseestrutura familiar” e pelo uso de “drogas”. Essas práticas avaliam se o indivíduo tem o juízo das “corretas” intenções, crenças e valores, assim como o raciocínio normal.

Argumentei, no conjunto da parte III da tese, que o *domínio do mental* é, hoje, um campo primordial para a execução de *medidas socioeducativas*; a saúde mental ganha terreno no *sistema socioeducativo* e a “questão das drogas”, em sua multiplicidade de agenciamentos, é o principal ponto da irradiação dessa área da Saúde Pública. Ao entrarem no *sistema socioeducativo* pelo delito tráfico de drogas, os adolescentes são apreendidos em uma faceta do *dispositivo das drogas* que considera o “mundo das drogas” como o “mundo do crime”, e, em alguns casos, como o “mundo da dependência”. Associado ao “problema das drogas”, todo universo simbólico dos jovens é identificado como um “mundo de patologias” que deve sofrer a *intervenção socioeducativa*. Esse “mundo de patologias” é combatido no indivíduo, particularmente na “*mente*” do indivíduo: o jovem deve mudar seus valores, seu estilo de vida, suas inclinações, ficar com a “cabeça boa”. O *socioeducativo* entra em *choque* com a mente do adolescente ao desconsiderar o que

eles consideram inteligência; não se estabelecem processos comunicacionais de tradução entre o discurso técnico científico do *socioeducativo* e o “marco discursivo do crime”.

Um exemplo de como o desentendimento se desenrola é o *choque* entre os diagramas categoriais do “mundo psi”, do “mundo do crime” e das *quebradas* no que concerne ao uso de drogas entre jovens traficantes – como Ivan (capítulo 6). No *socioeducativo*, o problema da drogadição extrapola os problemas diagnosticados como “dependência química” e se amplia para todos os adolescentes em cumprimento de *medidas socioeducativas* que fazem uso de qualquer substância psicoativa ilegal. O alargamento do “marco discursivo do crime” entre os jovens da *quebrada* é facilitado pela indistinção entre “mundo das drogas” e “mundo do crime”. Um dos efeitos do *dispositivo das drogas*, nos territórios estudados, tem sido expandir as zonas de contato entre *crime* e *quebrada*. Os jovens traficantes possuem diversidades que escapam dos padrões de esquadramento do *socioeducativo*.

O uso de psicoativos também é uma expressão de escolhas e pode até ser um meio de demonstração de autocontrole. A relação com as drogas como parte intrínseca da *vida loka* não se refere à “loucura” como efeito farmacológico. A experimentação de estilos marginais e uso de drogas posiciona os jovens das *quebradas* em experiências coletivas, sensoriais: as festas e os bailes. Nestes eventos uma multiplicidade de encontros; “espaço-tempo reservado a micropolítica de alianças, reservado à composição do campo de afecções de cada indivíduo” (Barbosa 2006). Os jovens das *quebradas* incorporam por meio destas práticas a *lei das ruas* e apreendem o *dialeto da vida loka*.

A *mente* dos adolescentes tem referências diversas da visão sobre “sanidade” e “vida saudável” corrente no *socioeducativo*; esse é um argumento central da tese. Ao participarem do tráfico de drogas em suas *quebradas*, jovens são influenciados por um “marco discursivo” que tem na sigla PCC o nó de sua delimitação e difusão nos dias atuais. O modelo de racionalidade de gestão dos negócios do tráfico – que envolve empreendedorismo, flexibilidade, adesão à “firma” – está conjugada com a incorporação da vida como valor dominante das relações políticas dos traficantes com seus vizinhos. A diminuição dos homicídios e a importância do tráfico na

economia local fazem do negócio das drogas um campo que, lido pela *mente*, não aparta o jovem trabalhador do tráfico de seus pares geracionais.

O *sistema socioeducativo* não tem ferramentas para avaliar a *mente*, no sentido nativo a ela dado pelos interlocutores da pesquisa. A *mente*, para eles, não se enquadra em um perfil médio, localizado por sintomas ou trajetórias de vida. A *mente* define-se na escolha; ela é subjetiva, fenomenal e empregada de acordo com as situações concretas em que as ações se efetuam. Há no entanto um ponto de convergência entre as mentes – *socioeducativa*, do *crime* e da *quebrada*: a coincidência de contrários, a zona de contato que pode ser vista no "self empreendedor" que todos proclamam em alguma situação. Como demonstrou Rose (2008), o "self" foi construído pela abordagem da psicologia da empresa, capilarizando até os indivíduos, preenchendo nas últimas décadas as mentalidades com a aspiração da autonomia. Assim, cada indivíduo, segundo esse paradigma, deve esforçar-se para alcançar satisfação pessoal em sua vida na terra, interpretando sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual, enfim, encontrando significado na existência ao moldar sua vida através de escolhas (Rose 2008).

Para jovens como Ivan (aprendiz de traficante) e como Riso (educador social), *mente* mesmo você ganha na prisão. Por isso, a carta de Alemão (capítulo 6) foi tomada como uma expressão de alguém que possui uma *mente*: nela o personagem destaca a comunhão entre "guerreiros" – a solidariedade com os "manos das *quebradas*", o autocontrole que pode garantir a sanidade na situação liminar da prisão; não deixar "abalar o psicológico", a aceitação do caráter incontrolável da vida. A única possibilidade de lidar com o imponderável da vida é o autocontrole – que se expressa na noção de *mente*. Argumentei que a *mente*, portanto, é o instrumento de elaboração de modos subjetivos de lidar com as incertezas da vida comum às experiências profissionais de diversos jovens dos territórios em que realizei pesquisa de campo – tanto dos dois traficantes, Alemão e Ivan, quanto de Riso, o educador social.

O educador não corre os mesmos riscos que o traficante, porém, em determinado momento de sua trajetória profissional, Riso teve que usar a *mente*, teve que manter o autocontrole diante da mudança das regras na gestão municipal que

ameaçou o seu emprego. Os conteúdos de uma *mente* “sã” são compartilhados entre jovens vizinhos, de maneira intersubjetiva. Posicionar-se com uma *mente* é sempre uma formulação pessoal, mas a elaboração da *mente* em linguagem é compartilhada pelos pares geracionais de um bairro “vulnerável”.

A *vida loka*, em seu sentido mais amplo, submetida à teoria nativa e refletida nas considerações sobre a vida humana, constitui-se em um conjunto de interpretações sobre a própria normatividade da vida. Eu interpreto a tecnologia nativa de usar a *mente* para lidar com a *vida loka* como uma prática de autopreservação por meio do autocontrole. A *mente*, portanto, é acionada de acordo com as situações de vida. A vida oferece desequilíbrios, conflitos, batalhas, ela não é a harmonia – estado completo de bem estar como apregoa o modelo ideal da Organização Mundial de Saúde. Na perspectiva de meus interlocutores, a vida – *loka* – está mais de acordo com a abordagem apresentada por Canguilhem (2010). Como destaca Rabinow, na obra de Canguilhem: “Razão e vida não se opõem: estão interconectadas, mas nenhuma controla a outra” (Rabinow 2002, p.129). A vida é por si própria uma atividade normativa. Neste ponto, epistemologias da ciência se cruzam com epistemologias *das quebradas* e com a discussão desta etnografia. “A vida, seja qual for a sua forma, implica em autopreservação através de auto-regulação” (Canguilhem apud Rabinow 2002, p.128).

Esta etnografia re-atualizou a discussão sobre a noção de vida, a partir da perspectiva de um antropólogo que procurou seguir as diversas concepções e práticas de jovens que se relacionam direta ou indiretamente com o varejo de drogas em periferias de São Paulo. Como disse um interlocutor ao falar da *vida loka* que ele experimentou ao trabalhar no tráfico, “errar é humano” (Miguel). A expressão nativa *vida loka* reafirma o erro como o modo de funcionamento da vida. *Errare humanum est*, uma antiga frase sobre a experiência humana, pôde ser aqui ressignificada e orientar a problematização das tendências atuais do pragmatismo das ciências naturais que irrompem o campo da “ciência social” psicologia (Rose 2008). Segui na presente tese uma corrente do pensamento que – desde Canguilhem, Foucault, passando pelos antropólogos Rabinow e Rose – demarca um campo de discussão epistemológica sobre as concepções de *vida* em diferentes tradições científicas.

A *vida loka* mantém latente a possibilidade de um “distúrbio da *mente*”. Como a *vida loka* se refere a considerações da vida humana, em que tudo pode mudar a qualquer momento, acontecimentos podem acionar uma rede de eventos até certo ponto incontroláveis. A *vida loka* indica os limites do possível. Quando a capacidade mental de pensar e de tomar decisões conscientes se inviabiliza por determinada conjuntura, quando ela se torna ineficaz, a *mente criminal* pode se voltar à violência física, ao não pensar, ao exercício da força (a)política mais rudimentar. Sob tal hipótese, o que mantém o fio tênue da interdição dos assassinatos é a possibilidade da elaboração e do compartilhamento de teorias nativas sobre a vida e sobre o exercício do poder de “deixar” viver. Referir-me à *vida loka*, a partir da mediação que realizo como antropólogo, significa considerar que o conteúdo de minha tese é circunstancial. Entretanto, sustento meu texto ao transmitir o legado de que a experiência de jovens nas dobraduras do tráfico de drogas é mais complexo do que a “guerra às drogas” permite observar. As dinâmicas acionadas pelo choque político nas zonas de contato entre a *quebrada*, o *crime* e o *socioeducativo* complexificam o debate – polarizado entre uma falsa oposição – “crime” versus “sociedade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABRAMO, H. W. **Cenas Juvenis, punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

ABRAMOVAY, M., et, al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/BID. 2002

ADORNO, R.C.F. Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias de crianças e jovens nas classes populares. In: LERNER, Júlio. (Org.). **Cidadania, verso e reverso**. São Paulo: Imprensa oficial do estado, 1997/1998, p. 93-109.

ADORNO, R.C.F. Identidade e Exclusão. In: BARBOSA, Regina Maria & PARKER, Richard (Orgs.) **Sexualidades pelo Averso – direitos, identidades e poder**. São Paulo: Editora 34, 1999.

ADORNO, R.C.F. **Os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: AAPCS, 2001.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. **Outra travessia revista de literatura**, Ilha de Santa Catarina, n.5. p. 9-16. 2005.

_____. **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG. 2007.

AGUSTÍN, L. M. **Sex at the margins: migration, labour, markets and the rescue industry**. London: Zed Books. 2007.

ALMEIDA, M. V. **Outros destinos: ensaios de antropologia e cidadania**. Lisboa: Campo das Letras. 2004.

ALMEIDA, M. I. M.; TRACY, K. M. **Noites Nômades – espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ANDRADE, E. N. (org) **Rap e educação Rap é educação**. São Paulo: Sumus. 1999.

ARENDT, H. Compreensão e Política. In: **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1993. p. 39-54.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

AUGÉ, M. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus. 1998.

AZURMENDI, M. Pio Baroja, literatura, etnografía y construcción de si mismo como paisagem moral. **Revista de Antropología Social**, n.7. UCM. 1998.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARBOSA, A. R. O baile e a prisão – onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, Rio de Janeiro, v.9, n.15, p. 95-118 jan./jun., 2006.

BECKER, H. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. London: Free Press of Glencoe, 1966.

_____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec. 1999.

BENAVENTE, R. Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. **Análise Psicológica**, n. 4 (XX), p. 637-645, 2002.

BIONDI, K. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BOURGOIS, P. **In search of respect: selling crack in El Barrio**. New York: CUP, 1996.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes. 2006.

_____. **As paixões ordinárias**. Petrópolis: Vozes. 2009.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010.

CANDIDO, A. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva. 2009.

CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras. 2001.

CARDIA, N. Prefácio. In. Peres, M.F.T. (Org.) **Violência por armas de fogo no Brasil**. Relatório Nacional. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo. 2004.

CARVALHO, C. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n.3, p. 9-18, set. 2008.

CASTEL R. **A insegurança social – o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2001
_____. **A discriminação negativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTRO, M.G. (org). **Cultivando Vida desarmando Violências**. Brasília: Unesco. 2001.

CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. Cultura, Identidades e Cidadania: Experiências com Adolescentes em Situação de Risco. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

CASTRO, J.A. (org). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília. IPEA, 2009

COSTA, A. C. **A presença da pedagogia: Teoria e prática da ação socioeducativa**. São Paulo: Global, Instituto Ayrton Senna, 2001.

COSTA, C. **Filosofia da Mente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

CUNHA, M. I. O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira. In CUNHA, M.I. (Org.) **Aquém e além da prisão: cruzamentos e perspectivas**. Lisboa: 90 graus. 2008.

CZERESNIA D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: Czeresnia D; Freitas C.M. (Orgs). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p.39-53.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. In: **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, São Paulo, v. 14, n.o 40, p.31-42, jun 1999.

_____. **Life and Words: violence and descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2006.

DAS, V. et. al. (Org.). **Violence and subjectivity**, Berkeley: University of California Press, 2000.

DAS, V. e POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**: Buenos Aires: UBA nº 27, p. 19-52, 2008.

DELEUZE, G. Que es um dispositivo? In Balbier, E. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

DELEUZE, G; GUATARRI, F. Micropolítica e Segmentaridade. In: DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V.3. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 83-116

DESLANDES, S. F. **Frágeis deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo. Anna Blume. 2008.

DONNANGELO, M.C.F.; PEREIRA, L. **Saúde e sociedade**. São Paulo, Editora Duas Cidades, 1979.

EPELE, M. **Sujetar por la herida: una etnografía sobre drogas, pobreza y salud**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FEFFERMAN, M. **Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. São Paulo: Vozes, 2006.

FELTRAN, G.S. **Fronteiras em tensão**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Campinas, São Paulo, 2008a.

_____. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1 p. 93-126. 2008b.

_____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cadernos CRH**. v.23, n.58, jan/abr. p.59-73, 2010.

FERREIRA, R. M. **Meninos da rua. Valores, expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1980.

FEATHERSTONE M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo; Studio Nobel, 1995.

FIORE, M. **Uso de “drogas”:** controvérsias médicas e debate público. Campinas: Mercado das Letras/FAPESP, 2006.

FLEISCHER,S.; SCHUCH,P., FONSECA,C. **Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

FONSECA, C. Concepção de família e prática de intervenção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo v. 14, n.2, p. 50-59, ago. 2005.

FONSECA, C; CARDARELLO, A. D. L. Direitos dos mais e menos humanos. In FONSECA, C.; SCHUCH, P. (orgs). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico.** Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2009. p. 219-242.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal. 1995.

_____, **Vigiar e punir. História da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes. 1997.

_____, **História da Sexualidade. A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal.2001.

_____, Política da verdade: Paul Rabinow entrevista Michel Foucault. In: Rabinow, P. **Antropologia da Razão.** Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 2002. pp.17-26.

_____, **Em defesa da sociedade. Curso dado no Collège de France (1976-1977)** São Paulo: Martins Fontes 2005.

_____, **Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)** São Paulo: Martins Fontes 2008a.

_____, **Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978),** São Paulo, Martins Fontes. 2008b.

FRASSETO, F. A. Execução de medida socioeducativa de internação: primeiras linhas de uma crítica garantista. In: ILANUD; ABMP; SEDH. UNFPA (orgs.) **Justiça adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização.** São Paulo: ILANUD, 2006. p. 303-342.

GADAMER, H. Sobre o problema da inteligência. In. **O caráter oculto da Saúde.** Petrópolis, Editora Vozes. 2006. p.52-67.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar. 1989.

_____. **O saber local.** Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

_____. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro. Zahar. 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e experiência etnográfica. **Etnográfica**. Lisboa, v.10, n. 1, p. 161-173, maio 2006.

GOMES, M; PINHEIRO, R. Acolhimento e vínculo: práticas de integralidade na gestão do cuidado em saúde em grandes centros urbanos. **Interface**. Botucatu: vol.9, n.17, p. 287-301, 2005.

GRILLO, C. C. **Fazendo o doze na pista**: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas entre os jovens de classe média do Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

GUIMARÃES, M. E. Rap. Transpondo as Fronteiras da Periferia. In: ANDRADE, E. N. (org) **Rap e educação Rap é educação**. São Paulo: Sumus. 1999.

HELMAN, C. **Cultura, Saúde e Doença**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HIRATA, D. No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea. In: Teles e Cabanes (orgs) **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006. p.243-278.

_____, **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese de Doutorado (Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 2010.

KHAN. T. **As formas do crime**. São Paulo: Sicurezza, 2009.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Ed.). **Social suffering**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1997.

LABATE B, GOULART S, FIORE M, MACRAE E e CARNEIRO H (orgs.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LIMA, A. R. B. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: VIANNA, A. C. S. L. (org). **Gestar e Gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 271-312.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACRAE E. SIMÕES J. **Rodas de Fumo: o uso da maconha entre camadas médias**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MALVASI. P. A. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, Botucatu v.12, n.26, p.605-617. 2008.

_____. Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.20, n.1, p.156-170. 2011.

MALVASI. P. A.; ADORNO, R. C. F. Uma contribuição das ciências sociais e humanas para a área de saúde pública: o tema das drogas (i)lícitas. **Saúde Mental: novas perspectivas**. São Caetano: Yendis, 2011. p.197-211.

MARCUS, G. Identidades passadas, presente e emergentes requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, n.34. p.197-221. 1991.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

_____. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**. Lisboa, v.14, n. 2, p. 311-335, junho 2010.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac&Naify, 2003. p. 401- 422.

MINAYO. M. C. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.10 (supl. 1), p.07-18 1994.

MINAYO. M. C. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2006.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal legal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano 2, n.1, maio 1997.

_____, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MOTA, A e SANTOS, M.A.C. Entre algemas e vacinas: medicina, polícia e resistência popular em São Paulo (1890-1920). **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo. n.65. p.152-168. 2003.

NADANOVSKY, P. O aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol.25, n.8, p.1859-1864, aug. 2009.

NERI, N. “*Tirando a cadeia di menor*”: um olhar sobre as relações entre jovens em conflito com a lei. VIII Reunião de Antropologia do Mercosul (CD-Rom, v.1, Buenos Aires, AR. 2009).

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

PAIS, J. M. (Org.) **Traços e Riscos de Vida**: uma aproximação qualitativa a modos de vida juvenis. Porto: Ambar, 1999.

PARDUE, D. Desempenhando atitude: uma imposição do espaço e gênero pelos *hip hoppers* brasileiros. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.51 n.2, p. 519-546, 2008.

PERALVA, A. **Democracia e Violência-o paradoxo brasileiro**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, A. B. **De “rolê” pela cidade**: os “pixadores” em São Paulo. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2005.

_____. Os riscos da juventude. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, UNIBAN, n.3. p. 36-50. dez. 2010.

PETERSEN, A; LUPTON, D. **The new public health : health and self in the age of risk**. London: Sage Publications, 2000.

PINA CABRAL, J. A difusão do Limiar: margens, hegemonias e conradições na antropologia contemporânea. **Mana. Revista de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v.2 n. 1, p.25-57, 1996.

RABINOW, P. **Antropologia da Razão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2002.

RABINOW, P; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais**. n.24. p.27-57. 2006.

RAMOS, P. R. A imagem, o som e a fúria: a representação da violência no documentário brasileiro. **Revista Estudos Avançados, Dossiê Crime Organizado**, São Paulo, v.21, n.61. p.173-191, dez 2007.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento – política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____, **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

REICHENHEIM et. al. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **The Lancet Série “A saúde dos brasileiros”** publicado on line em maio de 2011, acessado em <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor1.pdf>.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2008.

RODRIGUES, T. Tráfico, guerra, proibição. In: Labate B, Goulart S, Fiore M, MacRae E e Carneiro H (orgs.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA. 2008.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p.155-164, 2008.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa. Adolescentes infratores como metáforas da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHNEIDER, L. **Marginalidade e delinquência juvenil**. São Paulo: Cortez, 1982.

SEDH Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Documento referencial para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, 2005.

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Observatório de Favelas; Laboratório de Análise da Violência/UERJ. **Índice de homicídios na adolescência**. Brasília: SEDH, 2009.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**. Rio Janeiro: Record, 2008.

SILVA, H. R.S. e MILITO, C. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SILVA, V. G. **O Antropólogo e sua Magia**. Trabalho de Campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: EDUSP. 2000.

SOARES, L. E. et. al. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

TELES, E. Adolescente em conflito com a lei, direitos humanos e a função da narrativa. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**. São Paulo, UNIBAN, n.2. p.19-29. jun 2010.

TELLES, V. Mutações do trabalho e experiência urbana. In: **Tempo Social**. São Paulo, v.1. n.18, 2006.

TELLES, V. HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Revista Estudos Avançados, Dossiê Crime Organizado**, São Paulo, v.21, n.61. p.173-191, dez 2007.

TRASSI, M. L.; MALVASI, P. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez. 2010.

VARGAS, E. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: Labate B, Goulart S, Fiore M, MacRae E e Carneiro H (orgs.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA; 2008. p.41-64

VELHO, G. Nobres e anjos :um estudo de tóxicos e hierarquias. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____, O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política. Entrevista concedida por Gilberto Velho a Maurício Fiore. In: LABATE B, GOULART S, FIORE M, MACRAE E e CARNEIRO H (orgs.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VELHO, G.; ALVITO, M. (orgs) – **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1996.

VIANNA, A. C. S. L. (org). **Gestar e Gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

VIANNA, H (org.). **Galerias cariocas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ 1997.

VICENTIN, M.C.G. **A vida em rebelião – jovens em conflito com a lei**. São Paulo: Hucitec. 2006.

VILAS BOAS et. al. Por uma política efetiva de atenção integral à saúde do adolescente em conflito com a lei privado de liberdade. **Rev Med Minas Gerais. 20(2)**. Belo Horizonte. p. 225-233. 2010.

VIOLANTE, M. L. **O Dilema do decente malandro**. São Paulo: Cortez, 1982.

WACQUANT, J. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo. 2008.

WINNICOTT. D.W. **Privação e Delinqüência**. São Paulo. Martins Fontes, 1987.

_____. A mente e sua relação com o psicossoma. In: **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro. Imago. 2000a. p. 332-346.

_____. A tendência anti-social. In: **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro. Imago. 2000b. p. 406-416.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

XIBERRAS, M. **A sociedade intoxicada**. Lisboa: Instituto Piaget; 1997.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZAMORA, M. H. Adolescentes em Conflito com a Lei: um breve exame da produção recente em Psicologia. **Revista Eletrônica Polêmica**. Rio de Janeiro, maio 2008. Em http://www.ciespi.org.br/media/artigo_adolescentes_em_conflitopdf, acessado no dia 05 de março de 2011.